

versão impressa **ISSN 1517-4999**
versão online **ISSN 2446-8681**

REVISTA

Geopantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO PPG ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS
v.20 n. 39 • 2025

Dossiê:
IX Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços – Parte 2



The logo features the word "REVISTA" in a small, white, sans-serif font inside a gray square. Below this, the word "GeoPantanal" is written in a large, bold, black, sans-serif font. A large, light gray, stylized letter "P" is positioned behind the word "GeoPantanal", with its vertical stroke extending downwards.

REVISTA

GeoPantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO PPG ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE GEOGRAFIA / PPG ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CÂMPUS DO PANTANAL**

Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Vice-Reitor

Albert Schiaveto de Souza

Diretora do Câmpus do Pantanal

Andreliza Cristina de Souza

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços

Anderson Luís do Espírito Santo

Coordenador do Curso de Geografia

Élvis Christian Madureira Ramos

CÂMARA DE REDAÇÃO

Aguinaldo Silva

Beatriz Lima de Paula Silva

Élvis Christian Madureira Ramos

Marco Aurélio Machado de Oliveira

EDITOR RESPONSÁVEL

Edgar Aparecido da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

GeoPantanal : revista do curso de Geografia e do PPG Estudos Fronteiriços / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal. – Ano 20, n. 39 (jul./dez. 2025)- . – Corumbá, MS : Ed. UFMS, 2025-
v. ; il. color. ; 25 cm.

Semestral: 1997-

Descrição baseada em: Ano 19, n. 37 (jul./dez. 2024).

ISSN 1517-4999= Rev. GeoPantanal (versão impressa)

e-ISSN 2446-8681= Rev. GeoPantanal (versão on-line)

Acesso:<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/issue/view/943>

1. Geografia – Estudo e ensino – Periódicos. 2. Ensino Superior – Pesquisa – Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. II. Câmpus do Pantanal.

CDD (23) 910.73

Bibliotecária responsável: Tânia Regina de Brito – CRB 1/2.395



REVISTA **GeoPantanal**

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO PPG ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

Dossiê:
IX Seminário de Estudos Fronteiriços – Parte 2

GeoPantanal é uma Revista para divulgação da produção acadêmica e científica de Geografia e áreas afins do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pantanal ligado ao Curso de Geografia e ao PPG Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal.

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EDITOR CHEFE

Dr. Edgar Aparecido da Costa

CÂMARA DE REDAÇÃO

Dr. Aguinaldo Silva

Dr. Élviz Christian Madureira Ramos

Dr^a. Beatriz Lima de Paula Silva

Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Adriana Dorfman - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Dr. Alberto Hernández Hernández – Colegio Frontera Norte (COLEF), Tijuana, México.

Dr. Alejandro Gabriel Benedetti - Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, Argentina.

Dr^a. Aline Lima Rodrigues - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Litoral Norte, Rio Grande do Sul, Brasil.

Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Presidente Prudente/SP, Brasil.

Dr. Carlos Piñones Rivera - Universidad de Tarapacá, Arica, Chile.

Dr^a. Cleonice Alexandre Le Bourlegat - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Mato Grosso do Sul, Brasil

Dr. Edvaldo Cesar Moretti, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Gonzalo Álvarez Fuentes - Universidad Arturo Prat, Santiago, Chile.

Dr. Gutemberg Vilhena Silva – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Brasil.

Dr. Haroldo Dilla Alfonso - Universidad Arturo Prat, Santiago, Chile.

Dr^a. Lorraine Gomes da Silva - Universidade Federal de Goiás (UFG), Câmpus Cora Coralina, Goiás, Brasil.

Dr. João Edmilson Fabrini - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Mal. Cândido Rondon, Paraná; Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Marcos Aurélio Saquet - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.

Dr^a. Maria Aparecida Santos e Campos - Universidad Internacional Iberoamericana (UNINI), Porto Rico, Estados Unidos; Cidade do México, México.

Dr^a. Maristela Ferrari - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Mal. Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

Dr. Michael Matthew McGlue - University of Kentucky (UK), Lexington, Estados Unidos.

Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr^a. Rebeca Steiman – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Dr^a Sandra Mara da Silva Neves - Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Cáceres, Mato Grosso, Brasil.

Dr. Sergio Ricardo Oliveira Martins – Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Bahia, Brasil.

Catálogo na Fonte –

Revista GeoPantanal / Câmpus do Pantanal

Curso de Geografia / PPG Estudos Fronteiriços – Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pantanal, UFMS. v.20 - n. 39, (2025) - . – Corumbá/MS:

Geografia / PPG Estudos Fronteiriços – CPAN/UFMS/Ed. UFMS, 2026.

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

(Câmpus do Pantanal), 2. Geografia

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

CDU:

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo>

Os textos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade de seus autores

Endereço: UFMS – Câmpus do Pantanal – Av. Rio Branco, 1270, Bairro Universitário, 79304-020, Corumbá/MS. Aos cuidados de Edgar Aparecido da Costa e Hudson de Azevedo Macedo, editores da

REVISTA GEOPANTANAL. E-mail revistageopantanal@gmail.com

Solicita-se permuta/Exchange desired

Corumbá, MS

Fevereiro de 2026

SUMÁRIO

Editorial	8
------------------	----------

Dossiê: IX Seminário de Estudos Fronteiriços – Parte 2

A Condição Transfronteiriça de Indígenas Guaranis: do reconhecimento de direitos à luta multi/inter/transteritorial

<i>Liria Yuri Nagamine</i>	11
----------------------------	-----------

As Terras Indígenas de Mato Grosso do Sul: a dimensão da faixa de fronteira e suas dinâmicas territoriais

<i>Patricia Silva Ferreira</i>	
<i>Charlei Aparecido da Silva</i>	
<i>Rafael Brugnolli Medeiros</i>	29

Efeitos do Uso de Agrotóxicos na Reserva Indígena Dourados: um estudo de caso em Mato Grosso do Sul

<i>Jackeline Thomaz Giovenardi</i>	
<i>Camila Riboli Rampazzo</i>	
<i>Rafael Brugnolli Medeiros</i>	
<i>Pablo Antônio Lizott Tedeschi</i>	41

Fronteira Brasil-Bolívia: multilinguismo e contato entre línguas

<i>Sander Kaio Brandão de Souza</i>	
<i>Luciana Escalante Pereira</i>	
<i>Suzana Vinicia Mancilla Barreda</i>	58

Aprendizaje del Portugués en la Frontera Puerto Suárez–Corumbá: una mirada desde la historia familiar

<i>Paichadze Svetlana</i>	76
---------------------------	-----------

Uma Análise Comparativa das Diretrizes de Ensino de Geografia no Brasil e Bolívia: as diferenças de abordagem cultural, normativa e o contexto de fronteira <i>Lylianne Chaparro Magalhães Souza</i> <i>Samuel da Silva Souza</i> <i>Élvis Christian Madureira Ramos</i>	90
Praças e Parques nas Cidades Fronteiriças no Rio Grande do Sul: patrimônio, identidade e integração <i>Ana Lúcia Oliveira da Silva</i> <i>Adriana Dorfman</i>	107
Ladário: um patrimônio desprotegido <i>Guilherme Luiz de Souza Fogaça</i> <i>Luciana Escalante Pereira</i> <i>Marco Aurélio Machado de Oliveira</i>	126
Turismo em Áreas de Fronteira: uma análise bibliográfica sobre o papel da integração regional e das dinâmicas territoriais no contexto da rota bioceânica <i>Kelly Vanessa Teixeira</i> <i>Cláudia Heloiza Conte</i>	145
Uso e Cobertura da Terra em Área de Especial Interesse Turístico: análise das dinâmicas naturais e antrópicas na possível área de entorno da estrada Parque Pantanal, MS <i>Guilherme Alexandre Oliveira Silva</i> <i>Larissa Gomes de Oliveira</i>	156
A RPPN Buraco das Araras Ecoturismo e a Conservação do Cerrado no Município de Jardim-MS <i>Daiane Alencar da Silva</i> <i>Kamila Batista Ifran</i>	167
Atlas das Cidades Gêmeas da Fronteira do Brasil: ferramenta de apoio para políticas públicas <i>Letícia Gabriela Silva Amorim</i> <i>João Marcello Gomes Almeida</i> <i>Camilo Pereira Carneiro</i>	183
O SISFRON como Projeto Estratégico do Exército Brasileiro na Defesa da Fronteira Oeste <i>Silvana do Valle Leone</i> <i>Elisa Pinheiro de Freitas</i> <i>Lia Andrea Barbato Tafarel</i>	198

Os Incêndios no Pantanal da Fronteira Brasil-Bolívia: as ações das forças armadas brasileiras no processo de mitigação aos desastres socioambientais e às mudanças climáticas <i>Daniel Gustavo de Moraes</i> <i>Elisa Pinheiro de Freitas</i>	217
O Apagamento do Corpo Negro e a Construção do Inimigo na Segurança Pública em Santa Catarina <i>Antônio Leonardo Amorim</i>	234
“Pertencer é Algo de Duas Vias”: migração afegã e existência no entre <i>Eleni Furtado Ververidis</i> <i>Jimena de Garay Hernández</i>	252
O Cuidado como Forma de Trabalho da Mulher no Pantanal <i>Ana Adelaide Ortega</i> <i>Mara Aline Ribeiro</i>	268
Barreiras e Inclusão no Mercado de TI: percepções acadêmicas sobre diversidade e oportunidades na fronteira Brasil-Bolívia <i>Ana Lucia Monteiro Maciel Golin</i>	279
Fronteiras Complexas: uma abordagem transdisciplinar sobre os estudos fronteiriços brasileiros na perspectiva de Edgar Morin <i>Vivian da Veiga Silva</i>	289
Nas Fronteiras do Suriname <i>Alexandre Bergamin Vieira</i> <i>Bruno Rogério Silva Cavalcante</i> <i>Yurgel Pantoja Caldas</i> <i>Kamila Madureira da Silva</i>	306

EDITORIAL

É com imensa satisfação que a Revista GeoPantanal apresenta este número especial, composto por uma seleção de 20 artigos originados no IX Seminário de Estudos Fronteiriços (IX SEF). Realizado entre 29 de setembro e 02 de outubro de 2025, o evento marcou o retorno definitivo à modalidade presencial, encontrando sua casa no Câmpus do Pantanal (CPAN) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na histórica cidade de Corumbá-MS.

Sediado na fronteira Brasil-Bolívia, o IX SEF se manifestou como um evento acadêmico e, também, um exercício de territorialidades fronteiriças vivas. Os trabalhos aqui reunidos refletem essa experiência imersiva, organizados em cinco eixos fundamentais que desenham a complexidade das zonas de contato.

O primeiro eixo mergulha na ancestralidade e na resistência. Os estudos focam na posse da terra e nos impactos da produção contemporânea sobre populações originárias: A CONDIÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE INDÍGENAS GUARANIS: DO RECONHECIMENTO DE DIREITOS À LUTA MULTI/INTER/TRANSTERRITORIAL; AS TERRAS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL: A DIMENSÃO

DA FAIXA DE FRONTEIRA E SUAS DINÂMICAS TERRITORIAIS e; EFEITOS DO USO DE AGROTÓXICOS NA RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS: UM ESTUDO DE CASO EM MATO GROSSO DO SUL.

O segundo eixo tem seu foco na cultura, linguagem e educação em contexto fronteiriço. Os artigos analisam o multilinguismo e as diretrizes educacionais binacionais: FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: MULTILINGUISMO E CONTATO ENTRE LÍNGUAS; APRENDIZAJE DEL PORTUGUÉS EN LA FRONTERA PUERTO SUÁREZ–CORMBI: UNA MIRADA DESDE LA HISTORIA FAMILIAR e; UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS DIRETRIZES DE ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL E BOLÍVIA: AS DIFERENÇAS DE ABORDAGEM CULTURAL, NORMATIVA E O CONTEXTO DE FRONTEIRA.

O terceiro eixo aborda a conservação da biodiversidade e o potencial do ecoturismo, com foco na sustentabilidade regional e na valorização do patrimônio cultural: TURISMO EM ÁREAS DE FRONTEIRA: INTEGRAÇÃO REGIONAL E A ROTA BIOCEÂNICA EM PORTO MURTINHO – MS; USO E COBERTURA DA TERRA NA ESTRADA PARQUE PANTANAL: DINÂMICAS NATURAIS E ANTRÓPICAS; A RPPN BURACO DAS ARARAS: ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO DO CERRADO EM JARDIM-MS; LADÁRIO: UM PATRIMÔNIO DESPROTEGIDO e; PRAÇAS E PARQUES PÚBLICOS: VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL EM CIDADES FRONTEIRIÇAS DO RIO GRANDE DO SUL.

O quarto eixo se debruça sobre questões de defesa, segurança pública e gestão de desastres. A presença do Estado e o papel das Forças Armadas são discutidos sob a ótica da estratégia e da mitigação de crises socioambientais: ATLAS DAS CIDADES GÊMEAS DA FRONTEIRA DO BRASIL: FERRAMENTA DE APOIO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS; O SISFRON COMO PROJETO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA DEFESA DA FRONTEIRA OESTE; OS INCÊNDIOS NO PANTANAL DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: AÇÕES DE MITIGAÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS e; O APAGAMENTO DO CORPO NEGRO E A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO NA SEGURANÇA PÚBLICA EM SANTA CATARINA.

O quinto eixo explora a interseccionalidade e as novas ondas migratórias, revelando a face humana e laboral da fronteira: “PERTENCER É ALGO DE DUAS VIAS”: MIGRAÇÃO AFEGÃ E EXISTÊNCIA NO ENTRE; O CUIDADO COMO FORMA DE TRABALHO

DA MULHER NO PANTANAL; BARREIRAS E INCLUSÃO NO MERCADO DE TI: PERCEPÇÕES ACADÊMICAS SOBRE DIVERSIDADE E OPORTUNIDADES NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA; FRONTEIRAS COMPLEXAS: UMA ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR SOBRE OS ESTUDOS FRONTEIRIÇOS BRASILEIROS NA PERSPECTIVA DE EDGAR MORIN e o estudo de caso NAS FRONTEIRAS DO SURINAME.

A fotografia escolhida para capa deste número ilustra o Porto Geral de Corumbá-MS, na fronteira Brasil-Bolívia. No lado esquerdo se vê o majestoso rio Paraguai, com algumas embarcações atracadas, ladeadas pelos inconfundíveis camalotes - verdadeiros jardins errantes do Pantanal que consistem em massas de vegetação que se soltam das barrancas e navegam pelo leito do Rio Paraguai, levados pela força das águas. No lado direito a paisagem é moldada pelas calçadas do Porto, com arborização próxima à rua que separa e, ao mesmo tempo, une o Casario do Porto do rio Paraguai. O novo e o velho se encontram e criam uma magia para o povo fronteiriço, e para quem experimenta a sensação de estar ali. A fotografia foi realizada pelo editor da revista no dia 29/09/2025.

Este número da GeoPantanal reafirma a fronteira não como uma barreira rígida, mas como um espaço de fluxo, conflito e, sobretudo, de vida. Convidamos todos à leitura desses trabalhos que, em sua diversidade, constroem uma ciência geograficamente situada e socialmente comprometida.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Edgar Aparecido da Costa

A CONDIÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA DE INDÍGENAS GUARANIS: DO RECONHECIMENTO DE DIREITOS À LUTA MULTI/INTER/ TRANSTERRITORIAL

LA CONDICIÓN TRANSFRONTERIZA DE LOS INDÍGENAS GUARANÍES: DEL
RECONOCIMIENTO DE DERECHOS A LA LUCHA MULTI/INTER/TRANSTERRITORIAL

THE CROSS-BORDER CONDITION OF INDIGENOUS GUARANI: FROM THE
RECOGNITION OF RIGHTS TO THE MULTI/INTER/TRANSTERRITORIAL STRUGGLE

DOI 10.55028/geop.v20i39

Liria Yuri Nagamine*

Resumo: Ao problematizar a condição transfronteiriça de indígenas guaranis na fronteira do Brasil com o Paraguai, o artigo busca refletir sobre a questão da mobilidade dos povos tradicionais que não reconhecem a fronteira como limite, partindo da perspectiva da categoria “território” em sua relação com a luta pela vida. Partindo-se de pesquisa exploratória e documental, a discussão é desenvolvida a partir de três leituras: analítica, normativa e da prática. Reflete-se sobre os desafios para cooperação entre países que possam considerar a condição multi/inter/transterritorial guarani em suas políticas territoriais.

Palavras-chave: territorialidade indígena, território transfronteiriço, direito coletivo, historicidade guarani.

Resumen: Al problematizar la condición transfronteriza de los indígenas guaraníes en la frontera entre Brasil y Paraguay, el artículo busca reflexionar sobre la cuestión de la movilidad de los pueblos tradicionales que no reconocen la

Introdução

A condição transfronteiriça de povos guaranis na fronteira entre o Brasil e o Paraguai se revelou como uma questão importante a ser problematizada no âmbito da pesquisa¹ sobre a presença de indígenas no contexto urbano da cidade de Guaíra (PR), vizinha com o município paraguaio de Salto del Guairá.

Diante da configuração de conflitos violentos em função dos movimentos de demarcação do Território Indígena (TI) “Tekoha Guassú-Guavirá” em Guaíra na última década, a identificação em campo da polarização do conflito em torno dos que interpretam

* Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); mestre e doutoranda em Geografia pela UFPR; <https://orcid.org/0000-0003-2440-7510>; liriaok@gmail.com.

¹ Pesquisa de doutorado em desenvolvimento pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR, iniciado em 2023, orientada pela Prof. Dra. Olga Lúcia Castreghini de Freitas e coorientada pela geógrafa Dra. Rosa Moura.

frontera como límite, partiendo de la perspectiva de la categoría “território” en su relación con la lucha por la vida. A partir de una investigación exploratoria y documental, el debate se desarrolla a partir de tres lecturas: analítica, normativa y práctica. Se reflexiona sobre los retos para la cooperación entre países que puedan considerar la condición multi/inter/transterritorial guaraní en sus políticas territoriales.

Palabras-clave: territorialidad indígena, territorio transfronterizo, derecho colectivo, historicidad guaraní.

Abstract: By addressing the cross-border condition of guarani indigenous peoples on the border between Brazil and Paraguay, this article seeks to reflect on the issue of mobility among traditional peoples who do not recognize borders as limits, based on the perspective of the category of “territory” in relation to the struggle for life. Based on exploratory and documentary research, the discussion is developed from three readings: analytical, normative, and practical. It reflects on the challenges for cooperation between countries that may consider the multi/inter/trans-territorial condition of the Guarani in their territorial policies.

Keywords: indigenous territoriality, cross-border territory, collective law, guarani historicity.



a ocupação indígena como “invasão” e daqueles que a caracterizam como “re-tomada” do território evidenciaram a face da intolerância do “outro” como uma de suas principais marcas. As constatações resultam de uma pesquisa exploratória inicial de campo realizada em janeiro de 2024, quando ocorreram episódios violentos de confrontos entre agricultores e indígenas na aldeia Tekoha YHovy. Dentre os argumentos que levam à conotação de que os indígenas seriam “invasores” por uma parte da população, estava o discurso de que eles seriam “paraguaios” que se cadastram na Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) como indígenas brasileiros para receberem benefícios.

Ao pesquisador, não há como ignorar a percepção de se tratar de afirmações carregadas de racismo e de estigmatização, perpetuadas com base no desconhecimento. Ou no não reconhecimento da condição de mobilidade dos indígenas que, desde muito antes da colonização, mantinham relações de vida baseadas em fluxos entre lugares de existência, sem fronteiras, como povos da floresta. Marés (2011, p.143) relata que o povo guarani “tradicionalmente manteve seu território compartilhado com outros povos, conseguindo viver em relativa harmonia”, sendo essa uma das características que permitiu a sua sobrevivência até os dias atuais: a sua habilidade de se tornar invisível.

As reflexões expostas impuseram a necessidade em se problematizar a

condição transfronteiriça indígena, já que a pesquisa em andamento considera a mobilidade entre países como um dos elementos do cotidiano de indígenas no contexto urbano do município de Guairá. Tem-se como objetivo, neste artigo, explorar a partir de pesquisa exploratória bibliográfica e documental, possibilidades para se pensar essa questão antes da realização da investigação etnográfica em campo² a ser feita nas aldeias de Guairá. Para tanto, partiu-se das reflexões desenvolvidas por Haesbaert (2021) no livro intitulado “Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na ‘América Latina’”. De acordo com o autor, a categoria território, situado na “América Latina”, envolve três leituras possíveis, entrelaçadas e indissociáveis: analítica, normativa e da prática.

O artigo desenvolve assim a discussão da condição transfronteiriça em quatro seções distintas. Na primeira, considerando o território como instrumental interpretativo da pesquisa, ele “se transforma em um conceito teórico e metodologicamente elaborado através da reflexão intelectual” (Haesbaert, 2021, p. 131). Na segunda, da leitura do território sob a abordagem normativa destacam-se a conjuntura de direitos internacionais indígenas, a abertura democrática possibilitada pelas Constituições de 1988 e 1992 no Brasil e Paraguai respectivamente e a sua repercussão nos procedimentos da produção estatística nesses países. A terceira leitura considera as condições nas quais, sob os conceitos formulados por Haesbaert (2021) de multi/inter/ transterritorialidade, seria possível identificar na prática “um paradigma (multi)territorial contra-hegemônico” com intenções normativas. Nas considerações finais, a análise é orientada para a reflexão sobre os desafios necessários em uma possível cooperação entre países ao se considerar a condição transfronteiriça em suas políticas territoriais.

O território como categoria de análise geográfica para refletir sobre a condição transfronteiriça indígena

A necessidade de se problematizar a condição transfronteiriça indígena que se impôs mediante o cenário de conflito destacado na introdução, revela como caminho de pesquisa a historicidade em que se inserem os povos originários e, com ela, a definição de território como categoria analítica. Na origem dos conflitos, constata-se a dificuldade societal em aceitar que indígenas possam obter direitos específicos em função somente de que viviam livremente num continente sem fronteiras antes da colonização europeia. Consideram que as normas deveriam ser aplicadas uniformemente a todos, independentemente de raça ou etnia, ques-

² A pesquisa qualitativa de campo será realizada durante o mês de novembro de 2025, conforme pesquisa aprovada pelo sistema CEP/Conep (Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), Processo nº 08620.001339/2025-02.

tionando a justiça na destinação de terras a populações indígenas quando essas áreas já possuem proprietários legalmente constituídos.

Com o intuito de refletir sobre esse contexto, nos aproximamos das ideias deixadas por Quijano (2009) para a compreensão de que o resgate da historicidade necessita ser realizado sob a perspectiva de como se inserem os povos originários em uma história eurocentrada, cujo poder de dominação se tornou mundial a partir da colonização da América Latina. Nesta linha de pensamento, faz-se necessário conceber que o padrão mundial de poder foi brilhantemente forjado ao longo dos séculos (sobretudo entre os séculos XVII e XIX), no qual foi “elaborado e formalizado um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo” (Quijano, 2009, p.74). Sendo assim, estabeleceu-se um padrão de conhecimento “imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como um emblema da *modernidade*” (Quijano, 2009).

Considerando tais premissas, torna-se importante refletir, frente à questão da “dificuldade da sociedade atual em aceitar os direitos dos indígenas” se este padrão de racionalidade moderna, imposto mundialmente, não se propagou ao longo dos tempos e se encontra naturalizado pela sociedade contemporânea atual. Nesse sentido, cabe considerar que, o eurocentrismo se manifesta sim nos países colonizados, não sendo “exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia” (Quijano, 2009, p.74-75).

E que mesmo em diferentes vertentes de pensamento como o liberalismo e materialismo histórico, duas questões eurocêntricas se destacam em comum. A primeira se sobressai por considerar a existência social a partir de elementos historicamente homogêneos, ou seja, a partir da perspectiva de uma única estrutura social (a europeia) na qual “algo chamado ‘sociedade’, enquanto uma articulação de múltiplas existências sociais numa única estrutura, ou não é possível ou não tem lugar na realidade” (Quijano, 2009, p.78). Na segunda questão, “subjaz a ideia que de algum modo as relações entre os componentes de uma estrutura societal são dadas, *ahistóricas*, ou seja, são o produto da actuação de algum agente anterior à história das relações entre as gentes” (Quijano, 2009, p.78).

A partir dessas duas questões, o autor nos leva a refletir que tal sistema eurocêntrico de poder que impõe racionalmente uma homogeneidade societária totalizante, não daria conta da experiência humana que é historicamente e, para além, diversamente construída. Ou seja, o sistema mundial não é homogêneo, antes, é aberto e heterogêneo, sendo composto por estruturas sociais múltiplas, em constante movimento de conflitos e transformações.

Em relação à questão formulada sobre a condição transfronteiriça indígena, pode-se por um lado conjecturar que o sistema homogêneo e eurocêntrico se impôs na América Latina, via estabelecimento de um Estado-Nação moderno, de poder estatal, no qual se destaca o poder territorial, exercido sobre limites ou fronteiras com a validação de um sistema jurídico. A sociedade compreendida dentro desses limites político-administrativos teria sido, desta forma, educada ao longo dos últimos dois séculos, sob um modelo baseado em um pensamento que considera sua conformação como “ahistórica” (Quijano, 2007). Sendo assim, faria sentido para essa sociedade, a noção de que os indígenas não existiam nos lugares que hoje pertencem aos proprietários atuais das terras. Essa parece ser uma explicação plausível para que se possa compreender a perspectiva dos que veem as relações transfronteiriças indígenas como denunciáveis, errôneas e ilegais, sendo inaceitável a presença de “indígenas paraguaios” junto às aldeias brasileiras em Guaíra, usufruindo de facilidades, documentações e auxílios governamentais.

Por outro lado, o sistema heterogêneo, aberto, múltiplo e societário mundial (Quijano, 2007) inspirou Haesbaert (2021) a enunciar que frente a esse paradigma territorial hegemônico, há um modelo contra-hegemônico e que é (multi)territorial e descolonial:

uma outra conformação territorial, aquela que brota da base, dos cotidianos vividos no calor das r-existências (...) que, se não estão disseminadas, atuam como um fermento na construção de outras formas de sentir, de falar e de fazer (multi)territorialidades – sempre no plural, em consonância com o pluriverso preconizado pela descolonialidade (Haesbaert, 2021, p. 353-354).

Haesbaert destaca o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, de quem empresta o termo r-existências, para enfatizar o foco para “um território como categoria *também* da prática, produzido em meio às múltiplas lutas de r-existência dos diferentes grupos subalternos que, do espaço rural ao urbano, marcam a diversidade geo-histórica latino-americana” (Haesbaert, 2021, p. 154).

Eis o porquê em se priorizar o território como categoria nesta discussão: refletir sobre a condição transfronteiriça indígena consiste em aliar-se à luta expressa pela sua territorialidade. Em sintonia com as reflexões de Haesbaert (2021), na pesquisa em andamento, a priorização pela categoria território envolve uma exigência em se incorporar à luta pela vida e existência de uma multiplicidade de grupos que resistem à violência da dinâmica dos processos de expropriação, desterritorialização e reterritorialização.

No âmbito da Geografia é relevante salientar, por último, que isto se realiza não em detrimento da categoria ‘espaço’. Pelo contrário, pensar no espaço é funda-

mental, sobretudo por se constituir em condição essencial para a análise proposta, especialmente no contexto da discussão sobre a indissociabilidade/coexistência do espaço (Santos, 2013; Lefebvre, 1986; Martins, 1996; Massey, 2004).

Os procedimentos da produção estatística do Brasil e do Paraguai e o reconhecimento da historicidade transfronteiriça indígena

Na leitura a seguir, considera-se a categoria “território” sob uma abordagem normativa, o que significa conceber o território como alcance geográfico da soberania estatal pela conformação de um Estado-Nação. Dentre outros elementos de análise de uma perspectiva normativa, a condição transfronteiriça indígena será problematizada pelo viés de duas instituições que atuam nos procedimentos da produção estatística sobre a realidade indígena para o planejamento de ações em políticas públicas: o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no Brasil e o INE (Instituto Nacional de Estadística) no Paraguai. Ambas têm se destacado recentemente em relação a resultados inéditos de dados estatísticos indígenas. A partir dos resultados obtidos nos últimos censos, pode-se dizer que a população indígena tem se mostrado cada vez mais heterogênea e multiterritorial.

Tal sucesso pode ser atribuído ao impacto mundial sobre as reformas constitucionais e de regulamentações em diversos países que teve início com a Convenção nº 169/OIT/1989 que tratou das questões sobre os povos indígenas e tribais e a garantia de direitos internacionais sob novas bases, diferente das práticas discriminatórias e de assimilação perpetuadas durante muito tempo, sobretudo nos países colonizados. A repercussão chegou ao Brasil com a Constituição Federal de 1988 e no Paraguai com a sua Constituição Nacional de 1992 (CEPAL, 2015).

No Brasil, a partir do censo de 1991, sob influência do momento político vivido após a promulgação da Carta Magna de 1988, o IBGE passa a se preocupar com a captação de dados sobre a população indígena, incorporando pela primeira vez, a opção indígena dentro do tema de investigação sobre “cor ou raça”. Os resultados desse censo foram obtidos a partir de respostas declaradas por auto-identificação, sendo repetida no censo de 2000. Análises posteriores apontaram que o resultado de 2000 em relação ao de 1991, num primeiro momento, enunciador de um crescimento populacional indígena, era falho metodologicamente em representar a realidade desta população no país.

Uma mudança na postura de coleta no censo demográfico de 2010 realizou-se pela superação do problema de localização das terras e aldeias indígenas, devidamente cadastradas na Base Territorial de levantamento e coleta do IBGE; e pela evolução da metodologia de coleta com a abertura de um tema de cobertura: “se

considera indígena” nesses locais. Uma prova piloto realizada em conjunto com o Paraguai, em 2008, demonstrara a dificuldade para os indígenas em responder ao quesito “cor ou raça”, observada por técnicos e pesquisadores como uma das razões que levava aos números baixos e/ou oscilações obtidos nos censos anteriores (IBGE, 2022a).

Em 2022, a manutenção das diretrizes básicas da metodologia de 2010 permitiu a comparabilidade entre os resultados. Além disso, ampliações feitas à metodologia de coleta de dados repercutiram positivamente nos resultados. Enquanto a população indígena identificada em 2010 fora de 821.493, este número chegou a 1.694.836 indígenas em 2022. Em relação à população total brasileira, esses números indicam um salto do percentual indígena de 0,43% para 0,83%.

Explica-se que nesse censo, enquanto o quesito “cor ou raça” possui cobertura universal para todos os recenseados inclusive indígenas, há uma mudança fundamental referente ao tema de cobertura “se considera indígena”. Enquanto em 2010, a pergunta “se considera indígena” foi realizada somente no interior de Terras Indígenas, em 2022, a aplicação se deu em áreas que foram chamadas de “localidades indígenas” (IBGE, 2022a). As localidades indígenas compreendem “todos os lugares do Território Nacional onde existia um aglomerado permanente de habitantes declarados indígenas” (IBGE, 2022b, p.7). Esta ampliação tornou visível a conformação territorial de agrupamentos de indígenas desterritorializados em áreas urbanas ou rurais, nunca vista antes em documentos oficiais.

O número expressivo de indígenas registrado no censo de 2022 no Brasil, pode indicar, desta forma, que cada vez mais indígenas estão deixando a condição de invisibilidade a que foram submetidos desde a chegada dos colonizadores, seja por imposição normativa, seja por estratégia de sobrevivência. Este movimento demonstra, por outro lado, que, ao retratar um Brasil plural e multicultural a partir desses dados, deve-se ter o cuidado para não tomá-lo como uma realidade dada e “ahistórica”, como é a tendência na prática ao se naturalizar como retrato estático e totalizante da sociedade, aquele registrado pelos dados. Uma tendência que ressalta a colonialidade do poder, longe ainda de ser superada (Quijano, 2007).

No Paraguai, país em que a Constituição Nacional de 1992 reconheceu o “guarani” como língua oficial junto com o espanhol, imagina-se ver reproduzido em seus dados estatísticos a mesma importância dada ao indígena em relação ao idioma. Contudo, naquele país, somente 2,29% da população (140.049 indígenas) se declarou indígena em 2022. A título de comparação assinala-se o contraste em relação a outros países latino-americanos como o Chile (11%, censo de 2012), México (15,1%, censo de 2010), Panamá (12,3%, censo de 2010), Bolívia (62,2%), Guatemala (41%) e Peru (24%), os três últimos a partir de estimativas em 2010

(Cepal, 2015). Tal constatação parece somente sublinhar o fato de que os limites político-administrativos, ou seja, estar do lado de cá ou de lá da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, não atenuou a crueldade do projeto de disputa colonial pela exploração do território que levou à des(re)territorialização dos indígenas na região, e muito menos das estratégias de sobrevivência que adotaram, dentre elas a invisibilidade. A baixa representatividade de indígenas em relação à população total paraguaia, assim como no Brasil, portanto, deve ser novamente ressaltada e não deve ser analisada sem considerar o seu conteúdo histórico e cultural.

Em comparação ao Brasil, a experiência censitária indígena paraguaia conta com um período estatístico a mais de levantamento de dados. Ao todo foram realizados cinco censos, o primeiro em 1981, sob o marco do *Estatuto de las Comunidades Indígenas (Ley 904/81)*, ainda durante o regime ditatorial do governo de Alfredo Strossner. Logo após a queda de Strossner 1989, é promulgada a nova Constituição Nacional em 1992. A este evento se seguiram quatro censos, denominados de Censo Nacional de Población y Vivienda. Esclarece-se que o censo realizado em 1981, foi um “censo de hecho”, o que significa dizer que só se registraram os indígenas presentes no dia do levantamento. Os demais, foram realizados como “censo de derecho”, ou seja, registraram-se as pessoas que residentes, segundo declaração do entrevistado na residência.

Segundo o INE (2024), o censo realizado em 2002 foi marcado por grandes mudanças metodológicas, antes, portanto, das mudanças que se estabeleceram na metodologia brasileira que ocorreram em 2010. No Paraguai, já no censo de 2002, incluiu-se a “participação dos povos indígenas, acompanhamento de líderes comunitários, organizações indígenas, indigenistas, governos locais e instituições públicas e privadas” (INE, 2024, p.22, tradução nossa).

O censo seguinte de 2012 seguiu a mesma linha metodológica participativa à qual incluiu adicionalmente os resultados das atividades desenvolvidas diante de uma prova piloto conjunta realizada com o Brasil em 2008. Além disso, realizou uma atualização cartográfica e aplicação prévia de prova piloto individual e censo experimental. Da mesma forma, em 2022, prosseguiram-se as inovações, complementações e reformulações, diante das quais os resultados apresentaram uma variada gama de informações por comunidade indígena, incluindo diversas questões específicas e diferenciadas em relação ao Brasil, como a situação da terra e seus recursos, acessos à justiça e sobre associações e organizações indígenas nas comunidades.

Com a breve revisão realizada nos censos dos dois países, um aspecto chama a atenção. Consiste no desencadeamento de uma série de inovações metodológicas em ambos os países que não parecem ser coincidência, sendo que tanto o IBGE

como o INE citam uma prova piloto conjunta realizada entre Brasil e Paraguai em 2008, evidenciando um órgão atuante na promoção para a geração de dados estatísticos sobre a população indígena. A análise das metodologias apresentadas nos documentos censitários dessas instituições revela um notável grau de detalhamento e precisão, o que indica um elevado nível de empenho por parte dessas organizações em suas atividades.

Constata-se que a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), através da sua divisão de população (CELADE – Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia), encabeçava ações com o desafio de incluir nos censos de países latino-americanos o enfoque étnico, tendo em vista o direito à informação enunciado no conjunto normativo de princípios e direitos indígenas da ONU. De maneira geral, os censos realizados até a década de 2000 nos países latino-americanos, tinham sido “sistematicamente questionadas por diversas organizações indígenas e afrodescendentes, de maneira mais categórica em alguns países que em outros, mas em todos os casos fazendo referência a uma importante subestimação em seu volume” (CEPAL, 2011, p.10, tradução nossa).

O desafio consistia na determinação de normas operacionais a serem implementadas em atenção à posição dos indígenas de ver respeitado o direito à “livre determinação”. As discussões e os estudos levaram à definição de critérios de “autoidentificação” de indígenas baseados na participação ativa de representantes destes povos na coleta e levantamento de dados (CEPAL, 2015).

Com base nessa demanda, o CELADE coordenou, no ano de 2008 em Santiago, um seminário de capacitação (Seminário “Censos 2010 y la inclusión del enfoque étnico: hacia una construcción participativa com pueblos indígenas y afrodescendentes de América Latina”) que redundou na produção de cinco módulos de documentos que compõe a coleção “*Contar con todos. Caja de herramientas para la inclusión de pueblos indígenas y afrodescendentes em los censos de población y vivienda*” (CEPAL, 2011). Os módulos dessa caixa de ferramentas perpassam por questões normativas, conceituais, processuais, de identificação étnica, questionários, metodologia de participação e difusão e análise dos dados censitários.

O módulo IV desta caixa de ferramentas incluiu as experiências de provas pilotos e censos experimentais realizadas por diversos países, dentre eles a prova piloto conjunta entre o Brasil e o Paraguai, aplicada nos dias 11 e 12 de novembro de 2008 (em aldeias indígenas selecionadas em ambos os países) cuja oficina de avaliação foi realizada nos dois dias posteriores em Foz do Iguaçu. Esta prova piloto teve como objetivo

testar um conjunto de aspectos conceituais, metodológicos e operacionais destinados a melhorar a coleta de informações sobre os povos indígenas em ambos os países e avançar na harmonização conceitual e operacional da coleta de dados, no âmbito das atividades preparatórias para o censo de 2010. (CEPAL, 2011, p.20, tradução nossa).

O relatório do módulo IV evidencia como principais ensinamentos desta prova conjunta a necessidade de:

- Ter recenseadores que pertençam à comunidade que está sendo investigada, ou que falem seu idioma, ou que sejam acompanhados por um líder comunitário.
- Treinar e sensibilizar os possíveis recenseadores ou supervisores não indígenas sobre a visão de mundo das pessoas a serem recenseadas, a fim de garantir a qualidade dos dados coletados e agilizar o tempo das entrevistas.
- Buscar mecanismos de comunicação com as comunidades indígenas a serem recenseadas, a fim de contar com seu apoio na execução das diferentes operações, o que pode ser feito por meio de reuniões com líderes e organizações indígenas.
- Conscientizar os governos regionais e centrais sobre o uso adequado das estatísticas coletadas na operação do censo. (CEPAL, 2011, p.22, tradução nossa).

Há que se considerar ainda o compromisso com premissas contra-hegemônicas do pensamento decolonial, corolárias desse processo. É importante que se compreenda, para tanto, que em sua origem, a demanda da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre a necessidade de se obter dados estatísticos da população mundial indígena se fez, primariamente, pelo reconhecimento do atraso em considerar a sua perspectiva histórica. Segundo declaração realizada pela ONU no primeiro de uma série de seis documentos produzido entre 2009 e 2025, intitulado *State of the World's Indigenous People*, “As questões indígenas receberam pouca atenção da comunidade internacional até as últimas três décadas do século XX” (ONU, 2009, p.2) e de fato, “suas vozes não foram ouvidas aqui” nas primeiras décadas de existência da Organização (ONU, 2009, p.1).

A Organização esclarece que as preocupações com os direitos da população indígena iniciaram a repercutir nas décadas de 1960 e 1970 quando muitas organizações indígenas surgiram ao redor do mundo, impelido pelos “movimentos decoloniais” e crescimento das organizações não governamentais em geral. Tal processo levou à criação de inúmeros mecanismos para atender questões relativas aos povos indígenas dentro da ONU na década de 1980, redundando na adoção da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os Povos Indígenas e Tribais em 1989 (anteriormente citado), Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas em 2007 e da realização da Conferência Mundial dos Povos Indígenas em 2014, para citar três importantes ocorrências (ONU, 2009).

Adverte-se, neste contexto, o cuidado que se deve ter ao se interpretar o conteúdo de destaque dado pela Organização de que a demanda por estatísticas indígenas se constitui em uma ação emergencial para o planejamento e monitoramento de indicadores, visando atingir os “objetivos de desenvolvimento sustentável” concernentes às desigualdades e discriminação racial, como parte dos instrumentos para os direitos humanos internacionais. Conforme temos analisado, consiste em estar atento à armadilha em se considerar os dados como simples retratos da realidade, ou seja, como “ahistoricos”.

E para além, demanda em esforço conjunto entre os países em considerarem a condição transfronteiriça dos indígenas nos procedimentos de sua produção estatística, levando em conta que o reconhecimento do direito à autodeterminação como direito coletivo à vida de populações indígenas nas constituições brasileira e paraguaia apresenta-se como uma armadilha, conforme Marés (2011) nos auxilia a compreender. Pois, como reconhecer o direito coletivo de povos dentro de um Estado Nação que tem como base regulamentar constitucional o direito individual?

Foi o direito individual que ditou as regras do processo de assimilação, subjugação e integração indígena à população brasileira ou paraguaia, na medida em que o Estado Nacional, “negou a todos estes grupamentos humanos qualquer direito coletivo, fazendo valer apenas os seus direitos individuais, cristalizados na propriedade” e com ela, os contratos (Marés, 2011, p.138).

O direito coletivo reconhecido aos indígenas no Brasil pela Constituição de 1988, para Marés (2011) não é mais do que uma armadilha para a autodeterminação. Ou seja, o direito à autodeterminação com base no qual os censos indígenas foram realizados pelo critério da autoidentificação, não se realiza sob um Estado Nação:

Os povos têm a autodeterminação para se constituir em Estado, desde que não estejam sob a jurisdição de um Estado já constituído. Organizado o Estado, a autodeterminação, ou a livre disposição de si mesmo como povo, significa o seguimento das regras legais estabelecidas pelo próprio Estado. O reconhecimento do direito de autodeterminação dos povos, pelo direito internacional é, pois, o direito à autodeterminação dos Estados que garantam os direitos individuais, entre eles o de propriedade (Marés, 2011, p. 162).

Assim, portanto, os indígenas dependem do Estado em que se localizam para a sua sobrevivência, seja em terras indígenas ou fora delas, contraditoriamente ao ensejo da autodeterminação. Situação que se apresenta como condição conflituosa à dinâmica transfronteiriça existente nas fronteiras entre os países. Pode se afirmar, portanto, retornando a Quijano (2007), que isto ocorre porque o conjunto normativo que regulamenta o país, estruturado segundo um modelo de sistema homogêneo e eurocêntrico de poder, da colonialidade do poder, se mostra

insuficiente e incapaz de abarcar a heterogeneidade identificada da sociedade (Quijano, 2007).

A condição transfronteiriça indígena na prática e nas normas: a multi/inter/ transterritorialidade em análise

À guisa de se seguir para a reflexão principal deste artigo, cabe destacar que os resultados alcançados pelos censos do Brasil e do Paraguai revelam, sobretudo, que o caminho a ser trilhado por essas instituições não deveria ser outro senão o de melhorar cada vez mais as suas metodologias de forma a considerar a população indígena, sua diversidade e heterogeneidade e, de acordo com a CEPAL (2011), a

situação inaceitável de discriminação estrutural, derivada dos processos históricos de colonização, conquista e expansão dos estados republicanos, que atualmente se expressa em níveis mais altos de pobreza e marginalização e é interpretada como uma clara violação dos direitos humanos (CEPAL, 2011, p. 3, tradução nossa).

E que sendo assim, ao se considerar o território como categoria de análise na prática, ter em mente que este seria conformado por uma diversidade de grupos historicamente constituídos, sendo necessária “atenção para as práticas transformadoras daqueles que vivem no “olho do furacão” das lutas, no coração dos enfrentamentos de r-existência, abertos a constantemente (re)aprender” (Haesbaert, 2021, p. 353).

Considerando o território na prática, Echeverri (2004 *apud* Haesbaert, 2021), analisa que os indígenas concebem uma noção diferente de território daquele que estamos acostumados a pensar. Para os indígenas, o território se concebe como uma tessitura em um modelo relacional, valorizando-se “as pequenas áreas (de moradia e plantio, por exemplo) e os circuitos de circulação, reconhecendo-se ampla margem de espaços ‘não dominados’ ou sob o controle de outras espécies animais e vegetais” (Haesbaert, 2021, p. 291).

O território tendo a condição transfronteiriça indígena como questão de análise, estabelece-se assim, a partir da tessitura de um modelo relacional, representado pela luta, na prática, de povos indígenas que reivindicam direitos transterritoriais. Por outro lado, Haesbaert (2021) introduz, com a mesma linha de propósito por uma luta de(s)colonial na América Latina, as noções de multiterritorialidade, interterritorialidade e transterritorialidade.

Sublinha-se que o geógrafo (Haesbaert, 2021) considera em explorar, para além de uma noção de transterritorialidade, a complementaridade existente desta com a noção de multiterritorialidade e interterritorialidade, como “ferramenta de

esclarecimento e/ou na reformulação de processos e fenômenos” (Haesbaert, 2021, p.337), sendo que para tanto:

- multiterritorialidade sublinha a propriedade mais ampla que, a partir da existência de uma multiplicidade de territórios, possibilita usufruir desses diversos territórios ou transitar entre eles – eles próprios também, de alguma forma, vistos internamente como “plurais”;
- interterritorialidade destaca o “estar entre” ou o viver concomitantemente em espaços “de fronteira”, entre distintos territórios;
- transterritorialidade, por fim, enfatiza a internalização desse estado frequente de movimento, de trânsito, a reiterada travessia ou passagem entre diferentes territórios/territorialidades (Haesbaert, 2021, p. 336).

A noção de territorialidade se impõe, nestas definições, “como uma estratégia a ser acionada quando o espaço material (um limite ou fronteira geográfica, pode-se dizer) é acionado para controlar determinado fluxo, seja ele de pessoas, mercadorias ou informações” (Haesbaert, 2023, p. 4). Em relação aos indígenas, Haesbaert argumenta que a transterritorialidade implica em ver o limite em um sentido amplo, da vida que “pode ser percebida como desdobrando-se em um ir-e-vir entre aberturas e fechamentos, fixações e mobilidades – em outras palavras, criação e destruição de limites” (Haesbaert, 2021, p. 287).

Pelo acima exposto, os dados do IBGE e do INE sobre a realidade indígena, ao serem levantados em cada lado da fronteira, restringem-se à multiterritorialidade dentro dos limites político-administrativos do Brasil e do Paraguai. Contudo, a multiterritorialidade indígena constituída pela interterritorialidade e transterritorialidade indicam o espaço em que povos indígenas, coletivamente, coexistem cotidianamente com um sem-número de outras estruturas societárias.

Apesar das limitações estatísticas levantadas internamente nos países, no documento intitulado “Os povos indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos” elaborado pela CEPAL (2015) - com propostas formuladas para o primeiro Fórum Mundial Indígena que se realizou em 2014 (Nova Iorque) -, coube a formulação de uma seção de análise relativa à mobilidade dos povos indígenas através das fronteiras. O documento indica, entre outros pontos, a necessidade de “criar ou fortalecer mecanismos que permitam o livre trânsito dos integrantes de povos indígenas que foram fragmentados pelos limites dos Estados” (Cepal, 2015, p. 74).

Observa-se que a transterritorialidade, garantindo o direito de ir e vir dos indígenas através das fronteiras e facilitando o contato e as relações entre os povos, é prevista também nos principais documentos internacionais de garantia

dos direitos indígenas: Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (artigo 36), Convenção nº 169 da OIT sobre os Povos Indígenas e Tribais (artigo 32) e Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (artigo 20).

Na Constituição Federal do Brasil, ao reconhecer aos indígenas “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (Brasil, 1988, art. 231) e na Constituição da República do Paraguai, ao reconhecer “a existência de povos indígenas, definidos como grupos culturais anteriores à formação e organização do Estado paraguaio” (Paraguay, 1992, art.62, tradução nossa) reconhecem, muito embora não de forma direta, a sua transterritorialidade.

Não existiria impedimento, pois, do ponto de vista normativo internacional, para que ações conjuntas entre os países pudessem ser formuladas de forma a considerar a condição transfronteiriça dos indígenas que transitam entre o Brasil e o Paraguai. Como proposta, uma prova-piloto conjunta entre o Brasil e o Paraguai poderia ser realizada visando o próximo censo, incorporando esta questão para fins de planejamento, dada a urgência em problematizar uma questão tão importante conforme argumentamos até aqui.

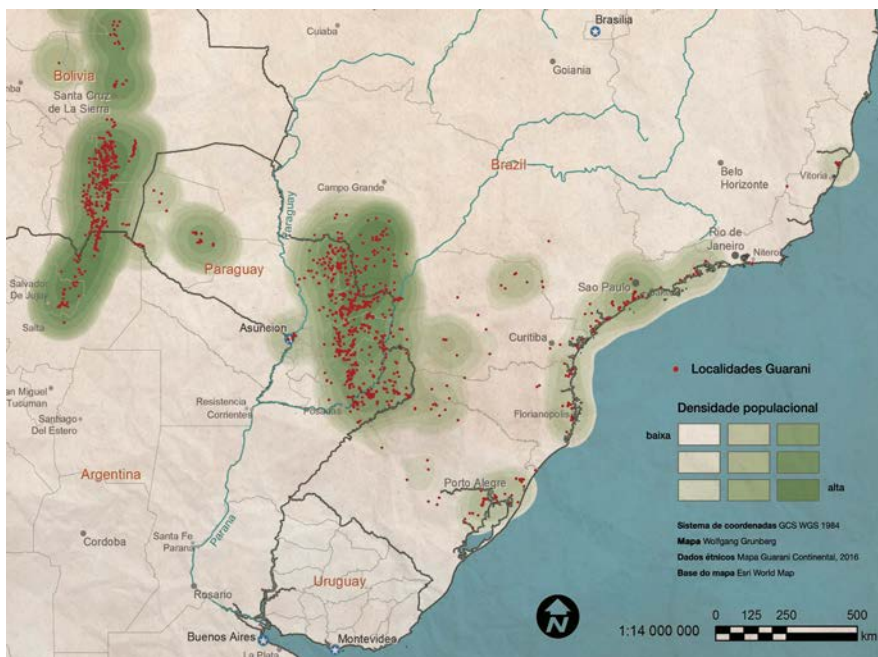
Sob a perspectiva indígena, povos indígenas guaranis têm utilizado a noção de transterritorialidade, tanto visando a sobrevivência na prática, como também, ressalta-se, com pretensão normativa (Haesbaert, 2021). É o que pode ser constatado a partir da primeira exigência do documento final do III Encontro Continental do Povo Guarani realizado em 2010, em Assunção: “exigimos dos governos da Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai o conhecimento como Nação Guarani e sua condição de Transterritoriais e Transfronteiriços e que por esta razão devem ter os mesmos direitos de saúde, educação e trabalho nos quatro países” (CINI, 2010).

A autodenominação Nação Guarani, merece uma reflexão sobre a qual multiterritorialidade se refere esse povo. Para tanto, faz-se oportuno destacar os documentos na forma de caderno e mapa intitulados “Guarani Continental” (EMGC, 2016), elaborados como resultado de um projeto conjunto do esforço de organizações e instituições indígenas e não indígenas da Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai.

Em primeiro lugar, é surpreendente a dimensão multiterritorial em que se veem distribuídas as inúmeras localidades indígenas pelos quatro países (Figura 1). Não é difícil de visualizar, a partir desta imagem, o território guarani como uma tessitura relacional e, também, os conceitos desenvolvidos por Haesbaert que podem levar a interpretar a forma como a territorialidade guarani é composta por “localidades” e pessoas que se estabelecem interterritorialmente ou nos

espaços “entre”, nas quais se estabelecem as mobilidades por vias e caminhos, ou a transterritorialidade.

Figura 1. Localidades guaranis na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai



Fonte: EMGC (2016).

A condição transfronteiriça sob a perspectiva deste povo é assim interpretada:

Os **Guarani** são povos com alta mobilidade, mas isto não quer dizer que são nômades sem residência fixa; de fato, vivem em aldeias de diversos tamanhos e são bons agricultores (EMGC, 2016, p. 9).

As migrações geralmente se dão quando um grupo dissidente vai para outra terra, mas parte da população permanece no lugar de origem. No entanto, a unidade do modo de ser guarani não se desfaz e as características específicas de cada lugar não impedem a comunicação e a relação entre comunidades de um amplo território, ainda que este seja cortado pelas fronteiras atuais de diferentes Estados nacionais (EMGC, 2016, p. 10).

As migrações se deram por diferentes motivos: um dos mais fortes foi, talvez, a busca da “terra-sem-mal”. São males, para os **Guarani**, uma terra esgotada para a agricultura, uma paisagem desértica, um campo sem árvores ou, na atualidade, a produção de gado e as monoculturas da soja, pinus ou cana de açúcar, que ameaçam suas vidas e seus territórios (EMGC, 2016, p. 10).

O colonialismo europeu, tanto português como espanhol, explorou a mão de obra guarani, causando morte e destruição cultural. O neocolonialismo atual é ainda mais agressivo, ao expulsar aos indígenas de suas terras e fragmentar seu território (EMGC, 2016, p. 13).

De outro ponto de vista, mediante tal multi/inter/transterritorialidade guarani, ressalta-se o que não é visível no mapa: em primeiro lugar, as territorialidades de outras estruturas sociais com as quais convivem hoje as localidades indígenas, cujas conformações são diversas e quase sempre conflituosas e, em segundo lugar, a dinâmica de des(re)territorialização desses povos ao longo do tempo, deixando de perceber a historicidade contida no retrato atual. Assim, portanto, o caderno elaborado, tenta preencher um pouco daquilo que o mapa não consegue revelar.

Por fim, a pretensão normativa do conjunto mapa e caderno fica clara ao afirmarem que eles foram concebidos como “instrumentos de apoio em suas demandas por territórios e políticas que respeitem sua autonomia como povos que vivem em diferentes países, unidos por vínculos de língua, cosmovisão, história e cultura” (EMGC, 2016, p. 6).

Considerações finais

Pelo exposto, considerar a condição transfronteiriça em políticas territoriais brasileiras e paraguaias consiste em desafio de importância na cooperação entre os países em se tratando da questão indígena. Nesse sentido, parece evidente que tanto organizações indígenas como os órgãos internacionais, em sua trajetória para o reconhecimento da condição indígena, têm conseguido um alcance considerável em seus resultados no Brasil e no Paraguai.

A abertura de um horizonte de conciliação para os povos indígenas se fez pelo reconhecimento da necessidade de dados estatísticos que pudessem servir de apoio à autodeterminação, que em linguagem normativa refere-se à garantia de um direito coletivo à vida de populações indígenas, refletidas nas novas Constituições.

Assim, avançar na construção de censos cada vez mais participativos e fidedignos do retrato da realidade indígena constitui em processo necessário, com a força de revelar à sociedade em geral, a história da produção do apagamento étnico. Um dever do Estado que, apesar dele (das armadilhas determinadas pelo direito individual como base do direito à propriedade), pode levar à garantia de respeito aos direitos coletivos e com ele, à proteção de seus direitos individuais.

Ao considerar a condição transfronteiriça dos indígenas a partir da noção de multi/inter/transterritorialidade, vimos com o exemplo dos guaranis, que há um desafio posto, cujo caminho pode ser trilhado desde que haja cooperação e acordo entre os países. Visto desta forma, a fórmula parece ser muito simples. Contudo, ficou evidente pelo exercício de análise realizado, que ao se isolar a variável população indígena no mapa, ao mesmo tempo em que se ilumina a (r)existência

dos guaranis ao longo dos séculos, deixa-se de considerar a coexistência no tempo e no espaço de toda a sociedade que é diversa, multicultural, multirracial entre tantas outras pluralidades.

O exercício analítico com base na noção de multi/inter/transterritorialidade realizado para analisar a condição transfronteiriça indígena tendo em vista a prática e as normas parece revelar ainda que o que está em jogo deve ser, no final das contas, a luta e a defesa do “território da vida”. Da vida que se processa entre limites e fronteiras, mas não somente as estatais. Antes e sobretudo, das que se estabelecem no cotidiano tanto no interior dos grupos como fora deles, entre eles ou na travessia deles. O conflito em Guaíra, carregado da violência do estigma e do racismo, se processa, afinal, entre trincheiras, nas fronteiras internas da sociedade.

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em conjunto com a FA (Fundação Araucária) por meio do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) no Estado do Paraná, pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Caja de herramientas para la inclusión de pueblos indígenas y afrodescendientes en los censos de población y vivienda: Módulo 4 – Las pruebas piloto para incluir a pueblos indígenas y afrodescendientes: experiencias y lecciones aprendidas**. Santiago, Chile: Nações Unidas, 2011.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Os povos indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos**. Santiago, Chile: Nações Unidas, 2015.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Documento Final do III Encontro Continental do Povo Guarani**. 2010. Disponível em: <https://cimi.org.br/2010/11/31276/>. Acesso em: 02 jul. 2025.
- EQUIPE MAPA GUARANI CONTINENTAL (EMGC). **Caderno Mapa Guarani Continental: povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai**. Campo Grande: Cimi, 2016.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022: indígenas - primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022: localidades indígenas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **IV Censo Nacional Indígena 2022: resultados finales de población y viviendas**. Assunción: INE, 2024.

LEFEBVRE, Henri. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, J. S. (Org.) **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARÉS, Carlos Frederico. Multiculturalismo e Direitos Coletivos. In: MARÉS, C. F. **A liberdade e outros direitos: ensaios socioambientais**. Curitiba: Letra da Lei, 2011.

MARTINS, J.S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-23

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, v. 4, n. 12, p. 7-23, 2004.

MELIÀ, Bartolomeu; TELESKA, Ignacio. Los pueblos indígenas em el Paraguay: conquistas legais y problemas de tierra. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p.85-110, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **State of the world's indigenous peoples**. New York: United Nations, 2009.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Santo Domingo: OEA, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais**. Genebra: Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho, 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **State of the world's indigenous peoples: implementing the United Nations declaration on the rights of indigenous peoples**. New York: United Nations, 2019.

PARAGUAY. **Constitución de la República del Paraguay**. Assunción: Cámara de Senadores, 1992.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder. In: SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2009. p. 73-117.

AS TERRAS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL: A DIMENSÃO DA FAIXA DE FRONTEIRA E SUAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

INDIGENOUS LANDS IN STATE OF MATO GROSSO DO SUL: THE BORDER ZONE, AND THEIR TERRITORIAL DYNAMICS

LAS TIERRAS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL: LA DIMENSIÓN DE LA FRANJA FRONTERIZA Y SUS DINÁMICAS TERRITORIALES

DOI 10.55028/geop.v20i39

Patricia Silva Ferreira*
Charlei Aparecido da Silva**
Rafael Brugnolli Medeiros***

Resumo: Este estudo analisa as relações entre o modelo agroexportador e as dinâmicas territoriais que incidem sobre as Terras Indígenas situadas na faixa de fronteira entre Mato Grosso do Sul (Brasil) e Paraguai. A partir de uma abordagem teórico-metodológica que articula escalas geográficas e análise espacial, examina-se como a expansão da soja, integrada ao mercado global, redefine o uso do território e intensifica pressões sobre comunidades indígenas. Conclui-se que, localizadas majoritariamente na fronteira, essas terras configuram espaços de resistência à homogeneização territorial imposta pelo agronegócio voltado à exportação de *commodities*.

Palavras-chave: Fronteiras, modelo agroexportador, *commodities*, terras indígenas, regulamentação.

Abstract: This study analyzes the relationships

Introdução

A faixa de fronteira configura-se como uma porção do território nacional geograficamente delimitada, historicamente construída e juridicamente normatizada. De acordo com a Constituição Federal de 1988, trata-se de uma zona contínua com 150 quilômetros de largura, contados a partir da linha de fronteira internacional, cuja delimitação observa os contornos dos limites municipais (Brasil, 1988).

Todavia, a compreensão da fronteira como espaço dinâmico e multifa-

* Doutora em Geografia. Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: patricia_ferreira@uems.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8333-218X>.

** Doutor em Geografia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: charleisilva@ufgd.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5598-7848>.

*** Doutor em Geografia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: rafaelmedeiros@ufgd.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0419-655X>.

between the agro-export model and the territorial dynamics affecting Indigenous Lands along the border between Mato Grosso do Sul (Brazil) and Paraguay. Based on a theoretical-methodological approach that articulates geographical scales and spatial analysis, it examines how soybean expansion, integrated into the global market, redefines land use and intensifies pressures on Indigenous communities. It concludes that, being mostly located in the border region, these lands constitute spaces of resistance to the territorial homogenization imposed by agribusiness focused on commodity exports.

Keywords: Borders, agro-export model, commodities, indigenous lands, regulation.

Resumen: Este estudio analiza las relaciones entre el modelo agroexportador y las dinámicas territoriales que inciden sobre las Tierras Indígenas ubicadas en la franja fronteriza entre Mato Grosso do Sul (Brasil) y Paraguay. A partir de un enfoque teórico-metodológico que articula escalas geográficas y análisis espacial, se examina cómo la expansión de la soja, integrada al mercado global, redefine el uso del territorio e intensifica las presiones sobre las comunidades indígenas. Se concluye que, al situarse mayoritariamente en la frontera, estas tierras constituyen espacios de resistencia frente a la homogeneización territorial impuesta por el agronegocio orientado a la exportación de *commodities*.

Palabras-clave: Fronteras, modelo agroexportador, *commodities*, tierras indígenas, regulación.



cetado rompe com a noção clássica de linha divisória entre Estados. Na perspectiva de Raffestin (1993), o território é um espaço produzido, marcado por relações de poder e controle. A fronteira, nesse contexto, aparece como zona de interações, fluxos e tensões.

A fronteira entre Brasil e Paraguai, especialmente na porção que envolve o estado de Mato Grosso do Sul, apresenta uma complexa configuração territorial marcada pela sobreposição de dinâmicas econômicas, sociais e ambientais.

Neste contexto, a intensificação da produção de *commodities* agrícolas, especialmente a soja, revela um processo de reestruturação territorial que impacta diretamente os povos e os territórios indígenas. O avanço da monocultura, associado à atuação de agentes econômicos transnacionais e à fragilidade das políticas públicas, compromete a conservação ambiental e a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios de origem.

Ferreira (2021) destaca que esta fronteira é caracterizada tanto pela fluidez das trocas comerciais quanto pela rigidez imposta pela lógica do agro-negócio, evidenciando a coexistência de múltiplas escalas e interesses em disputa. Essas dinâmicas configuram o que autores como Haesbaert (2004) chamam de “multiterritorialidade”, conceito essencial para interpretar a sobreposição de territórios de uso e significados distintos.

A análise territorial aplicada ao recorte de fronteira exige, portanto, uma abordagem multiescalar, na qual elementos globais (comércio de *commodities*), nacionais (políticas públicas) e locais (resistência dos povos indígenas) interagem e se tensionam. A incorporação do conceito de região complementa essa leitura ao enfatizar as especificidades e as dinâmicas socioespaciais que se desenrolam no espaço fronteiriço.

O objetivo posto assim é analisar a distribuição espacial e territorial das Terras Indígenas (TIs) no estado de Mato Grosso do Sul, essas localizadas quase integralmente na faixa de fronteira, identificando as implicações socioambientais e territoriais decorrentes da expansão do modelo agroexportador, sobretudo da monocultura da soja visando a exportação de *commodities*. Parte-se da hipótese de que a homogeneização produtiva sobre o território, promovida pela monocultura da soja, implica na fragmentação dos espaços tradicionais, intensifica conflitos fundiários e amplia pressões que impactam direta e indiretamente as comunidades, contribuindo inclusive para ampliação de impactos ambientais negativos.

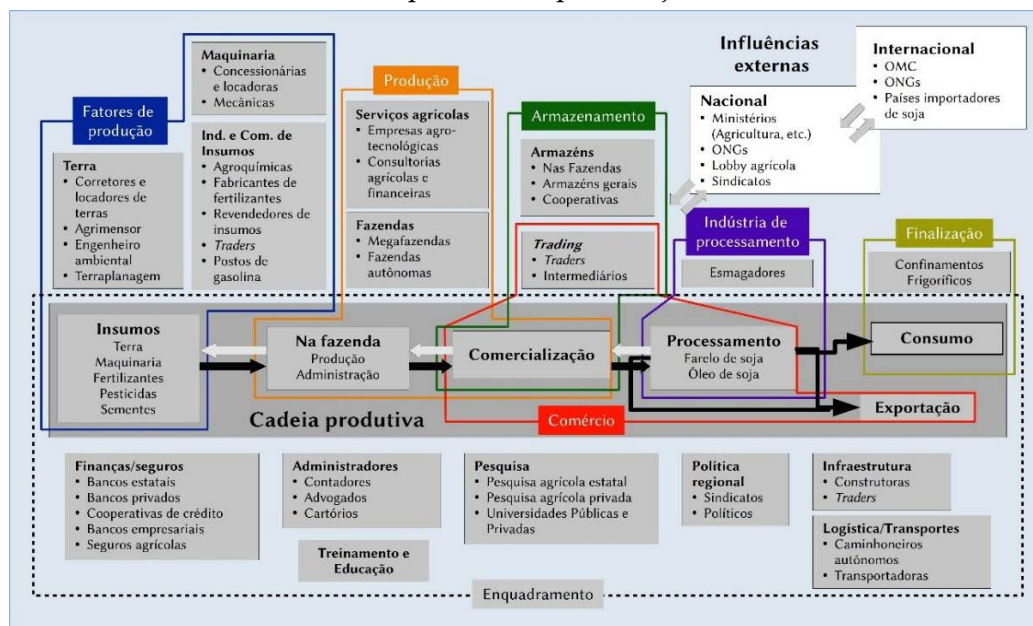
O modelo agroexportador e os mosaicos de resistência

O modelo agroexportador, centrado na produção de soja, consolidou-se nas últimas décadas como a principal lógica de uso da terra na região Centro-Oeste. A combinação de incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura e pesquisa agrícola (como os desenvolvidos pela Embrapa), além da crescente demanda global por grãos, favoreceu a expansão da fronteira agrícola para áreas do Cerrado e, posteriormente, para o Paraguai (Ferreira, 2021).

A soja, como cultura flexível (*flex crop*), pode ser utilizada para alimentação humana, ração animal e biocombustíveis o que aumenta seu valor estratégico no mercado global (Borras et al., 2016). Esse dinamismo confere à sua cadeia produtiva um alto grau de especialização, como mostra a Figura 1 em que os autores identificam os principais agentes econômicos, fluxos de capital, produtos derivados e fases do complexo soja.

Tal estrutura evidência não apenas a complexidade funcional da cadeia, mas também os mecanismos de controle territorial exercidos por corporações transnacionais, transportadoras, armazéns e *tradings* que operam de maneira articulada com os mercados globais. Esses fatores se apresentam como os principais condicionantes de incorporação ou segregação de regiões no território.

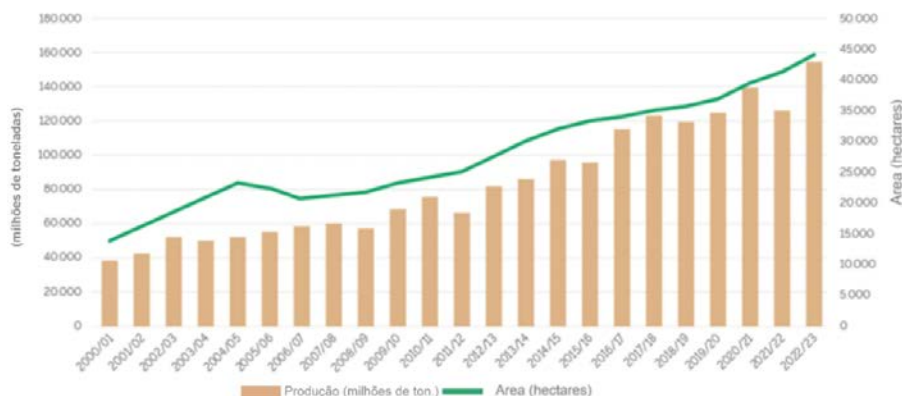
Figura 1. Agentes e atores sociais, produtos e serviços e etapas do complexo soja



Fonte: Coy e Huber (2022).

Quando analisamos a evolução da área plantada de soja no Brasil se evidencia uma curva de crescimento contínuo, especialmente nas últimas duas décadas, isso impulsionada pela convergência de fatores como crédito agrícola, avanços tecnológicos, particularmente em sementes transgênicas e insumos químicos, infraestrutura logística e a crescente demanda externa, especialmente por parte da China – Figura 2.

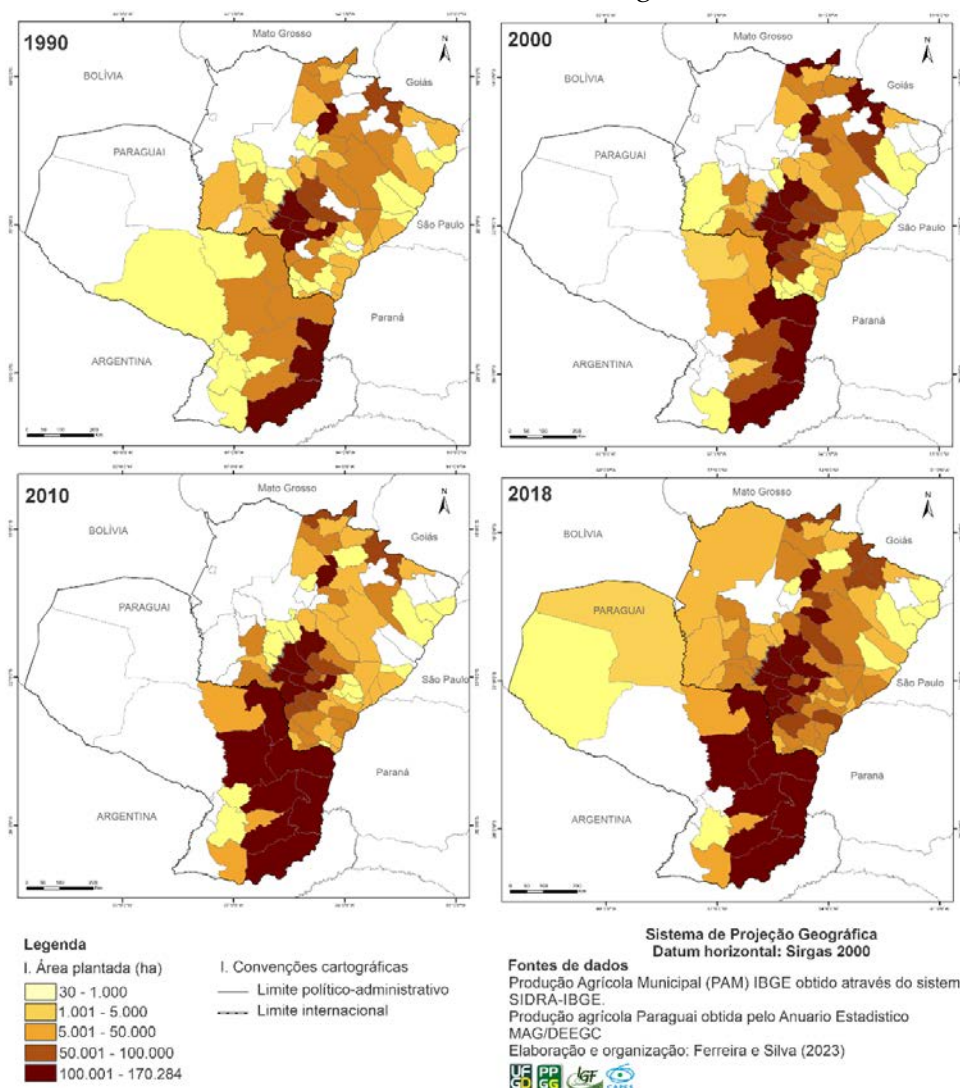
Figura 2. Evolução temporal da área cultivada e da quantidade de soja produzida no Brasil



Fonte: Ferreira e Silva (2025).

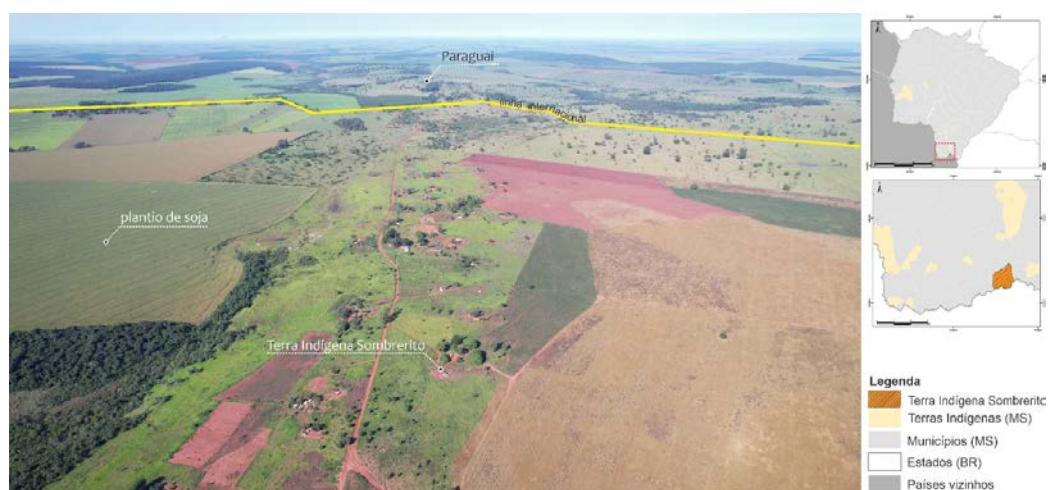
Complementarmente a Figura 3 amplia e traz essa análise para Mato Grosso do Sul (Brasil) e o Paraguai, demonstrando como a fronteira político-administrativa se torna porosa à lógica do modelo agroexportador, ao passo que as diferenças legais, fiscais e institucionais entre os dois países são instrumentalizadas por grandes grupos econômicos para otimizar lucros, Ferreira e Silva (2023). Essa integração produtiva transfronteiriça reforça o conceito de “região funcional homogênea” proposta por Haesbaert (2010), traz consigo e evidencia uma dinâmica territorial homogeneizada pela produção da monocultura de soja visando a exportação de *commodities*.

Figura 3. Evolução temporal da área plantada de soja no Mato Grosso do Sul e Paraguai



Em contraponto à lógica expansionista do modelo agroexportador as Terras Indígenas (TIs) representam espaços de resistência e diversidade socioambiental e transformam-se em ilhas em meio à expansão de monoculturas. A presença das Terras Indígenas no território sul-mato-grossense configura-se, portanto, como um elemento-chave para a compreensão das tensões socioespaciais existentes e presentes na faixa de fronteira, principalmente aquelas que envolvem as dinâmicas territoriais que articulam as estruturas fundiárias e o modelo agroexportador, como evidenciado na TI Sombreiro, localizada próxima da linha internacional com o Paraguai – Figura 4.

Figura 4. Mosaico de resistência ao modelo agroexportador, TI Sombreiro, município de Sete Quedas (MS)

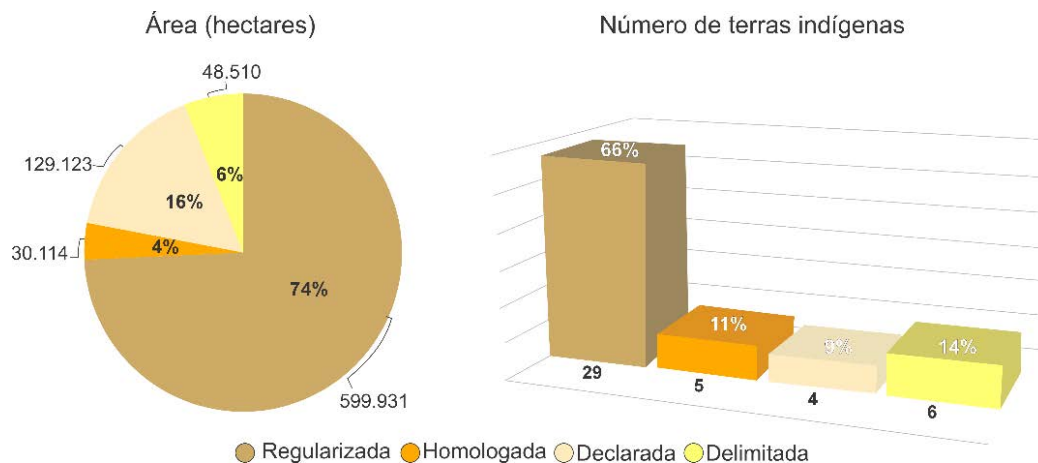


Fonte: Os autores, registro realizado em maio de 2025.

A regularização das Terras Indígenas e seus significados

O quadro conjuntural exposto, a sistematização de dados fundiários, registros administrativos e informações oficiais do governo federal, essencialmente adquiridos junto a Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) (Funai, 2024), permite constatar que o estado de Mato Grosso do Sul abriga atualmente 44 Terras Indígenas, as quais se encontram em diferentes estágios do processo jurídico de regularização e estão territorialmente em áreas de grande interesse do setor agroexportador. Essas TIs, que abrigam diversas etnias, se distribuem, localizam-se quase integralmente na faixa de fronteira que abarca áreas de Mato Grosso do Sul, Brasil, com o Paraguai, e mesmo a Bolívia, sendo exceção apenas uma, a TI Ofaié - Figura 05.

Figura 6. Situação jurídica e área ocupada pelas Terras Indígenas no estado de Mato Grosso do Sul



Fonte dos dados: Funai (2024). Organização: Os autores (2025).

A maior parte das TIs ainda em fases intermediárias (delimitação e declaração) enfrenta grandes obstáculos até a efetivação do direito territorial, devido à presença de propriedades privadas sobrepostas, litígios judiciais, resistência de setores produtivos e omissões do Estado. Este cenário, como é possível observar nas Figuras 5 e 6, contribui para a fragmentação do território indígena e acirra a pressão sobre os modos de vida tradicionais. Onde predomina o modelo agroexportador as pressões são evidenciadas na forma de violências e/ou impactos ambientais negativos, Figura 07.

Figura 7. Processo de voçorocamento, impacto sobre os mananciais, TI Sete Cerros, município de Paranhos (MS)



Fonte: Os autores, registro realizado em maio de 2025.

Nos trabalhos de campo realizados, constatou-se que a situação jurídica do território está diretamente relacionada ao grau de vulnerabilidade das comunidades indígenas. Nas Terras Indígenas regularizadas é visível o avanço de outras pautas e demandas sociais, como por exemplo saúde, educação, agricultura e recuperação ambiental, uma vez que o território já está juridicamente protegido. A presença de escolas estruturadas e postos de saúde a fim de atender a comunidade talvez sejam os símbolos maiores desse estágio.

Figura 8. Oferta de ensino e assistência médica a comunidade, TI Lalima, município de Miranda (MS)



Fonte: Os autores, registros realizados em dezembro de 2024.

Por outro lado, nas TIs delimitadas ou declaradas, observa-se uma realidade de insegurança constante, as comunidades costumam ocupar apenas frações da área reconhecida, já que grande parte ainda está sob domínio de proprietários privados, o que limita a circulação, a produção agrícola e a reprodução sociocultural. Nestes casos a vulnerabilidade socioambiental se amplia circunstancialmente e a pressão advinda do modelo agroexportador é intensificado e é uma marca constante no cotidiano, como é o caso da TI Jatayvari, localizada no município de Ponta Porã (MS), representada na figura 09.

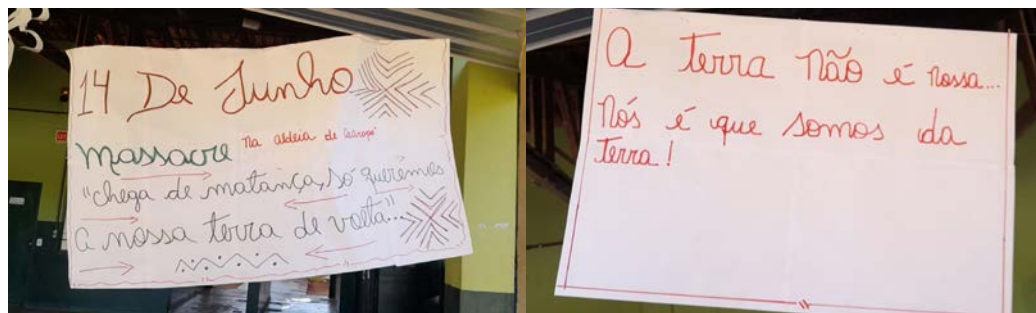
Figura 9. Entre o reconhecimento e a realidade da comunidade, TI Jatayvari, município de Ponta Porã (MS)



Fonte: Os autores, registro realizado em agosto de 2024.

Dessa forma a situação descrita reforça a importância do território como condição estruturante do “tekohá” (Meliá; Grünberg; Grünberg, 1976, p. 218) que, quando ameaçado, compromete a própria permanência dos povos indígenas em sua terra originária e violências circundam o cotidiano – vide figura 10.

Figura 10. Violências sobre os territórios e suas comunidades, TI Caarapó, município de Caarapó (MS)



Fonte: Os autores, registro realizado em junho de 2024.

Considerações Finais

A fronteira entre Mato Grosso do Sul e Paraguai é um território de contradições. Por um lado, apresenta-se como espaço de integração econômica, sob a égide do mercado global de *commodities*. Por outro, revela-se como zona de conflitos e invisibilidade, especialmente para as comunidades indígenas. A expansão do modelo agroexportador, ancorado na produção de *commodities* como a soja, opera como força hegemônica de homogeneização territorial, promovendo a concentração fundiária, a transformação das paisagens e a marginalização de populações indígenas. Nesse contexto, as Terras Indígenas, sobretudo aquelas em fases iniciais de regularização, emergem como territórios vulnerabilizados, cercados por pressões estruturais que ameaçam sua integridade física, ambiental e sociocultural.

Agradecimentos

Os autores agradecem a FUNDECT pelo financiamento do projeto Dinâmicas territoriais nas Terras Indígenas de Mato Grosso do Sul: diagnóstico dos impactos socioambientais, Chamada Nº 25/2023. O segundo autor agradece ao CNPq pela concessão da bolsa produtividade em pesquisa, chamada nº 09/2022.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2022. Acesso em: 11 jun. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 6, p. 469-470, 9 jan. 1996.
- BORRAS, S. M.; FRANCO, J. C.; ISAKSON, R.; LEVIDOW, L.; VERVEST, P. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 43, n. 1, p. 93-115, 2016.
- COY, M.; HUBER, C. O complexo de soja no norte de Mato Grosso (Brasil): uma perspectiva político-ecológica. **Revista Confins**, n. 54, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.44549>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- FERREIRA, P. S. **Dinâmicas territoriais na fronteira de Mato Grosso do Sul/Brasil e Paraguai: a produção da commodity soja para exportação e suas consequências socioambientais**. 2021. 271 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.
- FERREIRA, P. S.; SILVA, C. A. O modelo agroexportador: simetrias e assimetrias na fronteira Mato Grosso do Sul/Brasil e Paraguai. In: FERREIRA, Patricia Silva; SILVA, Charlei Aparecido. (Orgs.). **Fronteiras, territórios e políticas públicas**. 1. ed. Porto Alegre: Totalbooks, 2023. p. 18-33.
- FERREIRA, P. S.; SILVA, C. A. Soybean, a Commodity without Borders: Socio-Environmental Impacts in Protected Areas and Indigenous Communities in Mato Grosso do Sul/Brazil. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 37, n. 1, 2025. DOI: 10.14393/SN-v37-2025-76624. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/76624>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Terras indígenas no Brasil**: tabelas, shapefiles e bases cartográficas. Brasília: FUNAI, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas>. Acesso em: jul. 2025.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Regiões e espacialidades: contribuições para o debate epistemológico-metodológico. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MELIÁ, B.; GRÜNBERG, G.; GRÜNBERG, F. **Los Paî-Tavyterã**: etnografía guarani del Paraguay contemporáneo. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos, Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción”, 1976. 295 p. Disponível em: <http://www.etnolingustica.org/biblio:melia-gruenbergs-1976-pai-tavytera>. Acesso em: 10 jun. 2025.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. Brasília: Editora Ática, 1993.

EFEITOS DO USO DE AGROTÓXICOS NA RESERVA INDÍGENA DOURADOS: UM ESTUDO DE CASO EM MATO GROSSO DO SUL

EFFECTS OF PESTICIDE USE IN THE RESERVA INDÍGENA DOURADOS: A CASE STUDY IN MATO GROSSO DO SUL

DOI 10.55028/geop.v20i39

Jackeline Thomaz Giovenardi*
Camila Riboli Rampazzo**
Rafael Brugnolli Medeiros***
Pablo Antônio Lizott Tedeschi****

Resumo: Com economia baseada na agropecuária, Mato Grosso do Sul abriga a terceira maior população indígena do país. Este artigo analisa os efeitos do uso de agrotóxicos na Reserva Indígena Dourados (RID), situada entre Dourados e Itaporã. A metodologia envolve revisão bibliográfica descritiva e análise de dados secundários sobre agrotóxicos e demografia indígena. Os resultados mostram que a proximidade das lavouras de *commodities* às aldeias Jaguapiru e Bororó expõe seus habitantes a riscos ambientais e sanitários. A região é uma das mais afetadas por agrotóxicos no Brasil. Conclui-se pela urgência de políticas públicas de proteção territorial e ambiental.

Palavras-chave: Agronegócio, Populações Tradicionais, Impactos socioambientais.

Abstract: With an economy based on agriculture and livestock, Mato Grosso do Sul hosts Brazil's third-largest indigenous population. This article analyzes the effects of pesticide use in the Reserva Indígena Dourados (RID), located between Dourados and Itaporã. The methodology involves

Introdução

Visando o aumento da produtividade agrícola com o advento da revolução verde, o uso de pesticidas agrícolas se intensifica nas lavouras agrícolas ao redor do mundo (Andrades; Ganimi, 2007). No entanto, o uso não criterioso desses produtos pode prejudicar a qualidade das águas superficiais e subterâneas, resultando em problemas para a flora e fauna locais, além de afetar a saúde dos trabalhadores rurais e das comunidades vizinhas (Gomes; Spadotto; Lanchotte, 2011; Baird; Cann, 2021).

No Brasil, desde 2015, houve uma aceleração na liberação do uso de agrotóxicos, atingindo recordes em 2019,

* Graduada em Gestão Ambiental, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9571-8806>, e-mail: jackeline.giovenardi059@academico.ufgd.edu.br.

** Doutora em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3250-9146>, e-mail: camilarampazzo@ufgd.edu.br.

*** Doutor em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0419-655X>, e-mail: rafaelmedeiros@ufgd.edu.br.

**** Pós-Graduado em Administração de Empresas, Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, orcid: <https://orcid.org/0009-0006-5420-115X>, e-mail: pablo.tedeschi047@academico.ufgd.edu.br.

descriptive literature review and secondary data analysis on pesticides and indigenous demographics. Results show that proximity of commodity crops to Jaguapiru and Bororó villages exposes inhabitants to environmental and health risks. The region is among Brazil's most affected by pesticide contamination. The study concludes that urgent public policies are needed to protect indigenous territories and the environment.

Keywords: Agribusiness, Traditional Populations, Socio-environmental Impacts.



acompanhando a disseminação desses produtos na América Latina, como no Paraguai e na Argentina (Mondardo, 2019). O Brasil enfrenta um problema de saúde pública pela exposição de trabalhadores rurais (e, de maneira crescente, de trabalhadores em áreas urbanas), bem como de populações tradicionais, povos indígenas e comunidades quilombolas, que estão na linha de frente do território produtivo do agronegócio (Syampa, 2019; Gudyinas, 2019).

O Estado do Mato Grosso do Sul ocupa o oitavo lugar no ranking de vendas totais de agrotóxicos segundo o Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (2016), ao mesmo tempo em que sua população indígena é a terceira mais afetada do país por essas substâncias (Bombardi, 2017). Embora Mato Grosso do Sul seja reconhecido por sua economia pautada no setor agropecuário, o estado abriga a terceira maior população indígena do Brasil, com 116.469 pessoas. Por tratar-se de uma região fronteiriça, o estado possui uma faixa de fronteira de 143 mil km², onde grande parte da população originária está localizada.

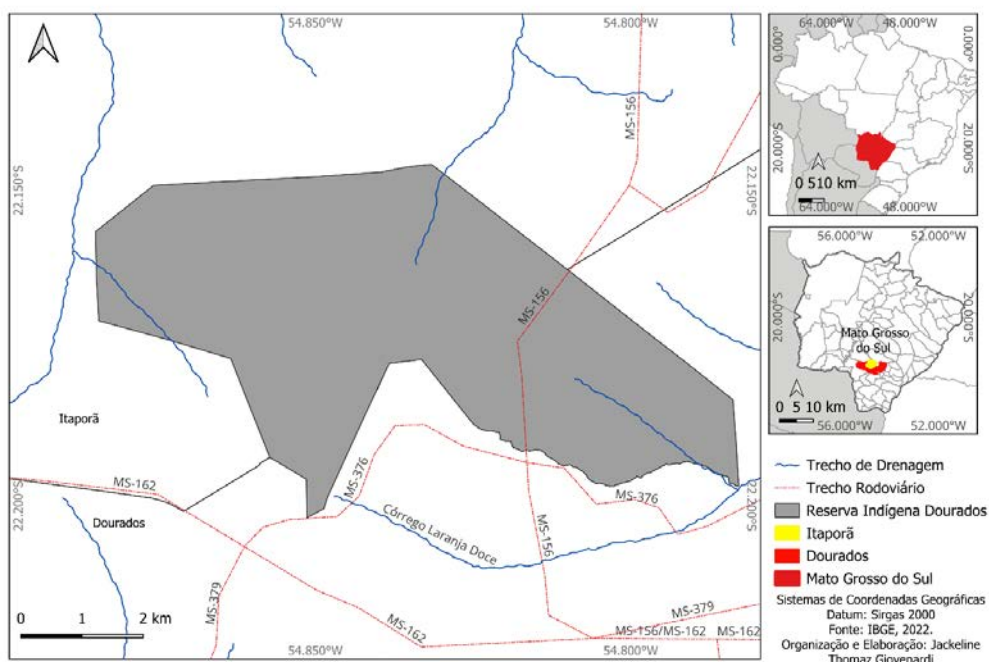
O presente trabalho analisa os possíveis impactos socioambientais provenientes do uso de agrotóxicos na Reserva Indígena Dourados (RID), uma vez que a mesma se encontra circundada por propriedades rurais cuja atividade principal é a produção de *commodities*. Povos indígenas e comunidades tradi-

cionais desempenham papel fundamental na proteção da natureza, mantendo práticas que se alinham à preservação dos processos ecológicos. Os povos indígenas sustentam uma herança cultural de respeito e cuidado pela terra, guiados por valores culturais, sociais e éticos (Ribeiro; Sá Neto, 2019). Apesar dessa contribuição para a preservação ambiental, as populações indígenas da Reserva Indígena Dourados (RID) enfrentam pressões significativas na área da reserva, decorrentes dos interesses da especulação imobiliária e da expansão das propriedades rurais.

Procedimentos metodológicos

Localizada entre os municípios de Dourados e Itaporã no Estado de Mato Grosso do Sul, a Reserva Indígena Dourados (RID) (Figura 1) constitui a maior reserva indígena de Mato Grosso do Sul e abrange as aldeias Jaguapiru e Bororó, com uma população de 13.473 indígenas (IBGE, 2022).

Figura 1. Mapa de localização da Reserva Indígena Dourados, MS



Fonte: De autoria própria (2024)

A metodologia adotada neste trabalho foi dividida em duas etapas. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica, buscou-se artigos científicos com as temáticas agronegócio e populações tradicionais retirados das bases de dados

Scientific Electronic Library Online (SciELO), buscou-se dissertações e teses através do Google Acadêmico e do acesso CAFE, e do Periódico CAPES/MEC com temas centrais: Reserva Indígena Dourados e Impactos ambientais. Este estudo, de caráter exploratório, proporcionou uma visão geral sobre o assunto, uma vez que ainda é um tema em discussão. Para isso, a bibliografia foi revisada seguindo a metodologia de revisão descritiva, que permite a pesquisa, avaliação crítica e sistematização das informações disponíveis.

A segunda etapa metodológica consistiu na coleta e análise de dados a partir de fontes secundárias dos setores de saúde e meio ambiente, além de legislações relacionadas aos indicadores. Foram realizadas coletas de dados sobre intoxicação exógenas por agrotóxicos nas bases de dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram coletados dados referentes a população indígena dentro da Reserva Indígena de Dourados e no Estado do Mato Grosso do Sul. Também contou com a coleta de dados de vendas totais de agrotóxicos nas bases de dados do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) além da coleta de dados de violência contra população indígena dentro das bases de dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Uso de agrotóxicos no setor produtivo agrícola e a venda total de agrotóxicos no Mato Grosso do Sul

A partir da década de 1950, com a chamada Revolução Verde, ocorreram transformações na agricultura convencional, com destaque para o uso intensivo de pesticidas, o que gerou impactos ambientais e riscos à saúde humana (Peres; Moreira, 2003; Andrades; Ganimi, 2007). Essa revolução representou a industrialização da agricultura (Folgado, 2016), e sua lógica produtiva persiste atualmente no modelo do agronegócio brasileiro, que intensificou essa modernização, articulando grandes corporações transnacionais, bancos e latifúndios (Folgado, 2016). Em escala global, esse sistema impulsionou o uso de tecnologias como sementes transgênicas (Mondardo, 2019), estruturando-se sobre cinco pilares: monocultivo, maquinário de grande porte, concentração fundiária, produção voltada à exportação e uso de transgênicos e agrotóxicos (Folgado, 2016).

Os agrotóxicos, introduzidos no Brasil a partir dos anos 1960, tornaram-se parte essencial desse pacote tecnológico, ao lado das sementes geneticamente modificadas, gerando dependência econômica, insegurança alimentar e poluição genética (Araújo, 2017). Inicialmente sem regulamentação específica, o uso desses produtos era regido por normas dispersas até a promulgação do Decreto nº 67.112/1970, que passou a disciplinar sua fabricação e comercialização (Folgado,

2016). Somente em 1989, com a Lei Federal nº 7.802, foi criada uma legislação específica sobre agrotóxicos no Brasil, estabelecendo uma base normativa para o controle desses produtos, como definido em seu Art. 2º, Inciso I:

Agrotóxicos e afins são os produtos e os componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso no setor de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas e também em ambientes urbano, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores do crescimento (Brasil, 1989).

Dessa maneira, os agrotóxicos são produtos com compostos químicos cuja principal finalidade é a defesa das monoculturas em combate aos organismos que se alimentam dessas culturas. As substâncias presentes nesses produtos possuem uma alta toxicidade que ocasionam diferentes tipos de intoxicações exógenas, uma vez que os manuseios desses produtos sem o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) são as principais causas dessas intoxicações (Tavares *et al.*, 2020). A categorização dos agroquímicos é determinada conforme os impactos resultantes na saúde humana, segundo os parâmetros da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (Figura 2), como elaborado por Tavares *et al.* (2020):

Figura 2. Classes toxicológicas e suas respectivas cores de faixa

Classe	Toxicidade	Cor da Faixa de Rótulo	Pantone Matching System - PMS
I	Extremamente tóxico	Faixa vermelha	Vermelho PMS Red 199c
II	Altamente tóxico	Faixa amarela	Amarelo PMS Yellow C
III	Moderadamente tóxico	Faixa azul	Azul PMS Blue 293 C
IV	Pouco Tóxico	Faixa verde	Verde PMS Green 347 C

Fonte: Adaptado de Tavares *et al.* (2020).

Ainda sobre a categorização dos agroquímicos conforme os diversos impactos resultantes na saúde humana, o IBAMA disponibiliza o potencial de periculosidade ambiental de acordo com classes de avaliação, quais sejam (Figura 3):

Figura 3. Avaliação do potencial de periculosidade ambiental

Classe I	Produto ALTAMENTE PERIGOSO ao meio ambiente
Classe II	Produto MUITO PERIGOSO ao meio ambiente
Classe III	Produto PERIGOSO ao meio ambiente
Classe IV	Produto POUCO PERIGOSO ao meio ambiente

Fonte: Adaptado de Tavares *et al.* (2020).

O uso descontrolado de agrotóxicos provoca ampla contaminação ambiental, atingindo água, solo, ar, plantas, animais e seres humanos. Esses compostos chegam aos corpos d'água por meio do escoamento superficial, prejudicando a potabilidade da água (Aydinalp; Porca, 2004). O solo, por sua vez, atua como reservatório de pesticidas, os quais, mesmo com degradação microbiana e absorção, ainda são encontrados como contaminantes em água potável (Syafrudin *et al.*, 2021).

A contaminação por agrotóxicos é uma preocupação global, especialmente no Brasil, onde o consumo anual ultrapassa 500 mil toneladas, com 7 litros per capita. Cerca de 80% dos produtos autorizados no país são proibidos em ao menos três países da OCDE, e estão associados a mais de 70 mil casos de intoxicação (Panis *et al.*, 2022). A partir de 2015, houve aceleração na liberação desses produtos no Brasil, atingindo recordes em 2019, em paralelo à tendência de crescimento na América Latina (Mondardo, 2019).

No Mato Grosso do Sul, importante produtor de soja, milho, celulose e carne bovina, o agronegócio representa 30% do PIB estadual. Entre 2003 e 2023, a produção de soja cresceu 320%, colocando o estado como o 5º maior produtor nacional (SEMADESC, 2024). A região também se destaca pelo número de casos de contrabando e falsificação de agrotóxicos, sendo o 7º maior estado em vendas de agroquímicos entre 2010 e 2021, segundo o Ministério da Saúde (Figura 4). Em 2020, foram produzidas 686,35 mil toneladas de agrotóxicos no Brasil; em 2021, esse número subiu para 720,87 mil toneladas, um aumento de 5,03%. No entanto, apenas 46,56% dos produtos registrados foram efetivamente vendidos, e 50,98% não apresentaram movimentação (IBAMA, 2021).

Figura 4. Vendas de agrotóxico por tonelada no Mato Grosso do Sul entre 2010 e 2022



Fonte: De autoria própria (2023).

Entre 2010 e 2015, as vendas de agrotóxicos no Brasil cresceram continuamente, com uma pequena queda em 2016, seguida por um aumento exponencial a partir de 2018, especialmente entre 2021 e 2022 (Figura 4). Esse crescimento pode estar relacionado ao Decreto 10.833/2021, que flexibilizou os processos de pesquisa, análise e registro de agrotóxicos, substituindo o Decreto nº 4.074/2002. Pouco depois, em dezembro de 2021, foram aprovados 51 novos agrotóxicos, contribuindo para a ampliação das importações (Fundação Heinrich Böll, 2023). O consumo aumentou 87% entre 2010 (384.501 toneladas) e 2021 (720.870 toneladas).

Além disso, a pirataria de agrotóxicos é comum nas regiões fronteiriças, onde produtos ilegais, muitas vezes tóxicos e sem registro oficial, são comercializados e usados inadequadamente, causando danos à saúde pública e ao meio ambiente (VAZ, 2005). Mato Grosso do Sul, por integrar a região de fronteira, lidera as apreensões de agroquímicos ilegais, com 50,7 toneladas apreendidas entre 2018 e início de 2021, representando 23,6% do total nacional (IDESF, 2021).

Estudos no Brasil e em outros países da América do Sul indicam que resíduos de pesticidas se deslocam e acumulam em áreas rurais e urbanas próximas a monoculturas intensivas, como soja, milho, algodão e cana-de-açúcar (Moreira *et al.*, 2012; Passos *et al.*, 2018). Esses resíduos estão presentes em vários compartimentos ambientais, no solo, sedimentos, águas superficiais e subterrâneas, água da chuva e atmosfera (Abrantes; Pereira; Gonçalves, 2010; Lupi *et al.*, 2019) e podem afetar organismos aquáticos não-alvo, além de causar exposições agudas ou crônicas em humanos (Richardson *et al.*, 2019).

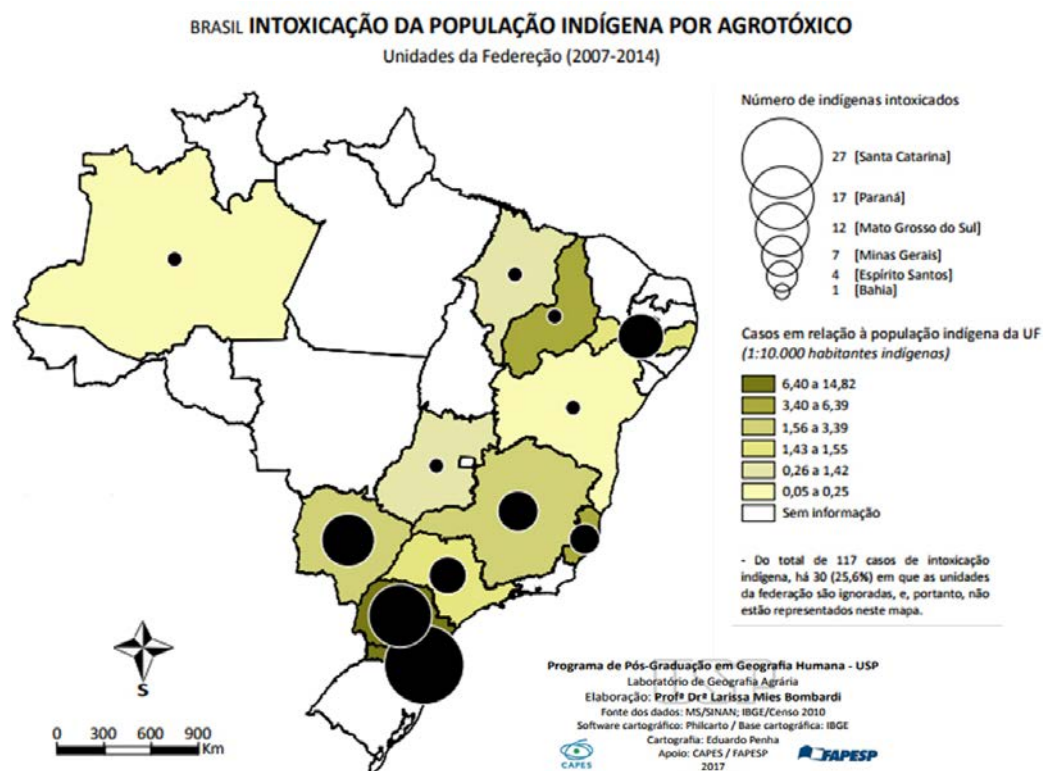
Devido à sua composição e uso indiscriminado, Araújo e Oliveira (2015) destacam que os agrotóxicos representam um risco para a sustentabilidade ambiental e a saúde. Este risco é amplificado pelas desigualdades sociais que criam vulnerabilidades territoriais e populacionais, afetando principalmente os moradores e trabalhadores dessas áreas. Além das contaminações que afetam os trabalhadores que lidam manual e diariamente com agrotóxicos, observa-se a utilização deliberada desses produtos com o intuito de exterminar populações indígenas.

Agrotóxicos como instrumento de violência: Contaminação, resistência e vulnerabilidade indígena na Reserva Indígena de Dourados (RID)

A pulverização de agrotóxicos nas terras e a contaminação dos recursos hídricos têm atingido diretamente os povos indígenas, vistos como obstáculos à expansão do agronegócio, resultando em impactos à saúde, sobrevivência e direitos humanos dessas comunidades (Ribeiro; Neto, 2019). O uso crescente desses produtos nas lavouras aumenta a vulnerabilidade dos indígenas, ameaçando seu

modo de vida tradicional (Mondardo, 2019). Segundo o Atlas “Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia” (Figura 5), as populações indígenas do Mato Grosso do Sul estão entre as mais afetadas pelo uso de agrotóxicos no país (Bombardi, 2017). Essa contaminação decorre da expansão das lavouras do agronegócio em áreas próximas ou sobrepostas às terras indígenas, com a pulverização de pesticidas que contaminam nascentes, rios e córregos (Ribeiro; Sá Neto, 2019).

Figura 5. Intoxicação da população Indígena por agrotóxico nas Unidades da Federação brasileira entre 2007 e 2014



Fonte: Adaptado de Bombardi (2017, p. 189).

A Reserva Indígena Dourados (RID) tem uma característica peculiar por ser formada por três etnias: *Kaiowás*, *Guarani* (Ñandeva) e *Terena*. Composta pelas aldeias Bororó e Jaguapiru, está localizada ao norte da cidade de Dourados-MS, a apenas um quilômetro do perímetro urbano do município. A reserva possui solos férteis para a agricultura, uma vez que possuem textura argilosa e relevo plano, sua área total é de 6.127,60 hectares (Junior, 2006). Instituída no ano de 1917, a RID foi a segunda de oito reservas criadas no Mato Grosso do Sul (Mura; Silva; Almeida, 2020).

A RID tem se tornado alvo frequente de processos socioespaciais que reforçam diversas vulnerabilidades dentro de seu território. Devido ao arrendamento de terras das aldeias por produtores rurais, o uso de agrotóxicos nessas áreas pode estar afetando as pessoas indígenas que vivem na reserva. De acordo com o relatório “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil” (2022) a aplicação de agrotóxicos ocorre do plantio à colheita, e a pulverização faz com que os produtos sejam dispersos pelo ar, atingindo as moradias de muitos indígenas das aldeias *Jaguapiru* e *Bororó*.

As porções de terra que essas comunidades ocupam dentro de seus territórios tradicionais estão cercadas por extensas monoculturas pertencentes a fazendas, cujo cultivo envolve o uso intensivo de agrotóxicos e outros produtos que apresentam sérios riscos à sua saúde e à sua vida. Essa situação também constitui uma violação de seus direitos humanos fundamentais, incluindo o direito à alimentação e nutrição adequada, bem como o direito ao acesso à água potável previsto na constituição brasileira (CIMI, 2019).

Pesquisas recentes realizadas entre 2021 e 2022 na Aldeia *Jaguapiru*, localizada na Reserva Indígena de Dourados, identificaram a presença de 22 ingredientes ativos (IA) de agrotóxicos em amostras de água superficial, de abastecimento e de chuva. Dos ingredientes ativos detectados, 41% são classificados como causadores de efeitos graves à saúde, sendo considerados extremamente ou altamente tóxicos, e 68% desses produtos são proibidos na União Europeia (De Pinho *et al.*, 2024). Esses dados evidenciam os riscos significativos à saúde da população indígena e ao ambiente pertencente a RID.

O uso de agrotóxicos está intrinsecamente ligado à expansão do capitalismo no meio rural, especialmente devido à mudança no propósito do cultivo agrícola. Originalmente destinado exclusivamente à produção de alimentos, o cultivo de certas culturas, como a cana-de-açúcar, passou a ser direcionado também para a produção de energia, por meio dos agros combustíveis (Ribeiro; Sá Neto, 2019). A contaminação vai além dos trabalhadores rurais que realizam a pulverização, afetando também os moradores, inclusive as crianças, que desconhecem muitas vezes os riscos de exposição aos agrotóxicos (CIMI, 2022).

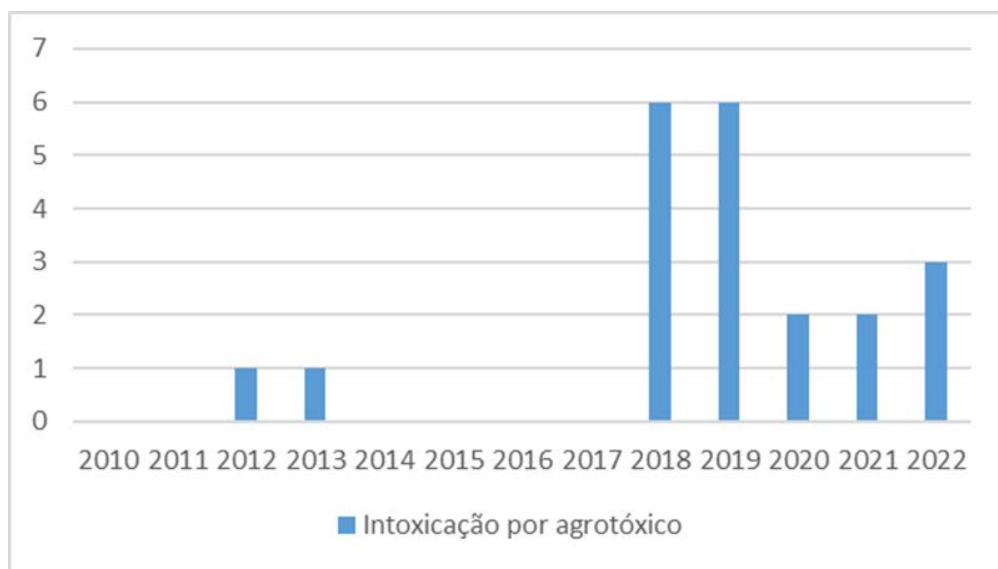
Indivíduos podem ser expostos involuntariamente a agrotóxicos em diversas situações, como em áreas agrícolas, por meio do consumo de alimentos ou água potável contaminados. O diagnóstico clínico de intoxicação por agrotóxicos é estabelecido quando sintomas típicos se manifestam após a exposição. Alguns efeitos à saúde podem ocorrer de forma imediata, enquanto outros podem surgir várias horas após o contato com os agrotóxicos. Os efeitos adversos à saúde de curto prazo, denominados efeitos agudos, incluem irritação ocular e erupções cutâneas,

a pessoa intoxicada pode apresentar fadiga, apatia, cefaleia e dores musculares. O sistema digestivo também é afetado, resultando em náuseas, vômitos ou diarreia. Em casos graves de envenenamento, pode haver falência de órgãos, como coração, pulmões ou rins (Atlas dos agrotóxicos, 2024).

No que se refere às ameaças provenientes da exposição direta aos agrotóxicos, vale ressaltar que diversos estudos confirmam a ligação entre o uso de pesticidas e a tentativa de suicídios. São estimadas entre 234 mil e 326 mil suicídios por ano em todo o mundo associados aos agroquímicos, o que corroborou em torno de 1 (um) terço dos suicídios globais (Gunnel *et al.*, 2007, p. 1, *apud* Ferreira, 2015, p. 27).

No que tange à exposição indireta, vale salientar que no Brasil são encontrados pesticidas em valores tidos como inadequados em diversos alimentos avaliados pela ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Posto isto, na Figura 6, identifica-se os dados retirados da plataforma do DATASUS a partir da pesquisa pelo número de casos de intoxicação exógena por produtos agrícolas registrados na cidade de Dourados, entre os anos de 2010 a 2022.

Figura 6. Número de intoxicação exógena no município de Dourados entre 2010 e 2022



Fonte: De autoria própria (2023).

A análise dos casos de intoxicação exógena por produtos agrícolas revelou a ocorrência de registros nos anos de 2012 e 2013. No entanto, entre 2014 e 2017, não foram documentados casos de intoxicação. Em contrapartida, os anos de 2018 e 2019 apresentaram um aumento significativo no número de registros. Em-

bora os anos subsequentes tenham mostrado uma redução no número de casos, observou-se um aumento entre 2020 e 2023, quando comparados aos dados de 2010 a 2017.

Durante a obtenção de dados sobre intoxicação por agrotóxicos, surgiram algumas dificuldades, pois os números apresentados podem não ser expressivos o suficiente para estabelecer uma correlação efetiva com as intoxicações na RID. Isso ocorreu porque não foi possível filtrar informações específicas sobre indígenas e não indígenas expostos à intoxicação exógena por produtos agrícolas no município de Dourados.

Entretanto, para além dos efeitos na saúde, como aponta o mapa de conflitos, injustiça ambiental e saúde no Brasil (FIOCRUZ, 2010), um dos impactos oriundos do agronegócio no meio ambiente é o caso das contaminações resultantes da utilização indiscriminada de agrotóxicos nas lavouras de monoculturas.

Dessa maneira, em termos socioambientais de acordo com Chaim e Castro (2003); Chaim (2004) a alteração da qualidade do solo através da contaminação por agrotóxicos, por exemplo, tem gerado diferentes impactos. Segundo Chaim e Castro (2003):

A contaminação do solo tem provocado grandes variações nas populações de organismos não-alvo, principalmente aqueles que degradam a matéria orgânica e melhoram a fertilidade. Muitas vezes, essas perdas são responsáveis por desequilíbrios favoráveis ao aparecimento de novas pragas e doenças. O solo contaminado pode ser levado pelas águas de chuva para rios, açudes e lagos, colocando em risco não só aquelas populações que vivem nesses sistemas, mas também as espécies que utilizam essa água para sua sobrevivência, como os animais e o próprio homem (Chain; Castro, 2003, p. 576).

O uso de agrotóxicos colabora diretamente no deslocamento de insetos herbívoros em busca de refúgio e alimentação em locais sem veneno, que passam a se centralizar nas plantações tradicionais de dentro das reservas, impossibilitando a produção de alimentos da população indígena (IMAD 2015, p. 104, *apud* Comar; Rodrigues; Ferraz, 2018, p. 40). Este contexto corrobora diretamente no enfraquecimento cultural de mais de 16 mil indígenas das etnias *Terena*, *Guarani Kaiowá* e *Guarani Nhandeva* que vivem na reserva.

Conforme a reportagem “O veneno que escorre nas aldeias”, de 28 de setembro de 2022, Medina (2022) destaca que o uso intensivo de agrotóxicos nas áreas circundantes à reserva contribui para a extinção de espécies vegetais essenciais para a cultura dos Guaranis Kaiowá. Essas plantas, por sua vez, desempenham um papel importante em práticas religiosas e na construção de casas de reza, aspectos fundamentais para a vida espiritual e cultural dessas comunidades indígenas.

No Mato Grosso do Sul, além da degradação ambiental resultante do uso indiscriminado de agrotóxicos que não apenas prejudica a biodiversidade local, mas também ameaça diretamente as tradições e o modo de vida dos Guarani Kaiowá, essas substâncias ainda são utilizadas como armas químicas contra as populações indígenas que reivindicam seus direitos territoriais (Mondardo, 2019). Em janeiro de 2015, a comunidade indígena de Guyra Kambi'y, localizada no município de Douradina, sofreu um ataque químico decorrente da pulverização aérea em uma lavoura de soja que faz divisa com a comunidade, ocasionando diversos sintomas de intoxicação na população indígena residente (Grigori, 2019). Essa situação não é isolada, uma vez que a Terra Indígena (TI) Guyraroka, situada no município de Caarapó, cidade vizinha a Dourados, registra denúncias recorrentes de contaminação por agrotóxicos provenientes de pulverização (Dourado, 2024).

Bittencourt (2017) aponta que o uso de agrotóxicos não se limita ao ciclo agrícola brasileiro; configura-se como uma tática de guerra contra populações tradicionais. Inspirada em estratégias de devastação utilizadas em contextos de conflito armado, essa prática visa exaurir todos os recursos necessários à sobrevivência, minando territórios e vidas. Além de afetar a biodiversidade regional, o uso de agrotóxicos enfraquece a memória e a cultura dos povos indígenas, reforçando processos de desterritorialização e vulnerabilidade social.

A simples proibição da pulverização aérea de agrotóxicos não é suficiente para reduzir ou impedir o uso dessas substâncias nos cultivos agrícolas, conforme evidenciado em diversas regiões do país. É imprescindível implementar políticas públicas e legislação específica que promovam a redução gradual do uso de agrotóxicos, ao mesmo tempo em que incentivem e fortaleçam a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos (Cavalcante e Carneiro, 2023).

Nesse sentido, a Lei nº 16.820/2019 do Estado do Ceará, que restringe a pulverização de agrotóxicos em lavouras agrícolas, destaca-se como um exemplo relevante a ser considerado por outras unidades federativas. Essa legislação representa um avanço significativo na conservação ambiental e na proteção dos recursos naturais e do patrimônio cultural dos povos indígenas. No Estado do Mato Grosso do Sul, iniciativas legislativas similares poderiam ser propostas mediante a assembleia legislativa estadual.

Contudo, essa legislação apresenta eficácia em um estado cujo modelo agrícola é menos intensivo e expansivo em comparação ao Mato Grosso do Sul. O cenário sul-mato-grossense é distinto, caracterizado por forte expansão do agro-negócio, que constitui um dos pilares da economia local. A produção agropecuária estadual é altamente intensiva, com grandes monoculturas de soja, milho e cana-de-açúcar, sustentadas por investimentos tecnológicos e uso extensivo de

agrotóxicos. Além disso, a estrutura fundiária concentrada e a integração com mercados internacionais aumentam a pressão para manutenção e expansão desse modelo produtivo. Nesse contexto, a aplicação de legislação restritiva similar à do Ceará enfrentaria desafios práticos e políticos significativos em Mato Grosso do Sul, decorrentes da dependência econômica do agronegócio, das diferenças territoriais e culturais, da incidência de contrabando e uso ilegal de agrotóxicos, e dos conflitos preexistentes com povos indígenas, cuja população é proporcionalmente maior no estado. Portanto, para que uma lei desse tipo seja eficaz em Mato Grosso do Sul, seria necessário adaptá-la à realidade local, fortalecendo instituições reguladoras e promovendo diálogo amplo e permanente entre governo, setor produtivo, comunidades indígenas e sociedade civil.

Considerações finais

Conforme apresentado nesta pesquisa, o processo de modernização iniciado com a Revolução Verde resultou na expansão do setor agropecuário ao redor do mundo e no Brasil, impulsionando a produtividade agrícola. Contudo, esse processo também provocou impactos negativos no meio ambiente e na saúde coletiva devido ao uso indiscriminado de agrotóxicos, que geram contaminação do solo, intoxicações e enfraquecimento cultural. Embora a economia do Mato Grosso do Sul seja baseada na cadeia produtiva do agronegócio, é imprescindível considerar não apenas o retorno econômico, mas também as populações vulneráveis e a saúde coletiva, uma vez que o estado possui a terceira maior população indígena do país, uma das mais afetadas por agrotóxicos. O uso indiscriminado desses produtos químicos em torno de terras indígenas, sobretudo na Reserva Indígena Dourados, tem gerado diferentes impactos em uma população de quase 14 mil indígenas.

Para mitigar esses impactos, algumas ações fundamentais são necessárias. Primeiramente, é essencial repensar o modelo econômico atual, visando uma transição agroecológica para a construção de territórios sem agrotóxicos. Além disso, a proibição da pulverização aérea de agrotóxicos pode ser um caminho viável, seguindo o exemplo de outros estados que já adotaram essa medida, como o Ceará com a Lei nº 16.820/2019, entretanto como a economia sul mato-grossense é pautada nas atividades agropecuárias faz necessário a ampliação do debate sobre os impactos do uso de pesticidas na saúde coletiva entre órgãos governamentais, o setor produtivo, a sociedade civil e as comunidades indígenas.

Ademais, é crucial rejeitar decretos e projetos de lei que flexibilizem o uso de agrotóxicos e formular políticas públicas que proíbam agrotóxicos vetados em outros países, aplicando restrições internacionais. Essas ações são cruciais para promover um desenvolvimento sustentável que respeite tanto o meio ambiente

quanto a saúde das populações vulneráveis. Especificamente para a situação atual da Reserva Indígena Dourados, a criação de corredores ecológicos ao seu redor é indispensável, pois esses corredores serviriam como um cinturão de proteção contra a dispersão de agrotóxicos para dentro da reserva, além de contribuir para a sua própria conservação.

Referências

ABRANTES, Nelson; PEREIRA, Ruth; GONÇALVES, Fernando. Occurrence of pesticides in water, sediments, and fish tissues in a lake surrounded by agricultural lands: concerning risks to humans and ecological receptors. **Water, Air, Soil and Pollution**, v. 212, p. 77-88, 2010. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11270-010-0323-2>. Acesso em: 02 ago. 2024.

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva. **Território, ambiente e saúde dos povos indígenas**: vidas e políticas em contínuo estado de emergência. Relatório produzido pelo Grupo Temático Saúde e Ambiente, jun. 2024. Disponível em: <https://abrasco.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Relatorio-Territorio-Ambiente-e-Saude-dos-Povos-Indigenas-%E2%80%93-Vidas-e-Politicas-Publicas-em-Continuo-Estado-de-Emergencia.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, v. 21, p. 43-56, 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16317873-Revolucao-verde-e-a-apropriacao-capitalista.html>. Acesso em: 07 jun. 2024.

ARAÚJO, Isabelle Maria Mendes de; OLIVEIRA, Ângelo Giuseppe Roncalli da Costa. Agronegócio e agrotóxicos: impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no Nordeste brasileiro. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 117-129, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/Ny5PpLyDMmSJbhNc8CBfKVf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2024.

AYDINALP, Cumhur; PORCA, Monica. The effects of pesticides in water resources. **Journal of Central European Agriculture**, v. 5, p. 5-12, 2024. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/16556>. Acesso em: 08 jun. 2024.

BAIRD, Colin; CANN, Michael. **Química ambiental**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2021. Disponível em: <https://archive.org/details/quimica-ambiental-4-a-edicao-baird-colin-cann-mich>. Acesso em: 04 jun. 2024.

BITTENCOURT, Naiara; JACOBOWSKI, Alessandra. Agrotóxicos como arma química: a permanente guerra agrária no Brasil. **Terra de Direitos**, 2017. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/artigo-agrotoxicos-como-arma-quimica-a-permanente-guerra-agraria-no-brasil/22695>. Acesso em: 08 ago. 2024.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH – USP, 2017. 296 p. Disponível em: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissabombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 02 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde**. Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/agrotoxicos/agrotoxicos_otica_sistema_unico_saude_v1_t-1.pdf/@download/file. Acesso em: 11 ago. 2024.

CAVALCANTE, Leandro Vieira; CARNEIRO, Fernando Ferreira. Proibição da pulverização aérea de agrotóxicos: implicações da Lei Zé Maria do Tomé na dinâmica produtiva do Ceará. *In*:

ROCCON, Pablo Cardozo; BEL, Haya Del; COSTA, Alane Andréa Souza; PIGNATI, Wanderlei Antônio, orgs. **Ambiente, saúde e agrotóxicos: desafios e perspectivas na defesa da saúde humana, ambiental e do(a) trabalhador(a)**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/372782158_PROIBICAO_DA_PULVERIZACAO_AEREA_DE_AGROTOXICOS_implicacoes_da_Lei_Ze_Maria_do_Tome_na_dinamica_produtiva_agricola_do_Ceara. Acesso em: 08 ago. 2024.

CHAIM, Aldemir. Tecnologia de aplicação de agrotóxicos: fatores que afetam a eficiência e o impacto ambiental. In: SILVA, C. M. M. S.; FAY, E. F., orgs. **Agrotóxicos e ambiente**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. p. 289-317.

CHAIM, Aldemir; CASTRO, Vera Lúcia Scherholz S. de. Tecnologia de aplicação de agrotóxicos. In: FREIRE, F. das C. O.; CARDOSO, J. E.; VIANA, F. M. P., orgs. **Doenças de fruteiras tropicais de interesse agroindustrial**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. p. 571-624.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2024.

COMAR, V.; RODRIGUEZ, H. O.; FERRAZ, J. M. G. Etnodesenvolvimento em terras indígenas: uma abordagem integradora. Universidade Federal da Grande Dourados: Editora UFGD, Portal de Livros Abertos, 2019. Disponível em: <https://omp.ufgd.edu.br/omp/index.php/livrosabertos/catalog/view/102/239/520>. Acesso em: 01 jun. 2024.

DE PINHO, A.; CALHEIROS, D. F.; ALMEIDA, F. S.; ZERLOTTI, P.; CEREALI, M.; FEIDEN, A.; MACHADO, F. F.; ZANELLA, R. Agrotóxicos e violações nos direitos à saúde e a soberania alimentar em comunidades Guarani Kaiowá de Mato Grosso do Sul. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2024.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária/Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas/Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins. Ato nº 55, de 23 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/ato-n-55-de-de-dezembro-de-2021-371514509>. Acesso em: 08 ago. 2024.

DOURADO, Maiara. A arma química que ataca o povo Guarani Kaiowá da Terra Indígena Guyraroka. CIMI – **Conselho Indigenista Missionário**, 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/02/a-arma-quimica-que-ataca-o-povo-guarani-kaiowa-da-terra-indigena-guyraroka/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

FERREIRA, M. L. P. C. A pulverização aérea de agrotóxicos no Brasil: cenários atuais e desafios. **R. Dir. Sanit.**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 18-45, 2015. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/144816/pulverizacao_aerea_agrotoxicos_ferreira.pdf. Acesso em: 03 ago. 2024.

FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil**. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 06 jun. 2024.

FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. Sistema normativo de agrotóxicos na contemporaneidade. **Revista Jurídica da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)**, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/revistajuridica/article/view/1819>. Acesso em: 11 ago. 2024.

FUNDAÇÃO HENRICH BÖLL. **Atlas dos agrotóxicos**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2024-05/240416-atlas-do-agrotoxico-2024-segunda-edicao.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2024.

GUNNEL, D.; EDDLESTON, M.; PHILLIPS, M. R.; KONRADSEN, F. The global distribution of fatal pesticide self-poisoning: systematic review. **BMC Public Health**, 2007. Disponível em: <http://www.biomedcentral.com/14712458/7/357>. Acesso em: 24 jul. 2024.

GOMES, Marco Antonio Ferreira; SPADOTTO, Cláudio A.; LANCHOTTE, Vera Lúcia. Ocorrência do herbicida tebuthiuron na água subterrânea da microbacia do córrego do Espreado, Ribeirão Preto-SP. **Pesticidas: R. Ecotoxicol. e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 11, p. 65-76, 2001. Disponível

em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/191235/1/2001APGomes-Ocorrencia.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2024.

GRIGORI, Pedro. Agrotóxico foi usado como arma química contra os indígenas, diz procurador. **Repórter Brasil**, Agência Pública, 2019. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/08/agrotoxico-foi-usado-como-arma-quimica-contra-os-indigenas-diz-procurador/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/44517895/Direitos_da_Natureza_%C3%89tica_bioc%C3%AAntrica_e_pol%C3%ADticas_ambientais. Acesso em: 04 jun. 2023.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Painéis de informações de agrotóxicos**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/quimicos-e-biologicos/agrotoxicos/paineis-de-informacoes-de-agrotoxicos/paineis-de-informacoes-de-agrotoxicos#Painel-comercializacao>. Acesso em: 08 ago. 2024.

IBAMA. **Relatórios de comercialização de agrotóxicos**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/quimicos-e-biologicos/agrotoxicos/relatorios-de-comercializacao-de-agrotoxicos>. Acesso em: 05 jun. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

IDESF - Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras. **O mercado ilegal de defensivos agrícolas no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2022/02/mercado-ilegal-defensivos-agricolas.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.

LUPI, Leonardo; BEDMAR, Francisco; PURICELLI, Marino; MARINO, Damián; APARICIO, Virgínia C.; WUNDERLIN, Daniel; MIGLIORANZA, Karina S.B. Glyphosate runoff and its occurrence in rainwater and subsurface soil in the nearby area of agricultural fields in Argentina. **Chemosphere**, v. 225, p. 906-914, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chemosphere.2019.03.090>. Acesso em: 08 jun. 2024.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **53 defensivos agrícolas para uso dos agricultores são registrados**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/09/53-defensivos-agricolas-para-uso-dos-agricultores-sao-registrados#:~:text=O%20Ato%20n%C2%BA%2042%20do%20Departamento%20de%20Sanidade,que%20efetivamente%20estar%C3%A3o%20dispon%C3%ADveis%20para%20uso%20pelos%20agricultores>. Acesso em: 08 ago. 2024.

MEDINA, Martina. O veneno que escorre nas aldeias. Avanço da monocultura em aldeias do Mato Grosso do Sul expõe milhares de indígenas à contaminação por agrotóxicos. **Projeto Colabora**, 28 set. 2022. Disponível em: <https://projetcolabora.com.br/ods12/agrotoxicos-veneno-que-escorre-nas-aldeias/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

MONDARDO, Marcos. O governo bio/necropolítico do agronegócio e os impactos dos agrotóxicos sobre os territórios de vida Guarani e Kaiowá. **Ambientes, Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 1, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/amb.v1i2.23305>. Acesso em: 08 ago. 2024.

MOREIRA, Josino Costa; et al. Contaminação de águas superficiais e de chuva por agrotóxicos em uma região do estado do Mato Grosso. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1557-1568, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600019>. Acesso em: 06 mai. 2024.

MURA, Fabio; SILVA, Alexandre Barbosa da; ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz. Relações de poder e processo de descolonização na Reserva Indígena de Dourados, Mato Grosso do Sul: uma análise. **Horiz. Antropológico**, v. 26, n. 58, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/hj/ha/a/8qgk n5sdRNwd673yDyX3fLC/?lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2024.

PANIS, Carolina; et al. Evidence on human exposure to pesticides and the occurrence of health hazards in the Brazilian population: a systematic review. **Frontiers in Public Health**, v. 7, n. 9, art. 787438, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpubh.2021.787438>. Acesso em: 08 jun. 2024.

PASSOS, C. J. Resíduos de glifosato y AMPA en fuentes naturales de agua y limites normativos para valorar la contaminación en Brasil y Colombia. **Desafíos en la gestión integral del agua, ahorro, uso eficiente y microcontaminantes. Universidad del Valle**, 2018. Disponível em: [http://refhub.elsevier.com/S2405-8440\(23\)07128-1/sref16](http://refhub.elsevier.com/S2405-8440(23)07128-1/sref16). Acesso em: 07 jun. 2024.

PASSOS, Flávia Regina; DOS REIS, Marcelo Rodrigues. Resíduos de agrotóxicos em alimentos de origem vegetal: revisão. **Pesticidas: Revista de Ecotoxicologia e Meio Ambiente**, v. 23, p. 49-58, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/pesticidas/article/viewFile/35002/23632>. Acesso em: 06 jun. 2024.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa. É veneno ou é remédio? **Agrotóxicos, saúde e ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/sg3mt/pdf/peres-9788575413173.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.

RIBEIRO, Heidi Michalski; SÁ NETO, Clarindo Epaminondas de. Meios de extermínio na sociedade de risco: a pulverização de agrotóxicos em terras indígenas brasileiras. **RJLB Rev Jurídica Luso Bras**, ano 5, n. 3, p. 727-751, 2019. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2019/3/2019_03_0727_0751.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.

RICHARDSON, Jason R.; FITSANAKIS, Vanessa; WESTERINK, Remco H. S.; KANTHASAMY, Anumantha G. Neurotoxicity of pesticides. **Acta Neuropathol.**, v. 138, p. 343-362, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00401-019-02033-9>. Acesso em: 07 jun. 2024.

SEMADESC - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Soja: informações e notícias**. Disponível em: <https://www.semades.ms.gov.br/soja-informacoes-e-noticias/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

SYAMPA, Maristella. Neo-extractivism in Latin America: socio-environmental conflicts, the territorial turn, and new political narratives. **New York: Cambridge University Press**, 2019. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/151113>. Acesso em: 06 jun. 2024.

SYAFRUDIN, Muhammad; et al. Pesticides in drinking water—a review. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 2, art. 468, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph18020468>. Acesso em: 10 jun. 2024.

TAVARES, D. C. G.; SHINODA, D. T.; MOREIRA, S. S. C.; FERNANDES, A. C. Utilização de agrotóxicos no Brasil e sua correlação com intoxicações. **Revista S&G Journal**, v. 15, n. 1, 2020. Disponível em: <https://revistasg.emnuvens.com.br/sg/article/view/1532>. Acesso em: 04 jun. 2024.

TETILA, Everton Castelhão; TETILA, José Laerte Cecílio; PISTORI, Hemerson; SILVA, Maria Angélica Biroli Ferreira da. Desafios do modelo de desenvolvimento agrícola do estado de Mato Grosso do Sul: uma proposta para o desenvolvimento sustentável. **Interações**, v. 21, n. 3, 2020. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2430/2472>. Acesso em: 01 ago. 2024.

VAZ, Paulo Afonso Brum. Crimes de agrotóxicos. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, n. 8, 2005. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/62621/crimes_agrotoxicos.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.

FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: MULTILINGUISMO E CONTATO ENTRE LÍNGUAS

BRAZIL-BOLIVIA BORDER: MULTILINGUALISM AND LANGUAGE CONTACT

FRONTERA BRASIL-BOLIVIA: MULTILINGÜISMO Y CONTACTO LINGÜÍSTICO

DOI 10.55028/geop.v20i39

Sander Kaio Brandão de Souza*

Luciana Escalante Pereira**

Suzana Vinicia Mancilla Barreda***

Resumo: O estudo investiga a diversidade linguística na fronteira entre Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia), com o objetivo de identificar e analisar as línguas em circulação nessa região, bem como as dinâmicas linguísticas entre seus habitantes, mediante uma abordagem qualitativa e documental. Os resultados revelam a convivência de línguas, como português, castelhano, línguas originárias, de migração e oportunhol como prática comunicativa. Embora a diversidade seja perceptível, é frequentemente reduzida à categoria das línguas majoritárias, fato que invisibiliza as identidades e culturas locais. O estudo propõe uma reflexão sobre as ausências linguísticas e os significados socioculturais dessas escolhas na fronteira.

Palavras-chave: Diversidade linguística; Fronteira Brasil-Bolívia; Línguas em contato.

Abstract: This study investigates linguistic diversity on the border between Corumbá (Brazil) and Puerto Quijarro (Bolivia), aiming to identify

Introdução

Considerando a escassez de estudos linguísticos voltados especificamente à região de fronteira entre Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia), este estudo apresenta o recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus do Pantanal.

Com relação ao contexto fronteiriço, Nogueira (2007), propõe três formas de compreender a fronteira: A primeira, denominada fronteira controlada, é administrada pelo Estado e marcada

* Formação em Letras – Português e Espanhol pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Pós-graduado em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Metropolitana de São Paulo (2021); Mestrando em Estudos Fronteiriços (UFMS). Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Orcid: 0009-0001-5334-7046. E-mail: sander.brandao31@gmail.com.

** Formação inicial: Gestora Ambiental. Doutora em saneamento ambiental e recursos hídricos. Instituição: IFPA-Óbidos. Orcid: 0000-0002-7733-5920. E-mail: luciana.pereira@ifpa.edu.br.

*** Licenciada em Letras com habilitação em português e espanhol. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) na graduação inicial no Curso de Letras com habilitação em português e espanhol e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL/FAALC/UFMS). <https://orcid.org/0000-0002-7069-6168>. E-mail: suzana.mancilla@ufms.br.

and analyze the languages circulating in this region, as well as the linguistic dynamics among its inhabitants, using a qualitative and documentary approach. The results reveal the coexistence of languages such as Portuguese, Spanish, indigenous languages, migration languages, and Portuñol as a communicative practice. Although diversity is perceptible, it is frequently reduced to the category of majority languages, a fact that renders local identities and cultures invisible. The study proposes a reflection on linguistic absences and the sociocultural meanings of these choices on the border.

Keywords: Linguistic diversity; Brazil-Bolivia border; Languages in contact.

Resumen: Este estudio investiga la diversidad lingüística en la frontera entre Corumbá (Brasil) y Puerto Quijarro (Bolivia), con el objetivo de identificar y analizar las lenguas que circulan en esta región, así como la dinámica lingüística entre sus habitantes, mediante un enfoque cualitativo y documental. Los resultados revelan la coexistencia de lenguas como el portugués, el español, lenguas indígenas, lenguas de migración y el portuñol como práctica comunicativa. Si bien la diversidad es perceptible, con frecuencia se reduce a la categoría de lenguas mayoritarias, lo que invisibiliza las identidades y culturas locales. El estudio propone una reflexión sobre las ausencias lingüísticas y los significados socioculturales de estas elecciones en la frontera.

Palabras-clave: Diversidad lingüística; Frontera Brasil-Bolivia; Lenguas en contacto.

pela vigilância sobre entradas e saídas. A segunda, chamada fronteira percebida, refere-se à imagem construída pelas populações do interior do país, influenciada pela ideologia do Estado-Nação. Por fim, destaca-se a fronteira vivida, que constitui o foco da presente pesquisa, caracterizando-se pelo contato e pela aproximação entre sujeitos, devendo ser compreendida a partir da percepção dos próprios habitantes e da forma como se relacionam nesse espaço. O autor destaca também que a análise deve considerar o cotidiano local em suas múltiplas dimensões, como lazer, trabalho, consumo, estudos, entre outros aspectos, entremeados de acordos, embates, defesas e disputas.

Complementando essa perspectiva, Ramos Rojas (2020) recorre à metáfora da porta e da ponte, proposta por Simmel (2001), para pensar a fronteira como um espaço simultaneamente de separação e conexão. Enquanto a ponte simboliza a aproximação e a interrelação entre os lados, a porta representa a separação, sem deixar de sugerir a dualidade entre interior e exterior. Essa ambiguidade revela o papel das fronteiras como lugares que, mesmo delimitando, favorecem encontros entre sujeitos, línguas e culturas – como se observa nas dinâmicas cotidianas na região entre Brasil e Bolívia.

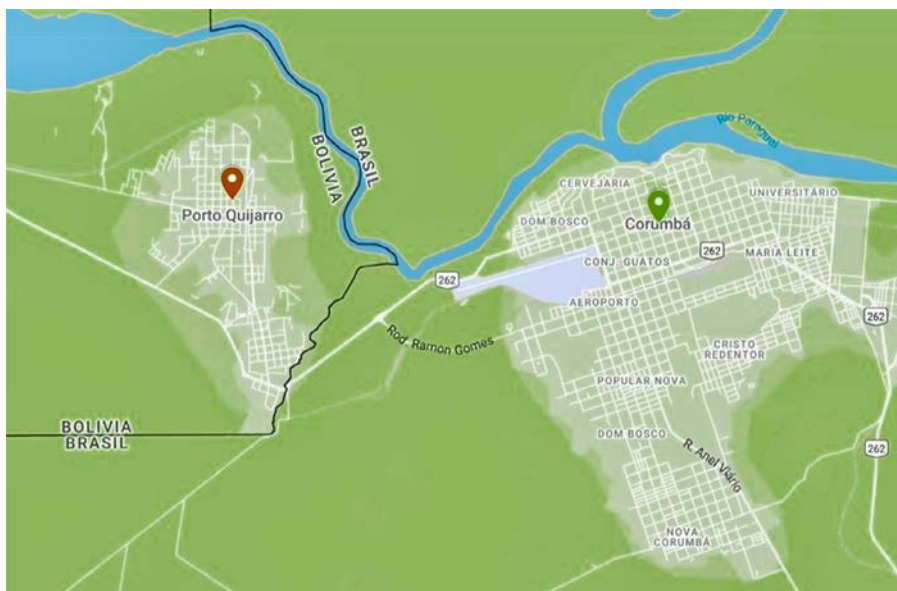
Grosso modo, a caracterização de Corumbá, apresenta uma cidade brasileira, localizada ao extremo oeste de Mato Grosso do Sul, com população

estimada em 98.751 habitantes (IBGE, 2025), fundada em 1778, é uma das cidades mais antigas do estado e destaca-se pela diversidade cultural, resultado da presença histórica de povos indígenas, bolivianos, paraguaios, árabes, entre outros. Essa diversidade se expressa em diferentes aspectos da vida local, como a culinária, a música, as tradições e as práticas religiosas.

Puerto Quijarro, fundado em 1940, oficialmente criado em 1991, é o município boliviano mais próximo à linha de fronteira com o Brasil. O acesso a esse país se dá pelo distrito de Arroyo Concepción, este último com grande movimento comercial e frequentemente visitado por brasileiros. Com uma população de 16.170 habitantes (INE, 2024), muitos dos quais procedentes de diversos departamentos bolivianos, constituindo uma diversidade que repercute na presença de falantes de línguas originárias de outras regiões, com variada gastronomia, expressões culturais e religiosidade que se estendem além fronteira. Conforme Oliveira e Loio (2019), a expansão urbana afetou a distância entre os centros comerciais de Corumbá e Puerto Quijarro, com a diminuição de aproximadamente 6 km para cerca de 2,5 km entre eles.

Corumbá e Puerto Quijarro são classificadas como cidades gêmeas pelo IBGE (2025), conformando adensamentos populacionais, com uma integração parcial, na qual a cidade brasileira atua como polo dinâmico (Mapa 1). Esse contexto apresenta potencial de integração em diversos aspectos, bem como o enfrentamento de desafios próprios e em comum, por tais motivos as cidades-gêmeas devem constituir-se em um dos alvos prioritários das políticas públicas para a zona de fronteira.

Mapa 1. Localização da fronteira entre Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia)



Fonte: Elaboração própria.

Nesse contexto, como enfatiza Delgado (2007), as ruas funcionam como espaços de pluralidade, onde ocorrem encontros, circulação de ideias e construção de vínculos, em que as línguas faladas expressam valores, crenças e símbolos que convivem e interagem no espaço fronteiriço (Mancilla Barreda, 2017).

A configuração linguística dessa fronteira é plurilíngue, dado o contato entre as línguas majoritárias — português e castelhano — e a presença de diversas línguas alóctones, de migração e línguas indígenas locais ou provenientes de outros contextos. Ademais, destaca-se o uso de uma língua de contato, aqui tratada preliminarmente como portunhol/portunhol.

Diante desse cenário de interação linguística, o objetivo desta pesquisa é mapear e analisar as línguas que circulam na fronteira Brasil-Bolívia e compreender a configuração do cenário sociolinguístico nos municípios mencionados.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, voltada à compreensão das práticas sociais e linguísticas dos sujeitos. Segundo Latour (2012, *apud* Espírito Santo, 2018), esse tipo de investigação busca detalhar como ocorrem as atividades cotidianas dos atores e como eles desenvolvem suas práticas. Além disso, Stake (2011) destaca seu caráter interpretativo, exigindo sensibilidade dos pesquisadores para atribuir significados às experiências observadas.

Os procedimentos metodológicos incluem levantamento da literatura disponível e a análise documental, que fornecem o embasamento teórico necessário para a interpretação dos dados. Essa combinação possibilita uma compreensão mais ampla da dinâmica linguística, cultural e social presente na fronteira Brasil-Bolívia.

Línguas da/na fronteira

A diversidade linguística na fronteira Brasil-Bolívia é tão variável quanto os falantes das diversas línguas presentes na comunicação cotidiana. Em seus estudos sobre identidades regionais, Mancilla Barreda (2018) destaca o surgimento de movimentos sociais e sindicatos na Bolívia voltados à promoção de direitos historicamente ignorados, materializados na Constituição do Estado Plurinacional Boliviano em 2009. Uma transformação importante nesse processo foi a valorização da identidade indígena, consolidada com a promulgação da Nova Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, em 2007, que evidencia a pluralidade cultural e linguística, ao reconhecer a oficialidade de 36 línguas nativas.

O multilinguismo é um fato comum na América Latina. Essa pluralidade linguística também se manifesta no contexto de Puerto Quijarro, descrito da seguinte forma no *Plan Territorial de Desarrollo Integral* (PTDI, 2016):

Los idiomas más hablados en el municipio son el castellano, portugués y en menor proporción el idioma originario ayoreo y bésiro, por la migración de la población del interior del país a las zonas fronterizas, una fracción de la población es de habla quechua y aymara (Puerto Quijarro, 2016, p. 25, destaques nossos).

No aspecto linguístico, esse documento constitui um importante instrumento para o planejamento e gestão territorial, além de registrar as línguas e identidades locais. Na versão mais recente, de 2021, não foram incluídos registros das línguas faladas no município, como ocorrera anteriormente. Essa ausência evidencia uma mudança na abordagem institucional, exigindo uma análise mais aprofundada para compreender os critérios e decisões envolvidos nesse direcionamento.

Em contrapartida, encontramos dados precisos no Instituto Nacional de Estatística da Bolívia (INE, 2024) sobre o panorama linguístico em Puerto Quijarro. Considerando a população de 16.170 habitantes com idade de quatro anos ou mais, falantes de línguas originárias, encontramos o seguinte cenário:

Quadro 1. Línguas bolivianas oficiais faladas em Puerto Quijarro

Língua	Número de falantes
Castellano	15.000
Aymara	205
Quechua	463
Bésiro	02
Guarani	04
Gwarayu	01
Zamuco	76
Movima	01

Fonte: Adaptado do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2024).

O significativo quantitativo de falantes das línguas originárias majoritárias, aymara e quechua, procedentes da região central e ocidental da Bolívia expõem o alto processo migratório interno das referidas regiões rumo à fronteira com o Brasil,

Tal resultado encontra respaldo na pesquisa de Mancilla Barreda (2017), que aponta o quéchua e o aymará, como línguas originárias mais faladas na Bolívia, especialmente nas regiões centrais e andinas (Callisaya Apaza, 2012), destacando-se

em relação às línguas minoritárias locais como o bésiro, o guarani, o Gwarayu e o zamuco (ayoreo).

Embora o quéchua e o aymara não sejam predominantes na região do Oriente boliviano – onde se localiza Puerto Quijarro – elas fazem parte do cenário sociolinguístico em que essa população migrante está fortemente envolvida nas atividades comerciais informais, o que explica a presença transnacional dessas duas línguas também no comércio informal em Corumbá, a exemplo do que acontece nas feiras livres diariamente,

Ao dar início ao seu ritual de trabalho, no momento de preparação em que os feirantes interagem entre si enquanto realizam a montagem das barracas e a organização das mercadorias, é possível ouvi-los conversando em espanhol e muitas vezes comunicam-se em suas línguas nativas, por exemplo, em quéchua e/ou aimará, tendo como fundo musical as canções bolivianas tocadas na rádio (Mancilla Barreda; Brandão; Borges, 2022, p. 234).

Os autores apontam que as feiras livres são espaços fronteiriços móveis onde as relações que se desenvolvem são complexas e implicam em discussões de território e territorialidades, manifestos nas práticas sociais, econômicas, culturais e linguísticas, considerando o plurilinguismo presente.

Ainda sobre o Quadro 1, fazemos dois destaques. O primeiro relacionado ao quantitativo de falantes de bésiro e sobre os falantes de zamuco, língua da comunidade ayorea. Em pesquisa realizada nas escolas de Puerto Quijarro, Mancilla Barreda e Conde (2023) expõem que em 2010, fundamentados no currículo regional da Chiquitania, adota-se o bésiro como segunda língua, no currículo da educação básica de Puerto Quijarro, tendo o castelhano como primeira língua, em atenção à política linguística de implementação da Lei Avelino Siñani-Elizardo Pérez, conhecida como Lei 070 (2010).

Observamos que, segundo o INE (2024), apenas há 02 falantes dessa língua nessa cidade. Tal fato nos leva a refletir sobre o desafio de ensinar uma língua que não é do conhecimento dos professores de Puerto Quijarro, conforme eles próprios manifestam nas entrevistas que compõe o artigo de Mancilla Barreda e Conde (2023, p. 26), conforme aponta uma professora: *“sí, hubo mucha discusión sobre el tema en cuestión por el motivo de que nosotros los docentes no estábamos preparados ni capacitados para dar la materia o área del bésiro-chiquitano”*.

Com relação ao zamuco, como é reconhecida a língua dos ayoreo, a pergunta que paira no ar é: por que não foi adotado zamuco, visto se tratar de uma língua originária local, especialmente se há falantes dessa língua que habitam Puerto Quijarro? A pesquisa de Mancilla Barreda e Conde (2023), expõe as vozes dos

professores locais, entrevistados a esse respeito. Um dos professores argumenta que os ayoreo pertencem a um grupo reduzido,

“[...] Son diferentes y tienen su dialecto muy particular. [...] Se los llamó, pero ellos no quisieron enseñarnos. Se optó por enseñar el besiro.” Este depoimento expressa uma visão do distanciamento social (ellos no quisieron enseñarnos), cultural (son diferentes) e linguístico (tienen un dialecto, no una lengua) dos ayoreo para com a comunidade local (Mancilla Barreda; Conde, 2023, p. 27).

Posto que a implementação da Lei 070 (2010) prevê a inclusão das línguas originárias no currículo da educação básica, com a finalidade de revitalizar as línguas minorizadas (e muitas vezes minoritárias), bem como seus falantes, era de se esperar que seria pertinente e necessário incluir o zamuco no currículo da educação básica em Puerto Quijarro, especialmente se consideramos que os ayoreo formam uma comunidade urbana em Puerto Quijarro e que esse gesto de valorização da sua cultura, poderia repercutir positivamente, visto que na prática, a comunidade *ayoreo* é invisibilizada em diferentes aspectos, vive socialmente isolados e muitos enfrentam condições de extrema pobreza e mendicância.

Consideramos que expor o mapeamento das línguas na região, não nos exime de tecer reflexões que possam contribuir com avaliações que por ventura sejam feitas das políticas linguísticas aplicadas no contexto fronteiriço em foco.

Com relação à presença das **línguas estrangeiras registradas em Puerto Quijarro**, recolhemos os seguintes dados.

Quadro 2. Línguas estrangeiras faladas em Puerto Quijarro

Língua	Número de falantes
Árabe	01
Francês	01
Holandês	02
Inglês	04
Japonês	01
Português	243
Russo	01

Fonte: Adaptado do Instituto Nacional de Estadísticas (INE, 2024).

Os dados estatísticos apresentados no Quadro 2 expõem o quantitativo de falantes das línguas estrangeiras em Puerto Quijarro, mas não nos permitem entender, qual é o papel da língua estrangeira mais falada nesse município, neste caso, o português. Para tanto, vamos fazer uso dos documentos diagnósticos lo-

cais: o *Plan de Desarrollo Municipal* (PDM) de 2001 e 2007 e o *Plano Territorial de Desarrollo Integral* (PTDI, 2016), citado anteriormente.

Ao analisar o PDM de 2001, encontramos que o português é classificado como “idioma estrangeiro”. Já no PDM de 2007, essa língua passa a aparecer entre as línguas mais faladas depois do castelhano. Tal situação se reitera no PTDI de 2016, em que o português consta entre as línguas mais faladas no município, sendo a segunda mais utilizada pela população local, o que indica sua consolidação como língua de uso cotidiano e não mais como língua estrangeira.

Cabe destacar que a mudança de status da língua portuguesa é analisada a partir dos documentos diagnósticos já mencionados, refletindo a condição de “língua em uso dos falantes, residentes em Puerto Quijarro”. Essa aquisição ocorre por meio de situações de aproximação com falantes dessa língua, pelo uso das mídias em língua portuguesa, entre outros. Muitos jovens aprendem português dessa forma, enquanto os adultos encontram maiores dificuldades. Por outro lado, constatamos que a aprendizagem da língua portuguesa não ocorre por meio do processo de escolarização, visto que o currículo local aponta para o ensino da língua inglesa como língua estrangeira na educação básica.

Numa perspectiva mais ampla, o castelhano boliviano tem características plurilíngues, marcado com os traços que evidenciam as variedades regionais dessa língua, resultando em variedades dialetais que se mantêm – porém, não de forma estável – até os dias atuais.

Em Puerto Quijarro, identificam-se duas variedades predominantes do castelhano: o castelhano-camba, falado principalmente pela população nativa da região oriental da Bolívia, onde está Puerto Quijarro, e o castelhano-colla, vinculado aos migrantes, procedentes de diferentes partes da Bolívia, caracterizado, muitas vezes, pelo bilinguismo com o quéchua e o aimará. Os movimentos de migração da região andina para a fronteira com o Brasil, adquiriu ao longo do tempo características próprias, tornando-se um importante marcador identitário para seus falantes (Mancilla Barreda; Márquez, 2022).

As observações em processo de sistematização apontam que entre os mais jovens e os recém-chegados à fronteira, é frequente a adoção do castelhano-camba, como forma de buscar a inclusão social, uma vez que essa variedade parece possuir maior prestígio na comunidade local. No entanto, essa notoriedade não está necessariamente vinculada à condição econômica, já que os comerciantes collas dominam o comércio local, desafiando, assim, a associação entre língua e poder econômico (Mancilla Barreda, 2017).

Essa realidade pôde ser observada de forma prática durante a participação dos autores de um Projeto de Extensão (UFMS-PAEXT 2018)¹, destinado ao ensino de português aos comerciantes atuantes nas feiras livres de Corumbá-MS, muitos dos quais se expressavam utilizando a variedade colla do castelhano. O projeto de extensão também revelou as dificuldades relacionadas à língua portuguesa que os comerciantes bolivianos enfrentam, desenvolvendo, junto com os compradores uma intercomunicação espontânea para efetivar o processo de compra e venda.

Ao longo deste estudo temos apontado as interações mediante as línguas majoritárias, o português corumbaense e o castelhano boliviano na fronteira Bolívia-Brasil. Tendo em conta que o comércio e serviços são eixos importantes nas relações entre os habitantes locais, a balança comercial entre um e outro país muda de acordo ao poder aquisitivo destes. Consideramos os últimos seis anos para apontar algumas mudanças entre as relações comerciais entre os fronteiriços.

Em 2019 é publicada notícia em jornal de abrangência estadual com o sugestivo título, Consumidores da Bolívia, “salvam” comércio de Corumbá (Andrade, 2019), em que se indica a bonança boliviana atrelada à estabilidade do dólar vigente nesse período.

Em resposta a essa situação, alguns comerciantes de Corumbá começaram a adotar novas práticas para atrair consumidores. Um exemplo é a notícia publicada no Diário Corumbaense (Figura 3), que, em 2020, entrevistou o proprietário de uma loja de roupas na Frei Mariano, principal via do comércio central de Corumbá. Esse comerciante passou a aceitar, além do dólar, a moeda boliviana. Essa mudança também reflete uma tendência crescente de adaptação ao contexto econômico e social da região.

¹ Essa experiência foi apresentada no *I Congresso de Português como Língua Estrangeira*, realizado na Columbia University (Nova York), e registrada no capítulo “Línguas na fronteira: ensino e aprendizagem de português para feirantes bolivianos em Corumbá-MS”, no livro **Migrações e suas subjetividades**, organizado por Eric Júnior Costa, Flávia Campos Silva e Elisa Mattos de Sá.

Figura 3. Comerciantes de Corumbá adaptam-se às mudanças econômicas e começam a aceitar moeda boliviana para atrair clientes (Cabral, 2020)

DIÁRIO * CORUMBAENSE

Comerciantes apostam em facilidades para atrair clientela

Para alavancar as vendas, alguns comerciantes buscam facilitar para os clientes, sejam corumbaenses, ladarenses ou bolivianos. Mohamad Gharib, que tem uma loja de roupas na rua Frei Mariano, contou que, além do dólar, está aceitando também a moeda da Bolívia.



Comerciante disse que de sábado para cá, movimento melhorou muito com a volta dos consumidores bolivianos

Com um aviso em espanhol na frente da loja, ele consegue atrair os bolivianos e, pouco a pouco, recuperar as vendas, que durante esses cinco meses, ficaram praticamente paradas devido à pandemia do coronavírus.

Fonte: Diário Corumbaense. Foto: Anderson Gallo (2020, recorte nosso).

É possível comprovar que, alguns comerciantes também modificaram a paisagem linguística, como forma de estabelecer uma comunicação direta com clientes bolivianos, publicando ofertas nos cartazes escritos. Entretanto, mesmo nesses estabelecimentos, os atendentes, e os comerciantes brasileiros, de um modo geral, não falam em espanhol, fazendo uso de um português misturado com espanhol, denominado, *a priori*, *portunhol* como prática comunicativa recorrente, resultante do contato entre essas duas línguas. A esse respeito, uma reportagem do *Bom dia Brasil* (GloboPlay, 2019) ilustra como o comércio de Corumbá tem se adaptado ao fluxo constante de consumidores bolivianos, que atravessam a fronteira motivados pelo câmbio favorável – com o real valendo menos de dois pesos bolivianos nesse ano – o que torna os produtos brasileiros mais acessíveis. A matéria ressalta que, para trabalhar no comércio local, “já não dá para falar somente o português, no mínimo tem que sair um portunhol”. Apesar de não haver registros de estudos linguísticos sobre o portunhol nessa região de fronteira, esse fenômeno já é amplamente reconhecido como uma ferramenta linguística essencial nas relações fronteiriças.

A partir dos estudos na fronteira entre o Brasil e o Uruguai, a pesquisadora Eliana Sturza (2019) aponta o portunhol como uma forma estratégica de comunicação, empregada em situações específicas e com propósitos determinados. Seus estudos consideram contextos onde as dinâmicas linguísticas, culturais e históricas são distintas à fronteira Bolívia-Brasil, apesar dessas diferenças, sua abordagem sobre a intercompreensão entre falantes de línguas próximas e o papel do portunhol nas práticas sociais contribui para refletir sobre fenômenos semelhantes em outras regiões.

Tomamos como exemplo a fronteira norte da Bolívia com o Brasil, Lipski (2007) desenvolveu seus estudos no Departamento de Pando, capital Cobija. Sua pesquisa evidencia que, a diferença dos estudos realizados na fronteira com o Uruguai, em que o portunhol *fronterizo* é uma variedade vernacular do português do sul do Brasil (português gaúcho), o portunhol de Cobija toma como base o espanhol. Registra, ainda, o estudioso um portuñol produzido pelos bolivianos e outro portunhol produzido pelos brasileiros nas interlocuções espontâneas.

Os estudos relativos à língua de contato entre as cidades gêmeas Corumbá e Puerto Quijarro: portunhol, portuñol ou castelhanol, como venha a ser denominado, é um tema que está em desenvolvimento. Conforme Mancilla Barreda (2017), o portunhol na região é parte das “línguas de fronteira”, isto é, repertórios flexíveis utilizados pelos falantes para negociar sentidos, reduzir barreiras linguísticas e facilitar a convivência entre brasileiros e bolivianos. Não se trata de uma variedade fixa, mas de um continuum em que falantes alternam estruturas do português e do espanhol conforme o contexto. Para muitos habitantes, o portunhol possibilita o acesso ao trabalho, ao comércio, aos serviços e às redes sociais que conectam diariamente Corumbá e Puerto Quijarro.

No âmbito educativo, o cenário em Corumbá revela uma realidade complexa entre os alunos, alguns dos quais hispanofalantes, procedentes da Bolívia, porém portadores de identidade brasileira. No âmbito acadêmico esses alunos são reconhecidos de diferentes formas, uma delas é “alunos brasileiros de origem boliviana”². Na escola, porém são reconhecidos apenas como “alunos bolivianos”. Segundo Mancilla Barreda e Conde (2024), o ambiente escolar do município registra a presença significativa desses alunos, situação que requer políticas públicas de acolhimento a essa categoria de migrantes, considerados estrangeiros ou, ainda classificados como “alunos migrantes internacionais”, portanto com amparo legal para ser matriculados no sistema educativo brasileiro.

² Alunos nascidos no Brasil, que residem na Bolívia, provavelmente com pais bolivianos ou apenas um deles. Esta é uma das definições desses alunos. Porém os arranjos são diversos. As vezes esses alunos residem em Corumbá, deixando de ser classificados como pendulares, mas, mesmo residindo no Brasil, ainda assim são denominados bolivianos na escola.

Com relação à política linguística que organiza o sistema educativo em Corumbá, as autoras destacam algumas iniciativas legislativas que buscaram fortalecer a presença do espanhol no currículo escolar, como a lei nº 1.322/1993 e a lei nº 2.282/2012, que previa o espanhol como segundo idioma em Corumbá, visando valorizar a cultura local. Já a lei nº 2.486/2015 também inclui ações para fomentar a cultura latina e o ensino do espanhol na rede municipal. Como observam Mancilla Barreda e Conde (2024), a língua deve ser compreendida não como um conteúdo escolar, mas como uma prática social vinculada as expressões culturais, identidades e pertencimentos fronteiriços.

Com relação às línguas originárias assentadas em Corumbá, mencionamos o Guató, considerado um povo transfronteiriço cuja língua encontra-se silenciada, devido à falta de falantes da mesma. Apesar dos esforços por parte de alguns descendentes dessa cultura e de estudiosos, a língua guató se encontra em risco de extinção, o que gera impactos culturais significativos. Segundo Bumlai (2022), essa língua se encontra no nível 4, conforme critérios da UNESCO, o último antes de sua extinção. O silenciamento de uma língua vai além da simples perda da comunicação entre seus falantes, pois há uma conexão inseparável entre língua e cultura, envolvendo identidade, culinária, medicina, histórias e saberes populares.

Apesar da situação crítica em que se encontra a língua Guató, existem aspectos positivos que contribuem para sua preservação. De acordo com Bumlai (2022), a comunidade da Aldeia Uberaba, junto com sua liderança, demonstra um grande interesse em resgatar a sua língua, a cultura e a identidade de seu povo, buscando sua retomada.

Aproximadamente a 350 km do município de Corumbá, está localizada a Escola Estadual Indígena João Quirino de Carvalho – “Toghopanaã”, situada no coração da Aldeia Uberaba. Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a língua Guató é ensinada como disciplina regular no currículo de todas as séries, sob o nome de “Língua Étnica Guató”, porém, os professores relataram dificuldades relacionadas ao conhecimento da estrutura da língua e à escassez de materiais didáticos.

Fora do ambiente escolar, a língua guató não está presente no cotidiano da fronteira Brasil-Bolívia. Não há registros de falantes ativos da língua na área urbana. De acordo com reportagem do Correio do Povo (2022), o último indígena conhecido a falar fluentemente a língua guató é Vicente Manoel da Silva, que vive de forma isolada à beira do Rio São Lourenço, no Pantanal sul-mato-grossense. Ele afirma: “Todos com quem eu falava já morreram”.

Quanto à presença simbólica da língua ou de referências à etnia no espaço público, observa-se que existem elementos que fazem menção ao povo Guató, como o bairro Guatós e o Poliesportivo Nação Guató, localizado no Bairro Centro América, onde são desenvolvidas diversas atividades esportivas e comunitárias. No entanto, esses registros são nominais e não apresentam a língua guató em uso escrito. Além disso, a presença política e social da etnia também se manifesta por meio de lideranças locais, como Anísio Guató, professor de geografia e ativista, que já disputou diversos cargos eletivos em Corumbá, embora não tenha sido eleito.

Enquanto a visibilidade guató está fortemente associada a expressões simbólicas e a resistência identitárias, outras comunidades da cidade estabelecem sua presença de maneira distinta, a exemplo das comunidades falantes de árabe em Corumbá.

Tendo em vista que não foram encontrados registros de estudos linguísticos voltados ao uso da língua árabe na fronteira em foco, utilizamos pesquisa sobre a presença da comunidade de falantes de árabe em Corumbá. Os estudos apontam que a língua árabe está relacionada à expressiva comunidade árabe da cidade, composta por aproximadamente 95% de palestinos. No final do século XIX, a cidade consolidou-se como um importante polo comercial.

Conforme Rosa e Castelão (2014), a história registra que o desenvolvimento de Corumbá como um porto de grande importância na navegação fluvial na região, representava uma grande oportunidade econômica que atraiu imigrantes de diversas partes do mundo – especialmente sírios, palestinos e libaneses – conhecidos como “turcos” pelos corumbaenses.

Para exemplificar a presença dos árabes, em 2023, foi realizada uma passeata pelas principais ruas do Centro de Corumbá em protesto contra os massacres na Faixa de Gaza e em defesa da paz (Figura 4). A manifestação reuniu palestinos e seus descendentes, muitos dos quais são comerciantes, evidenciando como o vínculo histórico com sua cultura de origem continua vivo no espaço público da cidade.

Figura 4. Passeata da comunidade palestina em Corumbá, evidenciando sua presença na cidade e reafirmando a sua identidade cultural e social



Fonte: Diário Corumbaense. Foto: Anderson Gallo (2023, recorte nosso).

Os árabes, segundo Rosa e Castelão (2014), participaram e continuam participando ativamente da economia local, tendo se tornado importantes agentes no processo de crescimento e desenvolvimento de Corumbá ao longo do tempo. A experiência e familiaridade com o comércio contribuíram para a consolidação de diversos estabelecimentos, sobretudo na área central. A língua árabe ainda circula entre os membros da comunidade, especialmente no ambiente familiar³, onde também se preservam tradições culturais e religiosas.

Em suma, o panorama linguístico na fronteira Brasil-Bolívia é marcado por uma complexa convivência entre línguas originárias, nacionais, estrangeiras e de

³ Em conversa informal com um morador de Corumbá, de origem libanesa, foi relatado que, em sua convivência com famílias palestinas, libanesas e sírias, o árabe, de modo geral, é conservado no convívio familiar – ambiente em que também são mantidas as tradições, os costumes e a cultura de forma mais ampla. Ainda segundo o relato, o aspecto religioso mostrou-se mais presente entre a segunda e a terceira geração, já que a primeira não foi tão explícita nesse aspecto.

contato. Muitas vezes, essa diversidade é reduzida a generalizações como “português” e “castelhano”, concepção que pode ocultar a riqueza linguística e cultural presente no cotidiano fronteiriço. Essa diversidade também se manifesta na paisagem linguística da fronteira, com suas implicações para o reconhecimento e valorização dos usos e representações das línguas nos diferentes ambientes.

Considerações ao finalizar

Tendo em vista que a pesquisa ainda está em andamento, os resultados preliminares revelam um cenário sociolinguístico complexo e dinâmico na região de fronteira entre Brasil e Bolívia, marcado pela circulação de múltiplas línguas. Ainda sem conclusões definitivas, os dados continuam em processo de análise e sistematização. Até o momento, o estudo destaca as línguas predominantes como o português e o castelhano boliviano, além de variações linguísticas importantes, como o castelhano-quéchua, castelhano-aimará, bésiro-chiquitano, zamuco, árabe e guató. No entanto, essa diversidade, frequentemente resumida em generalizações como “português” e “castelhano”, fica escondida, o que acaba por ocultar a riqueza linguística e cultural presente na região fronteiriça.

Conforme exposto e discutido ao longo desta pesquisa, as línguas de colonização majoritárias — o português e o castelhano — ocupam uma posição de privilégio em relação às línguas minoritárias, que também sofrem processos de minorização. Esse termo refere-se à vulnerabilidade social e à perda de direitos linguísticos vivenciadas por determinadas línguas e seus falantes. Tal situação ocorre, de modo particular, com as línguas indígenas, algumas das quais caminham para o silenciamento devido à diminuição de seus falantes, como é o caso do bésiro e do guató. Por outro lado, o isolamento social ao qual os ayoreo e sua língua, o zamuco, têm sido submetidos também constitui uma forma de minorização, pois expõe à perda de um patrimônio humano e cultural que deixa de ser vivenciado e transmitido.

Fica evidente, também, que o papel do português e do castelhano, dados os usos linguísticos apresentados neste estudo, funcionam conforme as condições de poder imposto pelo câmbio das moedas dos países vizinhos, mas também entram em jogo aspectos de valoração social, de prestígio apoiado em crenças que outorgam status social à língua portuguesa em detrimento da língua espanhola, fato observado no ambiente escolar, por exemplo, fator que se constitui em um desafio enfrentado dia a dia na escola, em especial nas escolas de Corumbá.

Assim, o estudo busca aprofundar a reflexão sobre o papel das línguas na configuração sociocultural da fronteira Brasil-Bolívia. O mapeamento linguístico

fronteiriço, ao revelar a distribuição espacial, os contatos e as dinâmicas de uso das línguas em zonas de fronteira, torna-se ferramenta central para a formulação de políticas linguísticas sensíveis às realidades locais.

Ao identificar práticas multilíngues, fluxos migratórios e assimetrias de prestígio entre línguas, esse tipo de mapeamento fornece evidências empíricas que orientam ações de planejamento linguístico, em sua concepção de políticas linguísticas de base ecológica, seguindo o modelo do “continuum bilíngue”. É importante considerar que em contextos fronteiriços, a cartografia sociolinguística permite compreender como fatores históricos, identitários e institucionais moldam usos linguísticos — oferecendo subsídios para políticas públicas que promovam e valorizem o multilinguismo e a proteção das línguas minoritárias.

Referências

- AE. O último indígena a falar a língua guató. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 17 dez. 2022. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/artesagenda/o-%C3%BAltimo-ind%C3%ADgena-a-falar-a-l%C3%ADngua-guat%C3%B3-1.938226>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- ANDRADE, Silvio, Consumidores da Bolívia “salvam” comércio de Corumbá. **Correio do Estado**, 03 ago. 2019. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/economia/consumidores-da-bolivia-salvam-comercio-de-corumba/358028/>. Acesso em: 10 out. 2025.
- BOLÍVIA. **Ley N° 070/2010. Ley de educación “Avelino Siñani – Elizardo Pérez”**. La Paz. Asamblea Legislativa Plurinacional, 2010. Disponível em: http://www.cedib.org/post_type_leyes/ley-070-educacion-avelino-sinani-diciembre-2010/. Acesso em 15 mar. 2015.
- BOM DIA BRASIL. Milhares de bolivianos cruzam a fronteira para fazer compras em CorumbáMS. **GloboPlay**, 7 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7280885/>. Acesso em: 21 jun. 2025.
- BRANDÃO, S. K.; MANCILLA BARREDA, S. V. Representações linguísticas e culturais nos anúncios publicitários na área urbana em Arroyo Concepción – Fronteira Bolívia Brasil. **Revista GeoPantanal**, Corumbá/MS, v. 35, p. 151-169, 2023.
- BUMLAI, D. U. M. **Análise metalexigráfica de uma obra indígena Guató**. 2022. 205 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2022.
- CABRAL, L. Ativista Anísio Guató retorna para Corumbá após sofrer AVC e passar por cirurgia. **Diário Corumbaense**, Corumbá, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=136154>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- CABRAL, L. Com a abertura da fronteira, movimento de bolivianos é intenso no comércio de Corumbá. **Diário Corumbaense**, 11 set. 2020. Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=119723>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- CABRAL, L. Comunidade palestina em Corumbá pede fim de massacre em Gaza. **Diário Corumbaense**, 18 out. 2023. Disponível em: <https://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=141167>. Acesso em: 20 jun. 2025.
- CALLISAYA APAZA, G. **El español de Bolívia. Contribución a La dialectología y a la lexicografía hispanoamericanas**. 2012. 439 f. Tese (Doutorado em Linguística) Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Traducción e interpretación. Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha, 2012.

COSTA, G. V. L. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 35-63, abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p035>.

DELGADO, M.; MALET, D. **El espacio público como ideología**. Artigo. Jornadas Marx Siglo XXI, Universidade de La Rioja. Longronho, 2007.

DELGADO, M. **El espacio público como ideología**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2011.

ESPÍRITO SANTO, A. L. do. O Uso de Fotografias e Vídeos em Pesquisa Qualitativa: em Busca de um Novo Olhar sobre os Territórios Fronteiriços. **Revista ADM.MADE**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 13-34, 2018. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/admmade/article/view/5438>. Acesso em: 4 abril. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: população estimada. Corumbá, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 out. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Estado Plurinacional de Bolivia. **Censo nacional de población y vivienda 2024**. Idioma. La Paz, 2024. Disponível em; <https://cpv2024.ine.gob.bo/index.php/resultados/sociales-y-economicas/resultados-caracteristicas-soc-eco-idioma/>. Acesso em: 25 out. 2025.

LIPSKI, J. El español de América en contacto con otras lenguas. In: ACORTE, M. (coord.). **Lingüística aplicada del español**. Madrid: Arco Libros, 2007. p. 309-346.

MANCILLA BARREDA, S; V. Um olhar às línguas em circulação em Puerto Quijarro (BO) fronteira com Corumbá (BR). **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 12, p. 145-162, 2017.

MANCILLA BARREDA, S. V. Um olhar às identidades regionais bolivianas em contexto de fronteira: limites Bolívia-Brasil. **REVELL - Revista de Estudos Literários da UEMS**, [S. l.], v. 1, n. 18, p. 152-176, 2018. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/2390>. Acesso em: 10 abril. 2025.

MANCILLA BARREDA, S. V.; BRANDÃO, S. K. S.; BORGES, T. A. Línguas na fronteira: ensino e aprendizagem de português para feirantes bolivianos em Corumbá-MS. In: COSTA, E. J.; SILVA, F. C.; SÁ, E. M. de. (Orgs.). **Migrações e suas subjetividades**. 1. ed. Belo Horizonte: Mosaico Produção Editorial, 2022. v. 1, p. 230-248.

MANCILLA BARREDA S. V.; CONDE, M.V. Panorama das legislações no ensino de bésiro e sua repercussão em Puerto Quijarro - Bolívia. **Revista Letras (UFMS/ON-LINE)**, Santa Maria, v. 1, p. 19-31, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/73750>. Acesso em: 15 out. 2025.

MANCILLA BARREDA, S. V.; GARCIA MÁRQUEZ, K. E. Panorama do castelhano boliviano na fronteira Bolívia-Brasil. In: PINTO, C. F.; BUGEL, T. (org.). N. 74 – Número especial: **Os 30 anos do Mercosul e o ensino de espanhol no Brasil**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2023. p. 243-269.

NOGUEIRA, R. J. B. Fronteira: espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 27-41, 2007. DOI: 10.5216/ag.v1i2.3013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/3013>. Acesso em: 8 ago. 2025.

OLIVEIRA, M. A. M.; LOIO, J. A. de M. Migração internacional pendular em fronteira: em busca de qualificações espaciais. **Revista Videre**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 54-67, 2019. DOI: 10.30612/videre.v11i21.9069. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/9069>. Acesso em: 22 maio. 2025.

PUERTO QUIJARRO. **Plan de Desarrollo Municipal (PDM)**. Santa Cruz: Gobierno Municipal de Puerto Quijarro, 2001.

PUERTO QUIJARRO. **Plan de Desarrollo Municipal (PDM)**. Santa Cruz: Gobierno Municipal de Puerto Quijarro, 2007.

PUERTO QUIJARRO. **Plan Territorial de Desarrollo Integral (PDTI)**. Santa Cruz: Gobierno Municipal de Puerto Quijarro, 2016.

RAMOS ROJAS, D. N. La triple frontera: propuesta conceptual para explicar las dinámicas de la región fronteriza entre México y Guatemala. **Inter.c.a.mbio [online]**, v. 17, n. 2, p.49-78, 2020. ISSN 1659-4940. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15517/c.a..v17i2.43760>.

RAMÍREZ-LUENGO, J. L. El léxico del oriente boliviano en el siglo XVIII: una aproximación. **Lexis**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 107-128, jul. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/lexis/article/view/2767>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ROSA, M.; CASTELÃO, R. A. Os árabes em Corumbá: uma rede de cooperação. **Albuquerque - Revista de História**, v. 6, n. 12, p. 70-86, jul./dez. 2014.

SIMMEL, G. El individuo y la libertad. Ensayos de crítica de la cultura. Las grandes urbes y la vida del espíritu. **Revista de Estudios Sociales**, [S. l.], v. 1, n. 10, p. 107-109, 2001. DOI: 10.7440/res10.2001.12. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/res/article/view/5244>. Acesso em: 6 out. 2025.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

STURZA, E. R. Portunhol: a intercompreensão em uma língua da fronteira. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 81, n. 1, p. 97-113, 2019.

APRENDIZAJE DEL PORTUGUÉS EN LA FRONTERA PUERTO SUÁREZ–CORUMBÁ: UNA MIRADA DESDE LA HISTORIA FAMILIAR

APRENDIZAGEM DO PORTUGUÊS NA FRONTEIRA PUERTO SUÁREZ–CORUMBÁ: UM OLHAR A PARTIR DA HISTÓRIA FAMILIAR

LEARNING PORTUGUESE ON THE PUERTO SUÁREZ–CORUMBÁ BORDER: A PERSPECTIVE FROM FAMILY HISTORY

DOI 10.55028/geop.v20i39

Paichadze Svetlana*

Resumen. Este artículo analiza el aprendizaje y uso del portugués en la frontera boliviano-brasileña, centrándose en Puerto Suárez y Corumbá. Desde la frontera como zona de contacto, examina cómo la interacción lingüística y cultural genera capital social y lingüístico que incide en las trayectorias individuales. El estudio se basa en la microhistoria de la familia Álvarez y en entrevistas semiestructuradas a dos generaciones que vivieron en la región entre 1953 y 1985. Los resultados muestran la incorporación progresiva del portugués como recurso de movilidad y adaptación, así como la transformación de la frontera en un espacio flexible de interacción e hibridez cultural.

Palabras clave: frontera, zona de contacto, aprendizaje lingüístico, microhistoria, hibridez cultural.

Resumo: Este artigo analisa o aprendizado e uso do português na fronteira boliviano-brasileira, focando em Puerto Suárez e Corumbá. Considerando a fronteira como zona de contato, examina como a interação cultural e linguística gera capital social e linguístico, influenciando trajetórias individuais. A pesquisa centra-se na micro-história da família Álvarez e em entrevistas

Introducción

Este artículo está dedicado al análisis de los procesos de aprendizaje y uso del idioma portugués en las zonas fronterizas entre Bolivia y Brasil, con un enfoque particular en las ciudades Corumbá y Puerto Suárez. La región se define como una zona de contacto donde tienen lugar interacciones culturales y lingüísticas intensas. Mi investigación parte del supuesto metodológico de que la frontera es, ante todo, una zona de contacto en el nivel individual, donde las culturas y lenguas interactúan incluso cuando la frontera está oficialmente cerrada. Además, sostengo que la vida en estas zonas genera en las personas un capital lingüístico y cultural que influye en sus trayectorias vitales. Al mismo tiempo, señalo que

* Doctora (PhD), Profesora de la Universidad de Hokkaido, svetaalvarez@imc.hokudai.ac.jp. <https://orcid.org/0000-0002-8442-7794>.

semiestruturadas com duas gerações que viveram na região entre 1953 e 1985. Os resultados mostram a incorporação gradual do português como ferramenta de mobilidade e adaptação, e a transformação da fronteira em espaço flexível de interação e hibridez cultural, oferecendo uma perspectiva micro-histórica de fenômenos sociolinguísticos transfronteiriços.

Palavras-chave: fronteira, zona de contato, aprendizagem linguística, micro-história, hibridez cultural.

Abstract: This article examines learning and use of Portuguese along the Bolivian-Brazilian border, focusing on Puerto Suárez and Corumbá. Viewing the border as a contact zone, it explores how cultural and linguistic interactions generate social and linguistic capital shaping individual trajectories. The study centers on the microhistory of the Álvarez family, whose cross-border experiences reveal everyday practices, language strategies, and intergenerational knowledge transmission. Based on semi-structured interviews with two generations between 1953 and 1985, the analysis shows the gradual integration of Portuguese as a mobility and adaptation tool, and the transformation of the border into a flexible space of interaction and cultural hybridity, offering a microhistorical perspective on sociolinguistic phenomena.

Keywords: border, contact zone, language learning, microhistory, cultural hybridity.

quienes han vivido en zonas transfronterizas trasladan la experiencia adquirida a otros territorios e inciden en esos nuevos contextos sociales mediante la incorporación de elementos de su experiencia transnacional.

Se presta atención especial a cómo el portugués fue integrándose gradualmente en la vida cotidiana de los habitantes locales, convirtiéndose en una herramienta de adaptación, movilidad y navegación entre dos espacios culturales y lingüísticos: el boliviano y el brasileño.

El eje del estudio es la microhistoria de la familia Álvarez, cuyos miembros vivieron en esta región y cruzaron la frontera boliviano-brasileña en diferentes periodos. Las narrativas personales y familiares permiten ir más allá del discurso oficial y observar la región a través de las prácticas cotidianas, las estrategias lingüísticas, la transmisión intergeneracional de saberes y las experiencias individuales de vida en la frontera. Así, la historia familiar se convierte en una puerta de entrada para comprender procesos sociolingüísticos más amplios característicos de las zonas transfronterizas.

La base empírica del estudio se compone de entrevistas semiestruturadas con representantes de dos generaciones de la familia Álvarez. Ellos nos cuentan sobre la historia de la familia, tres generaciones que vivieron o frecuentaron la región Puerto Suárez–Corumbá en varios periodos: entre 1953 y

1955, luego desde 1959 hasta mediados de los años 60, y nuevamente a finales de los años 60 y principios de los 70. Una rama de la segunda generación, junto con la tercera generación, residió en Puerto Suárez y visitaba regularmente Corumbá entre 1983 y 1985. La comparación de biografías y experiencias lingüísticas y culturales de estas dos generaciones permite analizar cómo cambió la percepción del idioma portugués y cómo la frontera fue transformándose de una línea rígida de separación a un espacio flexible de interacción cotidiana y de hibridez cultural.

Frontera: ¿barrera o zona de contacto?

Morris-Suzuki, al analizar los procesos de formación de fronteras en el continente euroasiático, señala que “los movimientos a través de los territorios que luego serían divididos por fronteras modernas continuaron durante siglos antes de que esas fronteras fueran trazadas” (Morris-Suzuki, 2010, p. 4-5). Esta dinámica también puede observarse en el continente americano. Las fronteras, incluso entre países con relaciones amistosas, representan siempre una línea potencial de restricción: una línea que puede ser cerrada por uno u otro lado en caso de conflictos políticos, situaciones bélicas o catástrofes naturales o sanitarias, como lo evidenció la pandemia de COVID-19. En tales circunstancias, quienes viven en zonas fronterizas suelen ser los primeros en ser afectados.

La frontera es, ante todo, un producto del Estado, que establece sus límites a través de mecanismos legales y administrativos. Sin embargo, en las regiones fronterizas estas delimitaciones a menudo no se corresponden con las prácticas sociales reales ni con las identidades culturales de la población local. A pesar de su función divisoria, las fronteras también son “zonas de contacto”. El término “zonas de contacto” fue utilizado por primera vez por Mary Louise Pratt. Según ella, estas “zonas de contacto” son “espacios sociales donde las culturas se encuentran, chocan y se enfrentan entre sí, a menudo en contextos de relaciones de poder profundamente asimétricas” (Pratt, 1991, p. 34). Pratt formuló originalmente este concepto en el contexto del análisis de prácticas artísticas y literarias. Sin embargo, en los últimos años el concepto está usado también en estudios dedicados a las regiones fronterizas y a las interacciones transfronterizas (véase Mendoza, 1994; Ryazantsev; Garibova, 2021). En mi investigación, también considero la frontera como una zona de contacto, entendiendo que la interacción en estos espacios puede adoptar diversas formas: cooperación, conflicto o restricción. Los habitantes de zonas fronterizas suelen estar más próximos, en términos culturales y sociales, a la población del otro lado que a quienes residen en regiones más alejadas dentro de su propio país.

Este fenómeno se observa de manera particular en la frontera entre Puerto Suárez (Bolivia) y Corumbá (Brasil), caracterizada por la convivencia pacífica, el interés mutuo – incluido “el objetivo comercial más importante entre ambos países, así como un puerto fronterizo para el tránsito de mercancías bolivianas hacia el Atlántico y brasileñas hacia el Pacífico” (Alfonso *et al.*, 2025, p. 5) – y por una dinámica de cooperación económica que se manifiesta en flujos migratorios en momentos históricos clave.

En estas zonas, la movilidad adopta múltiples formas: desplazamientos diarios por motivos laborales o comerciales, migraciones estacionales, mudanzas definitivas seguidas por visitas familiares, así como la presencia de empleados en empresas binacionales y, en contextos de paz, de personal militar en ambos lados.

La situación lingüística en contextos fronterizos merece atención especial. Incluso cuando las fronteras están cerradas, si existen relaciones estables y familias mixtas, el contacto lingüístico tiende a persistir. Por ejemplo, en la isla de Sajalín – zona limítrofe entre Japón y la URSS –, tras la Segunda Guerra Mundial y el cierre de la frontera, continuó el interés por la lengua japonesa. Muchas personas escuchaban emisoras de radio japonesas como medio para mantener el contacto cultural y, en algunos casos, para enseñar el idioma a sus hijos (véanse Paichadze, 2022).

En los últimos años ha aumentado el número de estudios dedicados a los procesos migratorios y la situación lingüística en la región Puerto Suárez–Corumbá. Estos trabajos abordan fenómenos como el multilingüismo, el uso cotidiano del “portuñol” y las prácticas culturales transfronterizas (véanse, por ejemplo, Mancilla Barreda 2017; Mancilla; Maciel, 2021, entre otros).

Así, aunque la literatura académica ha comenzado a abordar cada vez con mayor frecuencia la idea de la frontera como zona de contacto, la mayoría de estos estudios se centran en procesos a nivel macro, como la formación de corredores económicos o el desarrollo de vínculos políticos e institucionales.

El presente estudio se enfoca en el nivel micro y analiza la influencia que ejerce la vida en zonas fronterizas sobre las prácticas cotidianas y la identidad de las personas. Se plantea que los habitantes de estas zonas, independientemente del grado de involucramiento consciente en interacciones transfronterizas, inevitablemente experimentan una influencia cultural y lingüística proveniente del otro lado. Los mecanismos de esta influencia pueden variar: desde el aprendizaje directo del idioma hasta la adopción indirecta de modelos culturales a través del comercio, las redes familiares y los contactos sociales. La intensidad de esta interacción depende, en gran medida, del grado de apertura de la frontera: cuanto

más permeable es, mayor es la probabilidad de consolidar prácticas estables de bilingüismo e intercambio cultural. No obstante, incluso en contextos de movilidad restringida, la influencia transfronteriza no desaparece por completo, y la experiencia de vivir en estas zonas deja una huella duradera en las biografías individuales. Dicha huella se manifiesta tanto en la competencia lingüística como en representaciones culturales persistentes, que permanecen incluso después de abandonar la zona de contacto.

Las experiencias de estas personas constituyen el objeto central de este estudio. A partir de este objetivo se desprende mi segundo planteamiento metodológico, que desarrollo en el siguiente capítulo: la necesidad de un enfoque micro histórico, basado en estudios de caso, para una comprensión más profunda de los procesos transfronterizos. Como se indicó en la introducción, el presente trabajo se basa en la historia de vida de una familia asentada, en diferentes momentos, en la región de Puerto Suárez–Corumbá. Esta aproximación metodológica se enmarca en la microhistoria, una corriente historiográfica que se ocupa del análisis de territorios y poblaciones reducidas – como una ciudad, un pueblo o una familia – con el objetivo de investigar la vida cotidiana y la mentalidad del “hombre común”, tradicionalmente ignorado por la historiografía convencional.

Enfoque micro histórico sobre la trayectoria de la familia Álvarez en Puerto Suárez/Corumbá

El análisis micro histórico propone el estudio de fenómenos particulares en la vida de sujetos individuales del pasado como vía para identificar representaciones dominantes y tendencias estructurales en el conjunto de la sociedad. Esta perspectiva se desarrolló bajo la influencia de la antropología histórica y, en particular, de la escuela de los Annales. Uno de sus fundadores, Lucien Febvre, sostenía que la labor del historiador consiste en intentar comprender a los actores históricos que fueron testigos de determinados acontecimientos, los cuales están inscritos en su conciencia junto con otras representaciones, a fin de poder interpretar adecuadamente dichos hechos. Otro destacado representante de esta escuela, Marc Bloch, argumentaba que en la investigación histórica se debe otorgar mayor valor a los testimonios involuntarios – la segunda categoría de testigos –, ya que, aunque los relatos de personas comunes pueden contener imprecisiones y sesgos, tienden a carecer de las falsedades deliberadas que muchas veces están presentes en las narrativas de carácter político.

La combinación del análisis de fuentes oficiales, la historiografía existente y los testimonios de testigos directos permite, en este sentido, una reconstrucción más completa y matizada de los procesos históricos estudiados.

La familia Álvarez, cuya entrevista constituye la base de este estudio, no residió de forma permanente en la región, sino en varias etapas. La primera de ellas estuvo relacionada con el nombramiento de Roberto Álvarez V., representante de la primera generación de la familia, como cónsul de Bolivia en la ciudad de Corumbá. Según el testimonio de su hijo Gonzalo Álvarez Ch., Roberto comenzó su carrera diplomática durante el gobierno del MNR y fue destinado a Brasil.

Roberto, que en ese momento era viudo, decidió trasladarse a Corumbá con sus tres hijos pequeños, eligiendo esa ciudad por su relativa cercanía a la familia materna que residía en Santa Cruz.

Así, entre 1953 y 1955, la familia – compuesta por el padre y tres hijos de 10, 9 y 8 años – comenzó una nueva vida en Corumbá. Roberto alquiló (Figura 1) una casa donde podía desempeñar sus funciones consulares y, al mismo tiempo, cuidar a sus hijos. Su hijo recuerda este periodo como uno de los más cálidos y unidos en la historia familiar. Los niños comenzaron la escuela primaria en Corumbá y se iniciaron en el idioma portugués, aunque durante las vacaciones su padre los enviaba a Puerto Suárez para rendir exámenes en español. Especialmente le preocupaban las materias humanísticas, como la historia de Bolivia, cuyo contenido difería entre los programas boliviano y brasileño.

Figura 1. Roberto Álvarez V. con sus hijos Roberto (10), Gonzalo (9) y Marcelo (8)



Foto cedida por Holanda Jerez de Álvarez.

En 1955 concluyó la misión diplomática de Roberto en Brasil, y recibió una nueva asignación en Italia. A finales de ese mismo año contrajo matrimonio por segunda vez, con Zeni Lopes – brasileña de Corumbá. Luego la familia regresó primero a Sucre, para después trasladarse a Italia. A partir de entonces, el portugués comenzó a utilizarse también en el entorno familiar. De este segundo matrimonio nacieron tres hijos más, para quienes el portugués se convirtió en una segunda lengua materna; sin embargo, este aspecto queda fuera del alcance del presente artículo.

En 1959, tras regresar de Italia, Roberto puso fin a su carrera diplomática y comenzó a trabajar en la Comisión Mixta Boliviano-Brasileña de Ferrocarriles. En un primer momento, la familia regresó a Santa Cruz, donde los hijos asistieron a cursos intensivos para adaptarse al sistema educativo local tras su experiencia en Italia. Más tarde, Roberto fue reasignado nuevamente a Corumbá, donde se encontraba la oficina central de la Comisión Mixta. Parte de la familia volvió a establecerse en Corumbá, aunque los hijos mayores ya comenzaban a vivir de forma independiente. El hijo mayor, Roberto Álvarez Ch., y el segundo, Gonzalo Álvarez Ch., vivían y estudiaban en un internado en la ciudad de Cochabamba, mientras que el tercero, Marcelo Álvarez Ch., pasó un año viviendo con una familia anfitriona en Puerto Suárez, donde también asistió a la escuela. Esa decisión estaba tomada para darle oportunidad de estudiar en Bolivia, pero estar lo más cerca posible a su padre.

Posteriormente, la familia volvió a reunirse en Santa Cruz, ya que todas las oficinas de la Comisión Mixta fueron trasladadas allí. Roberto dirigió la construcción de viviendas para empleados ferroviarios en el barrio de Huaracachi. Los dos hijos menores del primer matrimonio terminaron la escuela en Santa Cruz, mientras que el mayor, Roberto hijo, ya vivía en La Paz, donde ingresó al colegio militar.

Roberto Álvarez V. continuó trabajando en la Comisión Mixta hasta los años 1966–1967. Con el cierre de la Comisión Mixta y el traspaso de la administración de los ferrocarriles a la Empresa Nacional de Ferrocarriles de Bolivia, el cargo que ocupaba se volvió más politizado, algo que no era de su agrado. Por ello, renunció definitivamente a su puesto y regresó a Corumbá. Allí emprendió un negocio privado: abrió un local de comida rápida que ofrecía hamburguesas y sándwiches – una novedad en esa época para la ciudad y que gozó de popularidad por su ubicación cerca de un cine. Según su hijo, la decisión de volver a Corumbá también estuvo influida por el deseo de su segunda esposa, Zeni Lopes, oriunda de esa ciudad.

Continuó con este negocio hasta aproximadamente 1970–1971, mientras sus hijos ya se habían graduado de la universidad y comenzaban su vida independiente en la ciudad de La Paz, a donde él también eventualmente se trasladó. Pasó

los últimos años de su vida en Santa Cruz, donde la autora de este estudio tuvo la oportunidad de conocerlo en 1998.

Los tres hijos mayores de Roberto residieron, en distintos momentos de sus vidas, en varias ciudades de Bolivia y también en el extranjero. Marcelo Álvarez Ch., en particular, conservaba un recuerdo afectuoso de Puerto Suárez y regresaba allí siempre cuando era posible. Durante un largo periodo, ninguno de ellos vivió de forma estable en Corumbá. No obstante, el hijo mayor de Roberto, Roberto Álvarez Ch., quien era militar, fue destinado a la región La Gaiba como oficial en la década de 1970 y posteriormente al Regimiento de Caballería 6 “Capitán Castrillo”, donde se desempeñó como comandante en Puerto Suárez entre 1982 y 1983.

Lamentablemente, no ha sido posible entrevistar a él directo, por lo que no contamos con su testimonio ni podemos comparar sus impresiones de la infancia con las que pudo haber tenido durante su servicio como comandante. Sin embargo, su hijo y su viuda relatan que, durante el tiempo en que vivieron en Puerto Suárez, los familiares solían reunirse allí con frecuencia. Zeni Lopes vivió con ellos durante seis meses y viajaban todos juntos a Corumbá, ciudad de la cual era originaria. La familia cruzaba a menudo al lado brasileño: hacían compras, iban al cine o a cafeterías, visitaban a los parientes de Zeni. De hecho, casi todos los fines de semana los pasaban en Brasil.

Este recorrido por la trayectoria de la familia Álvarez permite observar cómo las dinámicas de movilidad, trabajo diplomático y vínculos familiares transfronterizos moldearon experiencias individuales en la frontera boliviano-brasileña. La microhistoria, al centrarse en estos relatos específicos, nos ofrece herramientas valiosas para comprender los modos de vida y los cruces identitarios que escapan a las narrativas nacionales más amplias.

En la siguiente sección del artículo, analizaremos con mayor detalle, a través de las voces de los propios protagonistas, su relación cotidiana con el idioma portugués.

Voces de los protagonistas directos

Segunda generación

Traslado a Brasil

Mi madre acababa de morir y tocó irnos y nos fuimos los tres con mi papá a Curumba en avión. Desde Santa Cruz. Había una aerolínea, recuerdo bien, que se llamaba Correo Aéreo Nacional. Era una aerolínea brasilera que hacía el servicio de correo aéreo, llamémosle así, desde Santa Cruz hasta Corumbá, Campo Grande. Tocaba varios pueblos brasileiros partiendo desde Santa Cruz (Entrevista con Gonzalo Álvarez Ch., 7 jul. 2025).

Primeros contactos con el idioma portugués y sus razones

Entonces fue así que llegamos y claro, lo primero que hizo mi padre después de que estábamos ya instalados en la casa fue inscribirnos en un colegio. Había un colegio en Curumbá de padres jesuitas, si mal no recuerdo, que se llamaba Santa Teresa. Así que entramos a ese colegio a aprender, a estudiar en portugués. Y entramos, el sistema brasileiro contemplaba en la primaria primero A, primero B, primero C, que en Bolivia significaba primero, segundo y tercero [de la primaria], pero eso nosotros no sabíamos. Entonces mi papá nos inscribió a mí a tercero, a mi hermano mayor en cuarto y a Marcelo en el segundo, pero estábamos desfasados porque nosotros no estábamos preparados para lo que ya habían avanzado los brasileiros. Entonces nos costó mucho igualarnos y después mi padre nos cambió a otro colegio porque no estaba de acuerdo con los métodos coercitivos que tenían estos curas... y nos fuimos a otro colegio que era mucho más tolerante y además ahí ya nos pusieron a los cursos que nos correspondían de verdad. Así que empezamos a aprender el portugués, a aprenderlo a escribir, a aprenderlo a leer

De todas maneras, nosotros allá en Corumbá éramos muy unidos, teníamos ciertos amigos también, muy buenos amigos que andaban junto con nosotros, y al tiro nos integrábamos, hablábamos el portugués muy bien. De hecho, para mí el portugués es mi segunda lengua madre. Y en determinado momento escribíamos mejor en portugués que en español (Entrevista con Gonzalo Álvarez Ch., 7 jul. 2025).

El ingreso al sistema escolar brasileño forzó el aprendizaje del idioma, y la integración social entre niños facilitó su rápida apropiación.

Brasileños en Puerto Suárez y bolivianos en Corumbá – Visitas a Puerto Suárez

Dentro de las actividades de mi papá, un consulado implicaba siempre estar en contacto con autoridades, viajar con cierta frecuencia a Puerto Suárez que es un pueblo vecino de frontera, en el lado boliviano. Así que viajábamos con cierta frecuencia por lo menos una vez al mes a Puerto Suárez. Lo acompañábamos a mi padre algunas veces cuando él podía disponer de tiempo para estar con nosotros también. Y claro, llegábamos a Puerto Suárez y ya nos sentíamos en casa otra vez. Bueno, te sientes en casa porque vuelves a escuchar tu idioma original, otra vez todo en español. Entonces eso hacía que nos sintamos cómodos de estar también en Puerto Suárez. En Puerto Suárez había ciertos atractivos para nosotros, para los niños, que estábamos deseosos de tener experiencias, de aventuras. Está la Laguna Cáceres, entonces íbamos a bañarnos a la Laguna Cáceres. Donde hay caimanes y hay pirañas y todo eso. Pero los niños son irresponsables. Y ahí estábamos nosotros también con otros niños y nos metíamos a la laguna. Gracias a Dios nunca pasó nada, nadábamos en la laguna. Había otro lugar que se llamaba El Salao. Esa era una vertiente de agua cristalina, muy fría, muy agradable para el clima de Puerto Suárez (Entrevista con Gonzalo Álvarez Ch., 7. jul. 2025).

Puerto Suárez funcionaba como un espacio de retorno lingüístico y emocional, donde los niños podían reconectarse con el español y ambiente boliviano.

Portugués en casa

Mi papá ya, obviamente una persona mayor, no aprende con la facilidad de un niño. Nosotros rápidamente aprendimos el portugués y entre nosotros seguíamos hablando en portugués. Cuando hablábamos con mi papá en español, pero nos decía háblenme en portugués porque así yo me familiarizo más. En fin, había ese acuerdo entre nosotros. Y era una mezcla de idiomas.

A veces hablábamos en castellano, otras veces en portugués. Y nosotros generalmente hablábamos en portugués entre nosotros también. Y es más, cuando ya dejamos el Brasil, volvimos a Bolivia y nos fuimos a Italia; entre nosotros, bueno, en ese momento Doña Zeni pasó a formar parte de nuestra familia porque se casaron con mi papá, y hablábamos en portugués.

Bolivia y nos fuimos a Italia entre nosotros bueno, ya apareció en nuestra vida Doña Zeni también y hablábamos en portugués.

En casa seguíamos hablando en portugués uno para no perder la costumbre de hablar portugués porque el español obviamente no nos íbamos a olvidar nunca ¿no? Así que seguimos hablando en portugués y ahora yo con el Neto y Sergio (hermanos menores del segundo matrimonio) sigo hablando en portugués. Desde el año 56, porque se casaron a final del 55 en diciembre y ya nos volvimos a Bolivia, nos volvimos a Sucre y Doña Zeni ya se vino con nosotros. Doña Zeni hablaba en portugués en la casa y nosotros también desde luego (Entrevista con Gonzalo Álvarez Ch., 7. jul. 2025).

El hogar fue un espacio multilingüe donde el portugués se mantuvo vivo por voluntad familiar y por la presencia de la nueva esposa del padre.

Portugués en la vida adulta

Nosotros hemos hablado muy buen portugués. De hecho yo considero que hasta ahora hablo muy buen portugués y cuando me encuentro con brasileños hoy en día nadie distingue si soy boliviano o soy brasileño. No creen que soy boliviano porque tengo muy buen acento en portugués (Entrevista con Gonzalo Álvarez Ch., 7 jul. 2025).

El dominio del portugués trascendió la infancia, convirtiéndose en una herramienta de identidad bilingüe a lo largo de la vida.

Tercera generación

A diferencia de la segunda generación, la tercera nunca vivió directamente en Corumbá, sino en Puerto Suárez. Así recuerda sus primeros contactos con el portugués Carlos Gonzalo Álvarez J.

Primeros contactos con el idioma portugués y sus razones

Primero vivimos en un hotel, donde en el lobby había siempre puesto el canal de televisión en blanco y negro. Y la televisión era de la Red Globo de Brasil. Porque era la única

televisión que llegaba a la frontera. O sea, no había la televisión boliviana nacional o no llegaba hasta Puerto Suárez, porque no era satelital en esa época. Y en la frontera no llegaba nada de eso.

Otra cosa es que, como niños, te gustan las historietas. Todas las historietas que se podían comprar o se compraron mismo en Puerto Suárez o cuando se viajaba a Corumbá, eran en portugués, como de Disney, de Marvel, de Cebolinha y Moniquinha, son revistas así para niños. Y debo tener en alguna parte de mi casa todavía tenía como así un montón...Compraba, todas las veces que podía y estaba siempre leyendo esas historietas (Entrevista con Carlos Gonzalo Álvarez J., 01. jul. 2025).

La cercanía con Brasil, el aislamiento del centro boliviano y la superioridad técnica de Brasil favorecieron los primeros contactos lingüísticos. Otro factor fueron las revistas infantiles en portugués. La similitud lingüística facilitaba la lectura. Leer fortalecía el idioma y permitía observar sus diferencias y semejanzas con el español.

Brasileños en Puerto Suárez y bolivianos en Corumbá – Contacto con hablantes nativos

O sea, sí, la gente habla, habla portuñol o van a... o está en contacto con brasileiros pero en esa época no había brasileiros viviendo en Puerto Suárez. Es cómo vaya la economía. Van de Puerto Suárez a Corumbá, los comerciantes, o van de Corumbá a Puerto Suárez.... Dependiendo de la economía, dónde es más barato y cómo es mejor. Entonces en esa época algo habría, o viajeros, pero que yo como niño de 10 o 11 años trate, no. Yo sé que mi papá hablaba portugués, venían, él era militar, entonces venían militares de Brasil a Puerto Suárez y a veces íbamos también invitados...

En la escuela no es que hablaran portugués nada, sí había chicos que hablaban portugués. Pero no es que lo necesitaran usar en Puerto Suárez, pero yo sé que hablaban. Precisamente por lo mismo, porque todos ven la televisión brasileira. Entonces en la frontera prácticamente yo creo que todos hablan portugués, o portuñol o portugués. Depende de cada quien (Entrevista con Carlos Gonzalo Álvarez J., 01 jul. 2025).

El portugués se difundía no tanto por la convivencia directa, sino por la exposición constante a medios brasileños y los flujos económicos transfronterizos.

Portugués en casa

Sí, he empezado yo a usar el portugués. Con ella [con abuela Zeni] *sí, puede ser que haya usado el portugués más que con nadie*. Ella nos ayudaba para preparar los uniformes para los Boy Scouts, salir a hacer compras a Corumbá. Tengo buenas memorias de ella ahí, mis tíos también visitaron. Y sí, ahí se escuchaba más el portugués en la casa (Entrevista con Carlos Gonzalo Álvarez J., 01 jul. 2025).

El uso del portugués dentro del hogar se mantuvo a través del contacto intergeneracional, especialmente con Zeni Lopes.

Visitas a Corumbá

Siempre se iba a Corumbá, porque era, por ejemplo, para ir al cine... Había restaurantes en el lado boliviano también, pero también íbamos a restaurantes a comer, a restaurantes en el lado brasileño. Entonces sí, una forma para entretenimiento y demás, prácticamente todos los fines de semana se viajaba a Corumbá. En esa época mi imagen siempre es que Corumbá era una ciudad y Puerto Suárez era un pueblo (Entrevista con Carlos Gonzalo Álvarez J., 01 jul. 2025).

No podría decir, que había bastante bolivianos ahí porque viajaba con mi familia y yo era niño. Pero sí, era normal que la gente cruzaba las fronteras.

Corumbá era percibida como una ciudad más moderna, y las visitas frecuentes reforzaban el contacto cultural y lingüístico con Brasil.

Portugués en la vida adulta

Eso también es un poco interesante porque mientras estaba en Puerto Suárez yo entendía el portugués y podía hablarlo según yo, pero no es que realmente lo necesitara. La primera vez que me he dado cuenta que puedo hablar en portugués es cuando he viajado a los 15 años a Estados Unidos y había amigos brasileños, y después en Japón (Entrevista con Carlos Gonzalo Álvarez J., 01 jul. 2025).

Aunque el portugués no se utilizaba activamente en la infancia, la exposición constante permitió adquirirlo pasivamente y activarlo más tarde en contextos internacionales.

Reflexión analítica: lengua, frontera y experiencia familiar desde la microhistoria

El caso de la familia Álvarez, reconstruido a partir de entrevistas orales, permite analizar el aprendizaje y uso del portugués en el contexto de una zona de contacto lingüístico entre Bolivia y Brasil. Desde una perspectiva microhistórica, estas trayectorias individuales – marcadas por la movilidad diplomática, la escolarización transfronteriza y los vínculos afectivos con ambos lados de la frontera – revelan dinámicas sociolingüísticas difíciles de captar a través de enfoques puramente estructurales o nacionales.

El análisis microhistórico propone el estudio de fenómenos particulares en la vida de sujetos individuales como vía para comprender tendencias sociales más amplias. En este caso, la trayectoria fragmentada pero recurrente de la familia Álvarez entre Corumbá y Puerto Suárez ofrece un prisma privilegiado para observar cómo el portugués fue adquirido, usado y resignificado de forma intergeneracional. A través de sus testimonios, se perciben las tensiones entre aprendizaje formal (escuela brasileña), adquisición mediada por el entorno (televisión, historietas) y la transmisión dentro del hogar (comunicación con la familia brasileña).

La frontera boliviano-brasileña aparece aquí no como una línea divisoria rígida, sino como una zona de contacto, permeado por afectos, educación y entretenimiento. La lengua portuguesa no fue percibida como lengua extranjera, sino como lengua lugareña, cotidiana, enraizada en las experiencias escolares y familiares.

El fenómeno del portuñol y el bilingüismo informal, documentado en los testimonios de la segunda y tercera generación, refleja una forma práctica y afectiva de gestionar el contacto lingüístico. Desde el punto de vista metodológico, esta investigación se apoya en los postulados de Lucien Febvre y Marc Bloch, al valorar los testimonios como formas legítimas de evidencia histórica. Las voces recogidas no sólo nos informan sobre los hechos, sino que revelan representaciones internas, memorias afectivas y jerarquías lingüísticas percibidas.

En particular, los “testimonios involuntarios” – aquellos detalles que emergen sin intención explícita de narrar un hecho político o institucional – permiten captar matices identitarios y lingüísticos que de otro modo quedarían invisibles. En suma, el estudio de esta familia fronteriza demuestra cómo el análisis microhistórico puede contribuir a una comprensión más fina de los procesos de contacto lingüístico. Lejos de ser un fenómeno abstracto, el bilingüismo se construye en decisiones cotidianas: en qué idioma se habla con el padre, qué canal se ve en la televisión, qué cómic se escoge en el kiosco. Estas elecciones, registradas en la memoria oral, configuran una historia íntima del lenguaje en la frontera.

Conclusiones

El análisis micro histórico de la familia Álvarez evidencia que los procesos de aprendizaje y uso del portugués en la frontera boliviano-brasileña se inscriben en dinámicas históricas, afectivas y cotidianas que difícilmente se captan desde perspectivas macroestructurales.

La atención a los testimonios orales, incluidos los “involuntarios”, permite identificar cómo las lenguas se negocian, se resignifican y se convierten en parte de

la memoria familiar, desafiando la idea de la frontera como línea rígida. Este enfoque demuestra la relevancia metodológica de la microhistoria, que actúa como un puente entre experiencias individuales y procesos sociolingüísticos más amplios.

Al mismo tiempo, la investigación abre perspectivas para estudios comparativos en otras regiones fronterizas de América Latina, que podrían revelar patrones comunes y variaciones en la gestión del bilingüismo. Integrar narrativas familiares con materiales escolares, audiovisuales y prácticas culturales ampliaría la comprensión del contacto lingüístico en contextos transnacionales. De este modo, la frontera se confirma no como un límite, sino como un espacio vivo, donde las lenguas se aprenden, se mezclan y se transforman en recursos para la pertenencia y la movilidad.

Agradecimientos

Agradezco sinceramente a Gonzalo Álvarez Ch. y a Carlos Gonzalo Álvarez J. por la valiosa y enriquecedora entrevista, así como a Holanda Jerez de Álvarez por las fotografías compartidas y por sus generosos comentarios.

Références

- ALFONSO, D. H.; HERRERA CANALES, S.; YANGUAS XAVIER, A. P. Comercio, política y cotidianidades en una región transfronteriza latinoamericana: el caso de Corumbá/Puerto Suárez/Puerto Quijarro (Brasil/Bolivia). *Estudios Fronterizos*, v. 26, e159, 2025.
- BLOCH, M. *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien*. Paris: Armand Colin, 1949.
- FEBVRE, L. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1953.
- MANCILLA BARREDA, Suzana. *Interculturalidades no contexto Puerto Quijarro (Bolívia)-Corumbá (Brasil): português língua de fronteiras: ensino, aprendizagem e formação de professores*. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MANCILLA, S.; MACIEL, F. M. Português na fronteira Bolívia-Brasil a partir de uma visão decolonial. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 44, e61929, 2022.
- MENDOZA, L. G. The Border Between Us: Contact Zone or Battle Zone? *MFS Modern Fiction Studies*, Baltimore, v. 40, n. 1, p. 119-139, Spring 1994. DOI: 10.1353/mfs.0.0568.
- MORRIS-SUZUKI, T. *Borderline Japan: foreigners and frontier controls in the postwar era*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- PAICHADZE, S. *Identity, language and education of Sakhalin Japanese and Koreans: continual diaspora*. Cham: Springer, 2022.
- PRATT, M. L. Arts of the Contact Zone. *Profession*, n. 91, p. 33-40, 1991.
- RYAZANTSEV, S.; GARIBOVA, F. Tajik-Afghan border areas as a socio-economic and ethnocultural contact zone. *Central Asia and the Caucasus*, v. 22, n. 3, p. 146-156, 2021.

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS DIRETRIZES DE ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL E BOLÍVIA: AS DIFERENÇAS DE ABORDAGEM CULTURAL, NORMATIVA E O CONTEXTO DE FRONTEIRA

LA ENSEÑANZA DE GEOGRAFÍA PARA NIÑOS EN LOS PRIMEROS AÑOS EN CONTEXTO FRONTERIZO: UN ANÁLISIS DE LAS DIRECTRICES CURRICULARES DE BRASIL Y BOLIVIA

DOI 10.55028/geop.v20i39

Lylianne Chaparro Magalhães Souza*

Samuel da Silva Souza**

Élvis Christian Madureira Ramos***

Resumo: O artigo analisa comparativamente o ensino de Geografia para crianças nos anos iniciais em Corumbá (Brasil) e nas cidades bolivianas vizinhas, com base em documentos curriculares oficiais. O objetivo é compreender como o ensino de Geografia, a identidade e a interculturalidade são abordados na BNCC, no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul e no Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional. A pesquisa, de natureza bibliográfica e documental, evidencia contrastes entre as abordagens: enquanto o Brasil adota uma perspectiva normativa, a Bolívia valoriza práticas comunitárias e interculturais.

Palavras-chave: geoalfabetização, interculturalidade, educação fronteiriça, currículos, anos iniciais.

Resumen: El artículo analiza comparativamente la enseñanza de Geografía para niños en los primeros años en Corumbá (Brasil) y en las ciudades

Introdução

O ensino de Geografia nos anos iniciais desempenha um papel essencial na formação e desenvolvimento da consciência de lugar e nas atitudes para como meio e interações socioespaciais. Essa relevância é ainda mais evidente nos espaços de fronteira, como o município de Corumbá (MS), no Brasil, e as cidades vizinhas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, na Bolívia. Nessas regiões, a convivência cotidiana entre diferentes nacionalidades, línguas e práticas culturais torna o ambiente escolar um espaço privilegiado para

* Graduada em Geografia Licenciatura (2023, UFMS/CPAN), Mestranda em Educação Social (UFMS/CPAN). Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9856-9615>. E-mail: lylianne.magalhaes@ufms.br.

** Graduado em Matemática Licenciatura Plena (2010, UFMS/CPAN). Mestre em Educação Social (2017, UFMS/CPAN), Doutorando em Educação Social (UFMS/CPAN). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7688-9510>. E-mail: samuel.souza@ufms.br.

*** Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado, USC, 1999), Mestre em Educação (FC/UNESP, 2005) e Doutor em Geografia (FCT/UNESP, 2017). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6245-6850>. E-mail: elvis.ramos@ufms.br.

bolivianas vecinas, a partir de documentos curriculares oficiales. El objetivo es comprender cómo la enseñanza de la Geografía, la identidad y la interculturalidad son abordadas en la BNCC, en el Currículo de Referencia de Mato Grosso do Sul y en el Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional. La investigación, de carácter bibliográfico y documental, evidencia contrastes entre los enfoques: mientras Brasil adopta una perspectiva normativa, Bolivia valora prácticas comunitarias e interculturales.

Palabras clave: geoalfabetización, interculturalidad, educación fronteriza, currículos, primeros años.

o exercício da interculturalidade e da valorização das transterritorialidades vividas (Haesbaert; Mondardo, 2010).

Este estudo propõe uma análise comparativa do ensino de Geografia para crianças nos anos iniciais, a partir dos documentos curriculares oficiais do Brasil e da Bolívia, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS) e o Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional (CBSEP), buscando compreender como cada sistema educativo aborda as noções de território, fronteira, identidade e diversidade. A escolha pelo municípios de Corumbá (Mato Grosso do Sul, Brasil) e as cidades bolivianas vizinhas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, justifica-se pela intensa dinâmica transfronteiriça que caracteriza a região, impactando diretamente as práticas pedagógicas, os conteúdos escolares e a formação da identidade dos estudantes.

Para fundamentar a análise, recorre-se a uma abordagem de análise da literatura e documentos, bem como da comparação entre dois sistemas de ensino no que tange ao ensino de geografia e o contexto de fronteira (Santos, 2015; Ramos, 2014; Abreu, 2023; Ribeiro, 2023; Golin, 1998; Souza, 2023).

A pesquisa se insere em um esforço de compreensão de como o ensino de geografia é visto em sua totalidade nos primeiros anos escolares nos principais documentos de base da educação

no Brasil e Bolívia. Como são reconhecidos as formas de pluralidade cultural e social nesses documentos. É uma análise que também ajuda a entender as diferenças de concepções de ensino no espaço de fronteira.

Desse modo, este estudo busca promover um diálogo entre documentos curriculares sob a ótica da formação docente e de uma educação intercultural em territórios fronteiriços, contribuindo para o debate sobre políticas educacionais e práticas pedagógicas contextualizadas.

Este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a metodologia adotada; a terceira discute a fundamentação teórica sobre ensino de Geografia, fronteira e interculturalidade; a quarta analisa os resultados obtidos a partir da análise documental e da literatura; e, por fim, as considerações finais refletem sobre os desafios e potencialidades do ensino de Geografia em contextos de fronteira.

Método e base comparativa

A pesquisa adota uma abordagem de natureza analítico-interpretativa e comparativa, fundamentada na análise documental e bibliográfica. O estudo tem como objetivo compreender e comparar os fundamentos, concepções e orientações presentes nas diretrizes curriculares do Brasil e da Bolívia, com foco nos elementos que estruturam suas propostas educativas em relação ao ensino de Geografia, especialmente no que se refere à valorização cultural, à territorialidade e à formação docente.

Foram analisados documentos oficiais — a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (Mato Grosso do Sul, 2019) e o Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional (Bolívia, 2012) — por representarem os marcos normativos que orientam o ensino de Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental em ambos os países. A análise foi guiada por categorias previamente definidas, como território, identidade, interculturalidade, diversidade cultural e geoalfabetização, possibilitando identificar aproximações e distanciamentos entre os modelos curriculares.

A revisão bibliográfica incluiu obras atuais sobre o ensino de Geografia na infância (Callai, 2011; Castellar, 2013; Cavalcanti, 2002; Ramos, 2019, 2024a, 2024b), bem como pesquisas voltadas à educação em contextos de fronteira (Bumlai; Bilange, 2014; Santos, 2015; Souza; Silva, 2023). Também foram consultadas dissertações, teses e artigos científicos que abordam a realidade educacional de Corumbá (MS) e das cidades bolivianas vizinhas, compondo um corpus teórico que subsidia a interpretação crítica dos documentos curriculares selecionados.

A presente pesquisa constitui uma etapa analítica centrada na leitura e interpretação de documentos curriculares oficiais e literatura especializada. Ao analisar os marcos normativos do Brasil e da Bolívia, busca-se compreender os fundamentos que orientam o ensino de Geografia em contextos fronteiriços.

Essa etapa teórica e documental é essencial para subsidiar as próximas fases da investigação, oferecendo bases conceituais e comparativas que orientarão futuras análises empíricas em contextos escolares, considerando as singularidades territoriais, culturais e pedagógicas da fronteira Brasil–Bolívia.

O ensino de Geografia e a educação nos anos iniciais no Brasil

O ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental constitui-se como uma etapa essencial para a formação do pensamento espacial das crianças, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o território, a paisagem e as relações sociais que permeiam o espaço vivido. Essa fase é decisiva na formação de sujeitos autônomos, capazes de compreender as dinâmicas espaciais e sociais que estruturam suas vidas cotidianas — especialmente em contextos geográficos singulares, como os territórios de fronteira.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador da educação básica no Brasil, estabelece que o ensino de Geografia deve promover a compreensão das interações entre sociedade e natureza, com foco na cidadania, na ética e na valorização do espaço vivido. Nos anos iniciais, esse ensino deve estar ancorado em experiências concretas, que permitam à criança compreender seu entorno imediato e desenvolver habilidades de observação, descrição e análise do espaço. O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS), por sua vez, reafirma esses princípios, enfatizando a valorização das territorialidades regionais, das vivências locais e das práticas que possibilitam à criança compreender sua inserção no mundo a partir de sua realidade concreta.

Em consonância com esses documentos oficiais, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) reforçam a importância de um currículo que reconheça a criança como sujeito histórico, social e cultural, ativo na construção do conhecimento. Essa concepção rompe com a visão tradicional da criança como mero receptáculo de informações e favorece abordagens didáticas centradas na experiência, na ludicidade e na mediação pedagógica que parte da realidade vivida.

Nessa direção, Ramos (2019) tem se dedicado a aprofundar as discussões sobre o ensino de Geografia nos anos iniciais, defendendo que o espaço não é dado para a criança, mas ele é construído pelas crianças, que por sua vez estabelecem sentidos de interação e vivência em múltiplos lugares que territorializam. Em

continuidade a essa perspectiva, o autor propõe, em texto mais recente, o conceito de geoalfabetização, definido como a capacidade de ler, compreender e se posicionar frente à complexidade do espaço vivido, articulando-o às dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais (Ramos, 2025). Ainda segundo o autor, esse processo deve ser iniciado desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, por meio de práticas pedagógicas que vinculem os conteúdos escolares às experiências cotidianas das crianças.

Malatesta e Sánchez (2017), juntamente com Ramos (2025), sustentam que a escola deve oportunizar aos estudantes meios de “leitura do mundo”, articulando o espaço vivido às múltiplas dimensões da realidade social. Essa proposta se concretiza em práticas pedagógicas que envolvem a observação do bairro, a construção de mapas mentais e a identificação das paisagens e dos usos do solo, favorecendo uma compreensão ativa do território. Ramos (2025) enfatiza, ainda, que o ensino de Geografia precisa valorizar o protagonismo infantil, reconhecendo a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento geográfico por meio de experiências significativas e situadas.

A articulação entre a BNCC, o CRMS, as DCNs e os aportes teóricos que concebem a criança como sujeito do processo educativo sustenta, assim, uma proposta de ensino de Geografia mais significativa nos anos iniciais. Em contextos de fronteira, essa abordagem torna-se ainda mais necessária, pois os sujeitos sociais que ali vivem frequentemente experimentam uma transterritorialidade, entendida como a vivência entre territórios, o constante entrar e sair de espaços, o que transforma a fronteira em um território híbrido, produzido por múltiplas territorialidades (Haesbaert; Mondardo, 2010). Essa experiência de mobilidade e pertencimentos diversos exige um ensino que reconheça identidades em trânsito e práticas culturais híbridas, possibilitando à criança compreender a fronteira como um espaço de múltiplos pertencimentos e de interculturalidade cotidiana. A interculturalidade, no contexto do Ensino, especialmente em regiões de fronteira como Corumbá e as cidades bolivianas vizinhas, refere-se à convivência, ao diálogo e à troca entre diferentes culturas em condições de respeito e reciprocidade. Ela vai além da simples coexistência de grupos culturais distintos, no caso da multiculturalidade, e propõe a interação consciente, crítica e transformadora entre esses grupos.

No âmbito do ensino, Callai (2011), Castellar (2013) e Cavalcanti (2002) reforçam essa concepção ao proporem práticas que integrem a diversidade cultural, as identidades múltiplas e os fluxos sociais presentes no cotidiano dos estudantes. Desse modo, a Geografia escolar assume um papel fundamental na formação de sujeitos críticos e sensíveis às diferenças, capazes de compreender a complexidade

e a pluralidade dos territórios que habitam. O ensino de Geografia em contextos fronteiriços, portanto, ultrapassa a mera transmissão de conteúdos: constitui-se como um espaço de diálogo entre culturas, de reconhecimento das identidades locais e de construção de uma educação voltada à convivência, à solidariedade e à valorização das diferenças.

Análise comparativa das Leis de Diretrizes e Bases da Educação: Brasil e Bolívia no ensino de Geografia nos anos iniciais

A análise comparativa entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Brasil (Lei nº 9.394/1996) e a Lei da Educação “Avelino Siñani - Elizardo Pérez” da Bolívia (Lei nº 070/2010) revela diferenças significativas nas concepções de currículo, nos objetivos educacionais e nas abordagens metodológicas, especialmente no que se refere ao ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tais distinções refletem não apenas contextos históricos e socioculturais distintos, mas também os projetos políticos e epistemológicos que fundamentam as políticas educacionais de cada país.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece, em seu artigo 26, que os currículos do ensino fundamental devem possuir uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada, de acordo com as características regionais e locais. Essa base é regulamentada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta o ensino de Geografia a partir das competências gerais da educação básica e das competências específicas da área. A BNCC enfatiza a compreensão das interações entre natureza e sociedade, o exercício da cidadania e o respeito à diversidade, destacando o espaço vivido como dimensão formadora da identidade. Nos anos iniciais, o ensino deve ser experiencial, permitindo à criança desenvolver habilidades de observação, descrição e representação do espaço próximo. O Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS), em consonância com a BNCC, aprofunda essa perspectiva ao valorizar as territorialidades locais e as especificidades fronteiriças, como as presentes em Corumbá, integrando elementos regionais à prática pedagógica.

Por outro lado, a Lei da Educação nº 070, denominada Avelino Siñani – Elizardo Pérez (2010), representa uma ruptura paradigmática com o modelo educacional tradicional. Ela institui um sistema educativo plurinacional, descolonizador e comunitário, que reconhece as nações e povos indígenas originários e camponeses como sujeitos centrais do processo educativo. Essa lei orienta-se por princípios de interculturalidade, intraculturalidade e multilinguismo, propondo uma educação integral que articula saberes ancestrais e científicos.

O Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional (CBSEP) concretiza esses princípios ao propor um ensino de Geografia que valoriza a cosmovisão indígena, a territorialidade, a soberania alimentar, o respeito à Pachamama (Mãe Terra) e a construção coletiva do conhecimento.

Ao se compararem os dois sistemas, observa-se que o Brasil adota uma abordagem mais disciplinar e baseada em competências, com foco na cidadania e no espaço vivido, enquanto a Bolívia propõe uma concepção holística e intercultural, centrada na identidade e na coletividade. No Brasil, embora as diretrizes ressaltem a diversidade, o modelo curricular ainda se estrutura predominantemente sobre conteúdos universais, enfrentando desafios na efetiva inclusão das especificidades socioculturais das regiões de fronteira. Já na Bolívia, o currículo se constitui como instrumento de transformação social, que reconhece e valoriza os saberes dos povos originários, promovendo uma educação voltada à autonomia e à dignidade dos sujeitos.

No que se refere ao ensino de Geografia, essas distinções tornam-se ainda mais nítidas. Enquanto no Brasil a disciplina busca desenvolver competências cognitivas e críticas voltadas à leitura do espaço, na Bolívia ela é compreendida como parte de um processo formativo integral, que une dimensões espirituais, comunitárias e ecológicas. Como destaca Santos (2015, p. 233), a criança é concebida como parte de um coletivo comunitário, e a aprendizagem ocorre em relação direta com o território e a natureza. A formação docente também reflete essas diferenças: no Brasil, organiza-se a partir de cursos de licenciatura com ênfase disciplinar; na Bolívia, realiza-se em institutos de formação comunitária, fortemente enraizados nos territórios e nas práticas socioculturais locais.

Essas diferenças estruturais e filosóficas entre os dois sistemas educacionais podem ser sintetizadas conforme o quadro comparativo a seguir, que destaca as concepções de currículo, formação docente e papel da Geografia no processo educativo.

Quadro 1. Síntese comparativa dos Sistemas escolares Brasil e Bolívia

Aspecto	Brasil	Bolívia
Base legal	Diretrizes da BNCC e LDB	Lei da Educação nº 070 (2010)
Concepção educativa	Disciplinar, competências e conteúdos universais	Plurinacional, descolonizadora, intercultural
Sujeito educativo	Cidadão individual em espaço vivido	Coletivo, enraizado na identidade territorial
Currículo	Habilidades cognitivas, leitura do espaço, pensamento crítico	Saberes ancestrais, território, CBSEP
Valores e princípios	Cidadania, diversidade cultural	Interculturalidade, respeito à Pachamama
Visão da criança	Indivíduo em formação cognitiva e crítica	Parte do coletivo, diálogo com natureza

Aspecto	Brasil	Bolívia
Ensino de Geografia	Competências cognitivas, análise espacial	Foco em territorialidade, cosmovisão, saberes ancestrais
Formação docente	Licenciatura disciplinar	Institutos comunitários, inserção territorial
Função social da educação	Promoção da cidadania, acesso formal	Transformação social, autonomia, dignidade dos povos

Fonte: Autores (2025).

Assim, a análise comparativa evidencia que, embora Brasil e Bolívia compartilhem o ideal de uma educação de qualidade e emancipadora, suas concepções de currículo, sujeito e território revelam orientações epistemológicas distintas.

Em regiões de fronteira, tais como Corumbá e as cidades bolivianas de Puerto Quijaro e Puerto Suarez, marcadas pela intensa circulação cultural, linguística e simbólica, essas diferenças curriculares se traduzem em impactos concretos sobre as práticas pedagógicas e as experiências escolares das crianças. Compreender tais distinções é essencial para o desenvolvimento de propostas educativas mais inclusivas, contextualizadas e sensíveis à complexidade socioterritorial das zonas de fronteira.

Estudos sobre a fronteira Brasil-Bolívia: implicações para o Ensino

Diversos estudos acadêmicos têm se dedicado a compreender o ensino em contextos fronteiriços, contribuindo para o reconhecimento das especificidades culturais e educacionais desses territórios híbridos. Menezes (2024), ao investigar a percepção de docentes em Corumbá sobre a presença de estudantes bolivianos, evidencia desafios relacionados ao bilinguismo, ao preconceito e à ausência de formação continuada voltada à interculturalidade. Esses aspectos revelam a urgência de políticas formativas que preparem os professores para lidar com realidades multilíngues e identidades transnacionais.

Barros (2019) também contribui para essa discussão ao analisar a presença boliviana em Corumbá e sua influência na constituição de geografias urbanas e fronteiriças. A autora demonstra como as interações culturais e econômicas entre brasileiros e bolivianos reconfiguram o espaço urbano e desafiam as escolas a incorporarem essas dinâmicas territoriais no currículo.

Na mesma direção, Bumlai e Bilange (2014) reforçam a necessidade de práticas educativas que reconheçam e integrem as múltiplas culturas presentes nas fronteiras. Em suas pesquisas com escolas fronteiriças, os autores destacam a importância da valorização das identidades culturais e do diálogo entre saberes distintos como estratégias fundamentais para promover o respeito, a equidade e a inclusão.

Em outro estudo, Silva, Soares et al. (2021) analisam escolas nas regiões de Cáceres (MT) e San Matías (BO), defendendo uma concepção de currículo contextualizado, capaz de considerar a territorialidade dos estudantes e os saberes locais. Segundo os autores, a simples aplicação de diretrizes nacionais desconsidera a complexidade das práticas cotidianas nas fronteiras, onde o pertencimento é constantemente (re)negociado.

Ramos (2023), por sua vez, propõe uma abordagem etnográfica para compreender a experiência escolar de jovens brasileiros e bolivianos em situação de inter e transterritorialidade. O autor evidencia as dificuldades de adaptação, os processos de estigmatização e os esforços empreendidos por docentes e instituições na construção de uma escola verdadeiramente multicultural, que reconheça as identidades híbridas e os fluxos transfronteiriços como dimensões constitutivas da educação nesses espaços.

Geografia, fronteira e currículo: perspectivas em Corumbá e Bolívia

A cidade de Corumbá, situada na faixa de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, constitui um território singular para a análise do ensino de Geografia nos anos iniciais. Sua condição fronteiriça imprime desafios pedagógicos específicos, que demandam abordagens diferenciadas, contextualizadas e interculturais. Nessa região, o ensino não pode ser compreendido sem considerar a presença constante de estudantes bolivianos e as práticas culturais transfronteiriças que permeiam o cotidiano escolar. A configuração socioespacial desse território influencia diretamente as relações entre os sujeitos, as práticas pedagógicas e as formas pelas quais o conhecimento geográfico é produzido, mediado e apropriado pelas crianças.

Casanova da Silva, Cunha e Tavano (2023) analisam as características do ensino público corumbaense e identificam lacunas expressivas nas políticas educacionais voltadas à diversidade cultural e linguística da região. Os autores apontam que a ausência de ações específicas de acolhimento e valorização da cultura boliviana compromete o processo de aprendizagem e o fortalecimento da identidade territorial dos estudantes. Nessa mesma direção, Ribeiro (2023) investiga a escola como espaço de inclusão social de crianças e adolescentes bolivianos, evidenciando desafios relacionados à comunicação oral, ao bilinguismo e à mediação intercultural, que impactam o cotidiano das práticas docentes e o sentimento de pertencimento dos alunos.

Golin e Assumpção (2023) ampliam essa discussão ao analisarem as fricções culturais presentes nas escolas de Corumbá, defendendo uma educação intercultural capaz de dialogar com as múltiplas identidades que coexistem nas fronteiras.

Os autores observam que, embora os discursos institucionais enfatizem o respeito à diversidade, persiste um descompasso entre tais princípios e as práticas pedagógicas efetivas, o que reforça a urgência de políticas formativas voltadas à atuação docente em contextos interculturais e fronteiriços.

Nesse mesmo cenário, Abreu (2023) e Ramos (2023) contribuem para o entendimento da complexidade que envolve o espaço escolar em territórios de fronteira, como aqueles localizados entre Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai. Abreu evidencia que as escolas nesses contextos se configuram como espaços de disputa e negociação identitária, nos quais as crianças aprendem, desde os primeiros anos, a lidar com fronteiras simbólicas e materiais. Ramos (2023), por meio de uma abordagem etnográfica, aprofunda a análise ao revelar como jovens vivenciam processos de inter e transterritorialidade, enfrentando dificuldades de adaptação escolar e situações de estigmatização. Ambos os autores demonstram que essas realidades exigem práticas pedagógicas que transcendam o currículo prescrito, valorizando os saberes culturais dos estudantes e promovendo uma escola multicultural comprometida com a inclusão, o reconhecimento das diferenças e a construção coletiva do conhecimento.

Do ponto de vista boliviano, o Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional (CBSEP) propõe uma concepção pedagógica ancorada na interculturalidade, na descolonização do saber e na valorização dos conhecimentos originários. Segundo Clézio dos Santos (2015), o ensino de Geografia na Bolívia está profundamente vinculado à formação de professores comprometidos com o território, com a vivência comunitária e com a cosmovisão dos povos indígenas. Essa proposta curricular rompe com a lógica disciplinar fragmentada, predominante no modelo brasileiro, ao apostar em uma educação que reconhece a pluralidade cultural e epistemológica e que busca reconfigurar as relações entre saber, poder e identidade.

Corroborando essa perspectiva, Souza e Silva (2023) analisam a cartografia docente na fronteira Brasil-Bolívia, demonstrando como as trajetórias formativas de professoras brasileiras e bolivianas influenciam suas práticas pedagógicas. As autoras evidenciam que, embora inseridas em sistemas educacionais distintos, essas docentes compartilham desafios semelhantes, como a integração de saberes locais, o enfrentamento das barreiras linguísticas e o reconhecimento das especificidades territoriais no processo de ensino-aprendizagem.

Outros estudos complementam essa discussão, ampliando a compreensão sobre o ensino em contextos fronteiriços. Silva, Souza-Higa e Dalla Nora (2023) discutem as práticas curriculares em escolas situadas na fronteira oeste de Mato Grosso com San Matías, Bolívia, defendendo a valorização da socioespacialidade

local como elemento estruturante do ensino de Geografia. Neves e Conte (2021) abordam as dificuldades enfrentadas por estudantes bolivianos e paraguaios nas escolas de Mato Grosso do Sul, destacando a falta de preparo para o ensino bilíngue e as manifestações de preconceito cultural. Santos e Santos (2021), por sua vez, analisam a mobilidade migratória e os desafios educacionais na fronteira entre Guajará-Mirim (RO) e a Bolívia, propondo ações pedagógicas que respeitem a pluralidade dos sujeitos e suas trajetórias migratórias.

Zuin e Oliveira (2020) refletem sobre a inserção de estudantes bolivianos nas escolas brasileiras, reforçando a importância de uma educação inclusiva e intercultural em regiões fronteiriças. Loro, Silva e Nunes (2022) contribuem ao discutir os conflitos étnicos presentes nas brincadeiras escolares na fronteira Brasil-Bolívia, revelando como as vivências infantis expressam tensões herdadas de processos históricos de colonização. Por fim, Oliveira, Carvalho e Carvalho (2023) analisam a inclusão de alunos da educação especial nas escolas públicas do Pantanal, destacando as especificidades sociais e geográficas da fronteira como elementos determinantes para a construção de uma educação democrática e de qualidade.

Portanto, o ensino de Geografia em contextos de fronteira, como o de Corumbá e das cidades bolivianas vizinhas, requer uma concepção curricular e pedagógica que considere as territorialidades vividas, os fluxos culturais e as práticas sociais que caracterizam essas regiões. A articulação entre currículo, território e interculturalidade torna-se indispensável para assegurar o direito à educação de qualidade, respeitando as origens, identidades e modos de habitar o espaço que compõem a complexa tessitura das fronteiras latino-americanas.

Educação intercultural e prática docente na fronteira

O desafio de ensinar Geografia em contextos de fronteira ultrapassa a dimensão curricular e alcança a formação e atuação dos professores. Souza e Silva (2021), ao investigarem as trajetórias formativas de docentes que atuam em escolas fronteiriças, demonstram que grande parte enfrenta dificuldades em adaptar o currículo às realidades socioculturais dos estudantes. Essa limitação decorre, em parte, da ausência de uma formação inicial e continuada voltada à diversidade cultural, linguística e territorial que caracteriza as regiões fronteiriças. O resultado é um distanciamento entre as orientações legais e a prática pedagógica cotidiana, especialmente no que se refere ao reconhecimento dos saberes locais e à mediação intercultural em sala de aula.

Golin *et al.* (2023) reforçam essa crítica ao analisarem a implementação de políticas públicas de educação em tempo integral em Corumbá, observando que

muitas delas desconsideram as condições reais das escolas situadas na fronteira. Os autores argumentam que, sem infraestrutura adequada, recursos pedagógicos contextualizados e formação docente específica, tais políticas tendem a fracassar em sua execução, reproduzindo desigualdades e evidenciando a distância entre o currículo prescrito e a realidade escolar.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível pensar o ensino de Geografia nos anos iniciais a partir de uma perspectiva intercultural, crítica e situada. Isso implica compreender o território não apenas como espaço físico, mas como expressão das relações culturais, históricas e simbólicas que estruturam a vida fronteiriça. Nessa perspectiva, o reconhecimento das identidades locais, a valorização dos saberes comunitários e a escuta das vozes escolares, de professores, estudantes e famílias, devem constituir princípios orientadores na elaboração de currículos e práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Assim, a análise comparativa entre Corumbá e Bolívia evidencia que, embora cada país possua propostas educacionais com fundamentos distintos, ambos enfrentam o desafio comum de formar sujeitos capazes de compreender e transformar os espaços que habitam. O ensino de Geografia, quando orientado pela geoalfabetização e pela leitura crítica do mundo (Callai, 2005), configura-se como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da consciência espacial, da cidadania e da emancipação social. Promover uma educação geográfica comprometida com a realidade territorial das crianças que vivem nas fronteiras significa, portanto, contribuir para a construção de uma escola mais justa, plural e sensível às múltiplas formas de habitar e significar o espaço.

Síntese da análise comparativa

Os resultados da análise comparativa evidenciam diferenças substanciais entre os enfoques curriculares do Brasil e da Bolívia no que tange ao ensino de Geografia nos anos iniciais. Na Bolívia, o Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional (CBSEP) propõe uma abordagem integrada, comunitária e descolonizadora, na qual o ensino de Geografia é concebido como parte de um processo formativo que articula o conhecimento científico aos saberes ancestrais e às práticas socioculturais dos povos indígenas. Essa perspectiva curricular reconhece a pluralidade cultural, linguística e territorial dos estudantes, promovendo uma educação voltada à convivência intercultural e à harmonia entre sociedade e natureza — princípios sustentados na cosmovisão andina e nos valores da Pachamama.

Por outro lado, o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS), embora também valorize a diversidade e a cidadania, mantém uma organização

curricular mais disciplinar e orientada pelo desenvolvimento de competências cognitivas. O foco recai sobre a leitura e interpretação de mapas, a compreensão das fronteiras políticas e naturais e a identificação de elementos físicos e humanos do território. Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de promover, desde os anos iniciais, a compreensão das dinâmicas espaciais e das relações sociedade-natureza, buscando formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na transformação do espaço vivido.

A definição das categorias analíticas — enfoque curricular, cultura e território, formação docente e concepção de criança — fundamentou-se na leitura cruzada dos documentos normativos e na literatura especializada sobre o ensino de Geografia e a educação em contextos de fronteira. Essas dimensões permitem observar como cada país articula, em seus marcos curriculares, a relação entre território, identidade e prática pedagógica. Tal escolha encontra respaldo em autores como Ramos (2024a; 2024b), Callai (2011) e Santos (2015), que destacam a centralidade da cultura, da formação docente e da compreensão da infância como fundamentos para uma educação geográfica crítica, situada e sensível à realidade local.

Quadro 2. Comparativo entre os currículos de Brasil e Bolívia no ensino de Geografia nos anos iniciais

Elementos curriculares	Brasil (BNCC/CRMS)	Bolívia (CBSEP)
Enfoque	Disciplinar e baseado em competências	Comunitário, holístico e descolonizador
Cultura e território	Reconhecimento da diversidade cultural	Centralidade dos saberes originários e locais
Formação docente	Disciplinar, centrada na licenciatura	Comunitária, territorializada e bilíngue
Concepção de criança	Sujeito ativo e cidadão em formação	Parte de um coletivo com vínculos ancestrais

Fonte: Elaboração dos autores (2025).

A análise sistematizada no Quadro 2 evidencia que, embora Brasil e Bolívia compartilhem a preocupação com a formação cidadã e com a valorização do território nos anos iniciais, suas concepções curriculares revelam percursos distintos quanto ao papel da Geografia na educação de crianças em contextos fronteiriços. No caso brasileiro, os documentos analisados priorizam o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas à compreensão espacial e ao exercício da cidadania, mas ainda demonstram limitações na incorporação de saberes locais e de práticas pedagógicas que valorizem a interculturalidade. Em contrapartida, na Bolívia, a proposta curricular estrutura-se a partir de uma lógica descolonizadora, na qual o território, a coletividade e os saberes ancestrais constituem eixos fundamentais da formação integral do sujeito.

Em ambos os contextos, observa-se a necessidade de avanços nas práticas pedagógicas cotidianas, de modo que as diretrizes curriculares se concretizem em experiências escolares efetivamente significativas. A realidade fronteiriça de Corumbá e das cidades bolivianas vizinhas demanda uma Geografia escolar que ultrapasse o caráter meramente disciplinar e se configure como instrumento de leitura crítica do mundo, respeitando as múltiplas identidades e a pluralidade cultural que caracterizam essa região. Nesse sentido, o reconhecimento da criança como sujeito territorial e a valorização de uma formação docente contextualizada constituem pilares essenciais para a consolidação de um ensino de Geografia comprometido com a justiça social, a inclusão e a transformação da realidade local.

Considerações finais

A análise comparativa entre os sistemas educacionais do Brasil e da Bolívia revelou que o ensino de Geografia em regiões fronteiriças exige mais do que a simples aplicação das diretrizes curriculares nacionais. Em contextos como o de Corumbá e das cidades bolivianas vizinhas, marcados por fluxos migratórios, diversidade linguística e vivências interculturais, torna-se imprescindível adotar práticas pedagógicas sensíveis às territorialidades e transterritorialidades experienciadas pelas crianças.

As diretrizes brasileiras, expressas na BNCC e no Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, orientam-se pelo desenvolvimento de competências e pela leitura crítica do espaço vivido. Entretanto, ainda enfrentam desafios para incorporar de forma efetiva os saberes locais e as especificidades culturais da fronteira. Já o sistema boliviano, fundamentado na Ley de la Educación “Avelino Siñani – Elizardo Pérez” e no Currículo Base del Sistema Educativo Plurinacional (CBSEP), apresenta uma concepção de educação comunitária, descolonizadora e intercultural, que valoriza a cosmovisão dos povos originários e o vínculo indissociável com o território.

Os resultados indicam que, embora as propostas curriculares de ambos os países contenham princípios inovadores e comprometidos com a diversidade, persistem desafios estruturais e formativos que limitam sua implementação plena. Assim, o fortalecimento da formação docente voltada à interculturalidade, o incentivo à produção de materiais didáticos contextualizados e o investimento em políticas públicas específicas para a educação em áreas de fronteira constituem caminhos fundamentais para a construção de um ensino de Geografia mais equitativo, inclusivo e transformador.

Conclui-se, portanto, que o ensino de Geografia, quando articulado às experiências cotidianas das crianças e orientado por uma perspectiva crítica e intercultural, pode contribuir de forma significativa para a formação de sujeitos conscientes, autônomos e comprometidos com a transformação dos territórios que habitam.

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. A autora Lylianne Chaparro Magalhães Souza é mestranda e bolsista da CAPES no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

O co-autor Samuel da Silva Souza, faz parte do Ação de Desenvolvimento em Serviço da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Referencias

ABREU, Laís Rondis Nunes de. **Geografia da escola: uma análise territorial de escolas da fronteira Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai**. Dourados: UFGD, 2023.

BARROS, Ana Flávia de. Geografias fronteiriças e identidades culturais na cidade de Corumbá/MS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12., 2019, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2019.

BOLÍVIA. Ministerio de Educación. **Currículo base del sistema educativo plurinacional**. La Paz: Ministerio de Educación, 2012.

BOLÍVIA. Ministerio de Educación. **Ley de la Educación “Avelino Siñani – Elizardo Pérez”** (Ley nº 070), de 20 de diciembre de 2010. La Paz: Ministerio de Educación, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/bncc>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 27833–27841, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC, 1997.

BUMLAI, Danielle Urt Mansur; BILANGE, Elizabeth Maria Azevedo. Educação em territórios de fronteira: desafios e possibilidades na perspectiva intercultural. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 903–920, 2014.

CALLAI, Helena Copetti. O ensino de Geografia nos anos iniciais. In: CASTELLAR, Sonia Aflalo (org.). **Geografia na educação infantil e no ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 41–60.

CASANOVA DA SILVA, Ana Rita; CUNHA, José Carlos da; TAVANO, Flávia Azevedo. Escolas de fronteira e práticas educativas em Corumbá/MS: entre o desafio e a invisibilidade. **Revista Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 12, n. 2, p. 56–72, 2023.

CASTELLAR, Sonia Aflalo. **Geografia: ensino e aprendizagens na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2013.

CASTELLAR, Sonia Aflalo (org.). **Ensino e aprendizagem de Geografia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

GOLIN, Cássia et al. Educação integral em territórios de fronteira: contradições e resistências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 1–20, 2023.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**, Niterói, n. 24, p. 19–40, 2010.

LOPES, Ana Paula; SILVA, Silvana Ferreira Mendes; NUNES, Juliana Souza. Brincadeiras e conflitos étnicos no território fronteiriço Brasil–Bolívia. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 25, p. 1–18, 2022.

MALATESTA, Stefano; SÁNCHEZ, Jordi Giner. La contribución de la geografía de los niños y de las niñas a la enseñanza de la geografía. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, v. 63, n. 3, p. 631–640, 2017.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SED/MS, 2019. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/curriculo-de-referencia-ms/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

MENEZES, Ana Paula. **Docência e interculturalidade em Corumbá/MS**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2024.

NEVES, Ana Beatriz de Souza; CONTE, Cláudia Helena. Um olhar fronteiriço: paraguaios e bolivianos nas escolas de Mato Grosso do Sul. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 41, n. 1, p. 117–136, 2021.

OLIVEIRA, Ana Amélia Monteiro de; CARVALHO, Rosane Fernandes; CARVALHO, Maria Madalena de. Pesquisa em espaços de fronteira Brasil–Bolívia: um olhar sobre a inclusão de alunos da educação especial. In: CONGRESSO DE DIREITOS HUMANOS, 2023, Criciúma. **Anais...** Criciúma: UNESC, 2023.

RAMOS, Élvys Christian Madureira. A dimensão estética no ensino de Geografia: uma contribuição à renovação da geografia escolar. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 23, p. 5–20, 2019.

RAMOS, Élvys Christian Madureira. Alfabetização geográfica nos primeiros anos do ensino fundamental. In: CONCEIÇÃO, Adriana Nunes; SILVA, Andréa Maria da; MARTINEZ, Fábio Willian M. (orgs.). **Práticas e pesquisas em educação**. Campo Grande: Editora UFMS, 2024. p. 44–59.

RAMOS, Élvys Christian Madureira; PAULA, Eliane Gomes de; BUENO, Eduardo. Um olhar etnogeográfico sobre a experiência escolar de jovens brasileiros que vivem a inter/transsterritorialidade na fronteira Brasil–Bolívia. **Ciência Geográfica**, v. 27, p. 245–262, 2023.

RIBEIRO, Maria Luiza Oliveira. **O idioma e a escola de fronteira como fatores de inclusão social de crianças e adolescentes em Corumbá-MS**. Corumbá: UFMS, 2023.

SANTOS, Clézio dos. A educação geográfica na Bolívia: currículo, formação docente e interculturalidade. **Cadernos Culturais do Pantanal**, p. 1–15, 2015.

SANTOS, Clézio dos. A Geografia no currículo boliviano: territorialidade, interculturalidade e formação docente. **Revista de Educação da UNESP**, Marília, v. 41, n. 1, p. 233–248, 2015.

SANTOS, Edson Silva dos; SANTOS, Gilberto Alves. A conjuntura educacional em contextos fronteiriços: uma análise sobre Guajará-Mirim (RO). **Travessias**, v. 15, n. 3, p. 1–20, 2021.

SILVA, Adriana Ferreira; SOARES, Maria Rita; et al. Educação e currículo em contextos de fronteira: o caso Cáceres (Brasil) e San Matías (Bolívia). **Revista Geografia em Atos**, v. 13, n. 1, p. 143–162, 2021.

SILVA, Giovana Martins dos Santos; SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso de; DALLA NORA, Giovana. O ensino de Geografia na fronteira oeste do Mato Grosso (Brasil) com San Matías (Bolívia): práticas curriculares e propostas pedagógicas. **RCGS – Revista Caminhos de Geografia**, v. 24, p. 1–18, 2023.

SOUZA, Márcia Emília de; SILVA, Fábio José da. Formação de professores em escolas de fronteira: percursos e práticas. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 41, n. 114, p. 75–92, 2021.

SOUZA, William Pereira de; SILVA, Claudinei Pereira da. **Cartografia docente na fronteira Brasil–Bolívia**. Porto Velho: UNIR, 2023.

ZUIN, Antônio Luiz Alves; OLIVEIRA, Mariana Soares de. Integração educacional na fronteira Brasil/Bolívia – uma reflexão sobre a inserção de alunos bolivianos em escolas brasileiras. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 39, p. 1029–1049, 2020.

PRAÇAS E PARQUES NAS CIDADES FRONTEIRIÇAS NO RIO GRANDE DO SUL: PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO

SQUARES AND PARKS IN BORDER CITIES OF RIO GRANDE DO SUL: HERITAGE, IDENTITY AND INTEGRATION

PLAZAS Y PARQUES EN CIUDADES FRONTERIZAS DE RÍO GRANDE DO SUL: PATRIMONIO, IDENTIDAD E INTEGRACIÓN

DOI 10.55028/geop.v20i39

Ana Lúcia Oliveira da Silva*
Adriana Dorfman**

Resumo: Discutem-se aqui praças e parques como espaços públicos e como patrimônio cultural nas cidades fronteiriças do sudoeste do Rio Grande do Sul (Santana do Livramento e Quaraí, gêmeas das cidades uruguaias de Rivera e Artigas, respectivamente). Com base em revisão bibliográfica e observações empíricas, analisam-se ditos espaços urbanos como lugares de integração social, práticas culturais compartilhadas e de valorização do patrimônio local. Observa-se que parques urbanos conectam pessoas e cidades, configurando-se como repositório de memória e de cultura de fronteira. Conclui-se pela relevância desses espaços para a identificação e valorização do patrimônio cultural e para o fortalecimento da identidade fronteiriça.

Palavras-chave: Memória, integração social, identidade fronteiriça.

Abstract: Squares and parks are discussed here as public and cultural heritage places in the border cities of southwestern Rio Grande do Sul (Santana

Introdução

O objetivo deste estudo é discutir os espaços públicos denominados de praças e parques, relacionando-os ao patrimônio cultural, especialmente no contexto das cidades fronteiriças do sudoeste do Rio Grande do Sul. Os municípios brasileiros abordados são Santana do Livramento e Quaraí que fazem divisa com as cidades uruguaias de Rivera e Artigas, respectivamente. Como metodologia foi realizada uma revisão bibliográfica e observações empíricas para contextualizar o estudo. Cabe conferir atenção aos conceitos relacionados ao tema proposto como: fronteira, condi-

* Bacharel em Comunicação Social, bacharel e mestre em Desenvolvimento Rural, doutoranda em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, em Porto Alegre, RS, gand030303@gmail.com.

** Bacharel, licenciada, mestre, doutora e pós-doutora em Geografia. Professora associada do Departamento de Geografia e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, RS; professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas, em Pelotas, RS. <https://orcid.org/0000-0001-6318-4546>. adriana.dorfman@ufrgs.br.

do Livramento and Quaraí, twins of the Uruguayan cities of Rivera and Artigas, respectively). Based on literature review and on empirical observations, these urban spaces are analyzed as places of social integration, shared cultural practices and appreciation of local heritage. It is observed that urban parks connect people and cities, as repository of memory and border culture. We conclude that these spaces are relevant for identification and appreciation of cultural heritage and for strengthening of border identity.

Keywords: Memory, social integration, border identity.

Resumen: Plazas y parques son discutidos como espacios públicos y como patrimonio cultural en ciudades fronterizas del suroeste de Rio Grande do Sul (Santana do Livramento y Quaraí, gemelas de las uruguayas Rivera y Artigas, respectivamente). Basándose en revisión bibliográfica y observaciones empíricas, se analizan estos espacios urbanos como lugares de integración social, prácticas culturales compartidas y apreciación del patrimonio local. Se observa que los parques urbanos conectan a las personas y las ciudades, como lugar de memoria y cultura fronteriza. Se concluye que estos espacios son relevantes para la identificación del patrimonio cultural y el fortalecimiento de la identidad fronteriza.

Palabras-clave: Memoria, integración social, identidad fronteriza.

ção fronteiriça, território, lugar, espaço público e patrimônio cultural. Parte-se do entendimento atribuído à fronteira e à condição fronteiriça.

Os aspectos ligados à territorialidade se destacam quando consideramos as diferentes condições fronteiriças que manifestam a relação entre os lugares fronteiriços e processos em diferentes escalas, particularmente a representação da nação, na forma de práticas culturais e de controle (Dorfman, 2013). A autora afirma que a condição fronteiriça é fonte de territorialidade na medida em que rupturas e fechamentos, adaptações e possibilidades são acionados pelos habitantes da fronteira, criando vínculos sociais e territoriais que acionam a fronteira como marcador (Dorfman, 2013).

O território tem sido o foco de distintos estudos e análises na área da Geografia em suas diferentes correntes que o classificam como uma categoria espacial, mas com elementos observáveis e passíveis de análises aprofundadas. Haesbaert e Limonad enfatizam, dentre outros aspectos, que “o território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que se pode denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica” (Haesbaert; Limonad, 1999, p. 10).

Quanto ao sentido de lugar, Wives *et al.* identificam “dois significados importantes de lugar em duas escolas: da Geografia Humanista, que considera lugar como produto da experiência humana, e da Geografia Crítica, em que o lugar assume uma compreensão enquanto espaço de singularidade” (Wives *et al.*, 2017, p. 36). Porém estas visões não são excludentes, mas complementares para a construção de um debate acerca deste conceito

Ainda considerando conceitos relacionados ao espaço, tem-se a fronteira como elemento de aprofundamento no entendimento sobre o território. No contexto do espaço platino, desde os primeiros períodos de colonização, houve diversas ocorrências, conflitos e disputas por terras. As fronteiras ou demarcações territoriais políticas, como se conhece atualmente, passaram por várias tentativas de delimitações por parte dos países colonizadores.

Rodrigues (2015) observa que o conceito de fronteira, na maioria das vezes, é confundido com a noção de limite; a autora considera, nesses casos, que a fronteira é uma linha imaginária, podendo ser uma outra representação como um marco histórico ou geográfico, que separa duas ou mais nações. No entendimento de Hissa (2002) a reflexão sobre limites e fronteiras é também uma discussão sobre o poder, na medida em que fronteiras e limites podem servir para estabelecer domínios e demarcar territórios.

A realidade vivida em áreas de fronteiras no âmbito platino apresenta especificidades e, para uma análise reflexiva acerca desta, portanto, faz-se necessário levar em conta diferentes aspectos. Courlet apresentou subsídios teóricos para analisar a região do Prata (2005). Essa autora aborda elementos históricos fundadores da identidade platina e alega que em função de abordagens historiográficas com forte apelo nacionalista, sub-regiões platinas perderam certa especificidade (Courlet, 2005).

Dorfman afirma que sentimentos de nacionalidade, regionalismo, cidadania, identidade e etnicidade emergem em quem habita o espaço de fronteira. Deste modo é possível se utilizar de diferentes abordagens para tratar da pertinência geográfica (2008). Nessa lógica, a fronteira internacional “é um atributo do estado-nação, ela delimita soberania, isto é, demarca a vigência de normas estatais diferenciadas em cada um dos seus lados e extensivas no interior do território; a fronteira distingue os territórios estatais, mas não os torna estanques” (Dorfman, 2008, p. 2). A autora reforça que há uma dinâmica constante pois há “fluxos de pessoas, objetos e informação que cruzam constantemente o limite” e que “na fronteira criam-se possibilidades de atividades econômicas, atraindo população, a descontinuidade e justaposição das normas nacionais sendo a origem dessas possibilidades”. A população fronteiriça desenvolve práticas que se especializam

e apresentam semelhanças em ambos os lados da raia, o que pode ser entendido como a formação de uma região: a região-fronteira (Dorfman, 2008).

De acordo com Muller, há momentos em que é conveniente acionar a identidade cultural fronteiriça, tornando-a de maior relevância, distinguindo o habitante do local – sem importar que esse seja brasileiro ou uruguaio – dos “forasteiros”, daqueles que desconhecem as singularidades do espaço fronteiriço. A autora salienta que “trocas e trânsito na região do Prata ocorreram desde os primeiros povos que habitaram aquele espaço” (Muller, 2003, p. 31). Em diversas fases houve tensão, mais fortemente em determinados períodos, mas os intercâmbios não deixaram de ocorrer, pelo contrário, sofreram estímulo e ampliações. A preocupação em resolver os problemas locais levou comunidades da fronteira a criarem mecanismos para tratar suas dificuldades e atender suas necessidades (Muller, 2003).

Já Derrosso e Cury sugerem o tema da “identidade transfronteiriça como uma alternativa para o estudo da construção das identidades pessoais de indivíduos que ocupam” áreas de fronteira, as quais os autores definem como “locais onde as fronteiras naturais determinam as influências, significações e identificações desses indivíduos” (Derrosso; Cury, 2017, p. 4). Os autores acrescentam ainda que “como proposta teórica, a identidade transfronteiriça traz elementos para refletirmos o dinamismo da vida fronteiriça e os processos individuais, de constituição dos sujeitos, que essa realidade (re)cria cotidianamente” (Derrosso; Cury, 2017, p. 4).

Conceitos para orientar a discussão

Para abordar o tema das praças e parques na fronteira optou-se pelas cidades gêmeas de Santana do Livramento e Quaraí no lado brasileiro e Rivera e Artigas no Uruguai. As duas cidades brasileiras estão situadas no estado do Rio Grande do Sul. Conforme Velozo a fronteira gaúcha tem sido objeto de estudos acadêmicos de diversas áreas das ciências humanas, como a História, Geografia, Políticas Públicas e Antropologia, por ser um espaço de múltiplas interações comerciais, culturais, militares e migratórias (2023). Strassburger (2018), citada por Velozo (2023), indica que tais interações criaram um ambiente propício para a análise de temas como a construção da identidade nacional, interações fronteiriças, práticas culturais e história regional.

Na publicação da Portaria Nº 125 de 21 de março de 2014, do Diário Oficial da República Federativa do Brasil, as cidades gêmeas são consideradas da seguinte maneira:

municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica

e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania (Brasil, 2014, p. 45).

A institucionalização do conceito em termos normativos, converge com o apresentado por Machado (2005), que destaca que na escala local/regional, o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira é aquele formado pelas cidades gêmeas. Nesse sentido, segundo Machado as cidades gêmeas adquirem maior importância, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Por esses motivos é que as cidades gêmeas devem constituir-se em um dos alvos prioritários das políticas públicas para a zona de fronteira (Machado, 2005).

A reflexão de Gomes (2018) traz questões sobre o uso das denominações “espaço público” ou “espaços públicos” que costumam designar áreas urbanas abertas. O autor reforça que a análise da literatura geográfica revela a riqueza e, também, a complexidade do tema destacando a necessidade de uma abordagem crítica.

A expressão “espaço público” utilizada por arquitetos, urbanistas e alguns geógrafos, segundo Gomes, é aplicada para a identificação de qualquer espaço urbano livre e aberto, sem considerar seu contexto histórico ou social. Espaços como ruas e praças são frequentemente rotulados como públicos sem que seja avaliado como são estruturados e vividos. Gomes afirma que a simples presença de um espaço aberto não garante que ele seja público em termos de acesso ou uso. A exemplo disso, de acordo com o autor, tem-se a existência de ruas em empreendimentos privados ou centros comerciais que evidenciam uma condição pública de um espaço que pode ser ambígua, com regras de uso controladas por proprietários e administradores (Gomes, 2018).

Gomes apresenta algumas qualidades e elementos centrais dos espaços públicos. Destaca-se a heterogeneidade elementar que o autor considera incluída na reunião de indivíduos pois, para ele, os espaços públicos colocam ao abrigo à manifestação da individualidade e, portanto, oferecem condições para o reconhecimento das diferenças e encorajam ações afirmativas. Sob o ponto de vista político, Gomes afirma que

espaços públicos respondem à questão de saber como estabelecer um terreno de vida comum sem que para essa convivência precisemos renunciar às nossas diversidades em termos de opinião, vontades, valores, atitudes e formas de apresentação. Trata-se, portanto, de uma co-presença espacial sem que isso pretenda reduzir ou aplanar as características individuais (Gomes, 2018, p. 117).

O espaço público, como destacado por Gomes (2018), é um elemento da comunicação, não apenas pela sua organização, mas também pelo modo como se ativa por meio das ações que ocorrem nele. Esses espaços promovem um amplo diálogo social, englobando não só a comunicação verbal, mas também atos, gestos, formas de apresentação e até mesmo a simples presença, todos carregados de significado e comunicação. Nesse sentido o autor reforça que:

Por isso, espaços públicos convidam à observação e à vivência da alteridade. (...) como espaços de comunicação, de visibilidade, além de permitirem a observação são portadores de reflexividade: observamos e somos observados. A simultaneidade das ações transforma atos, comportamentos e formas de apresentação em informação, em inter-relação e em diálogo (Gomes, 2018, p. 118).

Para Silva (2017), o espaço público urbano organiza-se enquanto espaço de expressão e contestação de valores sociais, como terreno privilegiado de batalha entre diferentes formas de cidadania e modalidades para seu exercício. A função tradicional do espaço da cidade é como local de encontro e fórum social para o exercício da cidadania, lugar de manifestações inusitadas de indivíduos, da materialização das trocas e de reprodução da vida cotidiana (Silva, 2017).

Mendonça (2007) aborda a relação entre o espaço público na cidade e o meio urbano, sua morfologia e as formas de apropriação. A autora aponta que essa relação está fortemente ligada a aspectos físicos, naturais e/ou construídos, representados pelo desenho das formas que também podem, além de definir os espaços públicos para os quais foram projetados, se tornar parte da imagem de um lugar ou de uma cidade, região ou país (Mendonça, 2007).

Ainda segundo a autora, o reconhecimento dos aspectos socioeconômicos envolvidos na criação dessas formas é relevante, pois a forma do ambiente urbano está intrinsecamente conectada às articulações de interesses e esforços sociais e econômicos, envolvendo as pessoas, seus desejos e intenções. Nesse sentido, as possibilidades de uso do ambiente urbano construído, por vezes, não se limitam ao que foi originalmente projetado, mas também incluem adaptações às necessidades imediatas ou aos desejos não atendidos durante a construção (Mendonça, 2007).

Considera-se áreas de praças e parques urbanos, que oferecem livre acesso, espaços públicos. A partir do processo de urbanização, observa-se uma expansão acelerada nas cidades, especialmente em regiões metropolitanas, que levam as populações a conviverem com a constante construção de elementos de infraestrutura e edificações. Deste modo o cenário urbano vai se transformando ao mesmo tempo em que amplia a necessidade de planejamentos urgentes que incluam áreas com vegetação integrada, de convívio e de lazer para os cidadãos de maneira segura

e igualitária. Além disso, tais espaços podem assegurar certa permeabilidade do solo das cidades, onde essa capacidade está cada vez mais reduzida por conta da implantação de pavimentações com concreto e asfalto. A vegetação de parques e praças é outro elemento relevante que contribui para regular o clima local.

O conceito de praças e parques surgiu a partir do processo de industrialização na Europa. Naquele momento se iniciaram as aglomerações populacionais. Houve processos migratórios de pessoas que viviam no meio rural para os centros urbanos que se formavam naquele período. As cidades demandavam muita mão de obra, o que resultou em um amplo contingente de trabalhadores que se distanciaram do meio natural.

Em muitas cidades, a praça proporciona uma ruptura no tecido urbano, configurando um ponto nodal para as práticas de sociabilidade. Devido ao seu caráter integrativo, ela define-se como um espaço de convergência e centralidade, que tende a concentrar usos, funções e atividades, e a exercer o papel de centralidade urbana (Dall'igna Ecker, 2020). Por sua importância, é considerada um espaço referencial, como descrito pela autora a seguir:

A praça é um componente presente em muitas das cidades ocidentais, independentemente de qual seja a nacionalidade, ou os valores culturais. É um espaço público, de uso coletivo que, desde que proposto, passou a ser apropriado a qualquer cidade, pelo homem fundada. Inicialmente compreendida como o espaço público da cultura, da política e da vida social, com o passar do tempo esta passou a ser conceituada como o local no qual ocorrem as mais diversas atividades – sociais, comerciais, culturais, recreativas, esportivas. Em um determinado período, a praça, que era meramente utilizada como um espaço para a realização das atividades humanas, passou, também, a incorporar, em seu desenho, qualidades arquitetônicas e paisagísticas de suma importância, na história das cidades. Atualmente, não há cidade que não possua uma praça referencial, que configure-se como um espaço de convergência e centralidade (Dall'igna Ecker, 2020, p. 103).

Já para De Paula e Do Carmo Caser (2020), os parques públicos são considerados espaços livres de uso público destinados à recreação da população, estruturados por vegetação, independentes morfologicamente do seu entorno e com dimensão considerável. Eles propõem uma classificação segundo sua finalidade, seu design e programa de uso, sua dimensão e sua localização (De Paula; Do Carmo Caser, 2020).

Raimundo e Sarti apontam que parques urbanos se transformaram muito ao longo da história recente da sociedade ocidental. Passaram de elementos para o desfrute das elites e de controle social das camadas populares, para um momento atual de lócus para uma consciência sobre o viver na cidade, num ambiente mais saudável (Raimundo e Sarti, 2016). Os autores acrescentam que as causas disso são porque os parques urbanos, desde a revolução industrial, sempre foram encarados

como locais onde a natureza era, ou merecia ser conservada e reverenciada. Os autores destacam que o distanciamento da natureza que os processos de urbanização e industrialização geraram nas populações das cidades contemporâneas, sentimentos variados sobre os parques urbanos, como:

de oportunidade para um autorreconhecimento das pessoas, de ligação como a natureza e o cosmos, de santuário e paraíso perdido em meio ao caos urbanos, de possibilidades de integração com a natureza, entre outros fatores. Todos eles apresentam oportunidades de vivência dos moradores e turistas em seus tempos livres. Os parques urbanos, na lógica dos serviços ecossistêmicos de informação (de lazer e turismo) podem se configurar como um dos mais importantes equipamentos do espaço público das cidades para as práticas de lazer (Raimundo; Sarti, 2016, p. 21).

Patrimônio cultural no Brasil foi instituído por meio do Artigo 216 da Constituição de 1988 que o apresenta como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988).

Canclini (1994) define que patrimônio é muito mais do que a herança de cada povo como sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso, pois são incluídos também os bens culturais visíveis e invisíveis – novos artesanatos, línguas, conhecimentos e outros. O autor argumenta que foi ampliada a política patrimonial de conservação e administração. Tal expansão teve o propósito de conectar bens culturais do passado aos usos sociais que relacionam esses bens com as necessidades contemporâneas das maiorias. Ele destaca que o patrimônio de uma nação vai além dos bens culturais das classes dominantes. Nesse sentido são incluídos produtos da cultura popular produzidos no passado aos usos sociais que relacionam esses bens às necessidades contemporâneas das maiorias. Há o reconhecimento de que o patrimônio de uma nação não é composto somente por bens culturais de classes hegemônicas, mas também por produtos abrangendo os bens materiais e simbólicos de todos os grupos sociais (Canclini, 1994).

Os objetos, lugares e práticas que compõem um patrimônio, segundo Gonçalves (2007), precisam encontrar ressonância junto a seu público, podendo evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu e as quais representa. Para Muñoz Viãs (2003), o que justifica a preocupação com os bens patrimoniais não são suas circunstâncias materiais, mas o caráter simbólico que adquirem. Já para Prats, o patrimônio local é capaz de ser um fórum de memória que permita refletir sobre o passado a partir de preocupações e desafios do presente, projetando de modo participativo o futuro (Prats, 2005).

Praças e parques urbanos podem se constituir também como locais de preservação e valorização do patrimônio cultural. Frequentemente tais áreas de utilização pública carregam um valor cultural significativo e refletem a identidade e a história de uma cidade. A presença de monumentos, estátuas, arquitetura histórica nesses espaços ou em seu entorno, enriquecem a experiência cultural de visitantes e moradores oportunizando uma conexão tangível com o passado. Para além da sua função histórica, as praças e parques urbanos podem ser instrumentos para a continuidade do patrimônio cultural, pois apresentam diferentes elementos que oferecem espaços para diversas atividades culturais contemporâneas.

A integração de arte pública e a manutenção de projetos culturais nesses espaços, por exemplo, proporcionam uma plataforma para a expressão criativa e o engajamento da comunidade, assegurando que o patrimônio cultural não seja apenas conservado, mas também vivido e atualizado. Praças e parques não apenas preservam o passado, mas também contribuem para a construção de um legado cultural dinâmico e inclusivo.

Metodologia

O trabalho apresenta uma abordagem qualitativa de caráter exploratório de forma a proporcionar uma visão geral do tema (Gil, 2002). Segue-se o estudo de maneira descritiva. Assim, para investigar sobre as praças e parques públicos urbanos nas cidades gêmeas na fronteira do Brasil com o Uruguai e os conceitos que norteiam o estudo, a metodologia combinou a revisão bibliográfica com observações empíricas diretas.

As observações empíricas foram utilizadas para a coleta de dados primários permitindo uma compreensão aprofundada dos espaços em seu contexto real, sendo realizadas por meio de visitas de campo aos parques e praças selecionados em ambos os países. Foram feitos registros fotográficos e anotações de campo para documentar as características arquitetônicas, a infraestrutura disponível, o estado de conservação e o uso dos espaços públicos. As fotografias serviram como evidência visual para análise e descrição. As anotações de campo incluíram descrições sobre a atmosfera dos locais, a presença de elementos do patrimônio cultural, as interações sociais observadas e a relação dos espaços com o entorno urbano.

A organização dos dados coletados foi feita com base na presença e nas características dos espaços públicos em cada uma das cidades gêmeas, permitindo a análise comparativa entre os locais de estudo e a sua relação com os conceitos de patrimônio cultural abordados anteriormente.

Resultados: conectando culturas e unindo paisagens

Como mencionado inicialmente, este estudo refere-se às cidades gêmeas de Santana do Livramento e Quaraí, situadas no sudoeste do Rio Grande do Sul, Brasil e Rivera e Artigas no Uruguai, respectivamente. Nas duas cidades brasileiras existem praças e parques urbanos em que os habitantes de ambos os países usufruem desses espaços destinados ao lazer, a encontros, ao convívio em áreas arborizadas e ajardinadas, além de poderem exercer atividades físicas, culturais ou comerciais. Nesse sentido, constata-se que a variedade de práticas nas praças e parques nas cidades gêmeas, contribui para a integração social e o bem-estar das comunidades fronteiriças somando-se à valorização do patrimônio cultural.

O Parque Internacional localizado de um lado na cidade brasileira de Santana do Livramento e de outro na cidade uruguaia de Rivera, conforme mostrado na Figura 1, é um dos casos que este estudo expõe. Esse espaço carrega um potente valor histórico-cultural para os dois municípios. A arquiteta Andréa Ilha e o historiador Eduardo Palermo consideram o Parque Internacional o mais representativo bem do patrimônio cultural das duas cidades (2023). Essa praça, segundo os autores, é considerada um espaço público que materializa e representa a vida fronteiriça, o ser fronteiriço em seu sentimento de pertencimento, que eles denominam de “Fronteira Emocional”. Ilha e Palermo apontam que ainda que isso possa ser visto como uma visão que valoriza a integração, e não os aspectos que a dificultam, preferindo defender o fortalecimento de laços que levam à integração:

Sabemos das dicotomias existentes na nossa convivência, nos entraves jurídicos e diplomáticos, nas desavenças que às vezes fazem sobressair os nacionalismos, mas preferimos acreditar que a cultura que cultivamos, de integração e irmandade, seja mais importante e deva ser cada vez mais impulsionada para o bem do desenvolvimento de nossas cidades irmãs, que sempre se apoiaram uma na outra (Ilha; Palermo, 2023, p.5, tradução nossa).¹

¹ No original em espanhol: “Somos conscientes de las dicotomías que existen en nuestra convivencia, de los obstáculos legales y diplomáticos, de los desacuerdos que a veces ponen de relieve el nacionalismo, pero preferimos creer que la cultura que cultivamos, de integración y fraternidad, es más importante y debe promoverse cada vez más en beneficio del desarrollo de nuestras ciudades hermanas, que siempre se han apoyado mutuamente”.

Figura 1. Parque Internacional localizado nas cidades gêmeas de Santana do Livramento e Rivera



Fonte: Freitas (2024)².

A ideia da criação do Parque Internacional nasceu em 1923, a partir da vontade de construir um monumento relacionado à integração e a paz, admitindo a possibilidade compartilhamento de um território brasileiro e uruguaio (Ilha; Palermo, 2023). O Parque foi inaugurado em pleno período da II Grande Guerra, no ano de 1943. Observa-se vários aspectos constituintes do Parque que, de acordo com Ilha e Palermo, é um marco único na América por estar em um espaço público que marca a fronteira entre dois países, no caso Brasil e Uruguai (2023). Os autores apontam que a configuração do Parque reforça a imagem de integração entres os dois países.

Esse espaço público que une e integra cidades de diferentes países, em resumo, configura uma singularidade legal e geoespacial que transmite imediatamente uma imagem, uma mensagem de integração. A subjetividade emocional dos visitantes é reforçada pela ausência de outros elementos que indiquem a presença ostensiva dos Estados-Nação. Para os riverenses e santanenses, a Praça, ou Parque Internacional, como muitos santanenses o chamam, é parte da vida cotidiana e, como tal, é um local de lazer e uma área de trânsito permanente em meio ao movimento comercial (Ilha; Palermo, 2023, p. 7, t.n.).³

² Fotografia de D'Orleães Fernando Barcellos de Freitas por ocasião de atividade de campo da disciplina Estudos Fronteiriços, curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Agosto de 2024.

³ No original em espanhol: "Este espacio público que une e integra ciudades de países diferentes, en definitiva, configura una singularidad jurídica y geoespacial que trasmite de inmediato una imagen, un mensaje de integración. La subjetividad emocional de los visitantes se refuerza con la ausencia de otros elementos que señalen la presencia ostensiva de los Estados-Nacionales. Para los riverenses y santanenses, la Plaza, o el Parque Internacional, como muchos santanenses la deno-

Os conceitos de praça e parque inseridos anteriormente neste texto convergem com os apresentados por Ilha e Palermo (2023). Existe uma diferenciação em relação à inserção em contextos urbanos e outras características. No entanto, ambos conceitos denotam a multiplicidade de usos por parte dos frequentadores que podem ser os cidadãos ou visitantes vindos de diferentes lugares, com propósitos diversos.

Precisamos esclarecer que, urbanisticamente, existem diferenças conceituais entre praça e parque. Praças são espaços públicos que definem por excelência o senso de cidade, encontro, controle social, eles compõem e interagem com outros espaços públicos, com seu ambiente e contexto urbano, podem ou não ter a presença de vegetação ou outros elementos da paisagem. Os parques urbanos, por outro lado, não têm essa relação íntima com o local onde são inseridos do ponto de vista urbano; normalmente são espaços onde a presença da natureza, vegetação, cursos d'água e outros elementos projetados é privilegiada. A construção de parques urbanos tem sido usada para recuperar áreas ambientalmente degradadas ou frágeis, inclusive como ferramenta para a preservação ambiental dos remanescentes de biomas existentes. Existem outros tipos de parques, destinados a usos específicos, principalmente para lazer, mas sempre com a característica de serem voltados para si mesmos, independentemente do contexto urbano onde sejam inseridos (Ilha; Palermo, 2023, p. 121, t.n.).⁴

Foram elaborados vários projetos para a definição do desenho final do Parque e dos elementos que seriam incluídos. A simbologia maçônica teve forte influência na inclusão de componentes na área, desde desenhos elaborados em pedras em mosaico no calçamento, escadarias e monumentos. Ilha e Palermo (2023) destacam a especificidade do Parque, como sua área localizada em uma linha de fronteira de dois países.

A Praça é composta por características especiais que a tornam única no mundo. Ela compreende uma área aproximada de cinquenta e cinco mil metros quadrados, incluindo suas avenidas, e forma um conjunto ornamental disposto simetricamente em ambos os lados da linha divisória. Por acordo entre as Comissões de Fronteiras e aprovado pelos Governos, o abastecimento de água de toda a praça seria atendido por Rivera,

minan, está incorporado a la vida cotidiana y como tales lugares de esparcimiento y una zona de tránsito permanente en medio del movimiento comercial" (Ilha; Palermo, 2023, p.7).

⁴ No original em espanhol: "Debemos aclarar que urbanísticamente existen diferencias conceptuales entre Plaza y Parque. Las plazas son espacios públicos que definen por excelencia el sentido de ciudad, reunión, control social, componen e interactúan con otros espacios públicos, con su entorno y contexto urbano, pueden o no tener presencia de vegetación u otros elementos del paisaje. Los Parques Urbanos, por el contrario, no tienen esta íntima relación con el lugar donde se insertan desde el punto de vista urbano, normalmente son espacios donde se privilegia la presencia de la naturaleza, la vegetación, los cursos de agua y otros elementos proyectados. La construcción de parques urbanos se ha utilizado para recuperar áreas ambientalmente degradadas o frágiles, inclusive como herramienta para la preservación ambiental de remanentes de biomas existentes. Existen otros tipos de Parques, destinados a usos específicos, principalmente de ocio y recreo, pero siempre con la característica de estar volcados hacia sí mismos, independientemente del contexto urbano donde se inserte" (Ilha; Palermo, 2023, p. 121).

enquanto a eletricidade e a iluminação seriam fornecidas pelo Livramento. A drenagem da água da chuva de toda a praça foi construída e é transferida por gravidade para o território brasileiro (Ilha; Palermo, 2023, p. 68, t.n.).⁵

Ilha e Palermo (2023) lembram que no ano de 2016 foi construída uma estrutura predial com a finalidade de ser um centro de informações turísticas. Houve certa polêmica por parte da população que entendia inapropriada a alteração do Parque binacional considerado um patrimônio cultural.

Em 2016, um edifício foi construído para abrigar um centro de informações e serviços de apoio ao turismo, que serve como o pórtico da praça em sua extremidade inferior. Sua construção, uma iniciativa uruguaia, foi controversa pela população por considerar a Praça um Patrimônio Cultural que não deveria ser modificado. No entanto, uma vez que as dúvidas foram resolvidas pelos governos sobre as autorizações para sua construção, e enquanto estava em operação, fica claro que houve um aumento no uso desse terceiro nível da praça, a ponto de o centro de informações acabar organizando o espaço e permitindo maior segurança com uma atividade permanente, proporcionando uso intensivo com eventos públicos, principalmente binacionais, lazer, feiras, atividades esportivas, um ponto de referência para o público da fronteira. Tornou-se um ponto de encontro. A construção da Plaza Internacional, somada a outras obras de melhoria urbana no Cerro del Marco e avenidas na linha divisória, realizada na década de 1940, integrou as duas cidades, consolidando-as como uma conurbação (Ilha; Palermo, 2023, p. 68, t.n.).⁶

O segundo exemplo de cidades gêmeas que apresentam praças e parques urbanos é o de Quaraí, no Brasil e Artigas, no Uruguai. A fronteira entre os dois países, especificamente entre as duas cidades mencionadas, é marcada pela presença do rio Quaraí. Para a realização da travessia, a população fronteiriça conta com a ponte da Concordia onde há atividades aduaneiras em ponto de fronteira alfandegado.

⁵ No original em espanhol: “La Plaza está compuesta por características especiales que la hacen única en el mundo. Comprende un area aproximada de cincuenta y cinco mil metros cuadrados, incluidas sus avenidas, y forma un conjunto ornamental dispuesto simétricamente a ambos lados de la línea divisoria. Por acuerdo entre las Comisiones de Límite y aprobado por los Gobiernos, se atendería el abastecimiento de agua de toda la plaza por parte de Rivera, mientras que la energía eléctrica y la iluminación sería provistas por Livramento. El drenaje de los pluviales de toda la plaza fue construido y se traslada por gravedad al territorio brasileño” (Ilha; Palermo, 2023, p. 68).

⁶ No original em espanhol: “En 2016 se construyó un edificio para albergar un centro de información turística y servicios de apoyo, que se desempeña como pórtico de la plaza en su extremo inferior. Su construcción, iniciativa uruguaya, fue polemizada por la población por considerar a la Plaza un Patrimonio Cultural que no debía ser modificada. Sin embargo, resueltas las dudas por los gobiernos relativas a las autorizaciones para su construcción, y estando ella en funcionamiento, queda claro que hubo un incremento en el uso de este tercer nivel de la plaza, en la medida que el centro de información terminó organizando el espacio y permitiendo mayor seguridad con una actividad permanente, proporcionando un uso intensivo con eventos públicos, en su mayoría binacionales, ocio, ferias, actividades deportivas, punto de referencia para el público fronterizo. Se convirtió en un lugar de encuentro. La construcción de la Plaza Internacional, sumada a otras obras de mejoramiento urbano en el Cerro del Marco y avenidas sobre la línea divisoria, realizadas en la década de 1940, integraron las dos ciudades, consolidándolas como una conurbación” (Ilha; Palermo, 2023, p. 68).

Em Quaraí, existem praças e parques urbanos semelhantes aos de outras cidades brasileiras. Contudo, apresentam particularidades significativas por pertencerem a uma cidade fronteiriça e por sua história. A praça General Osório, conforme Figura 2, fica na área central do município, atualmente é um ponto de encontro dos seus habitantes e de seus vizinhos artiguenses. A praça é arborizada e conta edificações como o Centro Cultural Dyonélio Machado o qual apresenta uma biblioteca, um auditório e um espaço para exposições de arte e fotografia.

Na praça, também é possível visitar uma pequena área coberta que abriga a feira da agricultura familiar e artesanato de Quaraí. No interior da área existe uma fonte, um local para montagem de palco para shows e eventos culturais, os quais são apreciados pelos quaraienses e, também, pelos uruguaios da cidade de Artigas. Há um espaço para o lazer de crianças, um “chimarródromo” (local onde os frequentadores tomam a bebida tradicional do Rio Grande do Sul: o chimarrão) e, no seu perímetro, há a presença de lanchonetes. Um dos atrativos para os visitantes é o traçado do mapa da cidade em um dos locais da praça.

Figura 2. Traçado do mapa de Quaraí na Praça General Osório



Fonte: Freitas (2024)⁷.

⁷ Fotografia de D'Orleães Fernando Barcellos de Freitas por ocasião de atividade de campo da disciplina Estudos Fronteiriços, curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Agosto de 2024.

A poucos quilômetros do centro do município, está situado o Parque Municipal Dyonélio Machado. Este apresenta um relevante patrimônio cultural tanto para cidade de Quaraí quanto para Artigas, no Uruguai. Isso porque em seu interior se encontram os remanescentes do saladeiro São Carlos, com mostra a Figura 3, onde era produzido o charque que era exportado passando pelo país vizinho até o porto de Montevideo.

Figura 3. Imagem aérea dos remanescentes do Saladeiro São Carlos no Parque Dyonélio Machado em Quaraí/RS



Fonte: Eduardo Schumann (2024)⁸.

De valor histórico e cultural a área do atual Parque, era de propriedade privada e estava em completo abandono. Segundo Silva (2022) no ano de 1991, a professora de música Alda Calvete, com a permissão e o apoio do prefeito Juarez Custódio, iniciou um projeto de revitalização. Embora o Parque tenha sido negligenciado por parte dos administradores públicos ao longo de décadas, o espaço tem sido utilizado para encontros, lazer, eventos culturais e é um atrativo turístico

⁸ Fotografia de Eduardo Schumann por ocasião de atividade de campo da disciplina Estudos Fronteiriços, curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Agosto de 2024.

do município. As comunidades de Quaraí e Artigas têm realizado esforços para que o Parque seja reconhecido por parte dos dois países como um elemento para a valorização do patrimônio cultural e de fortalecimento dos laços entre as cidades gêmeas e da identidade fronteiriça.

A cidade uruguaia de Artigas oferece amplos espaços de lazer e esporte que recebem frequentadores do Brasil e do Uruguai. Destaca-se o Paseo 7 de Septiembre, que fica às margens do rio Quaraí e abaixo da Ponte Internacional da Concórdia, como exposto na Figura 4. O local oferece uma infraestrutura que inclui um lago artificial, áreas de recreação para crianças, de camping, quadras de esportes, áreas arborizadas com churrasqueiras. Os elementos como o rio e a ponte que fazem parte do contexto dos parques urbanos na fronteira entre Quaraí e Artigas, são compartilhados de maneira amistosa pelos habitantes das duas cidades e visitantes de outras localidades. Isto pode indicar que a utilização e desfrute dos espaços públicos em cidades gêmeas podem ter forte relação com a valorização do patrimônio cultural fronteiriço.

Figura 4. Paso 7 de Septiembre, Artigas, Uruguai



Fonte: Freitas (2024).

Nesse sentido, professor uruguaio Gonzalo Villanueva, membro da organização quaraense sem fins lucrativos, Associação Amigos do Saladeiro (AAS), propôs um projeto binacional de turismo cultural para a intendência de Artigas. Tal iniciativa visa valorizar o patrimônio histórico de Artigas e Quaraí. A intenção é transformar os saladeiros e, possivelmente outras áreas próximas, em um parque

com elementos que exponham a história da produção do charque no Brasil e da ferrovia no Uruguai.

O projeto apresentado prevê a criação de espaço cultural que inclui um espaço arqueológico com painéis informativos, um aplicativo de realidade aumentada e um centro de visitantes. Complementando o objetivo de valorização do patrimônio da região, o projeto pretende contribuir também, para o desenvolvimento local, gerando emprego e renda para trabalhadores artiguenses. O público esperado são frequentadores uruguaios de diferentes regiões, quaraíenses e brasileiros de outras localidades. A AAS se compromete em apoiar o projeto e entende que a participação e as contribuições como questionamentos, ideias e sugestões das comunidades locais, são essenciais para o sucesso do projeto.

Considerações finais: espaços públicos, pertencimento e identidade

As praças e parques públicos urbanos são parte da identidade local e, nas cidades gêmeas na fronteira do Brasil com o Uruguai aqui estudadas, é possível, tanto na literatura científica quanto no contato com alguns de seus habitantes, reconhecer o forte sentimento de pertencimento que promove a coesão social. Nas localidades estudadas, tais espaços são utilizados de diferentes formas como encontros e vivências com as quais a comunidade pode se conectar com a natureza, com o passado e tradições, o que pode levar ao reconhecimento recíproco e valorização mútua do patrimônio cultural.

Nos dois casos apresentados, tanto em Santana do Livramento e Rivera quanto em Quaraí e Artigas, embora sejam distintos quanto à tipologia, dimensões e localização, o papel das praças e parques públicos está relacionado não apenas a proporcionar lazer e recreação para os frequentadores, mas também atuando como repositório de memória e de cultural fronteiriça.

Na área de conhecimento da arquitetura e urbanismo existe uma extensa literatura que aborda o tema acerca de espaços, praças e parques públicos urbanos. No entanto, são escassas as publicações que aprofundam o assunto em relação à fronteira dos países. Este estudo apresentou uma breve descrição do contexto de praças e parque públicos das cidades gêmeas mencionadas buscando destacar sua relação como patrimônio cultural fronteiriço. A utilização desses espaços pelos habitantes locais das quatro cidades remete à valorização da integração entre Brasil e Uruguai.

Vale ressaltar a necessidade de realização de pesquisas que explorem a relevância desses espaços públicos para a identificação e valorização do patrimônio cultural e na construção da identidade fronteiriça. Efetuar pesquisas com a

participação das comunidades e registrar suas opiniões e sugestões autênticas, pode levar a formulação de políticas públicas voltada à criação, administração, manutenção, revitalização e melhorias das praças e parques públicos. Assim, tais espaços podem ser frequentados, compartilhados e visitados da melhor maneira possível, sendo um importante elo entre as populações fortalecendo as identidades culturais e sociais fronteiriças.

Referências

- ARAÚJO, R. A. de. **Identidades e territórios culturais**: subsídios para a área de proteção do ambiente cultural de São Cristóvão. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/33422/dissertacao_raquel_aquino.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 08 ago. 2024.
- BRASIL. Portaria nº- 125, de 21 de março de 2014. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Ministério da Integração Nacional. Poder Executivo, Brasília, DF, n. 56, 24 mar. 2014. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014>.
- CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Iphan, Rio de Janeiro, n. 23, 1994. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8429>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- COURLET, B. A. **Identidades em uma zona de fronteira**: a região da prata no período colonial. In: JORNADA DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, 2., 2005. **Anais...** [S. l.]: [S. n.], 2005. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-03.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- DALL'IGNA ECKER, V. O conceito de praça e a qualidade da paisagem urbana. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 101–110, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/view/19559>. Acesso em: 23 ago. 2024.
- DE PAULA, D.; DO CARMO CASER, K. Usos e desusos dos parques urbanos: um panorama sobre suas origens, tipos e usos. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 8, n. 63, 2020. Disponível em: <https://is.gd/I2G8uv>. Acesso em: 19 ago. 2024.
- DERROSSO, G. S.; CURY, M. J. F. A dimensão da identidade em espaços fronteiriços: um diálogo entre territorialidade, identidade e fronteiras. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), Edição Especial, v. 7, n. 3, jul. 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>. Acesso em: 19 ago. 2024.
- DORFMAN, A. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: NASCIMENTO, Durbens Martins; PORTO, Jadson Luis Rabelo. **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: NAEA, 2013. Disponível em: <https://tinyurl.com/57ucfhvh>. Acesso em: 09 ago. 2024.
- DORFMAN, A. **Nacionalidade doble-chapa**: novas identidades na fronteira Brasil-Uruguai. 2008. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2008-nacionalidade-doble-chapa-AD.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.
- GOMES, P. C. da C. Espaço público, espaços públicos. **GEographia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018.
- GONÇALVES, J. R. Monumentalidade e Cotidiano: Os Patrimônios Culturais como Gênero Discursivo. In: GONÇALVES, J. R.; NASCIMENTO JÚNIOR, S. J.; CHAGAS, M. (Orgs.).

Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios (Museu, Memória e Cidadania). Rio de Janeiro: Garambone, 2007.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ**, n. 5, p. 7, 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049>. Acesso em: 18 ago. 2024.

HISSA, C. E. V. A. **Mobilidade das fronteiras:** inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

ILHA, A. H.; PALEMO, E. R. **Plaza Parque Internacional 80 años.** Durazno-Uruguay: Tierradentro Ediciones, 2023.

MACHADO, L. O, Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Continente em chamás:** globalização e territórios na América Latina. Ed. Civilização Brasileira. V. 1. 2005. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=DrxmRocAAAAJ&citation_for_view=DrxmRocAAAAJ:zYLM7Y9cAGgC. Acesso em: 19 ago. 2024.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 296–306, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/10926>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MULLER, K. M. **Mídia e fronteira:** jornais locais em Uruguiana-Libres e Livramento-Rivera. 2003. Tese. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Centro de Ciências da Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://www.midiaefronteira.com.br/tese/conc.htm>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MUÑOZ VIÑAS, S. **Teoría contemporánea de la restauración.** Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social** No 21, 2005.

RAIMUNDO, S.; SARTI, A. C. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 6, n. 2, p. 3-24, 2016 Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.2436/20.8070.01.32>. Acesso em: 23 ago. 2024.

RODRIGUES, A. L. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ Nurba**, n. 2, 2015.

SILVA, K. A distribuição dos espaços públicos em Belo Horizonte: uma análise sob a ótica do direito à cidade e do planejamento urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n. 4, p. 1586–1605, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/29263>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SILVA, A. L. O. **Dilemas e perspectivas do parque Dyonélio Machado e dos remanescentes do saladeiro São Carlos de Quaraí, RS.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Desenvolvimento Rural) - Plageder, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2022. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/254278/001160419.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 ago. 2024.

VELOZO, E. G. **As Interações e as paisagens de fronteira entre São Borja (BRA) e Santo Tomé (ARG).** 2023. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/261810/001172489.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 ago. 2024.

WIVES, D. G.; DURÁN, C. E. A.; SENNA, H.B.; KÜHN, I. O Espaço e suas categorias de análise no olhar da Geografia. In: RAMOS, J. D. D.; WIVES, D. G.z (orgs.). **Natureza do espaço e o desenvolvimento** [recurso eletrônico]. Coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/175290>. Acesso em: 11 ago. 2024.



LADÁRIO: UM PATRIMÔNIO DESPROTEGIDO

LADÁRIO: AN UNPROTECTED HERITAGE

LADÁRIO: UN PATRIMONIO DESPROTEGIDO

DOI 10.55028/geop.v20i39

Guilherme Luiz de Souza Fogaça*

Luciana Escalante Pereira**

Marco Aurélio Machado de Oliveira***

Resumo: Este trabalho analisa o estado atual do patrimônio arquitetônico material da cidade de Ladário/MS, situada na fronteira Brasil-Bolívia. Por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa, foram realizados levantamentos fotográficos, observações em campo e análises de edificações históricas. Os dados obtidos demonstram que grande parte do patrimônio se encontra em condição de descaracterização, má conservação ou ruínas. Ao identificar áreas prioritárias para ações de preservação e evidenciar a urgência da restauração de bens em risco, a pesquisa contribui para o reconhecimento da memória local e a formulação de políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio cultural de Ladário.

Palavras-chave: Fronteira; Edificações; Proteção; Políticas Públicas; Preservação.

Abstract: This study examines the current condition of the architectural built heritage of the city of Ladário/MS, located on the Brazil-Bolivia border. Using a qualitative and quantitative approach, photographic surveys, field observations, and analyses of historical

Introdução

O estado atual de conservação das edificações do Patrimônio Arquitetônico Brasileiro corrobora para a necessidade de intervenções, que visam garantir a preservação e documentação desses imóveis. Este estudo busca compreender o estado atual das edificações não reconhecidas oficialmente, assim como das situadas tanto em áreas de tombamento quanto em áreas de entorno. Diante disso, surgem os seguintes questionamentos: quão protegidas estão essas edificações e quais políticas públicas podem assegurar sua preservação?

Neste contexto, destaca-se o município de Ladário-MS cujo patrimônio material reflete carências e desafios

* Mestrando em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: engguilhermefocaca01@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6407-9506>.

** Doutora (2018) e Mestre (2014) na área de concentração Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos pelo Programa de Pós-graduação em Tecnologias Ambientais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: l.escalante.pereira@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7733-5920>.

*** Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2001). E-mail: marco.cpan@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3749-6030>.

buildings were conducted. The findings indicate that a significant portion of the heritage is in a state of disfigurement, poor conservation, or ruin. By identifying priority areas for preservation efforts and highlighting the urgency of restoring endangered structures, the research contributes to the recognition of local memory and to the development of public policies aimed at safeguarding the cultural heritage of Ladário.

Keywords: Border; Buildings; Protection; Public Policies; Preservation.

Resumen: Este estudio analiza el estado actual del patrimonio arquitectónico material de la ciudad de Ladário/MS, situada en la frontera entre Brasil y Bolivia. A través de un enfoque cualitativo y cuantitativo, se realizaron levantamientos fotográficos, observaciones de campo y análisis de edificaciones históricas. Los resultados demuestran que gran parte del patrimonio se encuentra en condiciones de desconfiguración, mala conservación o en ruinas. Al identificar áreas prioritarias para acciones de preservación y evidenciar la urgencia de restaurar bienes en riesgo, la investigación contribuye al reconocimiento de la memoria local y a la formulación de políticas públicas orientadas a la protección del patrimonio cultural de Ladário.

Palabras clave: Frontera; Edificaciones; Protección; Políticas Públicas; Preservación.

para sua conservação. Fundado em 2 de setembro de 1778 pelo Capitão-Mor João Leme do Prado, em homenagem ao Capitão-General Governador da Província de Mato Grosso (Nascimento, 2002). Ladário conta, conforme o último censo realizado em 2022 pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com uma população estimada em 21.522 habitantes. O turismo, a pesca, a pecuária e o transporte de navegação são algumas das principais atividades do município, segundo informações da Prefeitura Municipal de Ladário-MS.

Ao observar o patrimônio material desta região fronteiriça, encontramos edificações históricas que estão em situações precárias e de abandono, sem nenhuma utilização, algumas já descaracterizadas e com apenas vestígios de suas fachadas originais. O panorama identificado, na cidade de Ladário, evidencia a necessidade do fortalecimento das políticas públicas e legislações que garantam a preservação desse patrimônio, visto que essas construções remetem à sua origem e formação. Além disso, a cidade apresenta construções com características da influência histórica, cultural, econômica e ocupação militar da época, como aponta Cardoso (2020).

Dentre essas edificações, segundo Marques (2001) e Arruda (2009), estão algumas de expressivo valor histórico e simbólico. No entanto, conforme dados do Iphan, apenas o Conjunto das fortificações brasileiras - Base Fluvial de Ladário está efetivamente tombado,

enquanto o Templo Maçônico da Augusta e a Respeitável Loja Simbólica Pharol do Norte está em processo de instrução de tombamento. Há ainda outras construções que carecem de reconhecimento e proteção conforme reforça Arruda (2009).

Nesse contexto, a documentação torna-se um instrumento essencial para a garantia da memória, sentimento de pertencimento, identificação com o local de origem e para a conservação das edificações históricas da fronteira, uma vez que assegura o registro das informações indispensáveis para diversas finalidades: projetos de restauro, construção, gestão, atividades culturais, operação e manutenção. Além disso, é importante destacar a existência de imóveis que por não serem reconhecidos ou valorizados acabam sendo submetidos a processos de intervenção, abandono ou deterioração, resultando na descaracterização ou na perda irreversível da memória local.

Essa perda patrimonial compromete diretamente os elementos simbólicos e de identidade que caracterizam o espaço fronteiriço. Como afirma Nogueira (2007), a fronteira remete às suas nacionalidades, convivência, história, cultura, particularidades, lugar de moradia, sentimento de pertencimento e identificação com o local de origem, dimensões essas que, ao serem desconsideradas nas políticas de preservação, acabam silenciadas junto às ruínas de um patrimônio negligenciado.

Diante deste cenário de deficiências na preservação, da falta de reconhecimento de edificações históricas e da fragilidade nas políticas públicas de proteção do patrimônio material de Ladário, é necessário um estudo que contribua para visualização e compreensão do estado atual dessas edificações. Este estudo propõe avaliar o estado de conservação e as potencialidades do uso do patrimônio histórico material presente na cidade de Ladário, categorizar as edificações de acordo com as características e técnicas construtivas dos estilos arquitetônicos na cidade, identificar e mapear as áreas que concentram edificações de valor histórico na cidade.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a situação atual do patrimônio histórico material da cidade de Ladário/MS na região de fronteira entre Brasil e Bolívia, considerando seus aspectos geográficos, de conservação e estilos arquitetônicos.

Ladário e seu contexto histórico de cidade portuária e fronteiriça

Este trabalho busca analisar e compreender as particularidades da região fronteiriça Brasil/Bolívia, em específico a cidade de Ladário-MS, suas vivências e o patrimônio material local. Ao apresentar Ladário daremos destaque a sua formação histórica, por meio de uma descrição detalhada de sua origem e do desenvolvimento da cidade.

Outrossim, buscaremos analisar o contexto histórico através de duas raízes: a portuária e a fronteiriça, enfatizadas por Oliveira, Oliveira e Rodrigues (2020). Essa análise será relevante para o desenvolvimento de possíveis ações culturais futuras, para a avaliação do patrimônio histórico material local e para medidas de preservação e conservação dessas edificações.

A vila de Corumbá, no período pós-guerra, foi ponto terminal das águas internacionais do rio Paraguai. Segundo Correa (1981), esse fato impactou positivamente no desenvolvimento do comércio da época por meio da influência estrangeira. Outro ponto destacado pela autora, foi a reinstalação em 1872 da Alfândega, tornando-se entreposto com grande fluxo comercial para Cuiabá e demais regiões.

Dentre as dificuldades econômicas locais, Nascimento (2002) destaca a escassez de madeira apropriada, às condições geográficas do rio Cuiabá e as diferentes administrações navais da época. Além disso, próxima a vila de Corumbá, as obras do Arsenal da Marinha iniciaram também em 1872. Estas (Figura 1), atraíram grande fluxo de pessoas em busca de trabalho e moradia, especialmente em um momento de dificuldades causadas pela Guerra do Paraguai. Esse fluxo de pessoas inclui tanto as tropas brasileiras retornando de Assunção para Corumbá quanto paraguaios e imigrantes.

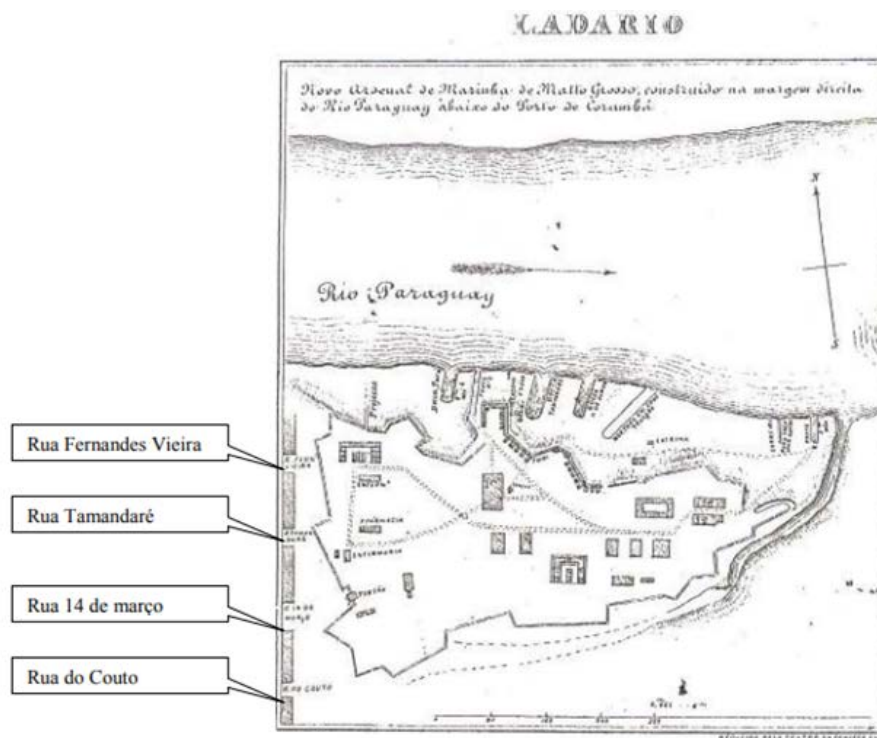
Figura 1. Trabalhadores do Arsenal no pórtico de entrada



Fonte: AYALA, C; SIMON, F. Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso. Corumbá/Hamburgo, 1914.

Estes trouxeram à tona problemas da infraestrutura urbana da época como o transporte de mercadorias, o abastecimento de água, o calçamento das ruas de acesso do porto ao centro, o saneamento, a saúde pública, o custo de vida elevado e a deficiência na arrecadação de impostos (Correa, 1981). Muitos desses trabalhadores permaneceram na cidade, contribuindo para o desenvolvimento da região, que passou a ter intensa atividade social e econômica, com a construção das primeiras ruas e moradias (Mello, 2007).

Figura 2. Planta do Arsenal de Marinha de Ladário



Fonte: Mello (2009).

A Figura 2 apresenta a disposição do Arsenal proposto por João Severiano da Fonseca. Seu projeto foi elaborado devido às deficiências do Arsenal de Marinha de Cuiabá (Mello, 2009), como forma estratégica de proteção a novos ataques, com uma estrutura militar com porte de grande alcance.

O traçado urbano de Ladário (Figura 3) seguiu uma lógica de planejamento semelhante à forma regular observada em Corumbá (Chaparro, 2021). Em seu estudo, Mello (2009) enfatiza que a atual Rua 14 de Março, nasce no pórtico da estrutura militar e segue em direção à Corumbá, dando acesso à cidade vizinha, como acesso direto, e à entrada principal da base Naval (Chaparro, 2021), no mesmo caminho implantado desde os primeiros anos após o conflito da Tríplice Aliança.

Figura 3. Traçado Urbano da cidade de Ladário

Fonte: Chaparro (2021).

A via recebeu esse nome em referência à data de criação do próprio estabelecimento, determinada pelo Ministro Dr. Joaquim Ribeiro da Luz (Nascimento, 2002).

A cidade de Ladário remete às características de Corumbá, apresentando um traçado urbano regular, com ruas largas e arborizadas, elementos do modelo de urbanização adotado no período de sua fundação, além de padrões urbanísticos portugueses em suas configurações urbanas, como por exemplo, a estruturação em dois níveis: a cidade alta e a cidade Baixa (Chaparro, 2021).

“A cidade alta é o local de poder político, institucional, militar e religioso, e a cidade baixa é dedicada às atividades comerciais e portuárias, elementos marcantes e presentes nos dois núcleos urbanos [...]” (Chaparro, 2021).

Outro ponto relevante trazido por Fonseca sobre esta época, são as construções. “Seus edifícios são bons, notando-se entre eles as oficinas de máquinas e construção naval, os depósitos e almoxarifados, o quartel dos imperiais marinheiros” (Fonseca, 1880, p. 292).

Em seu livro *Viagens e Caçadas em Mato Grosso*, Theodore Roosevelt traz relatos importantes de sua expedição pelas regiões do Brasil, onde a cidade de Ladário também é citada durante sua passagem: “(...) avistamos as alturas do

“Ladário”, por onde passávamos pouco depois. Lá estavam os nossos navios de rio, o Arsenal com suas oficinas e grande muralha (...)” (Roosevelt, 1914, p. 18).

Outro ponto observado por Roosevelt (1914), são as características de infraestrutura local: “(...) instalamo-nos na freguesia de Ladário, sede da flotilha e, como Corumbá, construída no mesmo contraforte, em terreno *calcáreo* muito duro, com uma elevação de cerca de cinquenta metros sobre o rio”, além de semelhanças com a cidade de Corumbá. “Como Corumbá, o *Ladário* não possuem esgoto, e a água, apanhada do modo mais primitivo na margem do Paraguai, que se incumbe de arrastar de Corumbá tudo quanto lhe despejam, é distribuída pelas casas em originais carroças (...)” (Roosevelt, 1914, p. 22-23).

Em 1945, o Arsenal passou a ser conhecido como Base Fluvial de Ladário, e, no mesmo ano, o Comando Naval foi rebatizado como 6º Distrito Naval. Porém, em 1966, o Comando do 6º DN foi transferido para São Paulo, retornando a Ladário apenas em 1975. Vale destacar que, em 1873, quando o Arsenal de Marinha foi transferido de Cuiabá, o município de Ladário ainda não existia, sendo formado a partir desse momento (Cardoso, 2020).

O pórtico de entrada do 6º Distrito Naval (Figura 1), uma réplica do Arco do Triunfo, em Paris, é um símbolo da cidade e um dos seus principais cartões postais. Esse monumento, juntamente com a imagem de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da cidade, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A construção e os costumes, segundo Cardoso (2020), refletem a influência da Marinha e a consolidação da fronteira oeste do Brasil, além de remeter à tradição europeia da época.

A construção do pórtico de entrada possibilitou a urbanização local com aberturas de 4 ruas paralelas ao rio e 4 travessas. Dentre elas temos: Fernandes Vieira, Tamandaré, 14 de março e a Cunha Couto (paralelas) e 13 de maio (atual Almirante Frontim), Riachuelo, Belhan (Conde de Azambuja) e Pedro II (Neto, 2022).

Conforme observado por Chaparro (2021), a delimitação da área tombada de Ladário, por sua vez, coincide com a implantação do Arsenal de Marinha em 1871, consolidando esse conjunto como precursor de todo o desenvolvimento urbano, tendo reflexos diretos na dinâmica econômica da cidade.

Nascimento (2002) destaca que, na década de 1940, o comércio de Ladário era caracterizado por estabelecimentos como armazéns, padarias e açougues. Esses comércios sustentavam-se, sobretudo, na economia da Marinha e revelavam uma estrutura urbana fortemente influenciada pela presença militar.

Com a ausência de agências bancárias da época, o movimento era concentrado no estabelecimento comercial do italiano Sr. Nicola Scaffa, atual prédio “A Lealdade”, visto como representação de poder econômico. A casa bancária representou papel central nas questões financeiras da região, destacando pela quantidade de negociantes na época, relações financeiras e transações do proprietário, figura de destaque pelo poder, pelas fortunas, cargos, títulos e suas casas e terrenos no município (Nascimento, 2002).

Dentre outra ilustre figura de Ladário, Nascimento (2002) também cita o Frei Liberato Keterrer, com sua participação efetiva na retomada da construção da Igreja Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da cidade, além dos serviços de coordenação das instalações de água encanada da região.

Iniciada em 1874, a Loja Maçônica “Pharol do Norte” foi erguida por militares e comerciantes locais, transferida de território paraguaio (Neto, 2022). A edificação encontra-se em bom estado de conservação e atualmente pertence à Maçonaria.

Em Ladário-MS, importantes edificações históricas estão em destaque na trilogia do patrimônio histórico e cultural sul-mato-grossense de Rubens Moraes da Costa Marques, Tomo III, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Edificações Históricas Tomo III

Edificações			
Item	Local	Construção	Estado de Conservação
1	Pórtico do Arsenal da Marinha	1873	Bom
2	Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios	1898	Bom
3	Loja. Maçônica Pharol do Norte	1881	Bom
4	Edificação Rosimeire Bezerra	1907	Bom
5	Centro Espírita Vicente de Paula	1914	Regular
6	Casarão	1911	Bom
7	A Lealdade	Início dos anos 30	Regular
8	Edificação Leonor de Matos	Início do Século XX	Regular
9	Antigo Comércio	Início do Século XX	Ruim
10	Edificação Leonor Correa Barraca	Década de 20	Regular
11	Edificação Carlos Anibal Ruso Pedrozo	1927	Ruim
12	Edificação José Ananias Pereira	Final do Século XIX	Ruim

Fonte: Elaborado pelo autor.

Metodologia

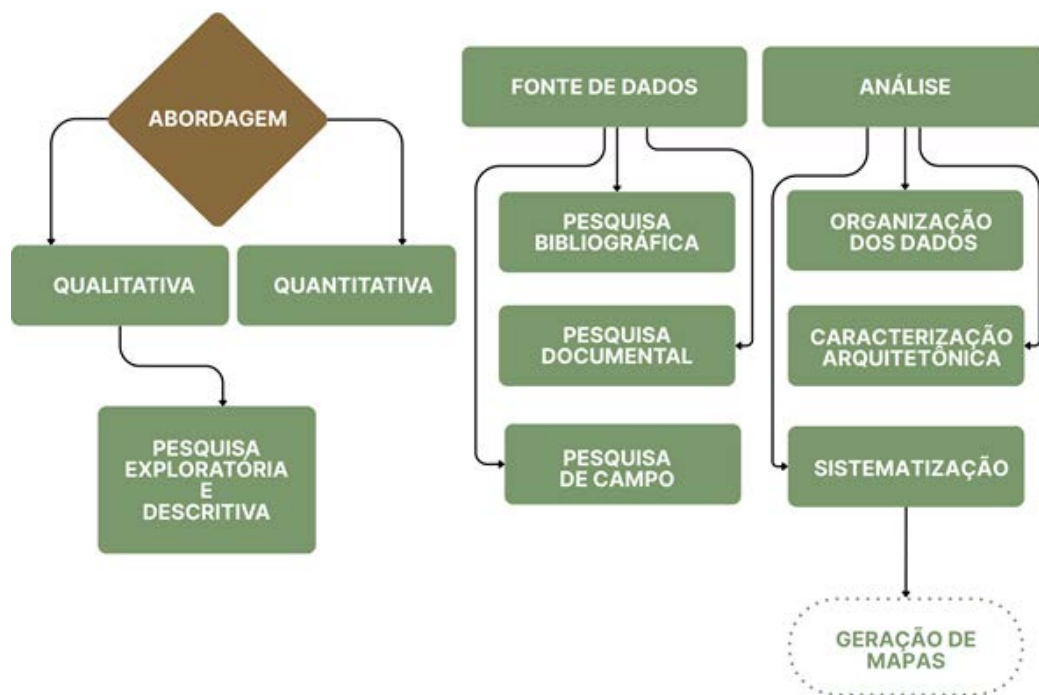
Diante da complexidade do objeto investigado e da necessidade de compreender tantos os aspectos simbólicos quanto os dados objetivos relacionados à conservação do patrimônio histórico e material de Ladário, este estudo adota uma abordagem qualitativa e quantitativa. A combinação dos dois métodos permite uma análise mais abrangente, aliando a observação e a interpretação contextual com o levantamento sistemático de dados mensuráveis.

Conforme Rossman e Rallis (1998 *apud* Creswell, 2007), a pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural, com o pesquisador imerso no ambiente estudado, utilizando-se de observações abertas, entrevistas e análise documental. A coleta de dados é ampla nas pesquisas qualitativas.

Já a pesquisa quantitativa, segundo Chizzotti (1995) “[...] prevê a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis. Nesse sentido, como apontam Moreira e Caleffe (2008, p. 93) “[...] a pesquisa quantitativa explora as características e situações de que dados numéricos podem ser obtidos e faz uso da mensuração e estatísticas”.

Baseado em Santos (2002), quanto à finalidade a pesquisa é aplicada, importante na geração de produtos, processos e conhecimento científico. Quanto aos seus objetivos, a pesquisa tem caráter exploratório, que é realizada quando o objetivo é examinar, entre outras possibilidades, sobre temas e áreas que possuem campos de discussão ainda abertos e que ainda são pouco conhecidos (Sampieri; Collado; Lucio, 2013; Lösch; Rambo; Ferreira, 2023), e caráter descritivo, pois tem como objetivo detalhar as propriedades, características e perfis de indivíduos, grupos, comunidades, processos, objetos [...], sendo então, útil para mostrar com precisão os ângulos ou dimensões de um fenômeno, acontecimento, comunidade, contexto ou situação.

O trabalho ancora-se em três eixos metodológicos principais, conforme representado na Figura 4: a pesquisa bibliográfica, consultando os principais autores e legislações para fundamentação teórica deste estudo, a pesquisa documental, que reúne e analisa registros históricos, legais e institucionais e a pesquisa de campo, responsável pela observação direta e coleta de dados fotográficos *in loco*. Na sequência a análise técnico-interpretativa das edificações, desenvolvida a partir da organização sistemática das informações obtidas, da caracterização arquitetônica dos imóveis e da posterior sistematização dos resultados.

Figura 4. Estratégias e instrumentos de coleta de dados

Fonte: Elaborado pelo autor.

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental da formação histórica, urbana e cultural da cidade de Ladário, com o objetivo de contextualizar o desenvolvimento do município e seu patrimônio arquitetônico. Foram consultadas obras acadêmicas, arquivos históricos, relatórios institucionais, publicações e autores como Nascimento (2002), Chaparro (2021), Cardoso (2020) e Marques (2001), entre outros.

A etapa seguinte consistiu na realização de visitas técnicas *in loco*, com o intuito de observar, registrar e mapear as edificações identificadas como representativas do patrimônio histórico material de Ladário. Esse levantamento incluiu o registro fotográfico das fachadas, características dos elementos e das técnicas construtivas, a localização geográfica por meio de coordenadas e mapas, a análise visual do estado de conservação das edificações e a identificação de vestígios de descaracterização ou abandono dos imóveis.

A partir dos dados coletados, procedeu-se a análise segundo os critérios de caracterização arquitetônica e as condições de conservação e risco das edificações. Além disso, foi utilizado um sistema de categorização estilística, identificando influências predominantes, como o Eclético, o *Art Decó*, o Modernista, Neoclássico e o Neocolonial.

Para fins de sistematização, foi elaborada uma tabela síntese contendo o endereço, o período provável de construção, quando disponível, o estado de conservação, baseado na classificação adotada pelo IPHAN nas fichas cadastrais utilizadas nos imóveis da área tombada de Corumbá, o estilo arquitetônico e as coordenadas geográficas de cada edificação. Para melhor compreensão da distribuição territorial das edificações históricas, foi elaborado um mapa de localização com base nos dados obtidos em campo, utilizando os softwares de geoprocessamento, *Google Earth* e *Google Maps*, permitindo a visualização da concentração espacial dos imóveis.

Resultados/discussão

Neste trabalho, para diagnóstico das condições das edificações, utilizamos os critérios de classificação de estado de conservação adotados no relatório do Iphan (2007), listado na Quadro 2.

Quadro 2. Critérios adotados pelo IPHAN para classificação de estado de conservação em áreas tombadas de Corumbá

Estado de Conservação	Descrição do imóvel
Em reforma	Imóveis em fase de construção e reforma.
Restaurado	Imóveis que foram reformados com critérios de restauração, mantendo as características originais.
Bem conservado	Imóveis que aparentemente sofreram reformas ou manutenção parcial, mas que continuam precisando de restauro.
Mal conservado	Imóveis preservados e que se apresentam em péssimo estado de conservação, precisando urgentemente de manutenção.
Caracterizado	Imóveis que mantém suas características originais
Descaracterizado	Imóveis que sofreram intervenções ao longo dos anos, modificando sua fachada original
Deteriorado Interno	Imóveis que se encontram em péssimo estado de conservação na área interna da edificação.
Deteriorado Externo	Imóveis que se encontram em péssimo estado de conservação na fachada externa da edificação.
Em ruínas	Imóvel que, apesar das condições de abandono ou ruína, possui possibilidades de ser restaurado, reaproveitando as partes existentes.

Fonte: IPHAN (2007).

Foram realizadas visitas a campo para levantamento do estado atual das edificações, conforme apresentado na Figura 5 e destacando-se em amarelo as edificações citadas por Marques (2001) e Arruda (2009).

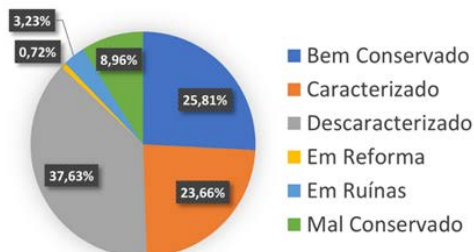
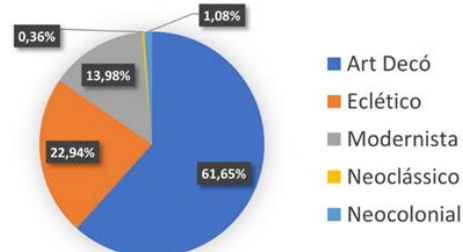
	Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios — <i>Art Decó</i> — Caracterizado		Edificação Leonor de Matos — <i>Eclético</i> — Mal conservado
	Loja. Maçônica Pharol do Norte — <i>Eclético</i> — Caracterizado		Antigo Comércio — <i>Eclético</i> — Descaracterizado
	Edificação Rosimeire Bezerra — <i>Eclético</i> — Caracterizado		Edificação Leonor Correa Barraca — <i>Eclético</i> — Em ruínas
	Centro Espírita Vicente de Paula — <i>Eclético</i> — Caracterizado		Edificação Carlos Anibal Ruso Pedrozo — <i>Eclético</i> — Em ruínas
	Casarão — <i>Eclético</i> — Caracterizado		Edificação José Ananias Pereira — <i>Neocolonial</i> — Descaracterizado

Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram observadas as características arquitetônicas nas regiões próximas às edificações históricas do Quadro 3, e ainda a busca de possíveis vestígios históricos no entorno das ruas paralelas e perpendiculares ao Pórtico do Arsenal da Marinha. Após a observação do entorno das edificações e dos vestígios históricos de possíveis construções do mesmo período, ilustramos na Figura 6, o mapa de estilos presentes na área delimitada da pesquisa de campo.

Dentre os destaques da Figura 6, temos o prédio da Loja Maçônica de 1874, a Igreja Nossa Senhora dos Remédios com obra iniciada em 1878 e concluída em 1898, O Casarão de 1911 e as casas Leonor Matos, Leonor Barraca e Carlos Pedrozo, erguidas entre 1910 e 1930 (Arruda, 2009). Além disso, foi possível identificar as datações presentes em vários imóveis, inscritas na parte superior das fachadas entre 1899 e 1964, essa tendência é abordada por Oliveira, Oliveira e Rodrigues (2020) como uma demarcação inicial de atividades comerciais, elas também remetem às influências de poder local, sentimento de orgulho pertencimento dos habitantes e a formação de setores da sociedade.

Figura 6. Mapa de estilos identificados em Ladário

Figura 7. Conservação e estilos arquitetônicos**Figura A:** Gráfico do estado de conservação**Figura B:** Gráfico dos estilos arquitetônicos da área de estudo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base no levantamento dessas edificações, pode-se verificar os mesmos estilos e tendências, Ecletismo e Art *Decó*, da época identificadas por Oliveira, Oliveira e Rodrigues (2020). Sendo essas influências atribuídas pelo autor ao comércio e as navegações internacionais, remetendo às raízes portuárias que carregam marcas do cotidiano, costumes e as culturas dos países europeus, que remetem às características arquitetônicas de Corumbá, Manaus e Belém.

A quantidade de edificações encontradas nas ruas da área delimitada para esta pesquisa pode ser visualizada no Quadro 4. Os dados reforçam a observação de Arruda (2009) sobre a presença significativa de exemplares de arquitetura histórica da cidade de Ladário, evidenciando a densidade patrimonial ainda existente, embora em diferentes estados de conservação.

Quadro 4. Quantitativo de edificações identificadas por rua

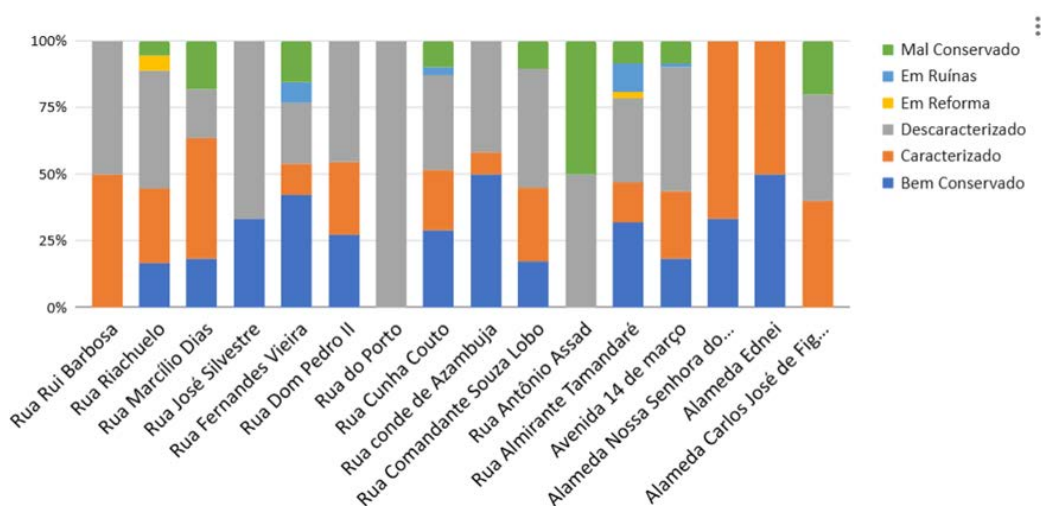
Rua	Edificações analisadas	Rua	Edificações analisadas
Avenida 14 de março	71	Rua Dom Pedro II	11
Rua Almirante Tamandaré	47	Alameda Nossa Senhora dos Remédios	6
Rua Cunha Couto	31	Alameda Carlos José de Figueiredo	5
Rua Comandante Souza Lobo	29	Alameda Ednei	4
Rua Fernandes Vieira	26	Rua José Silvestre	3
Rua Riachuelo	18	Rua Antônio Assad	2
Rua conde de Azambuja	12	Rua Rui Barbosa	2
Rua Marcílio Dias	11	Rua do Porto	1
Total geral			279

Fonte: Elaborado pelo autor.

Evidencia-se que a maior concentração de edificações está localizada nas vias com maior importância histórica e urbanística, como a avenida 14 de Março, a rua Almirante Tamandaré, a rua Cunha Couto, a rua Comandante Souza Lobo, a rua Fernandes Vieira e a rua Riachuelo. Estes trechos refletem diretamente o processo de ocupação e expansão da cidade, indicando áreas prioritárias para ações de preservação e valorização patrimonial.

Em contraste, ruas com menor número de edificações, como a rua do Porto e a rua Rui Barbosa, também revelam traços e vestígios da histórica local, embora com menor densidade arquitetônica remanescente, como ilustrado nas Figuras 8 e 9.

Figura 8. Gráfico de estados de conservação por rua



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que nas ruas com maior número de edificações, como a avenida 14 de março e a rua Almirante Tamandaré, apresentam uma quantidade expressiva de imóveis descaracterizados ou mal conservados, o que evidencia uma fragilidade nas ações de preservação e manutenção. A avenida 14 de março, por exemplo, concentra 33 imóveis descaracterizados e 6 mal conservados, o que representa mais da metade do total de edificações dessa via.

Por outro lado, algumas ruas como a rua Fernandes Vieira, e a Rua Cunha Couto ainda preservam um número significativo de imóveis bem conservados ou caracterizados, o que aponta para um potencial de valorização e salvaguarda do patrimônio material edificado remanescente. A rua Riachuelo, embora tenha menos edificações, também apresenta diversidade no estado de conservação, incluindo imóveis em reforma, o que pode indicar iniciativas de recuperação.

A Figura 9 evidencia ainda que há presença de edificações em ruínas, como nas ruas Almirante Tamandaré, Fernandes Vieira, Cunha Couto e 14 de Março, o que revela a urgência de ações de proteção, documentação e eventual restauração para evitar a perda definitiva desses bens.

Figura 9. Mapa de estados de conservação identificados



Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerações finais

A pesquisa realizada permitiu identificar e analisar o estado atual do patrimônio material edificado da cidade de Ladário, evidenciando não apenas sua relevância histórica e arquitetônica, mas também os desafios enfrentados em termos de preservação, proteção e valorização. O levantamento de campo, aliado à análise documental, pesquisa bibliográfica e os registros fotográficos, identificou a existência de 279 edificações com características históricas, distribuídas principalmente nas vias mais antigas e estruturantes da cidade.

Dentre os estilos arquitetônicos predominantes, destacam-se o *Art Decó*, o Ecletismo e o Modernista, refletindo as influências culturais e comerciais da época de consolidação urbana da cidade. Entretanto, a expressiva quantidade de imóveis descaracterizados, mal conservados ou em ruínas, conforme os critérios estabelecidos pelo IPHAN, reforça a necessidade de políticas públicas e ações patrimoniais voltadas à preservação e incentivo à recuperação do patrimônio tanto do poder público, das universidades, quanto da comunidade, para que o valor histórico e cultural dessas edificações não se perca no tempo.

O estudo também evidenciou a importância dos vestígios e edificações remanescentes como marcas simbólicas da memória coletiva e de identidade local, apontando para a necessidade de ações de educação patrimonial, fiscalização efetiva e incentivo à restauração por meio de parcerias público-privadas ou políticas de fomento específicas. A articulação entre o conhecimento técnico e o envolvimento da comunidade é essencial para a construção de estratégias sustentáveis que fortaleçam o sentimento de pertencimento e reconhecimento de valor cultural da cidade.

Conclui-se, portanto, que a preservação do patrimônio material de Ladário exige não apenas diagnósticos técnicos, mas principalmente uma abordagem integrada e interdisciplinar, que envolva planejamento urbano, políticas culturais e participação social. A documentação sistematizada apresentada neste trabalho constitui uma base concreta para futuras iniciativas de preservação, podendo subsidiar projetos de restauro, tombamento e valorização do acervo histórico existente na cidade.

Referências

- AYALA, C.; SIMON, F. **Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso**. Corumbá/Hamburgo, 1914. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com6dn/Historico>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- ARRUDA, A. M. V. **História da Arquitetura de Mato Grosso do Sul: Origens E trajetórias**. 1.ed. Campo Grande, MS: A. M. V. de Arruda, 2009.
- CARDOSO, C. C. S. **Influência das tradições navais na fronteira Oeste do Brasil**. Revista Marítima Brasileira, v. 140, n. 01/03, p. 198-211, 2020.
- CHAPARRO, G. T. B. **A forma urbana na história do Sul de Mato Grosso: Corumbá (1870 a 1920)**. 2021.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- CORREA, L. S. **Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)**. 1980. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: Escolhendo entre Cinco Abordagens**. Penso Editora, 2014.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha.
- FONSECA, J. S. da. **Viagem ao redor do Brasil, 1875-1878**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C, 1880.
- IPHAN. **Levantamento do estado de conservação dos imóveis da área tombada da cidade de Corumbá**. Corumbá: Pimentel, M. L. S., 2007.
- LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, 18, 2023. e023141. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>>.
- MARQUES, R. M. da C. **Trilogia do patrimônio histórico e cultural sul-mato-grossense**. Tomo III. Campo Grande: UFMS, 2001.

MELLO, S. O. de. **Arsenal da marinha em Mato Grosso**: Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873). 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados. 2009.

MELLO, S. A. Ladário e o trem naval de Mato Grosso: história e memória (1873-1935). In: SEMANA DE HISTÓRIA, 10., 2007. História em movimento: caminhos, culturas e fronteiras. **Anais...** Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 24 a 28 de setembro 2007. p. 15 - 26.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NASCIMENTO, D. P. do. **Ladário pérola do Pantanal**. [S. l.]: Papel & Virtual, 2002.

NETO, R. P. N. **Pérola do Pantanal Ladário**. Campo Grande, MS: Life editora, 2022.

NOGUEIRA, R. J. B. **Fronteira**: espaço de referência identitária. *Ateliê geográfico*, v. 1, n. 2, p. 27-41, 2007.

OLIVEIRA, M. A. M.; OLIVEIRA, J. C.; RODRIGUES, W. P. **Corumbá entre ruas e cemitério**: o tempo e o silêncio. 1. ed. Uberlândia: LAECC, 2020. v. 01. 180p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO. **História**. Disponível em: <https://www.ladario.ms.gov.br/portal/servicos/1001/historia/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

ROOSEVELT, T. **Through the Brazilian wilderness**. Best Books on, 1914.

ROSSMAN, G.; RALLIS, S. F. **Learning in the field**: An introduction to qualitative research. Thousand Oaks, CA: Sage. 1998

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. ISBN 978-85-65848-28-2.

TURISMO EM ÁREAS DE FRONTEIRA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PAPEL DA INTEGRAÇÃO REGIONAL E DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO CONTEXTO DA ROTA BIOCEÂNICA

TOURISM IN BORDER AREAS: A BIBLIOGRAPHIC ANALYSIS OF THE ROLE OF REGIONAL INTEGRATION AND TERRITORIAL DYNAMICS IN THE CONTEXT OF THE BIOCEANIC ROUTE

TURISMO EN ÁREAS FRONTERIZAS: UN ANÁLISIS BIBLIOGRÁFICO SOBRE EL PAPEL DE LA INTEGRACIÓN REGIONAL Y DE LAS DINÁMICAS TERRITORIALES EN EL CONTEXTO DE LA RUTA BIOCEÁNICA

DOI 10.55028/geop.v20i39

Kelly Vanessa Teixeira*
Cláudia Heloiza Conte**

Resumo: O turismo em áreas de fronteira, como em Porto Murtinho (MS), ganha relevância com a Rota Bioceânica, embora persistam desafios de infraestrutura, qualificação profissional e integração entre setores. A pesquisa, baseada em revisão teórica, tem como objetivo analisar teoricamente o turismo em áreas de fronteira à luz da literatura acadêmica, com foco nos processos de integração territorial e desenvolvimento regional no contexto da Rota Bioceânica. Os resultados apontam que o turismo ainda ocupa posição secundária nos projetos de integração regional. Destaca-se a necessidade de políticas específicas, governança transfronteiriça e participação comunitária para potencializar benefícios sociais, econômicos e culturais.

Palavras-chave: Turismo; Fronteira; Rota Bioceânica; Porto Murtinho; Desenvolvimento Territorial.

Introdução

As regiões de fronteira têm se tornado, cada vez mais, objeto de atenção por parte das ciências sociais aplicadas, especialmente no campo da Geografia e do Turismo. Tais áreas, historicamente marginalizadas pelas políticas nacionais, emergem como territórios estratégicos em razão de sua capacidade de articulação entre países, culturas e fluxos econômicos. No cenário sul-americano, essa importância se intensifica com a implementação da Rota Bioceânica.

* Turismóloga, Especialista em Governança e Inovação no Turismo, Mestranda em Geografia. Servidora pública na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Unidade Universitária de Campo Grande. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Culturas e Turismo (GEPECTUR/UEMS/ CNPq). E-mail: kelly.teixeira@uems.br , ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8177-6374>.

** Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina-UEL. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Especialista em Geografia Econômica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Licenciado em Geografia por Cesumar e Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. E-mail: claudia.conte@uems.br , ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-8177-6374>.

Abstract: Tourism in border areas, such as Porto Murtinho (MS), gains relevance with the Bioceanic Route, although challenges related to infrastructure, professional training, and intersectoral integration persist. Based on a theoretical review, the study aims to theoretically analyze tourism in border areas in light of academic literature, focusing on territorial integration processes and regional development within the context of the Bioceanic Route. The results indicate that tourism still occupies a secondary position in regional integration projects. The need for specific policies, cross-border governance, and community participation is highlighted to enhance the social, economic, and cultural benefits of tourism.

Keywords: Tourism; Border; Bioceanic Route; Porto Murtinho; Territorial Development.

Resumen: El turismo en áreas de frontera, como en Porto Murtinho (MS), adquiere relevancia con la Ruta Bioceánica, aunque persisten desafíos relacionados con infraestructura, capacitación profesional e integración intersectorial. Basado en una revisión teórica, el estudio tiene como objetivo analizar teóricamente el turismo en áreas de frontera a la luz de la literatura académica, con foco en los procesos de integración territorial y desarrollo regional en el contexto de la Ruta Bioceánica. Los resultados indican que el turismo aún ocupa una posición secundaria en los proyectos de integración regional. Se destaca la necesidad de políticas específicas, gobernanza transfronteriza y participación comunitaria para potenciar los beneficios sociales, económicos y culturales.

Palabras clave: Turismo; Frontera; Ruta Bioceánica; Porto Murtinho; Desarrollo Territorial.

nica, um corredor logístico interoceânico que atravessa o Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, estabelecendo novos vetores de desenvolvimento regional e integração territorial.

Essa reconfiguração do espaço geográfico, impulsionada por obras de infraestrutura e acordos multilaterais, reacendem debates sobre a funcionalidade das fronteiras enquanto espaços dinâmicos, multifacetados e carregados de significados políticos, sociais e culturais. Raffestin (1993) já apontava a fronteira como uma construção social e política, e não apenas como uma linha de separação entre territórios nacionais. Complementarmente, Haesbaert (2004) introduz o conceito de multiterritorialidade para explicar como diferentes lógicas de uso e apropriação do espaço coexistem e se entrelaçam nesses territórios, conferindo-lhes uma complexidade que vai além da simples delimitação geográfica.

No campo do turismo, as fronteiras apresentam características que as diferenciam de destinos convencionais. São territórios marcados pela coexistência de identidades nacionais, pela fluidez das trocas comerciais, culturais e simbólicas e pela presença constante de práticas formais e informais. Segundo Oliveira (2013), essas zonas híbridas operam com regras próprias, que desafiam os modelos clássicos de planejamento turístico e exigem abordagens mais sensíveis às suas especificidades. Além disso, autores como Bicalho

(2021) e Fernandes (2009) reforçam que o turismo pode atuar como um importante vetor de valorização territorial, ao promover a inclusão social, a dinamização da economia local e o fortalecimento dos vínculos culturais transfronteiriços.

Apesar desse potencial, observa-se que a maioria dos estudos e projetos de integração regional, como a própria Rota Bioceânica, ainda privilegia uma visão tecnocrática e economicista, centrada na logística de transporte e na circulação de mercadorias. O turismo, nesses contextos, permanece relegado a um papel secundário ou acessório, muitas vezes invisibilizado nas políticas públicas e nos projetos de desenvolvimento regional. Essa lacuna analítica e política compromete o aproveitamento pleno das potencialidades territoriais dos municípios fronteiriços, como é o caso de Porto Murtinho (MS), que passa a ser visto apenas como um ponto de passagem, e não como um território de permanência, vivência e trocas culturais significativas.

Essa realidade levanta uma importante indagação que orienta a presente investigação: como a literatura acadêmica tem abordado o papel do turismo nas áreas de fronteira, considerando os processos de integração territorial e desenvolvimento regional no contexto da Rota Bioceânica? Para buscar respostas a essa questão, a pesquisa estabelece como objetivo geral analisar teoricamente o turismo em áreas de fronteira à luz da literatura acadêmica, com foco nos processos de integração territorial e desenvolvimento regional no contexto da Rota Bioceânica. De forma a atender a esse objetivo central, a investigação propõe, inicialmente, sistematizar a produção científica sobre turismo em regiões de fronteira na América do Sul.

A escolha pela abordagem bibliográfica e documental justifica-se pela necessidade de consolidar um arcabouço teórico robusto, capaz de oferecer subsídios analíticos para futuras pesquisas empíricas na área. Ao realizar um mapeamento das principais contribuições acadêmicas nacionais e internacionais sobre o tema, busca-se compreender como a interface entre turismo, fronteira e desenvolvimento territorial tem sido tratada na produção científica, bem como identificar as principais lacunas e perspectivas emergentes.

Além disso, este estudo se justifica pela relevância crescente que as fronteiras vêm adquirindo nos projetos de integração latino-americanos e pelo potencial do turismo como atividade capaz de ativar redes locais, resgatar identidades, promover o desenvolvimento sustentável e fomentar economias alternativas. Autores como Santos (1994) e Trigo (2003) reforçam a necessidade de compreender o turismo para além da lógica mercadológica, inserindo-o em um debate geográfico mais amplo, que considere as relações de poder, identidade e mobilidade que permeiam os territórios de fronteira.

A análise proposta busca contribuir para um avanço teórico sobre o turismo em áreas de fronteira, oferecendo reflexões que dialoguem com os campos da Geografia, do Turismo e das Políticas Públicas, reforçando a importância de considerar essas zonas como espaços de oportunidades e não apenas como margens geográficas. A fronteira, portanto, deixa de ser apenas um limite político-administrativo para se tornar um espaço de encontros, negociações, tensões e possibilidades de um verdadeiro laboratório para repensar o turismo no século XXI.

Fundamentação teórica

O estudo do turismo em áreas de fronteira exige uma compreensão ampla das dinâmicas espaciais, políticas e culturais que caracterizam esses territórios. As fronteiras deixaram de ser vistas apenas como limites territoriais e passaram a ser entendidas como zonas de contato, conflito e cooperação, o que amplia as possibilidades analíticas sobre suas funções sociais e econômicas. Raffestin (1993) argumenta que a fronteira é uma construção social marcada por estratégias de poder, sendo, ao mesmo tempo, um lugar de exclusão e de abertura à alteridade.

Nesse contexto, Haesbaert (2004) propõe a noção de multiterritorialidade como forma de interpretar a experiência dos sujeitos que vivem em regiões fronteiriças. Segundo o autor, é possível pertencer simultaneamente a múltiplos territórios físicos, simbólicos, jurídicos o que confere complexidade à análise geográfica. Essa ideia é central para compreender como o turismo pode se desenvolver em áreas onde identidades e práticas se sobrepõem, especialmente em corredores de circulação como a Rota Bioceânica.

A geopolítica da integração sul-americana, marcada por projetos como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e, mais recentemente, a Rota Bioceânica, reposiciona fronteiras historicamente periféricas como eixos logísticos estratégicos. Fernandes (2009) observa que corredores logísticos têm o potencial de promover reconfigurações territoriais profundas, impactando as dinâmicas econômicas e sociais das regiões por onde passam. No entanto, ele alerta que os benefícios esperados nem sempre se concretizam sem políticas públicas direcionadas.

Autores como Oliveira (2013) e Bicalho (2021) apontam que os impactos positivos da integração regional dependem da existência de políticas públicas inclusivas, capazes de envolver as populações locais nos processos de transformação. No caso do turismo, isso significa fomentar práticas que valorizem o patrimônio cultural, incentivem a participação comunitária e promovam a sustentabilidade ambiental. Tais aspectos são particularmente relevantes em áreas de fronteira, onde a diversidade étnica e cultural é um recurso e também um desafio.

O turismo de fronteira, conforme Trigo (2003), deve ser compreendido como uma modalidade específica de turismo cultural, na qual o deslocamento e a vivência são marcados pela pluralidade de referências culturais e pela constante negociação de identidades. Em vez de funcionar apenas como elemento de consumo simbólico, o turismo pode servir como dispositivo para o fortalecimento das identidades locais e a dinamização de economias regionais, desde que articulado a estratégias de planejamento territorial.

A literatura também aponta para a importância de se pensar o turismo em consonância com os princípios da governança territorial. Santos (1994) ressalta que o território é o resultado de relações de poder materializadas no espaço, sendo ao mesmo tempo técnico, político e cultural. Nesse sentido, pensar o turismo em áreas de fronteira envolve compreender como as diferentes escalas – local, nacional, regional e global influenciam o uso e a apropriação do espaço, especialmente em contextos marcados pelo hibridismo e pela instabilidade jurídica.

O papel da infraestrutura turística em regiões fronteiriças tem sido amplamente discutido por autores como Boullón (2002) e Molina (2001), que destacam a necessidade de equipamentos adequados de permanência, circulação e informação para garantir a atratividade e competitividade dos destinos. A ausência desses elementos compromete não apenas a experiência do visitante, mas a capacidade de retenção dos fluxos turísticos e de distribuição dos benefícios gerados. Em áreas como Porto Murtinho (MS), o desafio da permanência se soma às fragilidades históricas da infraestrutura urbana. Além das condições materiais, a produção de sentido sobre o espaço é igualmente determinante para o desenvolvimento do turismo. Orlandi (2015) argumenta que os discursos institucionais, culturais e midiáticos moldam as representações que os sujeitos constroem sobre os territórios. Assim, pensar a comunicação e a narrativa como dimensões do planejamento turístico é essencial para promover a atratividade das regiões de fronteira.

Outro aspecto fundamental diz respeito à cooperação transfronteiriça. Segundo Machado (2020), o turismo em fronteiras se fortalece quando há articulação entre os países vizinhos em torno de objetivos comuns, como a promoção conjunta de roteiros, o reconhecimento mútuo de políticas e a facilitação do trânsito de pessoas. A ausência dessa cooperação tende a limitar as possibilidades de integração e a reforçar assimetrias históricas.

Por fim, é necessário reconhecer que a fundamentação teórica sobre turismo em fronteiras ainda carece de maior aprofundamento e sistematização. Embora existam contribuições significativas, o campo demanda novas leituras que articulem conceitos da geografia política, do planejamento turístico e da sociologia do território. A presente pesquisa busca contribuir para esse esforço, reunindo e

discutindo autores que se debruçam sobre as múltiplas camadas que constituem o fenômeno turístico em contextos fronteiriços e integradores como os observados na América do Sul.

Metodologia

A metodologia adotada neste trabalho está fundamentada exclusivamente na abordagem teórica, com ênfase na pesquisa bibliográfica e análise documental. Esta opção se justifica pela natureza do problema investigado, que demanda a sistematização e interpretação crítica de conceitos, categorias e debates acadêmicos já consolidados sobre o turismo em áreas de fronteira, integração regional e reconfigurações territoriais. Como destaca Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é essencial quando se busca compreender fenômenos ainda em estruturação, possibilitando a construção de referenciais teóricos robustos.

A base teórica foi composta por livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos técnicos que tratam das temáticas centrais do estudo, como fronteiras, turismo, território e políticas públicas de integração. Foram priorizados trabalhos que abordem especificamente o contexto sul-americano e, mais precisamente, o caso da Rota Bioceânica, de modo a garantir aderência temática e relevância espacial. Para Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica deve ser criteriosa na seleção das fontes, buscando autores reconhecidos academicamente e abordagens que garantam diversidade teórica.

Além da literatura acadêmica, foram examinados documentos institucionais como planos de desenvolvimento, relatórios técnicos sobre a Rota Bioceânica e normativas referentes às políticas de turismo e fronteira, provenientes de órgãos como o Ministério do Turismo, Ministério da Integração e governos estaduais e municipais. Essa etapa documental tem o intuito de relacionar os discursos acadêmicos às diretrizes e práticas concretas observadas no campo das políticas públicas. Conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), a análise documental é uma ferramenta poderosa para compreender os contextos políticos e institucionais que influenciam a formulação de estratégias territoriais.

A busca pelos materiais foi realizada em bases de dados científicas reconhecidas, como Scielo, Google Scholar, Capes Periódicos e RedALyC, além de acervos institucionais e bibliotecas digitais de universidades. Serão utilizados descritores como “turismo de fronteira”, “integração regional”, “territorialidade turística”, “Rota Bioceânica”, “políticas públicas em fronteiras”, entre outros. O recorte temporal da bibliografia priorizará produções publicadas nos últimos 20 anos (2005–2025), de modo a captar a evolução recente do tema.

É importante destacar que esta pesquisa não realizou coleta de dados primários, como entrevistas, questionários ou observações de campo, o que a diferencia de investigações de cunho empírico. A proposta metodológica aqui apresentada visa, portanto, contribuir com o aprofundamento teórico e conceitual sobre o tema, possibilitando a construção de uma base sólida para pesquisas futuras que eventualmente venham a aplicar métodos qualitativos ou quantitativos em campo. Segundo Severino (2007), a pesquisa teórica tem como papel central promover o amadurecimento conceitual e a articulação de ideias em torno de um objeto de estudo.

Território, fronteira e infraestrutura turística: um olhar integrado

A análise do turismo em áreas de fronteira exige a articulação entre múltiplas dimensões do território. Porto Murtinho, inserido na faixa de fronteira Brasil–Paraguai e no traçado da Rota Bioceânica, representa um espaço de interface entre dinâmicas locais, nacionais e transnacionais. A região apresenta características que exemplificam o conceito de multiterritorialidade discutido por Haesbaert (2004), na medida em que seus habitantes participam de diferentes redes sociais, políticas e culturais que atravessam o limite nacional. Essa condição se manifesta não apenas nos fluxos de mercadorias e pessoas, mas também na produção de sentidos atribuídos ao espaço e às identidades locais.

Nesse contexto, o turismo emerge como um campo fértil para explorar os efeitos da integração regional sobre os territórios de fronteira. A construção da ponte internacional entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta, aliada à ampliação da malha rodoviária que compõe a Rota Bioceânica, amplia as possibilidades de inserção do município nas rotas comerciais e turísticas da América do Sul. Contudo, essa inserção exige a qualificação da infraestrutura turística de permanência, que compreende desde a oferta de meios de hospedagem, alimentação e transporte até serviços básicos de saúde, segurança e informação ao visitante. Boullón (2002) e Molina (2001) destacam que a infraestrutura de permanência é determinante para a consolidação de um destino turístico competitivo, sendo imprescindível para garantir a permanência e a qualidade da experiência do turista.

A ausência ou precariedade desses elementos compromete a capacidade do município de se beneficiar dos fluxos turísticos. Em Porto Murtinho, os desafios são evidentes: o número reduzido de leitos formais, a baixa qualificação profissional no setor de serviços e a carência de sinalização e promoção turística dificultam a retenção de visitantes. Ainda que a posição estratégica conferida pela Rota Bioceânica represente uma janela de oportunidades, sua concretização depende da atuação integrada entre diferentes esferas de governo, do engajamento da sociedade civil e da valorização das especificidades territoriais. Essa lógica de

atuação exige um planejamento sensível às multiescalaridades envolvidas e às práticas sociais que moldam a vida na fronteira.

Turismo e integração regional: desafios e potencialidades em Porto Murtinho

O turismo nas regiões de fronteira sul-americanas, especialmente aquelas inseridas em grandes projetos de integração como a Rota Bioceânica, enfrenta uma dualidade permanente: de um lado, os discursos de progresso e dinamização econômica promovidos por governos e organismos multilaterais; de outro, os desafios concretos de territórios historicamente negligenciados em termos de políticas públicas. Fernandes (2009) observa que os corredores logísticos como a Rota não são neutros ao contrário, eles reconfiguram centralidades, geram pressões sobre os territórios e muitas vezes aprofundam desigualdades preexistentes.

Para que o turismo atue como vetor de desenvolvimento, é preciso ultrapassar a lógica da infraestrutura física e considerar aspectos como a governança local, o fortalecimento das redes comunitárias e a valorização das identidades culturais. Autores como Santos (1994) e Trigo (2003) defendem que o território só adquire valor quando apropriado pelos sujeitos que o vivem, sendo necessário respeitar os tempos, saberes e modos de vida locais. No caso de Porto Murtinho, isso implica reconhecer as potencialidades do Pantanal, a tradição ribeirinha, os vínculos transfronteiriços e a possibilidade de desenvolver um turismo de base comunitária que envolva efetivamente a população local.

Contudo, conforme alertam Pereira e Bicalho (2022), os efeitos positivos do turismo em áreas de fronteira não são automáticos. Sem políticas de incentivo, capacitação e regulação, corre-se o risco de transformar Porto Murtinho em mero ponto de passagem. A valorização do turismo como prática cultural, educacional e econômica exige investimentos não apenas em estrutura, mas em estratégias que promovam inclusão produtiva, circulação de informações e cooperação entre os países vizinhos. A cooperação transfronteiriça, quando bem articulada, pode resultar em circuitos integrados, valorização mútua dos atrativos e fortalecimento do sentimento de pertencimento regional.

Portanto, mais do que aproveitar o fluxo viário da Rota, é fundamental pensar o turismo como uma ferramenta para reconstrução do tecido social e econômico local. Isso demanda planejamento integrado, diagnósticos participativos e, sobretudo, o reconhecimento da fronteira como espaço de potência, e não apenas de vulnerabilidade. Ao articular teoria e prática, este estudo contribui para ampliar o debate sobre as possibilidades do turismo em territórios em transformação, lançando luz sobre a necessidade de políticas públicas sensíveis às múltiplas camadas que compõem o viver fronteiriço.

Resultados e discussões

A análise dos resultados desta pesquisa, baseada exclusivamente em revisão bibliográfica e documental, reforça a importância estratégica do turismo como instrumento de desenvolvimento em áreas de fronteira. Conforme destaca Bicalho (2021), a região de fronteira é um espaço de articulação entre diferentes formas de territorialidade, sendo marcada por fluxos, tensões e redes de contato. No caso de Porto Murtinho (MS), essa territorialidade se manifesta na sua inserção na Rota Bioceânica, que o reposiciona geopoliticamente.

A literatura especializada indica que as regiões de fronteira exigem políticas públicas específicas, que considerem a complexidade dos vínculos sociais, culturais e econômicos que nelas se desenvolvem. Haesbaert (2004) defende que o território deve ser compreendido como espaço vivido, apropriado e plural, marcado por múltiplas escalas de atuação e pertencimento. Essa perspectiva é crucial para analisar o papel do turismo em Porto Murtinho, onde o cotidiano dos sujeitos se organiza em torno de redes multiescalares.

A escassez de políticas públicas voltadas à estruturação turística é uma constante em diversos estudos. Boullón (2002), por exemplo, argumenta que a infraestrutura de permanência como hospedagem, alimentação, sinalização e serviços de apoio é essencial para garantir a competitividade de um destino. Em Porto Murtinho, documentos oficiais e estudos apontam que tais elementos ainda são frágeis ou inexistentes, o que dificulta a conversão do fluxo viário gerado pela Rota Bioceânica em permanência turística.

Adicionalmente, Santos (1994) adverte que “o território não é um dado, é uma construção social, técnica e política”. Essa afirmação reforça que o desenvolvimento do turismo não pode ser compreendido apenas sob a ótica da infraestrutura física, mas deve considerar também os arranjos sociais, os modos de vida locais e a capacidade de apropriação simbólica do espaço. Nesse aspecto, experiências de turismo de base comunitária e o fortalecimento das identidades culturais locais aparecem na literatura como alternativas eficazes.

Os documentos analisados, como os planos estratégicos do governo estadual e federal, evidenciam que a inclusão do turismo na agenda de desenvolvimento da Rota Bioceânica ainda é marginal. Fernandes (2009) observa que corredores logísticos tendem a favorecer fluxos comerciais em detrimento dos fluxos culturais, a menos que sejam incorporadas estratégias multissetoriais de planejamento. Assim, o turismo em Porto Murtinho corre o risco de permanecer à margem do processo de transformação territorial.

Pereira e Bicalho (2022) alertam que “a Rota Bioceânica só cumprirá seu papel de vetor de desenvolvimento se incorporar os sujeitos e os territórios ao longo do seu traçado”. Isso implica uma articulação entre os níveis federal, estadual e municipal, bem como com os países vizinhos. A criação de mecanismos de governança transfronteiriça voltados ao turismo como consórcios, acordos binacionais e roteiros integrados tem sido recomendada por diversos autores como ferramenta eficaz de inclusão social e cooperação.

Por fim, os resultados da análise teórica revelam que o turismo pode ser um instrumento de ressignificação das fronteiras, promovendo o encontro entre culturas, a circulação de saberes e o fortalecimento das redes locais. Contudo, para que isso ocorra, é preciso superar a lógica de enclave e construir uma abordagem inclusiva, participativa e sustentável. Como resume Orlandi (2015), não basta planejar o território, é preciso escutar os sentidos que dele emergem, reforçando o valor das narrativas locais no planejamento turístico.

Considerações finais

As reflexões apresentadas ao longo desta pesquisa demonstram que o turismo em áreas de fronteira, quando inserido em projetos de integração regional como a Rota Bioceânica, possui um potencial significativo de promover o desenvolvimento territorial, social e cultural de municípios historicamente periféricos como Porto Murtinho (MS). A partir da análise bibliográfica e documental, ficou evidente que a construção de um ambiente turístico sustentável requer mais do que infraestrutura física: demanda estratégias articuladas que integrem a população local, respeitem os saberes tradicionais e estejam inseridas em uma lógica de governança territorial inclusiva.

A literatura analisada revelou que políticas públicas efetivas para o turismo em fronteiras devem considerar a diversidade cultural, os múltiplos pertencimentos territoriais e as dinâmicas transfronteiriças que caracterizam esses espaços. A ausência de estratégias coordenadas entre os entes federativos e os países vizinhos tem limitado a capacidade de aproveitamento dos fluxos gerados pela Rota Bioceânica, o que reforça a necessidade de uma governança multiescalar, capaz de articular os diferentes atores envolvidos e fortalecer os vínculos institucionais transfronteiriços.

Embora o presente estudo tenha adotado exclusivamente uma abordagem teórica, os resultados obtidos oferecem um panorama crítico e reflexivo sobre as condições, limitações e possibilidades do turismo em Porto Murtinho. Este exercício analítico contribui para a formulação de propostas futuras de interven-

ção, ao mesmo tempo em que serve de base para investigações empíricas mais aprofundadas.

Em suma, o turismo em regiões de fronteira precisa ser pensado a partir de uma lógica territorial inclusiva, que reconheça os sujeitos locais como protagonistas do processo de desenvolvimento. A Rota Bioceânica representa uma oportunidade ímpar para a ressignificação de Porto Murtinho no cenário regional, desde que acompanhada por políticas públicas consistentes, planejamento participativo e valorização das identidades culturais. Somente assim será possível transformar o município em um destino que vá além do ponto de passagem, tornando-se um espaço de permanência, encontro e identidade.

Referências

- BICALHO, A. M. Fronteiras, territórios e redes: uma abordagem geográfica. **Revista GEOgraphia**, v. 23, n. 2, p. 50-65, 2021.
- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. São Paulo: Aleph, 2002.
- FERNANDES, N. A. Corredores de integração e reconfiguração territorial: uma análise geográfica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 2, p. 45-63, 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MACHADO, L. O. Fronteiras e políticas públicas: perspectivas e desafios. **Revista Geográfica**, n. 120, p. 15-30, 2020.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MOLINA, F. O. **Turismo: planejamento e organização do espaço**. São Paulo: Aleph, 2001.
- OLIVEIRA, A. M. Dinâmicas transfronteiriças nas fronteiras sul-americanas. **Revista Latino-Americana de Estudos Fronteiriços**, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2013.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PEREIRA, A. P. C.; BICALHO, A. M. A Rota Bioceânica e a fronteira Brasil-Paraguai: entre a centralidade logística e os desafios do desenvolvimento territorial. **Caderno de Geografia**, v. 32, n. 1, p. 89-104, 2022.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, p. 1-15, 2009.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- TRIGO, L. G. G. **Geografia do turismo: o espaço turístico**. São Paulo: Contexto, 2003.

USO E COBERTURA DA TERRA EM ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO: ANÁLISE DAS DINÂMICAS NATURAIS E ANTRÓPICAS NA POSSÍVEL ÁREA DE ENTORNO DA ESTRADA PARQUE PANTANAL, MS

USO Y COBERTURA DEL SUELO EN UN ÁREA DE ESPECIAL INTERÉS TURÍSTICO: ANÁLISIS DE LA DINÁMICA NATURAL Y ANTRÓPICA EN EL POSIBLE ÁREA ENTORNO A LA CARRETERA DEL PARQUE PANTANAL, MS

DOI 10.55028/geop.v20i39

Guilherme Alexandre Oliveira Silva*
Larissa Gomes de Oliveira**

Resumo: A Estrada Parque do Pantanal é de especial interesse turístico, localizada em Mato Grosso do Sul, nos municípios de Corumbá, Ladário e Miranda. Com isso, a pesquisa tem como objetivo analisar as distribuições de uso e cobertura da terra na área de entorno da Estrada Parque, as dinâmicas naturais e os possíveis impactos antrópicos no local de estudo. Para verificação desses dados, foram utilizados mapeamentos digitais do projeto MapBiomias Brasil, por meio da organização dos dados pelo software QGIS 3.34.11. Os resultados apontam a diminuição de rios e lagos e o aumento de vegetações compostas por gramíneas.

Palavras-chave: Corumbá; Mapeamentos; Sistema Geográfico de Informações.

Resumen: La Estrada Parque del Pantanal es de especial interés turístico, ubicada en Mato Grosso do Sul, en los municipios de Corumbá, Ladário y Miranda. Por ello, la investigación tiene como objetivo analizar las distribuciones de uso y cobertura de la tierra en el área circundante de la Estrada Parque, las dinámicas naturales

Introdução

A Estrada Parque do Pantanal é uma área de especial interesse turístico (AEIT), o qual se encontra exclusivamente inserida no bioma Pantanal, regulamentada pelo Instituto de Meio Ambiente (IMASUL). Nove municípios do Estado de Mato Grosso do Sul estão presentes no bioma Pantanal, sendo os territórios de Aquidauana, Bodoquena, Corumbá, Coxim, Ladário, Miranda, Sonora, Porto Murtinho e Rio Verde de MT, destaca-se o município de Corumbá, em seu território, o qual é ocupado por mais de 95,5% pelo Pantanal, tendo grande importância para conservação do bioma (Silva; Abdon, 1988).

* Graduado em Geografia-Licenciatura, Mestrando em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana, <https://orcid.org/0009-0005-7816-9871>, E-mail: g.alexandre@ufms.br.

** Graduanda em Geografia-Bacharelado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana, <https://orcid.org/0009-0007-3645-4839>. E-mail: g.larissa@ufms.br.

y los posibles impactos antrópicos en el lugar de estudio. Para la verificación de estos datos, se utilizaron mapeos digitales del proyecto MapBiomas Brasil, mediante la organización de los datos con el software QGIS 3.34.11. Los resultados señalan la disminución de ríos y lagos y el aumento de vegetaciones compuestas por gramíneas.

Palabras-clave: Corumbá; Mapeos; Sistema de Información Geográfica.



Nessa perspectiva, o objeto de estudo é a Estrada Parque Pantanal - que está localizado em Corumbá, Ladário e Miranda, no Estado de Mato Grosso do Sul, e na sua possível área de entorno, que compreende como zona de amortecimento em unidades de conservação (UC), os quais buscam o equilíbrio ecológico protegendo uma determinada área das ações antrópicas que ocorrem no entorno (Brandão *et al.*, 2021).

Foi instituída pelo decreto Nº 7.122, de 17 de março de 1993, no governo de Pedro Pedrossian, o qual especifica as rodovias de áreas Especiais de Interesse Turístico denominada Estradas Parque, os trechos são a MS-184 e MS-288, a área deve promover o desenvolvimento turístico, preservar e valorizar o patrimônio natural e fixar normas de uso e ocupação do solo (Mato Grosso do Sul, 1993).

Como a Estrada Parque Pantanal não é uma área de conservação ambiental integral, mas sim de uso turístico, esse trabalho tem como objetivo analisar a sua área de entorno a partir da estrada, em dois períodos para verificar o uso e cobertura da terra, no ano de 1985 e 2023.

Nesse sentido, é importante destacar que a Estrada Parque Pantanal (EPP) necessita de reparos para segurança no transporte de cargas e de atividades turísticas, gerando gastos públicos e impactos na biodiversidade da área, conforme Oliveira e Bourlegat (2020, p. 710) mencionam que:

As 74 pontes de madeira na EPP, que cruzam corixos, rios e vazantes, suportam diversas naturezas de carga, sendo submetidas a enchentes, queimadas e ao desgaste natural pelo uso. A manutenção dessas pontes tem representado gastos constantes aos cofres públicos. É importante assinalar que elas exigem madeiras de árvores regionais de grande porte, muitas vezes centenárias, cuja retirada da mata, pode comprometer sua sustentabilidade.

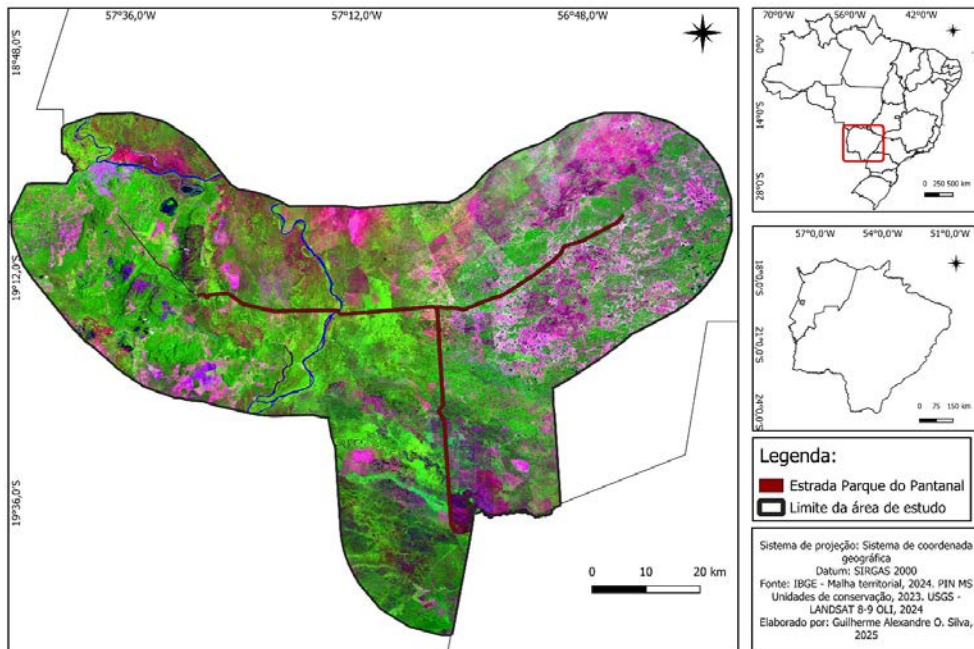
Ademais, como a pesca está presente na área de entorno como uma fonte de recursos importante, outros meios de utilização têm impactado o local, como a pesca predatória, que negligencia as cotas de captura, e o esgoto descartado de modo irregular, ao qual está presente em menor quantidade, devido que existem poucas áreas de moradia nos locais mais distantes da zona urbana (Resende, 2002).

Nesse modo, como o município de Corumbá – MS faz fronteira com a Bolívia, acaba sendo um território de transporte de mercadorias e, sobretudo, de interesse turístico como fonte de renda. Os turistas que visitam a Estrada Parque do Pantanal são, em grande parte, de origem estrangeira, possuindo o uso constante que vai além do ecoturismo, pois é utilizado também para o fluxo de bovinos (Machado; Braticevic, 2017).

Nessa perspectiva, a hipótese inicial deste trabalho consiste no retrocesso da conservação da área de entorno do local devido ao uso e cobertura da terra ter se intensificado pela ação antrópica, um dos fatores da diminuição dos recursos naturais, por isso torna-se necessário o estudo das ocupações ao redor da Estrada Parque Pantanal. Ademais, a justificativa dessa abordagem está ancorada na necessidade de estudar como as dinâmicas próximo de áreas turísticas ocorrem, garantindo a integração da geoconservação e a compreensão de possíveis problemas ambientais e socioeconômicos.

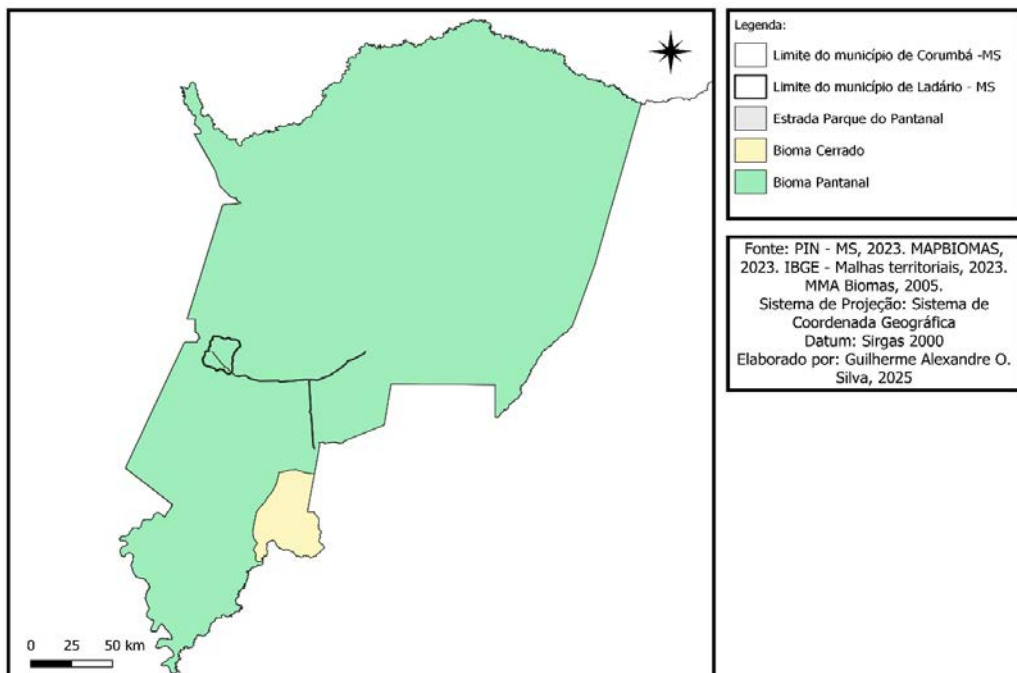
A Estrada Parque Pantanal está localizada na porção Centro-Oeste do Estado de Mato Grosso do Sul, em Corumbá, são 116 quilômetros de estrada de terra, além da zona de impacto, que foi abordada no raio de 20 quilômetros a partir da localização da estrada parque, de acordo com a figura 1. A figura 2 trata da distribuição do bioma Pantanal e Cerrado em Corumbá – MS:

Figura 1. Mapa de localização da área de estudo



Elaborado por: Autores, 2025.

Figura 2. Mapa de localização do bioma Pantanal e Cerrado em Corumbá - MS



Elaborado por: Autores, 2025.

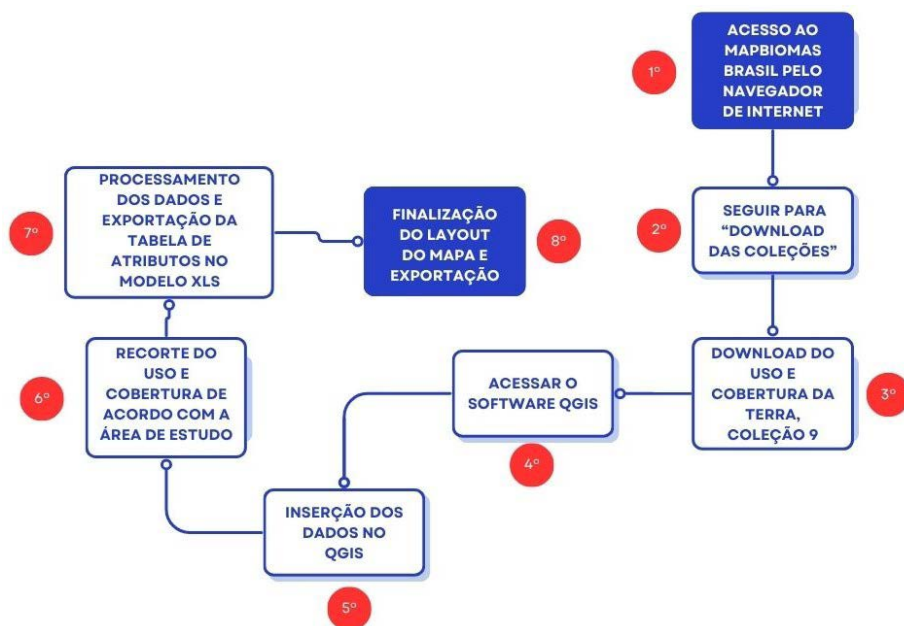
Metodologia

O método adotado nesta pesquisa parte do hipotético-dedutivo, pois partimos da hipótese inicial que a área de entorno da Estrada Parque possui um retrocesso na sua conservação devido ao uso e cobertura da terra. O trabalho consiste em técnicas quantitativas, referentes ao levantamento das porcentagens de uso e cobertura da terra por meio do MapBiomas Brasil (tabela 1 e 2) e dos desenvolvimentos dos mapas. A técnica qualitativa partiu com a utilização do dicionário dos conceitos das classes de uso e cobertura (tabela 3), e, principalmente análise de trabalhos acadêmicos científicos para sustentação teórica e compreensão das dinâmicas naturais e antrópicas.

Para a elaboração dos mapas de localização, uso e cobertura da terra e dos biomas, foi utilizado o software QGIS 3.34.11, que possibilita às organizações os dados secundários. Os dados foram coletados das malhas territoriais do IBGE, Ministério do Meio Ambiente (MMA biomas) e do Projeto MapBiomas Brasil - coleção 9.

O MapBiomas facilita o acesso aos dados espaciais, por base de imagens de satélite, contribuindo para o estudo da distribuição do uso e cobertura da terra. Para compreensão do processo da elaboração dos mapas de uso e cobertura da terra, de 1985 e 2023, o fluxograma (figura 3) demonstra a metodologia utilizada:

Figura 3. Fluxograma metodológico para o uso e cobertura da terra



Elaboração: Autores, 2025.

Nessa consoante, após a organização dos dados secundários e exportação da tabela de atributos no formato para apresentação de documentos em planilha (XLS), é possível verificar e quantificar os determinados tipos de classificação de uso e cobertura da terra e entre outros dados, caso necessário.

Para o estudo das ocupações, vegetações, redes de transporte, perda de solo, da biodiversidade, da população e entre outros é interessante a utilização dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) – sistemas computacionais – que implementa o geoprocessamento, o qual subsidiaram grande parte de técnicas metodológicas da pesquisa. Nessa análise, o Geoprocessamento utiliza ferramentas matemáticas e computacionais para a compreensão de arquivos de informações geográficas, auxiliando nos estudos de inúmeras áreas, possibilitando integrar dados de fontes diversas, facilitando a produção cartográfica (Câmara; Davis, 2001).

Resultados e discussão

O turismo ecológico

O turismo em Corumbá está inserido na pesca, sendo o maior atrativo de modo geral, no ecológico, o cultural de compras e eventos (Chaparro; Lamberti, 2018). Nisso, no caso da Estrada Parque Pantanal, como possui paisagens naturais extremamente satisfatórias, são adequadas para o turismo ecológico da área. As visitas, conforme o Passo do Lontra Parque Hotel [200-?] realiza, ocorre em um percurso de duas horas de duração, com guia turístico preparado para a função e veículo apropriado para as particularidades do local, segundo a figura 4:

Figura 4. Turismo coordenado pela agência Passo do Lontra Parque Hotel



Fonte: Passo do Lontra Parque Hotel [200-?].

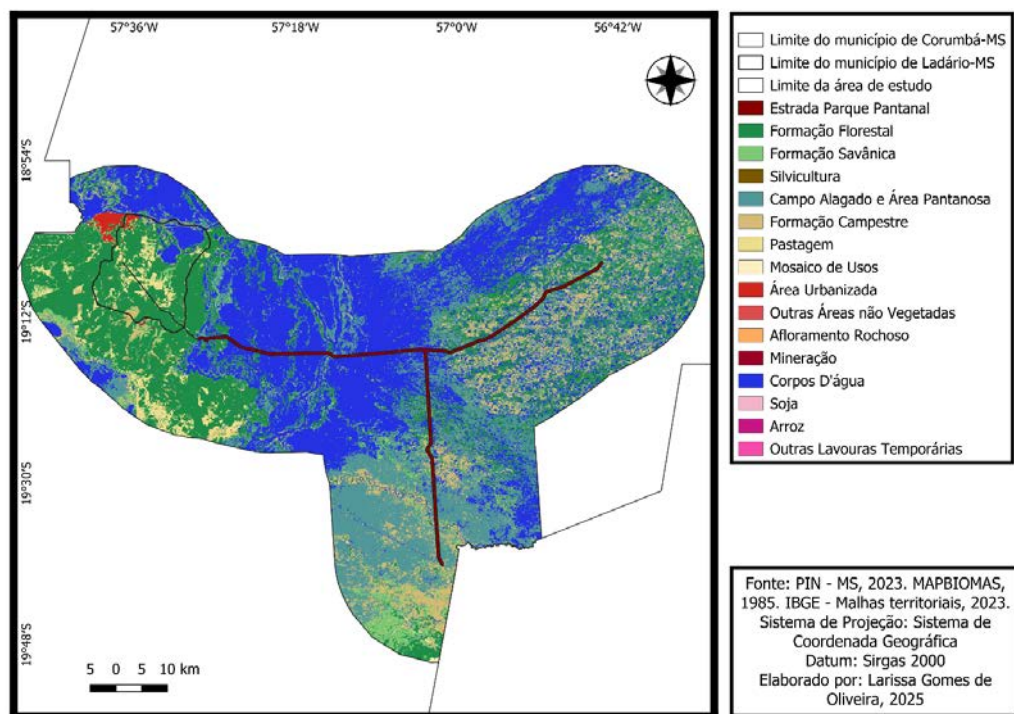
Disponível em: <https://link.ufms.br/ZXqMd>. Acesso em: 05 jul. 2025

É importante mencionar o turismo, pois, além de movimentar a economia, é coordenado de maneira sustentável, ou seja, garante que a natureza será respeitada, por conta que o transporte percorre sobre as vias destinadas para essa finalidade e os turistas não entram em contato direto com a fauna do local, sobretudo, por questões de segurança.

Uso e cobertura da terra no entorno da Estrada Parque Pantanal, 1985 e 2023

O estudo do uso e cobertura da terra é fundamental para as análises das paisagens, com uso de modelos matemáticos, utilizando dados de imagens orbitais, monitorando locais de acesso restrito ou com poucas informações (Martins; Galvani, 2020). Nessa perspectiva, em 1985 a ocupação da área de estudo era predominantemente por recursos hídricos, conforme a figura 5:

Figura 5. Uso e cobertura da terra na área de estudo, em 1985



Elaborado por: Autores, 2025.

Em 1985, é visível identificar que o local de estudo estava predominado por recursos hídricos, para isso a tabela 1 demonstra as porcentagens de cada exemplo de ocupação da terra:

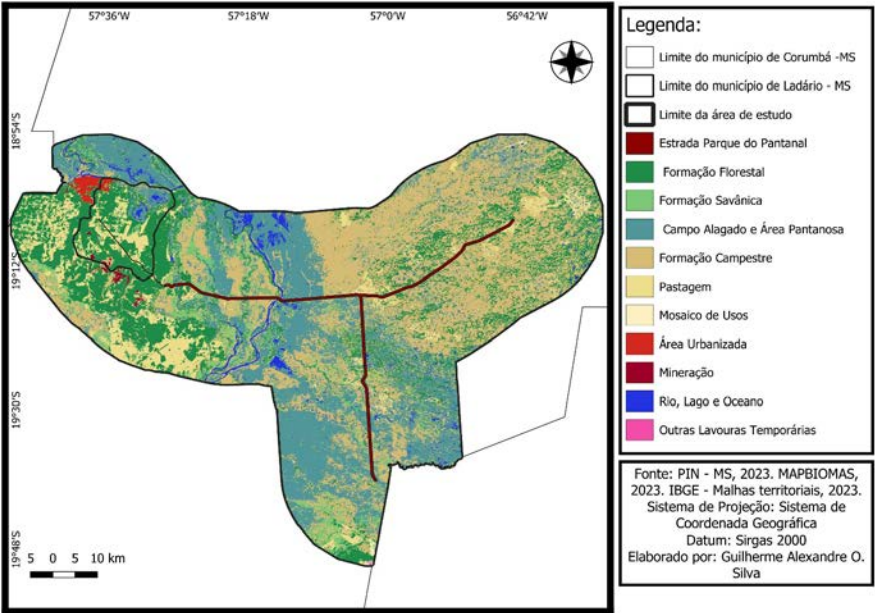
Tabela 1. Distribuição das classes de uso e cobertura da terra na área da Estrada Parque Pantanal e na sua possível área de entorno, em 1985

Classes	Hectares	Porcentagem de representação
Formação florestal	166.422,19	25,59%
Formação savânica	9.964,79	1,53%
Campo alagado e área pantanosa	162.358,03	24,97%%
Formação campestre	63.337,70	9,74%%
Pastagem	16.103,41	2,48%
Mosaico de usos	151,773	0,02%
Área Urbanizada	2.463,92	0,38%
Mineração	2.463,92	0,38%
Rio e lago	229.391,73	35,27%

Fonte: MapBiomias,1985. Organizado pelos autores, 2025.

Nessa consoante, o mapa de uso e cobertura de 2023 confirma que as dinâmicas da ação natural e antrópica mudaram as ocupações na área de estudo, consoante a figura 6:

Figura 6. Uso e cobertura da terra na área de estudo, em 2023



Elaborado por: Autores, 2025.

Nesse modo, os recursos de rio e lago diminuíram expressivamente, tendo suas áreas ocupadas pela formação campestre, com base na tabela 2:

Tabela 2. Distribuição das classes de uso e cobertura da terra na área da Estrada Parque Pantanal e na sua possível área de entorno, em 2023

Classes	Hectares	Porcentagem de representação
Formação florestal	139.029,75	20,50%
Formação savânica	43.777,34	6,46%
Campo alagado e área pantanosa	174.970,95	25,80%
Formação campestre	251.783,64	37,12%
Pastagem	50.332,19	7,42%
Mosaico de usos	352,971	0,05%
Área Urbanizada	3.014,39	0,44%
Mineração	1.278,09	0,19%
Rio e lago	13.666,63	2,02%
Outras lavouras temporárias	50,536	0,01%

Fonte: MapBiomias, 2023. Organizado pelos autores, 2025.

Assim, para maior compreensão dos dados quantitativos, a tabela 3 qualifica os dados de uso e cobertura da terra, tanto de 1985 e 2023:

Tabela 3. Distribuição das classes de uso e cobertura da terra na área da Estrada Parque Pantanal e na sua possível área de entorno, em 2023

Formação florestal	Árvores altas e robustas
Formação savânica	Espécie de árvores de pequeno porte
Campo alagado e área pantanosa	Predomínio de gramíneas sujeitas ao alagamento.
Formação campestre	Vegetação graminoide,
Pastagem	Áreas de pastagem plantadas, diretamente relacionadas à agropecuária
Mosaico de usos	Áreas de uso agropecuário, podendo ser pastagem ou agricultura
Área Urbanizada	Áreas com densidade populacional elevada
Mineração	Áreas de extração mineral.
Rio e lago	Rios, lagos, represas e reservatórios
Outras lavouras temporárias	Áreas com cultivos de curta ou longa duração

Fonte: MapBiomias Brasil, 2023. Organizado pelos autores, 2025.

Nessa perspectiva, a formação campestre foi a classe que mais aumentou em área absoluta, os recursos hídricos (Rio e Lago) reduziram drasticamente, dando a concluir que ocorreu uma perda real de área alagada, por secas severas, desmatamento e queimadas. Ademais, a formação florestal, campo alagado e mineração tiveram uma redução significativa.

Considerações finais

A Estrada Parque Pantanal é uma área de atrativo turístico ecológico, estando presente no bioma Pantanal, na sua zona de entorno a pesca é um importante meio econômico para a comunidade que utiliza como meio de subsistência, respeitando os limites estabelecidos. O método aplicado juntamente com as ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) contribuíram para corroborar com a hipótese do problema inicial da pesquisa, o qual menciona que as ações antrópicas colaboraram para as alterações das paisagens.

Assim, é necessário que a Estrada Parque Pantanal seja mais valorizada, no sentido de regulamentar as ações na zona de amortecimento, principalmente devido que os recursos hídricos principais, como o rio e lago, foram diminuídos com o passar das décadas, em um futuro próximo esse problema poderá acarretar em perda da fauna ou flora, caso não seja analisado. Por fim, é preciso que estudos voltados à geoconservação sejam promovidos, pois há necessidade da preservação da geodiversidade da Estrada Parque Pantanal.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC, Brasil, e com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

- BRANDÃO, M. L. S. M.; SILVA, F. das C. P.; FORTES, A. C. C.; ALENCAR, G. da S.; ROCHA, I. L.; IWATA, B. de F. O papel das zonas de amortecimento na efetividade da proteção ambiental da Floresta Nacional de Palmares, Piauí, Brasil. **Ciência Florestal**, [S. l.], v. 31, n. 4, p. 1789–1811, 2021. DOI: 10.5902/1980509848035. Disponível em: <https://link.ufms.br/LUdwR>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Mapas interativos. Disponível em: <https://link.ufms.br/eRm67>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu. Introdução. In: CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. **Introdução à ciência da geoinformação**. São Paulo: INPE, 2001. Disponível em: <https://link.ufms.br/wIF9L>. Acesso em: 05 jul 2025.
- CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. Conceitos básicos em ciência da geoinformação. In: CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. **Introdução à ciência da geoinformação**. São Paulo: INPE, 2001. Disponível em: <https://link.ufms.br/wIF9L>. Acesso em: 05 jul 2025.
- CHAPARRO, Jorceli de Barros; LAMBERTI, Eliana. O turismo em Corumbá/MS: a relação de sua dinâmica com o sistur. **Revista Iberoamericana de Turismo (Ritur)**, [S.L.], n. 8, p. 174-194, 2018. <http://dx.doi.org/10.2436/20.8070.01.107>. Disponível em: <https://link.ufms.br/gr16V>. Acesso em: 05 jul. 2025.
- IBGE. **Malhas territoriais**. Disponível em: <https://link.ufms.br/kAIVH>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- MATO GROSSO DO SUL. Decreto nº 7.122, de 17 de março de 1993. Considera EstradasParque trechos de rodovias estaduais da região do Pantanal e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, ed. nº 505, 17 mar. 1993. Disponível em: <https://link.ufms.br/yaP5O>. Acesso em: 6 jul. 2025.
- OLIVEIRA, Marcelo Silva de; BOURLEGAT, Cleonice Alexandre Le. Estrada-Parque Pantanal e comunidades locais na potencialização do turismo e do desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 12, n. 5, p. 702-717, jan. 2020. Disponível em: <https://link.ufms.br/OtPHq>. Acesso em: 03 jul. 2025.
- PASSO DO LONTRA PARQUE HOTEL. **Turismo coordenado pela agência Passo do Lontra Parque Hotel**. [S.l.], [200-?]. Disponível em: <https://link.ufms.br/ZXqMd>. Acesso em: 5 jul. 2025.
- PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. S.d. Disponível em: <https://link.ufms.br/t7JJQ>. Acesso em: 6 jul. 2025.
- QGIS DEVELOPMENT TEAM. **QGIS Geographic Information System**. S.d. Versão 3.36.3. Disponível em: <https://link.ufms.br/3QlX7>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- RESENDE, Emiko Kawakami de. Atividades antrópicas que afetam os recursos pesqueiros. In: MORAES, A. S. **Impactos da Pesca na Estrada Parque Pantanal**. Corumbá - MS: WWF, 2002. p. 101-102. Disponível em: <https://link.ufms.br/O87zR>. Acesso em: 03 jul. 2025.
- SILVA, João dos Santos Vila da; ABDON, Myrian de Moura. Delimitação do Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões. **Revista de Pesquisa Agropecuária Brasileira**, [s. l.], p. 1703-1711, 01 dez. 1988. Disponível em: <https://link.ufms.br/vYp3z>. Acesso em: 24 jun. 2025.

A RPPN BURACO DAS ARARAS ECOTURISMO E A CONSERVAÇÃO DO CERRADO NO MUNICÍPIO DE JARDIM-MS

THE BURACO DAS ARARAS ECOTOURISM PRIVATE NATURAL HERITAGE RESERVE AND THE CONSERVATION OF THE CERRADO BIOME IN THE MUNICIPALITY OF JARDIM-MS

LA RPPN BURACO DAS ARARAS ECOTURISMO Y CONSERVACIÓN DEL CERRADO EN LA CIUDAD JARDIM-MS

DOI 10.55028/geop.v20i39

Daiane Alencar da Silva*
Kamila Batista Ifran**

Resumo: O município de Jardim-MS, localizado na faixa de fronteira Brasil-Paraguai, tem cenários exuberantes de relevância turística. Objetivamos identificar o perfil dos turistas e visitantes que frequentam a RPPN Buraco das Araras Ecoturismo, analisando a relação com o local e seu conhecimento sobre a Unidade de Conservação. Como procedimentos metodológicos, após revisão bibliográfica, aplicamos questionário para mapear o perfil dos turistas, buscando entender a importância do Cerrado e se os turistas escolhem o atrativo por ser uma UC. Estando no trajeto da Rota Biocênica o turismo local poderá beneficiar a RPPN, referência em conservação do Cerrado, Dolina e das Araras-Vermelhas.

Palavras-chave: Fronteira, Rota Biocênica, Conservação, Cerrado.

Abstract: The municipality of Jardim in the State of Mato Grosso do Sul, and located on the Brazil-Paraguay border, presents exuberant landscapes of tourist relevance. The present

Introdução

O município de Jardim localiza-se na região sudoeste do estado de Mato Grosso do Sul, conforme a figura 1, na faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai estando a 89 km do município de Bela Vista, a 178 km de Ponta Porã e a 205 km de Porto Murtinho. Possui em sua localização geográfica paisagens de interesse relevante para a prática turística, cenários com formações geológicas e rios de águas cristalinas que atraem fluxos de turistas do Brasil e do mundo.

De acordo com a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF

* Geógrafa e Bacharel em Turismo-ênfase em ambientes naturais, Doutora, Docente na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS-Unidade Universitária de Jardim), <https://orcid.org/0000-0001-5506-5387>, e-mail daianealencar@uems.br.

** Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS-Unidade Universitária de Jardim), <https://orcid.org/0009-0003-6098-4873>, e-mail kamilabifran@gmail.com.

work aims to identify the profile of tourists and visitors who visit the sinkhole named Buraco das Araras Ecotourism Private Natural Heritage Reserve (Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN). By analyzing the tourist relationship with the site, and their knowledge about the protected area, we conducted a literature review, and as methodological procedures, applied a questionnaire which allowed us to map the tourist profiles. We sought to comprehend the relevance of the Cerrado to tourists, and whether they choose the attraction due to the fact that it is a protected area. Being located along the Bioceanic Route, local tourism may benefit the Reserve (RPPN), which is a benchmark in the conservation of the Cerrado biome, the sinkhole, and the scarlet macaws that occupy the area.

Keywords: Border, Bioceanic Route, Conservation, Cerrado.

Resumen: El municipio de Jardim-MS, ubicado en la frontera entre Brasil y Paraguay, cuenta con exuberantes paisajes de gran importancia turística. Nuestro objetivo es identificar el perfil de los turistas y visitantes que visitan la RPPN Buraco das Araras Ecoturismo, analizando su relación con el sitio y su conocimiento de la Unidad de Conservación. Metodológicamente, tras una revisión bibliográfica, aplicamos un cuestionario para perfilar a los turistas, buscando comprender la importancia del bioma Cerrado y si los turistas eligen la atracción por ser una Unidad de Conservación. Al estar ubicada en la Ruta Bioceánica, el turismo local podría beneficiar a la RPPN, un punto de referencia para la conservación del Cerrado, la Dolina y la guacamaya roja.

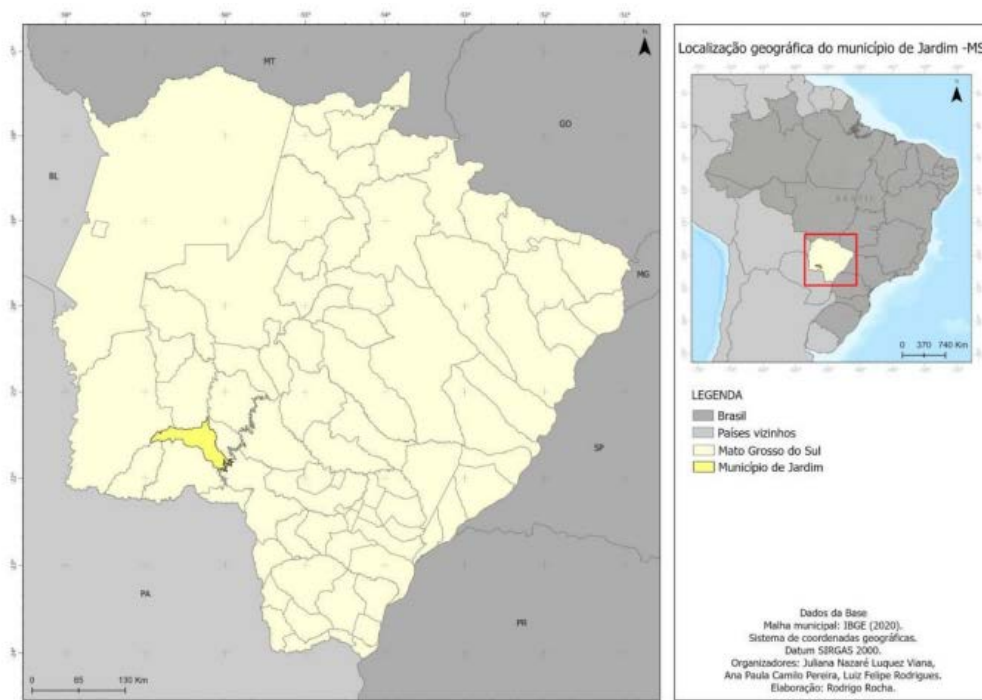
Palabras-clave: Frontera, Ruta Bioceánica, Conservación, Cerrado brasileño.



(Brasil, 2005), a Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 150 km de largura, por meio da Lei 6.634, de 2/5/1979, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, sendo que a largura da Faixa foi sendo modificada desde o Segundo Império, onde referenciava somente a 60 km, e por sucessivas Constituições Federais (Brasil, 1934; 1937; 1946) até a consolidação da versão a atual, que ratificou sua largura em 150 km.

Segundo o Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul – PDIF/MS (SEMACE-SEPROTUR, 2012, p. 8) a faixa de fronteira no Brasil “correspondente a 27% do território nacional, compreende 588 municípios, distribuídos em 11 Unidades da Federação, com aproximadamente dez milhões de habitantes nessa área”.

Recentemente o município tem ganhado maior destaque por estar entre as cidades pelas quais passarão a Rota Biocênica também chamada de Rota de Integração Latino-Americana, uma rodovia que atravessará quatro países Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, tendo como principal objetivo transportar cargas de grãos que são exportados para países como China e Japão.

Figura 1. Localização do município de Jardim-MS

Fonte: Luquez; Pereira; Rodrigues, 2021.

Apesar do principal objetivo da criação da rota ser o transporte de grãos, há grandes perspectivas sobre o seu impacto positivo no setor turístico.

Um novo roteiro possível de turismo latino americano está sendo potencializado com a criação do Corredor Bioceânico, como parte da Rota de Integração Latino-Americana, que ligará Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, com o objetivo principal de escoar a produção agrícola destes países para a Ásia, tornou-se uma nova possibilidade de desenvolvimento turístico da América Latina (Constantino *et al.*, 2019, p. 59).

Os turistas conseguirão se deslocar pelos países com maior rapidez e menor custo, possibilitando à região Centro Oeste do nosso país receber um maior número de visitantes, tendo destinos como o Pantanal e a região turística de Bonito, que incluem as cidades de Bodoquena e Jardim.

O município de Bonito é reconhecido mundialmente pelos passeios de ecoturismo, chegando a receber mais de 200 mil turistas anualmente (Observaturms, 2021), tem como principal atração o turismo de natureza e aventura, com flutuações e mergulhos em rios de águas cristalinas, passeios em cachoeiras, visitaçaõ em cavernas, grutas e dolinas.

O município de Jardim não apresenta expressiva demanda turística, como Bonito, mas conta com atrativos que estão inseridos nesse roteiro turístico, recebendo boa parte desses visitantes, como a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Buraco das Araras Ecoturismo, Recanto Ecológico Rio da Prata, Lagoa Misteriosa e Balneário Jardim Ecopark.

A Rota Biocênica passará pelo município de Jardim, possibilitando a cidade ter maior reconhecimento do seu setor turístico, já que a maior visibilidade turística da região está ligada diretamente ao município de Bonito.

Entre os atrativos que podem ser beneficiados, está a RPPN Buraco das Araras Ecoturismo, uma unidade de conservação particular que tem como passeio principal a contemplação da maior Dolina da América do Sul, sendo também um refúgio da espécie Arara-vermelha (*Ara chloropterus*), além de conservar o Bioma Cerrado, dentro da sua área protegida.

A área da fazenda Alegria pode ser considerada de extrema importância, abriga uma formação geológica única, belas aves de importância biológica, além do Bioma Cerrado, que mesmo com toda sua riqueza e biodiversidade é atualmente um dos biomas mais ameaçados e degradado do nosso país.

O objetivo dessa pesquisa foi identificar o perfil dos turistas e visitantes que frequentam a RPPN Buraco das Araras Ecoturismo. A seguir, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados para a atingir os objetivos propostos.

Metodologia

Como procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos a leitura de material sobre a temática em livros, artigos científicos, dissertações e teses. Além do uso de reportagens e matérias jornalísticas e do Plano de Manejo da RPPN. Houve aplicação de questionário e investigação do perfil dos turistas, que foi realizada em dias alternados, na segunda quinzena do mês de julho de 2024, devido ao alto fluxo de visitantes no atrativo, período considerado de alta temporada no turismo de Bonito e região devido às férias escolares.

Ao total foram aplicados 29 (vinte e nove) questionários com os turistas e visitantes no local, número considerado suficiente para entender as intenções dos que visitaram o atrativo e qual conhecimento prévio já possuíam sobre as áreas de conservação e atual situação de conservação do bioma Cerrado. Durante esse período os turistas foram escolhidos aleatoriamente e convidados a participar da pesquisa respondendo o questionário, sendo informados do que se tratava e qual o objetivo da pesquisa, tendo assim uma boa aceitação por parte dos mesmos.

O uso de questionários em estudos relacionados à visitação e à percepção ambiental é amplamente reconhecido como uma ferramenta metodológica essencial, oferecendo diversas vantagens práticas e científicas para a pesquisa. Segundo Gil (2008), os questionários são instrumentos de coleta de dados que permitem obter informações de maneira padronizada, garantindo que todos os participantes respondam às mesmas perguntas. Essa padronização contribui para a uniformidade dos dados, facilitando tanto a análise estatística quanto a comparação entre diferentes grupos ou variáveis, o que aumenta o rigor metodológico e a confiabilidade dos resultados.

Uma das principais vantagens dos questionários é sua eficiência para coletar dados de um grande número de participantes em um curto período de tempo, como destacado por Richardson (2017). Além disso, sua versatilidade permite a aplicação em diferentes formatos – presencial, *online* ou por dispositivos móveis – o que amplia o alcance da pesquisa e aumenta a representatividade dos dados. Essa flexibilidade é particularmente valiosa em estudos de percepção ambiental, que frequentemente abrangem amostras diversas e geograficamente dispersas.

Os questionários podem ser projetados para captar tanto dados quantitativos quanto qualitativos, dependendo dos objetivos do estudo. Dados quantitativos, como idade, frequência de visitação e origem geográfica, são úteis para análises estatísticas e modelagem, enquanto dados qualitativos, como percepções, opiniões e sentimentos, fornecem *insights* mais profundos sobre as experiências dos participantes.

Para essa pesquisa, foi elaborado um questionário composto por seis perguntas, com o objetivo de captar informações tanto objetivas quanto subjetivas sobre a interação dos participantes com o ambiente estudado. Essa abordagem permitiu explorar aspectos variados, como as sensações evocadas pela visitação e o nível de familiaridade dos participantes com o bioma Cerrado, contribuindo para uma análise abrangente e detalhada.

Os questionários foram aplicados a grupos de visitantes presentes no local, com o objetivo de avaliar três aspectos principais: a conscientização ambiental dos participantes, a influência da proteção ambiental na escolha do destino, e a percepção sobre a infraestrutura e a gestão do atrativo.

Fundamentação teórica

O bioma Cerrado, em particular, é um verdadeiro tesouro, desempenha um papel vital na preservação da riqueza natural do país, ocupando a área central do Brasil, faz divisa com quatro dos outros cinco biomas nacionais, é caracterizado

como a segunda maior formação vegetal do país, cobrindo aproximadamente 25% do território e é reconhecido como a savana mais rica em biodiversidade do mundo, eleito um *hotspot* de biodiversidade devido ao seu elevado grau de endemismo e ameaça (Brasil, 2007).

Atualmente esse bioma é fortemente impactado pela expansão agrícola, pecuária e pela exploração de seus recursos naturais, o que coloca em risco a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos que ele oferece, observamos um apelo midiático voltado para biomas como Floresta Amazônica e Pantanal, pois são mais visíveis e exuberantes do que Cerrado e Caatinga, para a maioria da população que desconhece a relevância e a necessidade de conservação de todos os biomas para um equilíbrio ambiental, uma vez que estão biologicamente, socialmente, economicamente, culturalmente atrelados.

As transformações que colocaram esse bioma em grande risco se devem à expansão agrícola e tecnológica ocorridas no Brasil a partir dos anos 70, “Durante muito tempo, o Cerrado era tido como sinônimo de pobreza em decorrência, principalmente, de sua invisibilidade perante aos interesses do capital” (Lelis; Avelino Júnior, 2014, p. 07), mas, com o poder estatal e apoio do capital privado nacional e internacional, realizou-se uma série de investimentos e um conjunto de medidas que colocaram o bioma Cerrado no circuito da economia internacional (Lelis; Avelino Júnior, 2014).

Canuto (2004) afirma, que o Cerrado é o bioma do território brasileiro mais ameaçado pela expansão do agronegócio e é qualificado como a savana mais rica do mundo no que se refere à biodiversidade. No entanto, apenas 2% de seu território está protegido na forma de Unidades de Conservação, demonstrando a vulnerabilidade do bioma Cerrado mediante o avanço do agronegócio (Lelis; Avelino Júnior, 2014).

A modernização da agricultura, caracterizada pela introdução de maquinário pesado, uso de agroquímicos e práticas de cultivo em larga escala, trouxe consigo uma série de custos ambientais, como desmatamento, perda de biodiversidade, degradação do solo e poluição das águas. Segundo dados do MapBiomas há um destaque para substituição de pastagens pelo cultivo de grãos nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, no geral as áreas do Bioma Cerrado estão sendo ocupadas pela agricultura de grande escala.

Entre 1985 e 2021, a área ocupada por lavouras de soja no Cerrado cresceu 1443%, ocupando quase 20 milhões de hectares, ou 10% do bioma, no ano passado. Nestes 37 anos, as atividades agrícolas expandiram-se 508%, passando de 4 milhões de hectares para quase 25 milhões de hectares no Cerrado. Desse total, 20 milhões são de soja. Nos últimos 10 anos, porém, essa cultura avançou sobretudo sobre áreas de vegetação nativa

nos estados do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Juntos, eles respondem por 80% da conversão direta de vegetação nativa para sojicultura entre 2011 e 2021. Outro estado que se destaca é Minas Gerais, onde as lavouras de soja saltaram de 14 mil hectares em 1985 para 2,4 milhões de hectares em 2021 (MapBiomias, 2021).

Dados do MapBiomias (2020) mostram que no Brasil a perda de vegetação nativa, acelerou entre os anos de 2018 e 2019. Entre os biomas brasileiros o Cerrado foi o que mais perdeu vegetação nativa em termos proporcionais, estimativas apontam que cerca de 21,3% de sua área tenha sido desmatada desde 1985. Ao analisarmos esses dados conseguimos entender a importância das atividades desenvolvidas em unidades de conservação, principalmente quando ligadas a conscientização da atual realidade do meio ambiente no país.

Igualmente importante é o envolvimento dos vários setores da sociedade, inclusive o setor produtivo. Por exemplo, a criação de instrumentos, como os mecanismos de compensação, atrairia o interesse do setor privado ao mesmo tempo em que beneficiaria a conservação do Cerrado (Klink; Machado, 2005, p.154).

No artigo citado os autores detalham os processos de degradação ambiental, como o desmatamento e a poluição das águas, e aponta para a necessidade urgente de estratégias de conservação mais eficazes como a importância da criação de unidades de conservação, tanto de proteção integral quanto de uso sustentável, ressalta também a necessidade de incentivo ao setor privado para criação de unidades de conservação.

O Bioma Cerrado é sinônimo de biodiversidade e de endemismo, é de extrema importância a manutenção e conservação desse bioma, as Unidades de Conservação de domínio particular podem auxiliar de forma positiva tanto na conservação dos ambientes como na conscientização por meio das informações repassadas aos turistas dentro de área como na RPPN Buraco das Araras.

Resultados e discussão

O histórico da RPPN Buraco das Araras remonta aos anos de 1912, quando o peão Antonio Amaro de Oliveira e mais alguns companheiros de campo faziam seu trabalho rotineiro de manejo de gado, e encontraram uma imensa dolina na Fazenda Costa Rica, no município de Jardim. Devido à presença de araras e outras aves sobrevoando o local, a dolina logo foi batizada de “Buraco das Araras” (Plano de Manejo RPPN Buraco das Araras – Jardim, MS – 2008, p. 11).

Em 1986 o senhor Modesto Sampaio compra parte da então Fazenda Costa Rica, rebatizando a nova área como Fazenda Alegria. Seu objetivo era apenas a exploração pecuária. A área do buraco foi cercada para evitar que o gado caísse

dentro, no entanto ainda haviam pessoas invadindo o local para atos de vandalismo (Plano de Manejo RPPN Buraco das Araras – Jardim, MS – 2008).

Estas histórias e a beleza do lugar atraíram muitas pessoas curiosas e as visitas ocorriam livremente, sem cuidados ou qualquer outro tipo de controle, e o Buraco das Araras foi alvo de diversas degradações, como práticas de tiro ao alvo nas rochas e nas araras, badernas e abandono de muito lixo no local, incluindo carcaças de carros roubados (Plano de Manejo RPPN Buraco das Araras – Jardim, MS – 2008, p.11).

A partir de 1996 os proprietários começaram a promover a recuperação da fauna e a flora, replantando mudas nativas e isolando áreas para se regenerar e reintroduziram um casal de araras-vermelhas com o objetivo de incentivar que outras retornassem a frequentar a dolina, no ano seguinte, em 1997, decidiram promover a limpeza da área com o apoio do Exército, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Corpo de Bombeiros da cidade de Jardim. Foram retirados 03 caminhões de lixo e entulho do interior do Buraco das Araras (Plano de Manejo RPPN Buraco das Araras – Jardim, MS – 2008).

Em 1998 o Buraco das Araras aparece no Globo Repórter, em matéria sobre as belezas naturais da região de Bonito, a curiosidade pelo lugar trouxe aos poucos diversos visitantes, e uma estrutura simples foi montada nas proximidades da dolina para receber os turistas, aumentando gradativamente (Plano de Manejo RPPN Buraco das Araras – Jardim, MS – 2008).

Atualmente a principal atividade desenvolvida na RPPN Buraco das Araras é a visita turística da Dolina e das Araras-Vermelhas que habitam no local. Há duas modalidades de passeio, a trilha contemplativa e a trilha para observação e fotografia de aves.

O passeio de trilha contemplativa se dá por meio de uma trilha de 970m que circula a Dolina, com dois mirantes para contemplação da paisagem, durante a visita, que dura em torno de uma hora e vinte minutos, um guia acompanha, conta a história da fazenda para os turistas e visitantes além de passar informações sobre a fauna e flora local, conservação ambiental e sobre a formação geológica presente, o passeio é acessível a todas as idades e é considerado de baixo nível de esforço.

O passeio de observação e fotografia de aves usa a mesma estrutura do passeio de trilha contemplativa, porém esse formato de visita tem como foco um público de turista específico, fotógrafos e observadores de aves, que visam um passeio mais privativo e com maior liberdade, durante o passeio eles escolhem entre ficar nos mirantes ou percorrendo as trilhas, podem optar pela visita de meio período (quatro horas) ou o dia todo (oito horas).

A observação de aves ou *birdwatcher* é uma atividade que consiste em observar aves no seu habitat natural, nessa prática os observadores criam uma lista das aves já registradas por eles, seja por meio do avistamento da espécie ou até mesmo registro auditivo do som da ave. Muitos amantes dessa prática viajam o mundo em busca de *lifers*, espécies ainda nunca registrada pelo observador em questão. O Brasil se torna alvo desse público devido a sua riqueza em biodiversidade e espécies endêmicas, ou seja, espécies nativas que só se encontram nesse local no mundo.

Mamede, Benites e Magnussen (2022, p. 226) destacam a biodiversidade do nosso país, do “ponto de vista geográfico, climático e biológico, o Brasil, de localização neotropical, reúne vários atributos que culminam na alta diversidade biológica observada, sendo considerado um dos países mais megadiversos do mundo”.

Além das atividades turísticas, a RPPN recebe pesquisadores e acadêmicos para desenvolvimento de pesquisa científica, o local também recebe frequentemente a visita de estudantes da rede de educação pública e privada, já que apresenta relevante interesse educacional, principalmente relacionado à área do ensino de Geografia, já que aborda principalmente temas com Formação Geológica, Meio Ambiente, Unidades de Conservação e o Bioma Cerrado.

RPPN Buraco das Araras Ecoturismo

A interesse do proprietário no ano de 2007, um total de 29,03 hectares da fazenda Alegria foi transformada em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). O decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006, dispõe sobre a criação das RPPN's:

Art. 1º A Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN é unidade de conservação de domínio privado, com o objetivo de conservar a diversidade biológica, gravada com perpetuidade, por intermédio de Termo de Compromisso averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis (Brasil, 2006).

Essa Unidade de Conservação – UC faz parte da categoria de uso sustentável, permitindo o desenvolvimento de algumas atividades desde que descrito no Plano de Manejo. Conforme cita Fonseca, Lamas e Kasecker (2010, p. 21) “O setor privado também vem assumindo papel cada vez mais importante, uma vez que em muitas regiões do país a maioria dos remanescentes de vegetação nativa encontra-se em propriedades particulares”.

As RPPN's são Unidades de Conservação do grupo de uso sustentável, que buscam conciliar exploração de recursos naturais e conservação ambiental. São áreas privadas que uma vez criadas tornam-se perpétuas e tem por objetivo a conservação da biodiversidade biológica, são consideradas importantes, pois são facilmente criadas e contribuem para a proteção dos biomas brasileiros (Brasil, 2024).

De acordo com Brasil (2024) a “visitação é permitida para fins turísticos, recreativos e educacionais, seguindo regulamentação específica. A posse é privada, e a pesquisa científica é permitida de acordo com as normas estabelecidas”.

As RPPN têm, cada vez mais, servido como um instrumento adicional para o fortalecimento do sistema de unidade de conservação existente, permitindo o aumento de áreas sob proteção legal; promovendo a proteção e o apoio a pesquisa sobre a biodiversidade de forma complementar à rede de áreas protegidas públicas; possibilitando o aumento da conectividade da paisagem natural; e a proteção de áreas chave ao longo dos biomas brasileiros (Pinto *et al.*, 2004, p. 2).

Há uma concordância entre diversos autores sobre a importância que as Unidades de Conservação exercem no equilíbrio do meio ambiente, como cita Fonseca, Lamas e Kasecker (2010, p. 21) a “criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN's) têm contribuído significativamente para a conservação da biodiversidade, complementando os esforços do poder público”

O nosso país enfrenta muitos desafios relacionados com a degradação do meio ambiente, temática abordada e discutida por diferentes atores e setores e, nessa perspectiva, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) contribuem com a inserção das áreas privadas na conservação ambiental, tornando-as importantes espaços de produção de educação ambiental, ensino, pesquisa e manutenção da biodiversidade, alinhando a conservação e a rentabilidade que essas áreas podem oferecer.

Devido às limitações do sistema público de unidades de conservação, tem aumentado a importância da participação do setor privado na estratégia de conservação *in situ* da biodiversidade brasileira, particularmente através da criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Uma RPPN é geralmente sistema de categorias ao mesmo tempo conciso e completo, capaz de fundamentar uma política de conservação mais uniforme e eficaz (Pinto *et al.*, 2004, p. 2).

Assim, a RPPN protege de forma perpétua a formação geológica do Buraco das Araras, encontrada na região devido ao seu relevo cárstico, sendo caracterizado como um processo natural que ocorre através da dissolução química das rochas, fator responsável por outras formações geológicas facilmente encontradas na região, como as cavernas, grutas e rios subterrâneos. Pivatto e Sampaio (2008) caracterizam:

(...) também podemos citar as dolinas (do esloveno, pequeno vale), depressão no solo característica de relevos cársticos, formada pela dissolução química de rochas calcárias abaixo da superfície, que posteriormente tem o teto removido por dissolução ou colapso. Esta feição exocárstica geralmente possui formato aproximadamente circular e seu diâmetro e profundidade podem variar de poucos a centenas de metros (Pivatto; Sampaio, 2008, p. 17).

O plano de manejo é um documento obrigatório dentro das unidades de conservação, ele propõe medidas específicas para a proteção de seus *habitats* naturais e a promoção de programas de recuperação de áreas degradadas, visando a regeneração das condições ecológicas da reserva.

Pivatto e Sampaio (2008) explicam que elaborar plano de manejo para orientar a gestão da reserva é um instrumento fundamental para a preservação ambiental da área, definindo estratégias e diretrizes para o uso sustentável e a conservação da biodiversidade local, além de propor ideias que incluam a comunidade local. A observação de aves inclui-se perfeitamente nessa proposta de conservação, educação ambiental e turismo.

Assim, sugere-se a inclusão de um roteiro específico para observação de aves, direcionado à educação ambiental e valorização destas espécies tanto pela comunidade local quanto para os visitantes, de forma a valorar sua diversidade. Este valor pode ser usado como ferramenta em ações de conservação não apenas local, mas também regional (Pivatto; Sampaio, 2008, p. 65).

O plano de manejo ainda detalha os principais aspectos da área, que inclui zonificação da reserva, atividades de monitoramento da fauna e flora, ações de manejo de espécies ameaçadas, além de atividades educativas e de sensibilização ambiental para a comunidade local.

A RPPN Buraco das Araras é reconhecida pela sua importância devido a formação geológica local, que abriga a espécie arara-vermelha-grande (*Ara-chloropteus*), que usa os paredões da dolina para se reproduzirem, e também por conservar o Bioma Cerrado presente na fazenda.

O perfil dos turistas e visitantes da RPPN Buraco das Araras Ecoturismo

Para alcançar os objetivos da pesquisa, além da revisão bibliográfica fez-se necessários compreender e analisar como os turistas e visitantes entendem o atrativo e se estão conscientes e sensibilizados da importância da RPPN Buraco das Araras Ecoturismo na conservação do Cerrado.

Para isso, aplicamos questionários a grupos de visitantes presentes no local, com o objetivo de avaliar três aspectos principais: a conscientização ambiental

dos participantes, a influência da proteção ambiental na escolha do destino, e a percepção sobre a infraestrutura e a gestão do atrativo.

Na primeira questão, que buscava identificar o número médio de pessoas que geralmente viajam juntas, os resultados apontaram para uma média de três adultos e uma criança por grupo. Essa configuração reflete uma preferência por viagens familiares. A predominância de grupos familiares, compostos por adultos e crianças, é uma característica marcante de destinos de ecoturismo que combinam experiências educativas e de lazer ao ar livre. Essa tendência pode ser estrategicamente aproveitada para desenvolver campanhas promocionais e educativas voltadas especificamente para esse perfil de público, reforçando o apelo ambiental e recreativo do local.

Já a segunda pergunta do questionário teve como objetivo identificar a cidade e o estado de origem dos visitantes, essa informação é fundamental para compreender o alcance geográfico do atrativo e para subsidiar estratégias de divulgação e planejamento que considerem a origem predominante dos turistas, os resultados apontaram para 4 visitantes oriundos de Brasília-DF, 3 de Campo Grande-MS, 1 de Florianópolis-SC, 5 de Presidente Prudente-SP, 4 do Rio de Janeiro-RJ e 12 de São Paulo-SP.

A terceira pergunta do questionário investigou se os visitantes tinham conhecimento de que o Buraco das Araras é uma Unidade de Conservação. A maior parte dos participantes respondeu afirmativamente, um total de 29 dos entrevistados, onde apenas 2 responderam “não”. Esse resultado pode ser atribuído à presença de sinalização clara e materiais educativos no local, que reforcem essa informação.

Além disso, os guias locais desempenham um papel fundamental ao fornecer explicações detalhadas sobre o *status* de conservação durante os passeios. Outro fator importante é o perfil dos visitantes: pessoas que frequentam áreas de conservação ambiental tendem a ter maior interesse e consciência sobre temas relacionados à conservação e preservação, o que aumenta sua probabilidade de reconhecer a importância do local.

Na quarta questão, que explorou se a condição de Unidade de Conservação influenciou a escolha pela visita, os participantes puderam escolher entre as opções SIM, NÃO e NÃO SEI RESPONDER. Mais da metade respondeu SIM, um total de 19 turistas, onde 8 responderam “não” e 2 responderam “não sei responder”, indicando que muitos turistas optam por visitar locais protegidos devido à associação desses espaços com a conservação e preservação ambiental e o ecoturismo de qualidade. Essa percepção reflete o crescente interesse por experiências em ambientes que promovam a sustentabilidade, considerando a proteção ambiental como um diferencial positivo na escolha do destino.

No que diz respeito à consciência sobre a degradação do bioma Cerrado, os resultados apresentaram uma variação significativa entre os participantes, dos 29 entrevistados, 8 deles responderam, “não sei responder” sobre atual situação do Bioma Cerrado e 21 responderam “sim”. Essa disparidade ressalta a necessidade de ampliar as ações educativas e de sensibilização sobre esse tema, não apenas no Buraco das Araras, mas também em outros locais de visitação, para promover maior entendimento sobre os desafios enfrentados por esse importante bioma, um dos mais destruído pela ocupação da agricultura e pecuária, tendo com fator importante para essa invisibilidade o fato discurso do agronegócio é muito forte em nosso país.

Entre os participantes do estudo, níveis semelhantes de escolaridade, acesso à informação e interesse por questões ambientais parecem ter desempenhado um papel relevante na uniformidade das respostas sobre a consciência da degradação do Cerrado. Nenhum participante respondeu “NÃO” quando questionado sobre esse tema, reforçando a ideia de que há um entendimento geral sobre os desafios enfrentados pelo bioma.

A última pergunta do questionário solicitou que os visitantes expressassem, em uma palavra, a sensação causada pelo atrativo Buraco das Araras. As respostas foram variadas, mas todas convergiram para uma experiência emocionalmente positiva e impactante. Entre as palavras mais mencionadas estavam: “Alegria” (4x), “Paz” (3x), “Maravilhoso” (3x), “Lindo” (3x), e “Admirável” (2x). Esses termos indicam que o local não apenas encanta os visitantes, mas também os sensibiliza quanto à importância da conservação ambiental.

As respostas refletem que o Buraco das Araras Ecoturismo pode ser considerada uma poderosa ferramenta de conscientização ambiental, as experiências em áreas naturais de conservação, podem despertar interesse dos visitantes pela conservação e sobre a preservação do meio ambiente em nosso país. Assim, o impacto emocional relatado pelos visitantes reforça a importância de preservar e promover atrativos como esse, que não apenas proporcionam lazer, mas também inspiram atitudes sustentáveis e fortalecem a conexão das pessoas com a natureza.

O Plano de Manejo da RPPN Buraco das Araras define estratégias detalhadas para garantir o uso sustentável da unidade, alinhando conservação ambiental e atividades de ecoturismo. A visitação ocorre sob a Licença de Operação SEMAC nº 193/2007, que regulamenta atividades e assegura conformidade com normas ambientais. A trilha principal, com 970 metros de extensão, conecta dois mirantes estrategicamente localizados, oferecendo vistas panorâmicas da dolina e atravessando áreas em recuperação do Cerrado.

Na infraestrutura, as trilhas são revestidas com cascalho e folhas para prevenir erosão e facilitar o deslocamento dos visitantes. Degraus de madeira foram instalados em trechos mais íngremes para garantir segurança e acessibilidade. O acesso é permitido apenas durante o dia, com acompanhamento de guias credenciados, e é restrito às trilhas designadas, minimizando impactos ambientais e promovendo uma experiência organizada e segura.

As zonas de visitação englobam o interior e as bordas da dolina. O acesso é limitado, sendo permitido apenas para atividades de pesquisa e fiscalização, garantindo a preservação das áreas mais sensíveis. Abrange as trilhas e mirantes, funcionando como o principal espaço destinado ao turismo e ao lazer, integrando conscientização ambiental e contemplação. Os dados do Plano de Manejo destacam o papel do Buraco das Araras como um importante destino de ecoturismo e ferramenta de conscientização ambiental.

O fortalecimento de estratégias educativas, como a divulgação da importância do bioma Cerrado e a ampliação das iniciativas de conservação, pode consolidar ainda mais o impacto positivo do atrativo. Além disso, a utilização do mapa de visitação e a adesão às diretrizes estabelecidas no Plano de Manejo são cruciais para garantir a sustentabilidade do turismo local. Essas ações equilibram lazer, educação e proteção ambiental, promovendo um modelo exemplar de uso sustentável para outras áreas protegidas.

Considerações finais

Na pesquisa analisamos a importância da conservação ambiental, com foco na inclusão das áreas privadas nesse processo. Observamos que o Cerrado, um bioma de grande biodiversidade está cada vez mais ameaçado e necessita de proteção para garantir sua continuidade.

As Reservas Particulares do Patrimônio Natural desempenham um papel fundamental nesse cenário, integrando as propriedades privadas à conservação ambiental e promovendo a educação ambiental aos seus visitantes. Essa abordagem permite a prática do turismo visando a sustentabilidade e conservação.

Verificamos que o Cerrado tem sido degradado há muitos anos, com a intensificação dessa destruição ao longo do tempo. Mesmo assim, muitos ainda desconhecem a riqueza biodiversa desse bioma, o que dificulta sua visibilidade e proteção.

Para preservar, é fundamental conhecer e a visitação a RPPN Buraco das Araras Ecoturismo oferece a oportunidade de vivenciar a realidade de uma área de conservação, além de conhecer o bioma Cerrado e ampliar a compreensão sobre

a natureza e o meio ambiente, o que representa um importante passo para a sua proteção e sensibilização dos que visitam o local. O Buraco das Araras Ecoturismo oferece uma gama de opções, sendo área de conservação e proteção ambiental, atrativo ecoturístico, espaço de práticas voltadas a educação ambiental e espaço de ensino e aprendizagem de Geografia e diversas outras áreas do conhecimento.

Essas experiências e vivências deveriam ser acessíveis a toda a população, pois contribuem para a qualidade de vida e para o sentimento de pertencimento ao local. No entanto, infelizmente, ainda são inacessíveis para grande parte da população, especialmente nas regiões locais. Em cidades pequenas, o acesso ao lazer ambiental é reduzido, e essa limitação se agrava nas grandes metrópoles.

Com o trajeto da Rota Bioceânica há possibilidades de ampliar a visitação do local e oportunizar o acesso a turistas e visitantes que estejam se deslocando pela região. Entendemos com isso que a Rota poderá beneficiar não apenas o deslocamento de produção mas também possibilitar o desenvolvimento local do turismo e a integração regional, fortalecendo os municípios de faixa de fronteira.

Referências

- BENITES, M.; MAMEDE, S.; VARGAS, I. A. Espaços para observação de aves em cidades inteligentes e sustentáveis: planejamento e gestão ambiental. **XI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**. IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais. Vitória/ES: 23 a 26/11/2020. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2020/VI-007.pdf> Acesso em: 09 dez. 2025.
- BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **Unidades de Conservação Federais - por categoria**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/unidades-de-conservacao>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, MIN, 2005.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: marcos conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- BRASIL. MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade do Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2007.
- CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 7, n. 5, jul./dez. 2004, p. 1-12. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1466/1442>. Acesso em: 09 dez. 2025.
- CONSTANTINO, M.; DORSA, A. C.; ARAGÃO, J. C. M. D.; MENDES, D. R. F. Fluxos turísticos entre os países do Corredor Bioceânico. **Interações**, Campo Grande, v. 20, p. 57-67, 2019.
- BRASIL. **Constituição 1937**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937.
- POLETTI, R. Coleção Constituições brasileiras. **Constituição Federal Brasil 1934**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, v. 3, 3. ed, 2012. 162 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1934.pdf Acesso em: 10 jun. 2025.

PORTO, W. C. Coleção Constituições brasileiras. **Constituição Federal Brasil 1937**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, v. 4, 3. ed., 2012. 120 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137571/Constituicoes_Brasileiras_v4_1937.pdf Acesso em: 10 jun. 2025.

BALEEIRO, A.; LIMA SOBRINHO, B. Coleção Constituições brasileiras. **Constituição Federal Brasil 1946**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, v. 5, 3. ed., 2012. 121 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139953/Constituicoes_Brasileiras_v5_1946.pdf Acesso em: 10 jun. 2025.

FONSECA, M.; LAMAS, I.; KASECKER, T. O papel das unidades de conservação. **Scientific American Brasil**, v. 39, p. 18-23, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, 2005.

LELIS, L. R. M.; AVELINO JÚNIOR, F. J. Os desdobramentos socioambientais da territorialização do capital no cerrado brasileiro. **Periódico Eletrônico X Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 10, n. 7, 2014, pp. 01-16.

LUQUEZ, J.; PEREIRA, A. P. C.; RODRIGUES, L. F. Dinâmicas territoriais e espaços fronteiriços: os dilemas local-global no município de Jardim (MS). **Sociedade e Território**, v. 33, n. 2, p. 212-232, 2021.

MAMEDE, S. B.; BENITES, M.; MAGNUSSEN, M. A observação de aves no Mato Grosso do Sul: interface com o ecoturismo e os destinos inteligentes e criativos. In: MAMEDE, S. B.; MARTINS, P. C. S. (Orgs.). **A multidimensionalidade do turismo no Mato Grosso do Sul**. Dourados: Editora UEMS, 2022. p. 225-265.

MAPBIOMAS. **Coleção 5 da série anual de mapas de cobertura e uso da terra do Brasil, período de 1985 a 2019**. São Paulo: MapBiomias, 2020. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/map/colecao-6/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MAPBIOMAS. **Coleção 6 da série anual de mapas de cobertura e uso da terra do Brasil, período de 1985 a 2020**. São Paulo: MapBiomias, 2021. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MAPBIOMAS. **Coleção 7 da série anual de mapas de cobertura e uso da terra do Brasil, período de 1985 a 2021**. São Paulo: MapBiomias, 2022. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

OBSERVATURMS. **Anuário estatístico do turismo de Bonito-MS: ano base 2021**. Bonito: Bonito Convention & Visitors Bureau, 2022. Disponível em: <http://www.otbonito.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2025.

PINTO, L. P.; PAGLIA, A.; PAESE, A.; FONSECA, M. **O papel das reservas privadas na conservação da biodiversidade**. RPPN: Conservação em Terras Privadas – Desafios para a Sustentabilidade. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004.

PIVATTO, M. A. C.; SAMPAIO, R. R. **Plano de manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Buraco das Araras – Jardim – MS**. Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural, 2008. 246 p. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/rppn-buraco-das-araras/arquivos/rppn_buraco_das_araras_pmplanodemanejo.pdf Acesso em: 07 jul. 2025.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2017.

SEMAC-SEPROTUR. **Plano de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira/MS**. Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, 2012.

ATLAS DAS CIDADES GÊMEAS DA FRONTEIRA DO BRASIL: FERRAMENTA DE APOIO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

ATLAS OF TWIN CITIES OF BRAZIL: A SUPPORT TOOL FOR PUBLIC POLICIES

DOI 10.55028/geop.v20i39

Letícia Gabriela Silva Amorim*
João Marcello Gomes Almeida**
Camilo Pereira Carneiro***

Resumo: No Brasil, a faixa de fronteira possui uma legislação própria e restrições de uso e propriedade do solo, sendo fundamental para a segurança nacional. Nela existem 33 cidades gêmeas, vinculadas a localidades de países vizinhos. Nesse sentido, o presente trabalho visa apresentar uma proposta de Atlas das cidades gêmeas que contempla os diferentes lados do limite terrestre. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pautada em análise bibliográfica, sob a ótica da Geografia Política. Como objetivo, busca-se apresentar a importância do referido Atlas para políticas públicas. Como resultado, esta obra suprirá uma carência de informações atualizadas e organizadas sobre as cidades gêmeas.

Palavras-chave: Cartografia temática, Faixa de fronteira, Integração regional.

Abstract: In Brazil, the border area has its own legislation and restrictions on land use and ownership, which is fundamental to national security. There are 33 twin cities in this area, linked to locations in neighboring countries. In that, this study aims to present a proposal for an Atlas that covers both sides of the border. This is a qualitative study based on a bibliographic analysis from the perspective of political geography. Its objective is

Introdução

A faixa de fronteira do Brasil é considerada pela legislação do país uma área indispensável à segurança nacional, além de fundamental para a defesa do território brasileiro. Estabelecida como a área de 150 km de largura paralela à linha internacional terrestre, possui extensão de 16.886 km, atravessa áreas de 11 estados e faz limite com 10 Estados nacionais. No que se refere à legislação, a faixa de fronteira do Brasil é gerida de acordo com três dispositivos legais principais, a saber: o § 2º do art. 20 da Constituição Federal de 1988; o Decreto nº 85.064, de 1980; e a Lei nº 6.634 de 1979.

Nesta porção do território nacional destacam-se 33 municípios (dos 122 lindeiros com países vizinhos) que são

* Discente do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7162-7706>. E-mail: leticiaamorim@discente.ufg.br.

** Discente do curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4613-6760> E-mail: joao.marcello@discente.ufg.br.

*** Professor adjunto do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: camilo.pereira@ufg.br.

to highlight the importance of this Atlas for public policy. As a result, this work fills a gap in updated and organized information on twin cities.

Keywords: Thematic cartography, Border strip, Regional integration.



classificados pelo governo federal como “cidades gêmeas”. Nelas são materializadas tanto as interações espaciais com as localidades fronteiriças dos países vizinhos como as políticas públicas destinadas à fronteira. Dessa forma, face a relevância dessas localidades para a gestão da faixa de fronteira, o presente trabalho traz a proposta de elaboração de um atlas das cidades gêmeas do Brasil, com dados atualizados e informações concernentes aos diferentes lados do limite internacional.

A escolha do atlas (conjunto de mapas) se justifica pelo fato da linguagem cartográfica possibilitar uma explicação didática dos fenômenos que se processam no espaço geográfico. Na Geografia, os mapas configuram um suporte instrumental para a delimitação de espaços (Silva, 2012). Por sua vez, no âmbito dos Estados nacionais, as disputas territoriais sempre envolveram a produção e utilização de mapas, que possuem uma importância geopolítica estratégica. Assim, a cartografia possui um papel essencial, tanto no campo da Geografia quanto no campo da Geopolítica, que é o de representar os dados geográficos de forma clara e acessível.

Com os atlas possuem potencial significativo para a compreensão do espaço geográfico, um atlas voltado às cidades gêmeas do Brasil fornecerá informações necessárias às políticas de desenvolvimento voltadas a uma porção historicamente esquecida do

território nacional. Isto, porque, apesar de ser estratégica para a integração sul-americana, abranger 588 municípios brasileiros (dos 5.565 que o Brasil possui) e abrigar cerca de 10 milhões de pessoas, a faixa de fronteira do Brasil, na maior parte de sua extensão, é uma região pouco desenvolvida economicamente, possuindo reduzido amparo estatal, sendo marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços sociais. A maioria dos municípios da faixa de fronteira é caracterizada pela inobservância de cidadania e pelas poucas oportunidades de emprego e renda disponíveis a seus habitantes (Brasil, 2009).

Outro fator que justifica a produção do referido atlas é a necessidade de atualização das informações sobre as cidades gêmeas e a faixa de fronteira. Os principais trabalhos técnicos direcionados à estas áreas do território brasileiro datam de mais de cinco anos, com destaque para as obras publicadas pelo Ministério da Justiça e pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

A elaboração do atlas das cidades gêmeas terá por base os trabalhos sobre a faixa de fronteira do Brasil produzidos nos últimos anos pelo Ministério da Justiça (quadro 1) e pelo Ipea (quadro 2).

Quadro 1. Trabalhos do Ministério da Justiça sobre a faixa de fronteira

	Título do trabalho	Ano
1	Política de pessoal dos profissionais de segurança pública que atuam na faixa de fronteira brasileira	2014
2	Segurança pública nas fronteiras, diagnóstico socioeconômico e demográfico: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)	2016
3	Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira: interfaces com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras	2016
4	Metodologias de funcionamento e estruturação de unidades especializadas de fronteira: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras	2016
5	Segurança Pública nas Fronteiras – Arco Norte	2016
6	Segurança Pública nas Fronteiras – Arco Central	2016
7	Segurança Pública nas Fronteiras – Arco Sul	2016

Fontes: Brasil 2014; 2016a; 2016b; 2016c; 2016d; 2016e; 2016f. Organizado pelos autores, 2025.

Quadro 2. Trabalhos do Ipea sobre a faixa de fronteira

	Título do trabalho	Ano
1	Mercosul e as regiões de fronteira	2017
2	Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública - vol. 1	2018
3	Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública. - vol. 2	2018

	Título do trabalho	Ano
4	Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte - vol. 3	2018
5	Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Central - vol. 4	2019
6	Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Sul - vol. 5	2020

Fontes: Ipea 2017; 2018a; 2018b; 2018c; 2019; 2020. Organizado pelos autores, 2025.

Para além do Ministério da Justiça e do Ipea, no Brasil, serão consultados sites oficiais como o IBGE e seus pares nos países vizinhos, para a obtenção de dados estatísticos oficiais (quadro 3), que serão utilizados nos textos e nos mapas do atlas das cidades gêmeas da fronteira do Brasil.

Quadro 3. Institutos de estatísticas oficiais: países limítrofes e Brasil

País	Instituto de estatística	Endereço eletrônico
Argentina	INDEC	https://www.indec.gob.ar
Bolívia	INE	https://www.ine.gob.bo
Brasil	IBGE	https://www.ibge.gov.br
Colômbia	DANE	https://www.dane.gov.co/
França (Guiana Francesa)	Insee	https://www.insee.fr/en/accueil
Guiana	Bureau of Statistics	https://statisticsguyana.gov.gy/
Paraguai	INE	https://www.ine.gov.py/
Peru	INEI	https://www.gob.pe/inei/
Suriname	Bureau voor de Statistiek	https://statistics-suriname.org/about-us/
Uruguai	INE	https://www.gub.uy/instituto-nacional-estadistica/
Venezuela	INE	https://ine.gob.ve/

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Em relação aos trabalhos elaborados em âmbito internacional, a proposta do presente atlas irá se inspirar em trabalhos técnicos e nas cartografias elaboradas pela *Mission Opérationnelle Transfrontalière* (MOT), um organismo criado pelo governo francês em 1997, que configura uma rede de atores em territórios fronteiriços (regiões, províncias, municípios, agrupamentos de autoridades locais, estruturas transfronteiriças, governos, empresas públicas, câmaras de comércio e indústria, federações, redes, agências de planejamento urbano, etc.). A MOT funciona como um interlocutor entre autoridades de diferentes escalas – local, regional, nacional e europeia –, mas também possui uma equipe técnica que desenvolve projetos vinculados aos territórios transfronteiriços, gerando dados que

respaldam políticas públicas, além de facilitar a criação de redes e fomentar a troca de experiências (MOT, 2025).

No Brasil, além do Ipea, do Ministério da Justiça e do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, o estudo das fronteiras é levado adiante por alguns institutos privados, mas sobretudo por grupos de pesquisa e laboratórios ligados a universidades públicas. Alguns desses possuem bancos de dados importantes, que serão consultados neste trabalho: o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), o LAFRONT (2025), o Grupo Retis (2025), o Mestrado em Estudos Fronteiriços da UFMS (PPGEFCPAN, 2021), o Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos da UFGD (PPGFDH, 2025), o PPG em Sociedade e Fronteiras da UFRR (PPGSOF, 2025), o POTEDES (2025) e o portal Unbral Fronteiras (2025).

Dessa forma, levando em conta o uso de diferentes bancos de dados relacionados às fronteiras, o projeto do atlas das cidades gêmeas prevê a atualização dos dados e a elaboração de novas pesquisas, visando ainda suprir uma lacuna identificada no que se refere ao diálogo entre as instituições e órgãos oficiais que possuem atribuições sobre a faixa de fronteira.

Nesse sentido, cabe ressaltar que no Brasil, apesar da importância histórica atribuída à fronteira por diferentes governos, não existe consenso sobre a regionalização e nem sobre as dimensões da faixa de fronteira dentro de diferentes órgãos e ministérios. Para se ter um exemplo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a faixa de fronteira abarca 16,7% do território nacional (1,4 milhão km²) (Brasil, 2020). Já o antigo Ministério da Integração Nacional estabeleceu no Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) que a faixa de fronteira abrangia 27% do território nacional. Por sua vez, o GSI, o Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa afirmaram, no Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), que a faixa de fronteira correspondia a 13,8% do território brasileiro (Brasil, 2016g). Esta situação evidencia a falta de diálogo entre os ministérios e órgãos do governo no que se refere à temática das fronteiras.

Para além de porcentagens conflitantes provenientes de diferentes órgãos do governo federal, existem mapas oficiais com informações equivocadas acerca dos nomes e da localização das cidades gêmeas¹. É o caso da Cartilha do PDFF, que

¹ A portaria nº 213, de 19 de julho de 2016, do antigo Ministério da Integração Nacional classifica como cidades gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho. Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes (Brasil, 2016).

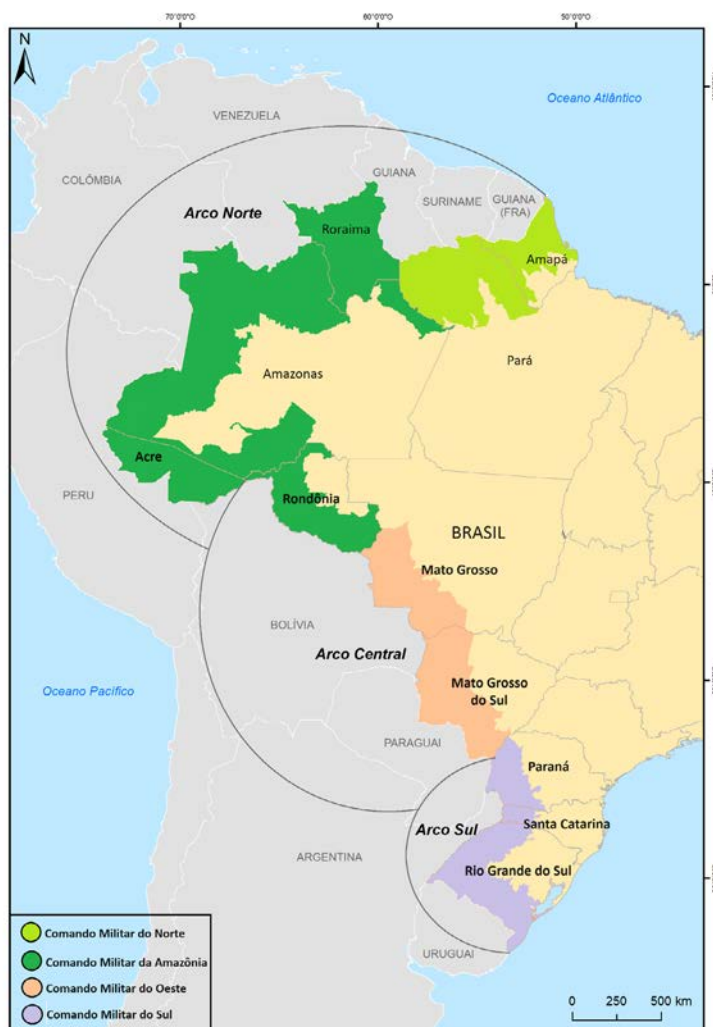
segundo Scherma (2016) foi a principal política pública já elaborada para a faixa de fronteira do Brasil. Não obstante, a página 29 do referido trabalho (Brasil, 2009) traz um mapa – que é um dos mais reproduzidos e difundidos no Brasil, tanto em trabalhos acadêmicos, como em estudos oficiais e documentos governamentais – com as cidades gêmeas do Brasil que está com mais de vinte erros, na maioria dos casos cidades com os nomes trocados ou errados (figura 1). Esta realidade representa um obstáculo aos estudiosos e pesquisadores dessas localidades.

Figura 1. Sublinhados em amarelo, erros no mapa da Cartilha do PDFF



Fonte: Brasil, 2009. Adaptado pelos autores, 2025.

No tocante à falta de interação e comunicação entre os diferentes órgãos oficiais, cabe destacar que o Ministério da Justiça e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional adotam uma regionalização na qual a faixa de fronteira é dividida em três arcos (Sul, Central e Norte), enquanto na regionalização do Exército Brasileiro a faixa de fronteira está dividida em quatro partes, referentes aos comandos militares do Sul, do Oeste, da Amazônia e do Norte (figura 2).

Figura 2. Áreas dos 4 comandos militares na faixa de fronteira e os 3 arcos

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Cada comando militar atua na faixa de fronteira em coordenação com diferentes agências governamentais e outros comandos militares, tendo como objetivos o combate a delitos transfronteiriços e crimes ambientais. Entre as operações levadas adiante pelos comandos militares na faixa de fronteira merece destaque a Operação Ágata, cuja primeira edição ocorreu em 2011, sendo desenvolvida em parceria com órgãos de segurança pública e fiscalização (Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e polícias estaduais). São realizadas ações de repressão e prevenção de crimes, além da capacitação de militares para a atuação na faixa de fronteira. Este tipo de operação impacta diretamente na realidade das cidades gêmeas da fronteira do Brasil.

No contexto da segurança pública, muitos dos desafios verificados nos últimos trinta anos são consequência da falta de políticas estatais sérias e contínuas, não se restringindo apenas às fronteiras, pois, nesse cenário, nota-se a superlotação dos presídios e grandes rebeliões geradas pelo controle do atacado e varejo da droga no Brasil, o crescimento vertiginoso das organizações criminosas e os alarmantes índices de homicídios em nosso país (IDESF, 2018).

Outros problemas atrelados à violência e à criminalidade na faixa de fronteira, que se materializam nas cidades gêmeas são o contrabando ou descaminho de mercadorias como cigarros e agrotóxicos, o tráfico de pessoas, o tráfico de animais e plantas (incluindo biopirataria), o tráfico de acervo cultural, a exploração sexual, o trabalho infantil, o mercado altamente informal e a baixa fiscalização tributária. Além disso, problemas como homicídios e roubos em algumas localidades fronteiriças – especialmente as cidades gêmeas – são influenciados fortemente pela dinâmica de mercados ilegais, como o narcotráfico internacional, que se utilizam das redes e fluxos que passam pelas fronteiras (IDESF, 2018).

A promessa de ganhos rápidos e elevados do contrabando e do tráfico torna as cidades gêmeas atrativas para o crime organizado. Essa realidade influencia os níveis de corrupção envolvendo autoridades, bem como os esquemas ilegais, como a troca de carros e outros produtos roubados no Brasil por drogas e a lavagem de dinheiro. Atividades criminosas desenvolvidas na fronteira permitiram a alguns doleiros instalados na fronteira a se aventurarem no mundo político, movimentando grandes quantias de maneira dificilmente rastreável (IDESF, 2018).

Os problemas econômicos que cada lado do limite internacional enfrenta estão ligados às dificuldades de se prover as estruturas administrativa, política e legal para organizar a cooperação transfronteiriça. Isso porque não existe uma forma lícita ou institucional comum para essa cooperação (Pinheiro, 2009). Este cenário reflete em outras áreas, como saúde, educação e trabalho. Um fator dificultador da situação é o fato da Constituição Federal de 1988 conferir grande parte da competência acerca dos temas de fronteira à União. Assim, as esferas locais e regionais possuem pouca margem de manobra para articular políticas de desenvolvimento locais e transfronteiriças. Não suficiente, existem outros entraves ao processo de integração, como as diferenças de legislação entre países vizinhos (Machado 2005).

Face ao cenário dos estudos de fronteiras no Brasil e aos obstáculos identificados na pesquisa preliminar do projeto, o atlas das cidades gêmeas da fronteira do Brasil terá uma cartografia relacionada com os problemas e necessidades existentes nas cidades gêmeas, abrangendo os dois lados do limite internacional, com dados provenientes dos órgãos oficiais dos países vizinhos. O que é um elemento, até certo ponto, inovador, tendo em vista que a maioria dos trabalhos realizados

por instituições oficiais brasileiras (Ipea, IBGE e ministérios, por exemplo) contempla apenas o lado brasileiro da fronteira.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar a proposta de um atlas (ou seja, de um conjunto de mapas) das 33 cidades gêmeas da fronteira do Brasil, que contemplem informações organizadas e atualizadas dos diferentes lados do limite internacional terrestre.

Fundamentação

Ao longo do tempo, a Geografia sempre se confundiu com os mapas. Na realidade, fazer Geografia era sinônimo de produzir mapas. Corroborando esta ideia, importa lembrar que no final do século XIX, antes da Geografia se confirmar como discurso cultural de cunho universal (Lacoste, 1976).

Figura 3. Mapa com localização correta das cidades gêmeas da fronteira do Brasil



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Um atlas geográfico é composto por diversos elementos que facilitam a interpretação dos mapas. A importância dos atlas geográficos reside na sua capacidade de sintetizar informações complexas de forma visual e acessível. Eles são ferramentas essenciais para estudantes, pesquisadores, planejadores urbanos e profissionais de diversas áreas que necessitam de uma compreensão clara do espaço geográfico. O atlas tem a capacidade de promover a conscientização sobre questões ambientais e sociais.

De acordo com Oliveira e Romão (2021), o autor de um mapa necessita definir o tema, bem como o recorte espacial, o tratamento de dados, assim como a seleção da escala e da projeção adequadas, precisando ainda montar uma legenda com informações corretas e precisas. Elementos levados em consideração na produção da cartografia deste trabalho.

A importância da produção do atlas proposto neste trabalho se atesta pelo fato de que existem mapas publicados em órgãos oficiais e em sites de ministérios e universidades públicas repletos de erros, chegando a apresentar as cidades gêmeas fora de lugar e até mesmo com os nomes errados. Esta proposta de construção do atlas das cidades gêmeas do Brasil levará em consideração a qualidade geográfica e cartográfica, com a utilização do *software* ArcGIS, o que pode ser comprovado no mapa da figura 3, elaborado pelos autores.

De acordo com Oliveira (1980), no que tange à terminologia, a cartografia é a arte de conceber, levantar, redigir e divulgar os mapas. No caso da cartografia temática - caso do atlas das cidades gêmeas aqui proposto -, esta está ligada ao planejamento, execução e impressão de mapas temáticos. Estes, por sua vez, são compostos por um fundo básico (topográfico, geográfico ou hidrográfico), de sínteses, pesquisas e estudos geográficos, bem como de outros temas.

É importante frisar que embora o ArcGIS seja um *software* pago, sua utilização é livre nos laboratórios de informática do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG), uma vez que a referida universidade paga por sua licença de uso. Cabe ressaltar também que os membros do grupo de estudos Limes: Geopolítica e Fronteiras², desde 2021, vêm se especializando na produção de mapas temáticos que têm sido publicados nos artigos científicos e capítulos de livros produzidos pelo grupo. Trabalhos que vêm sendo apresentados em eventos acadêmicos no Brasil e no exterior.

² Em 19 julho de 2025, o grupo Limes: Geopolítica e Fronteiras, que funciona, desde 2021, no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG), contava 24 membros. Além do coordenador, eram 19 estudantes em nível de graduação, nos cursos de Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Ciências Ambientais, além de 5 estudantes em nível de Mestrado acadêmico, nos cursos de Geografia e Relações Internacionais.

Na produção do atlas, os autores, todos eles membros do grupo Limes, prezam pelo respeito às convenções e normas cartográficas vigentes, que servirão de referência para os mapas elaborados, sendo priorizado o cuidado com a simbologia e as variáveis visuais. Bertin (1973) destaca os principais erros que fazem uma representação cartográfica perder seu valor; tais como a falta de resposta visual clara, as tonalidades errôneas que geram confusão visual e o excesso de simbologia figurativa, que impede a visualização efetiva do mesmo, no qual o referido autor fundamenta a construção da representação gráfica pelas sete variáveis visuais (posição, tamanho, forma, valor, textura, cor e orientação) de suma importância como instrumento para o cartógrafo.

Metodologias

No que se refere à metodologia, o presente trabalho expõe uma pesquisa qualitativa quanto à abordagem e de cunho exploratório no tocante aos objetivos. Em relação aos procedimentos, a pesquisa é pautada em análise bibliográfica e documental, enriquecida com dados quantitativos, provenientes de institutos de estatística do Brasil e dos países limítrofes, e também com cartografia temática produzida pelos autores com o uso do *software* ArcGIS.

Em relação à elaboração dos mapas, será adotada a linguagem cartográfica desenvolvida por Jacques Bertin (1973), que é regida por leis fisiológicas universais, com um sistema de signos gráficos, a partir dos princípios da representação gráfica e de sua semiologia. Busca-se com isso uma linguagem mais simples para a representação gráfica dos dados e, assim, evitar erros na confecção dos mapas.

As relações entre os dados que serão representados nos mapas do atlas proposto – similaridade/diversidade, ordem ou proporcionalidade – serão transcritas por meio de variáveis visuais (cor, forma, granulação, orientação, tamanho e valor), que representam as relações entre os dados, nos modos de manifestação em área, linha e ponto. Transcrição que será realizada por meio de legendas nos mapas, com a transformação da linguagem escrita para linguagem gráfica (Rosolém, 2017).

Resultados parciais

Em relação aos resultados parciais, é possível afirmar que, no Brasil, apesar de haver uma grande quantidade de pesquisas sobre a faixa de fronteira do país, existe uma carência de estudos que contemplem o outro lado do limite internacional no âmbito das cidades gêmeas. Fato comprovado nos trabalhos do Ipea e

do Ministério da Justiça. Esta situação corrobora a necessidade de elaboração do atlas em enfoque.

Apesar da existência de relevante produção científica voltada à faixa de fronteira do Brasil, elaborada por diferentes grupos de pesquisa, laboratórios, institutos oficiais e ministérios, a maior institucionalidade existente na União Europeia – em comparação com o Mercosul e a UNASUL – e a maior quantidade de iniciativas transfronteiriças naquele continente (Carneiro, 2016) proporcionaram o surgimento de instituições como a MOT. Esta última possui um volume de recursos elevado e uma grande equipe técnica que mantém uma produção contínua e atualizada periodicamente sobre as regiões de fronteira da Europa.

Não havendo experiência similar no Brasil, a base cartográfica da MOT servirá de inspiração para os mapas que serão produzidos e incorporados ao atlas das cidades gêmeas da fronteira do Brasil. A partir de uma adaptação do modelo francês da MOT, os mapas do atlas proposto neste texto trarão informações oficiais e atualizadas não apenas sobre as localidades brasileiras como também das localidades dos países vizinhos que compõem as conurbações (no caso de fronteira seca) ou conglomerados fronteiriços cortados por corpos d'água.

Nesse sentido, o grupo Limes, da UFG, conta com uma equipe com expertise na pesquisa de temáticas das fronteiras do Brasil, tendo levantado e organizado informações estatísticas e construído um banco de dados importante, com fontes oficiais do Brasil e do exterior, um passo significativo na produção do atlas.

No tocante à concretização do projeto, conversas iniciais de membros do grupo Limes e da editora do IDESF, no primeiro semestre de 2025, resultaram em uma parceria para a elaboração do atlas, cujo cronograma prevê um ano para a conclusão e lançamento, com o início dos trabalhos de cartografia e redação textual estando previsto para agosto de 2025.

Considerações finais

A existência de acordos de localidades fronteiriças vinculadas do Brasil com o Uruguai (promulgado em 2004), Paraguai (promulgado em 2023), Argentina (promulgado em 2016) e Bolívia (promulgado em 2009), do mesmo modo que o Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas do MERCOSUL, de 2019, foram criados com vistas a melhorar as condições de vida dos habitantes desses municípios. Muitos desses, no caso do Brasil, também são classificados como cidades gêmeas.

A possibilidade dos cidadãos dessas localidades poderem trabalhar e usar os serviços de educação e saúde no município vinculado, prevista nesses dispositivos legais, dá maior destaque às cidades gêmeas. A gestão pública desses novos

territórios ampliados pelos referidos acordos demanda um conjunto de informações que contemplem os dois lados do limite internacional. Nesse sentido, o atlas das cidades gêmeas do Brasil se mostra uma ferramenta útil a políticas públicas voltadas a tais localidades.

A proposta deste atlas levará em consideração as necessidades dos fronteiriços no que diz respeito aos aspectos econômicos, políticos e socioculturais das localidades em que residem e de seus respectivos pares localizados do outro lado da fronteira. O trabalho pretende trazer informações necessárias tanto para políticas públicas elaboradas por autoridades brasileiras de forma unilateral, quanto para projetos binacionais ou multilaterais em andamento ou em projeto, assim como às obras de integração viária, de integração energética e de telecomunicações.

Ao trazer reunidos e organizados dados estatísticos dos países limítrofes e proporcionar uma cartografia relacionada às cidades gêmeas da fronteira do Brasil com 9 países, este trabalho também poderá servir de apoio às políticas públicas adotadas pelos Estados nacionais fronteiriços, sendo, portanto, de interesse destes. Cabendo ainda, futuramente, a tradução da obra nos idiomas pertinentes.

Referências

BERTIN, J. **Sémiologie graphique**: les diagrammes, les réseaux, les cartes. 2. ed. Paris: Mouton; Gauthier-Villars, 1973.

BRASIL. **Cartilha do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDF)**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2009. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/component/content/article/121-secretaria-nacional-de-programas-urbanos/6114-cartilha-do-programa-de-desenvolvimento-da-faixa-de-fronteira-pdf>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. IBGE divulga relação dos municípios na faixa de fronteira. **Agência IBGE Notícias**, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28009-ibge-divulga-relacao-dos-municipios-na-faixa-de-fronteira>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. **Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira**: interfaces com o Plano Estratégico de Fronteiras e a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras. NEVES, Alex Jorge das; SILVA, José Camilo da; MONTEIRO, Lício Caetano do Rego (org.). Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016b.

BRASIL. **Metodologias de funcionamento e estruturação de unidades especializadas de fronteira**: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON). NEVES, Alex Jorge das; SILVA, José Camilo da; CAMPOS, Sérgio Flores de (org.). Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016c.

BRASIL. **Portaria n.º 213, de 19 de julho de 2016**. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2016h. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/marco-legal/portaria-no-213-de-19-de-julho-de-2016>. Acesso em: 19 jul. 2025.

BRASIL. **Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)**. Brasília, DF: Gabinete de Segurança Institucional, 2016g. Disponível em: <https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/seguranca-de-fronteiras/programa-de-protecao-integrada-de-fronteiras-ppif-1>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Política de pessoal dos profissionais de segurança pública que atuam na faixa de fronteira brasileira**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

BRASIL. **Segurança pública nas fronteiras**: diagnóstico socioeconômico e demográfico: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON). NEVES, Alex Jorge das *et al.* (orgs.). Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016a.

BRASIL. **Segurança pública nas fronteiras – Arco Central**. NEVES, Alex Jorge das (org.). Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016e.

BRASIL. **Segurança pública nas fronteiras – Arco Norte**. NEVES, Alex Jorge das (org.). Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016d.

BRASIL. **Segurança pública nas fronteiras – Arco Sul**. NEVES, Alex Jorge das (org.). Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016f.

CARNEIRO, Camilo Pereira. **Fronteiras irmãs**: transfronteirizações na Bacia do Prata. Porto Alegre: Ideograf, 2016.

GRUPO RETIS. **Produção**. 2025. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufjr.br/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 5, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5724?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2025.

IDESF. **Diagnóstico do desenvolvimento das cidades gêmeas do Brasil**: educação, saúde, economia e segurança pública: a análise dos números. Foz do Iguaçu: Editora IDESF, 2018.

IPEA. **Fronteiras do Brasil**: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública. v. 2. PÊGO, Bolívar (coord.). Rio de Janeiro: Ipea, 2018b.

IPEA. **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação de política pública. v. 1. PÊGO, Bolívar (coord.). Rio de Janeiro: Ipea, 2018a.

IPEA. **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação do Arco Norte. v. 3. PÊGO, Bolívar (coord.). Rio de Janeiro: Ipea; MDR, 2018c.

IPEA. **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação do Arco Central. v. 4. PÊGO, Bolívar (coord.). Rio de Janeiro: Ipea; MDR, 2019.

IPEA. **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação do Arco Sul. v. 5. PÊGO, Bolívar (coord.). Rio de Janeiro: Ipea; MDR, 2020.

IPEA. **O Mercosul e as regiões de fronteira**. PENHA, Bruna; DESIDERÁ NETO, Walter; FRACALOSS, Rodrigo (org.). Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

LACOSTE, Y. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Paris: Maspero, 1976.

LAFRONT. **Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Fronteiras, Estado e Relações Sociais**. Acervo de mapas. 2025. Disponível em: <https://www.gpfronteras.com/mapas>. Acesso em: 19 jul. 2025.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: MACHADO, L. O. **Continente em chamas**: globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MORAES, Matheus Henrique de. **Erros da cartografia temática**. 2022. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

MOT (Mission Opérationnelle Transfrontalière). Disponível em: <https://transfrontier.eu/members/mot-mission-operationnelle-transfrontaliere/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

OLIVEIRA, Cêurio de. **Dicionário cartográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

OLIVEIRA, Ivanilton José de; ROMÃO, Patrícia de Araújo. **Linguagem dos mapas**: cartografia ao alcance de todos. Goiânia: Editora UFG, 2021.

PINHEIRO, José Luís Palmeiro. Transborder cooperation and identities in Galicia and Northern Portugal. **Geopolitics**, v. 14, n. 1, p. 79–107, 2009.

POTEDDES. Grupo de Pesquisa Políticas Territoriais e Desenvolvimento. **Pesquisa e publicações**. 2025. Disponível em: <https://www2.unifap.br/potedes/pesquisa-e-publicacoes/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

PPGEFCPAN. Portal do Mestrado em Estudos Fronteiriços – Câmpus do Pantanal (UFMS). **Repositório de dissertações**. 2021. Disponível em: <https://ppgefcpan.ufms.br/repositorio-de-dissertacoes-2/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

PPGFDH. Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos (UFGD). **Dissertações defendidas**. 2025. Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-fronteiras/dissertacoes-defendidas>. Acesso em: 19 jul. 2025.

PPGSOF. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (UFRR). **Produção científica e tecnológica**. 2025. Disponível em: <https://ufrs.br/ppgsf/>. Acesso em: 19 jul. 2025.

ROSOLÉM, Nathalia Prado. Um breve histórico sobre os estudos da semiologia gráfica no Brasil. **Geografia**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 49–61, jan./jun. 2017.

SCHERMA, Márcio Augusto. Políticas de defesa e segurança para as fronteiras nos governos Lula e Dilma. **Boletim de Economia e Política Internacional** (BEPI), Brasília, n. 22, jan./abr. 2016.

SILVA, Christian Nunes da. O uso de atlas digitais no ensino de geografia e cartografia. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 16, n. 1, p. 118–123, jan./dez. 2012.

UNBRAL. **Portal Unbral Fronteiras**. 2025. Disponível em: https://www.ufrgs.br/unbralfronteiras/?page_id=50. Acesso em: 19 jul. 2025.

O SISFRON COMO PROJETO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA DEFESA DA FRONTEIRA OESTE

SISFRON AS A STRATEGIC PROJECT OF THE BRAZILIAN ARMY IN THE DEFENSE OF THE WESTERN BORDER

EL SISFRON COMO PROYECTO ESTRATÉGICO DEL EJÉRCITO BRASILEÑO EN LA DEFENSA DE LA FRONTERA OESTE

DOI 10.55028/geop.v20i39

Silvana do Valle Leone*
Elisa Pinheiro de Freitas**
Lia Andrea Barbato Tafarel***

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar a importância do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron – como elemento fundamental da defesa nacional e projeto estratégico do Exército Brasileiro. Analisa o papel do Sisfron à luz da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, destacando o monitoramento integrado e o uso de tecnologias na proteção do território. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, demonstra que a ausência de políticas territoriais favorece o avanço do crime transnacional e reforça a necessidade de presença estatal efetiva na faixa de fronteira.

Palavras-chave: Sisfron, defesa nacional, políticas e fronteira, Política Nacional de Defesa.

Introdução

As fronteiras brasileiras configuram espaços estratégicos onde se entrelaçam defesa nacional, desenvolvimento regional, segurança pública e integração transnacional. Tais dinâmicas tornam-se ainda mais complexas devido à baixa presença estatal, aos vazios demográficos, à sensibilidade ambiental e à intensa circulação de fluxos formais e ilícitos (Ipea, 2018).

* Doutoranda em Estudos Fronteiriços pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Oficial da reserva da Marinha do Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7864-871>. E-mail: silvana.leone@ufms.br. / silvanadovalleleone@hotmail.com.

** Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Docente do Departamento de Geografia (Degeo) da Universidade do Triângulo Mineiro (UFMT) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). ORCID: 0000-0001-7384-0156. E-mail: elisa.freitas@uftm.edu.br/elisa.freitas@ufms.br.

*** Doutoranda em Estudos Fronteiriços pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Oficial da reserva da Marinha do Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6665-2460>. E-mail: lia.tafarel@ufms.br.

Abstract: This article aims to present the importance of the Integrated Border Monitoring System (Sisfron) as a fundamental element of national defense and a strategic project of the Brazilian Army. It analyzes the role of Sisfron in light of the National Defense Policy and the National Defense Strategy, highlighting integrated monitoring and the use of technologies in territorial protection. The research, qualitative and bibliographic in nature, demonstrates that the absence of territorial policies favors the advancement of transnational crime and reinforces the need for an effective state presence in the border zone.

Keywords: Sisfron, national defense, policies and border, National Defense Policy.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar la importancia del Sistema Integrado de Monitoreo de Fronteras como elemento fundamental de la defensa nacional y como proyecto estratégico del Ejército Brasileño. Analiza el papel del Sisfron a la luz de la Política Nacional de Defensa y de la Estrategia Nacional de Defensa, destacando el monitoreo integrado y el uso de tecnologías en la protección del territorio. La investigación, de naturaleza cualitativa y bibliográfica, demuestra que la ausencia de políticas territoriales favorece el avance del crimen transnacional y refuerza la necesidad de una presencia estatal efectiva en la franja fronteriza.

Palabras clave: Sisfron, defensa nacional, políticas y frontera, Política Nacional de Defensa.

O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea –, demonstra que a atuação do Estado permanece fortemente ancorada em políticas de viés securitário, como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), a Operação Ágata e a Operação Sentinela, sem a devida articulação com políticas estruturantes de desenvolvimento territorial, o que resulta em respostas fragmentadas frente à complexidade dos problemas locais (Ipea, 2018).

Embora se registrem avanços na vigilância e no combate a ilícitos transfronteiriços, o mesmo estudo evidencia déficits persistentes de infraestrutura pública, fragilidade da fiscalização e elevada rotatividade de servidores em órgãos como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Ministério da Agricultura e Pecuária, ampliando a vulnerabilidade de cidades-gêmeas e municípios de fronteira às dinâmicas de tráfico de pessoas, armas e drogas, contrabando, garimpo ilegal e conflitos fundiários (Ipea, 2018).

Nesse contexto, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras emerge como resposta estratégica do Exército Brasileiro para fortalecer capacidades de vigilância, comando e controle ao longo de aproximadamente 16,9 mil quilômetros de fronteira terrestre (Brasil, 2008; Brasil, 2016a).

Informações oficiais indicam que, embora o programa tenha sido inicial-

mente planejado com orçamento em torno de R\$ 11,9 bilhões, apenas uma parcela desse montante foi efetivamente empenhada, em razão de restrições recorrentes nas Leis Orçamentárias Anuais, o que repercute diretamente no ritmo de implementação (Souza Júnior, 2020; Oliveira, Farias, 2024). Ainda assim, o Exército ressalta que o Sisfron conserva capacidade de absorver tecnologias emergentes – como Inteligência Artificial e big data analytics – e de interoperar com outros sistemas de defesa, evitando lacunas operacionais (Brasil, 2024).

Em paralelo, o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) tem buscado estruturar uma agenda de fronteira que integre segurança, desenvolvimento e cooperação. Instrumentos como a Política Nacional de Fronteiras (PNF), instituída pelo Decreto n.º 12.038/2024, o Programa Fronteira Integrada (PFI), os Núcleos Estaduais de Fronteira (NEF), os Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFF) e a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CDIF), criada pelo Decreto n.º 9.961/2019, procuram articular ações de infraestrutura, inovação, proteção social e sustentabilidade, em especial nos arcos Central e Norte (Brasil, 2019; Brasil, 2024; Brasil, 2025b).

A fronteira brasileira continua sendo tratada predominantemente sob uma lógica securitária, pouco conectada a políticas de desenvolvimento capazes de reduzir vulnerabilidades socioeconômicas e ampliar a presença qualificada do Estado (Ipea, 2018; Brasil, 2025b; Oliveira, Farias, 2024).

Discutir as fronteiras brasileiras, portanto, não constitui apenas um exercício teórico, mas uma necessidade urgente diante da histórica vulnerabilidade dessas regiões e de seu peso estratégico para o Estado e a sociedade. A defesa da soberania exige não só a incorporação de tecnologias militares avançadas, mas também políticas estruturantes de desenvolvimento, mecanismos de governança multinível, promoção da inclusão social e aprimoramento do planejamento territorial (Brasil, 2016b; PND, 2020).

Feita essas considerações iniciais, este artigo tem como objetivo mostrar a importância do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron – como elemento fundamental da defesa nacional e projeto estratégico do Exército Brasileiro.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e descritivo-exploratória, conforme orientações metodológicas de Gil (2019). Optou-se por essa abordagem em razão da complexidade do fenômeno

investigado a atuação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) como projeto estratégico do Exército Brasileiro, que demanda uma análise aprofundada de documentos oficiais, marcos normativos e referenciais teóricos relacionados à defesa nacional e à gestão das faixas de fronteira.

O estudo fundamentou-se na análise de fontes secundárias. Entre as fontes secundárias, foram consultados documentos emitidos pelo Ministério da Defesa, pelo Exército Brasileiro e por órgãos governamentais, tais como: Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END), relatórios institucionais e respostas oficiais provenientes dos Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) (Brasil, 2025a; 2025b). Ainda, foram utilizados artigos científicos, relatórios técnicos, livros especializados, dissertações e publicações de instituições de pesquisa, a exemplo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A técnica de análise documental foi empregada para sistematizar, interpretar e comparar informações presentes nos documentos.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender diretrizes e finalidades presentes nos marcos estratégicos da defesa nacional, bem como pelas contribuições políticas e institucionais que orientam a modernização das capacidades de monitoramento e controle do território fronteiriço. A pesquisa bibliográfica permitiu contextualizar a relevância do Sisfron como instrumento de fortalecimento da soberania e de enfrentamento ao crime transnacional.

Resultados e discussão

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) emerge como elemento estruturante para a segurança e a soberania nacionais, ao integrar defesa, tecnologia avançada e gestão territorial em uma mesma arquitetura operacional.

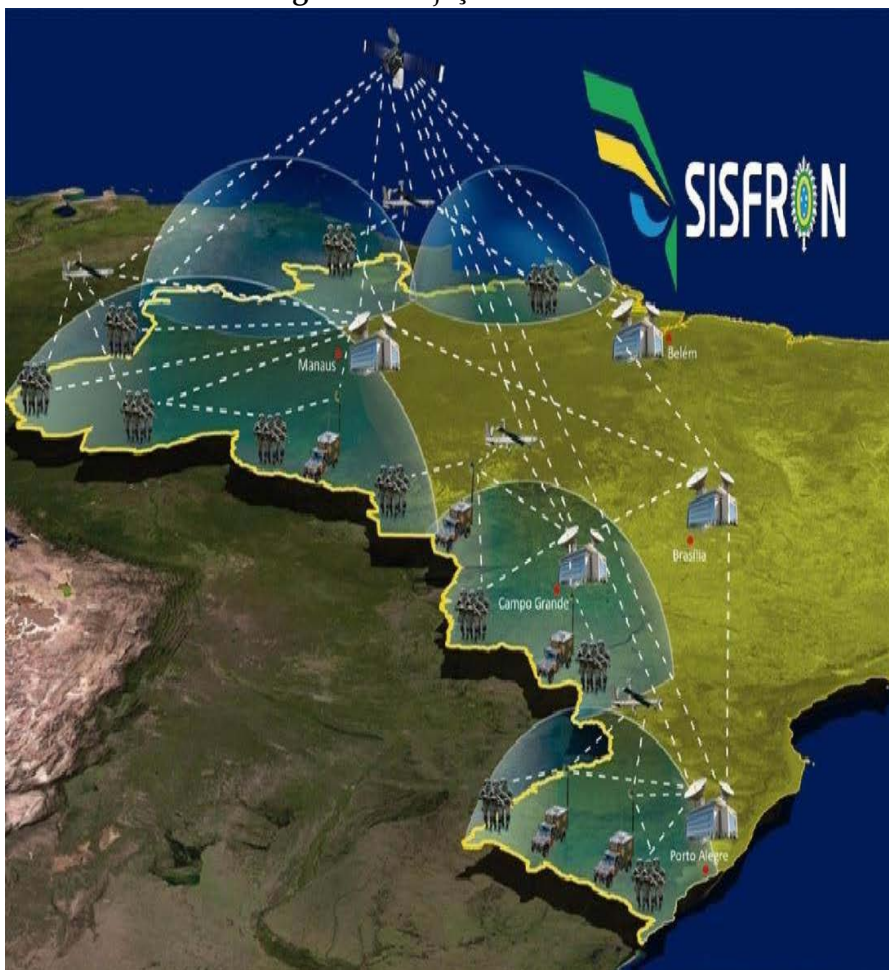
A importância do Sisfron torna-se ainda mais evidente diante da crescente sofisticação tecnológica do crime organizado, que tem ampliado sua capacidade de atuação transnacional mediante o uso de drones, sistemas de comunicação criptografados, plataformas de rastreamento, sensores comerciais adaptados para fins ilícitos e mecanismos financeiros cada vez mais sofisticados para lavagem de dinheiro e infiltração econômica em setores estratégicos (Leone, 2024; Brasil, 2024).

O marco jurídico reforça essa centralidade. O artigo 142 da Constituição Federal de 1988, a Lei Complementar n.º 97/1999 e o Decreto n.º 8.903/2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, atribuem às Forças Armadas responsabilidades diretas na defesa das fronteiras, condicionando sua efetividade ao emprego de instrumentos modernos, tecnológicos e interagências (Brasil, 1988, 1999, 2016a).

É nesse ponto que a literatura recente destaca o Sisfron como projeto estratégico de interesse nacional, e não apenas militar, em estreita consonância com a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, ao enfatizar modernização tecnológica, interoperabilidade, proteção territorial e fortalecimento da soberania em regiões sensíveis (Leone, 2024).

Assim, incluir o Sisfron e sua projeção (Figura 1) como objeto deste artigo é não apenas pertinente, mas necessário. Analisar sua concepção, governança, entregas, limitações e potencial permite compreender como o Estado brasileiro responde às pressões contemporâneas sobre suas fronteiras e de que maneira políticas estratégicas podem atuar na prevenção de ilícitos, na ampliação da presença estatal e na proteção da soberania nacional sob uma perspectiva integrada e crítica (Leone, 2024; Oliveira; Farias, 2024).

Figura 1. Projeção do Sisfron



Fonte: Brasil (2018).

As fronteiras brasileiras e a fragilidade das políticas de Estado

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2021), as políticas públicas voltadas à faixa de fronteira brasileira apresentam elevada complexidade institucional e persistem marcadas pela fragmentação, pela sobreposição de competências e pela insuficiente coordenação entre União, estados e municípios. Embora existam marcos normativos e iniciativas relevantes, como planos de desenvolvimento, programas setoriais e ações de segurança pública, a atualização do diagnóstico demonstra que a atuação estatal ainda é descontínua, vulnerável a mudanças de governo e dependente de esforços emergenciais, sobretudo de caráter securitário.

Essa fragilidade estrutural resulta em uma política de fronteiras que, apesar dos avanços pontuais em vigilância e cooperação internacional, permanece aquém das necessidades territoriais. O Ipea (2021) evidencia que falta planejamento de longo prazo, infraestrutura pública adequada, serviços estatais permanentes e integração entre órgãos civis e militares. Nos arcos Norte, Central e Sul, observam-se condições similares: insuficiência orçamentária, baixa capacidade institucional local, carência de dados sistematizados e forte dependência das ações federais, fatores que perpetuam assimetrias regionais e limitam o desenvolvimento.

Nesse contexto, emerge com clareza a relação direta entre ausência de políticas territoriais e avanço das redes ilícitas. Quando o Estado não consolida mecanismos de governança capazes de estruturar seu papel nas faixas de fronteira, abre-se espaço para que o crime transnacional e organizações criminosas se apropriem progressivamente de setores formais da economia. Essa apropriação ocorre por meio da infiltração em atividades, como ramos de logística, transporte e comércio, que são facilmente instrumentalizadas para lavagem de capitais, circulação de mercadorias ilegais e ampliação do poder econômico dessas organizações.

A precariedade da presença estatal, descrita pelo Ipea (2021) como uma marca persistente da faixa de fronteira, favorece o surgimento de dinâmicas paralelas, em que grupos criminosos passam a exercer controle territorial, influenciar mercados e, em alguns casos, substituir funções do poder público. Esse fenômeno se intensifica em cidades-gêmeas e corredores logísticos sensíveis, onde a fiscalização é insuficiente e a atuação institucional é intermitente. Gradualmente, redes ilícitas se consolidam como atores econômicos relevantes, distorcendo mercados formais e corroendo a legitimidade das instituições estatais.

A conexão entre esses elementos demonstra que a fronteira brasileira não pode ser compreendida apenas como eixo de vigilância, mas como território que exige políticas públicas contínuas, integradas e orientadas ao desenvolvimento.

Sem esse arcabouço territorial consistente, o Estado perde capacidade de dissuasão, prevenção e controle, permitindo que organizações criminosas ampliem sua capilaridade e se fortaleçam justamente onde a soberania nacional deveria ser mais afirmada.

É justamente diante dessas fragilidades estruturais que o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) se torna essencial para recompor a presença do Estado, fortalecer o controle territorial e conter a apropriação econômica promovida pelo crime organizado nas regiões fronteiriças.

Trajetória das políticas de fronteira e emergência do Sisfron

A evolução das políticas públicas para as áreas de fronteira no Brasil revela um processo gradual de institucionalização, no qual defesa nacional, segurança pública e desenvolvimento territorial passaram a ser tratados de forma mais integrada (Amorim, 2016; Ipea, 2018). Iniciativas como o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) constituem marcos de uma agenda que reconhece as fronteiras como espaços de vulnerabilidade, mas também de oportunidade para a integração regional e o desenvolvimento sustentável (Brasil, 2016b; Brasil, 2019; Brasil, 2025b).

É nesse contexto que o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras se consolida como instrumento estratégico de defesa. Formalizado pelo Decreto n.º 6.703/2008, no bojo da Estratégia Nacional de Defesa (END), e amparado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei Complementar n.º 97/1999 e pelo Decreto n.º 8.903/2016, o Sisfron passa a integrar o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras com a finalidade de ampliar a presença do Estado na faixa de fronteira e fortalecer a soberania nacional (Brasil, 1988; Brasil, 1999; Brasil, 2008; Brasil, 2016a).

Sua concepção se ancora nas diretrizes da END, priorizando capacidades como monitoramento, comando e controle, mobilidade e presença estratégica (Brasil, 2016b). O Sistema é estruturado como plataforma tecnológica integrada de sensoriamento e apoio à decisão, destinada a subsidiar o emprego operacional nas fronteiras terrestres, ao mesmo tempo em que estimula a Base Industrial de Defesa por meio do desenvolvimento de tecnologias nacionais (Oliveira, Farias, 2024; Leone, 2024).

Ao integrar órgãos militares e civis, Forças Armadas, Polícia Federal, Receita Federal, órgãos de fiscalização sanitária e ambiental, polícias estaduais, entre ou-

tros, o Sisfron busca superar a fragmentação histórica das políticas para a faixa de fronteira, favorecendo ações conjuntas no enfrentamento a ilícitos transnacionais e na consolidação da presença estatal em áreas remotas (TCU, 2016; Ipea, 2018; Brasil, 2025b).

Implantação, estrutura e governança do Sisfron

A predominância do conhecimento militar sobre o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras decorre de sua natureza estratégica e da sensibilidade das informações envolvidas. Por se tratar de um sistema de defesa, com componentes operacionais classificados, o acesso a detalhes técnicos é restrito a profissionais com credenciais específicas (Leone, 2024). Além disso, os militares diretamente engajados na operação passam por capacitações especializadas, o que lhes confere domínio prático sobre equipamentos, protocolos e doutrinas de emprego (Brasil, 2014, 2024).

A implantação do projeto-piloto representou o primeiro passo estruturante para modernizar a vigilância terrestre brasileira. Embora inicialmente pensado para a região amazônica, o projeto foi realocado para o Comando Militar do Oeste, em razão da intensidade dos fluxos ilícitos na fronteira com Paraguai e Bolívia (Brasil, 2010; Vasconcelos Filho, 2014).

A 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Dourados-MS (Figura 2), foi selecionada pela posição estratégica, capacidade operacional, infraestrutura disponível e alta incidência de tráfico transnacional (Cravo, 2022; Leone, 2024). Cabe às unidades subordinadas instalarem e operarem os meios de sensoriamento, articularem-se com órgãos civis de segurança e garantirem pronta resposta a incidentes e ameaças na faixa de fronteira (Brasil, 2023).

Figura 2. Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Dourados-MS



Fonte: acervo das próprias autoras (2019).

A governança do programa foi centralizada no Escritório de Projetos do Exército, responsável por coordenar planejamento, integração institucional e execução tecnológica, assegurando coerência entre cronogramas, contratos e entregas (Brasil, 2014; Serpa, 2020).

A estrutura do Sistema foi organizada em subsistemas funcionais que operam de forma integrada: Subsistema de Sensoriamento; Subsistema de Apoio à Decisão; Subsistema de Tecnologia da Informação e Comunicações; Subsistema de Segurança da Informação e Comunicações; Subsistema de Simulação e Treinamento; e Subsistema de Logística (Serpa, 2020; Leone, 2024).

Figura 3. Radar M.20 Terrestre

Fonte: Serpa (2020).

Entre 2010 e 2023, o Sisfron avançou por meio de entregas estruturantes: elaboração do projeto básico, contratação do consórcio integrador, criação do 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica, implantação de centros de comando e controle e execução de dezenas de obras de infraestrutura na faixa de fronteira (Moreira, 2023). Somam-se a isso a aquisição de sistemas de comunicação tática, sensores, radares (Figura 3), viaturas operacionais (Figura 5), embarcações especializadas, módulos logísticos e equipamentos de visão noturna, bem como a conclusão do projeto-piloto em Mato Grosso do Sul (Figura 4) e a expansão para outras brigadas nos Comandos Militar do Oeste, da Amazônia e do Sul (Brasil, 2024; Moreira, 2023; Leone, 2024).

Figura 4. Centro de Operações – Cidade de Dourados-MS



Fonte: acervo das próprias autoras (2019).

Figura 5. Centro de Controle Móvel



Fonte: acervo das próprias autoras (2019).

Controle externo, orçamento e planos plurianuais

Desde a implantação, o Sisfron tem sido marcado por sucessivos cortes e contingenciamentos orçamentários, o que reconfigurou metas e prazos originalmente estabelecidos (TCU, 2016; Souza Júnior, 2020). Auditoria operacional do Tribunal de Contas da União, realizada em 2016, já indicava forte descompasso entre as receitas previstas e as efetivamente executadas, identificando riscos elevados na gestão de recursos humanos e, sobretudo, no Sistema de Apoio à Decisão – núcleo tecnológico do projeto (TCU, 2016).

Entre as recomendações, destacaram-se o fortalecimento da governança, a elaboração de plano de gestão de riscos, a priorização do núcleo tecnológico, a redução da rotatividade de pessoal crítico e a realização de estudos de viabilidade de transferência de tecnologia (TCU, 2016).

Os planos plurianuais constituem referência privilegiada para compreender essa dinâmica, por expressarem a intencionalidade do governo na priorização de políticas e programas de médio prazo (Amorim, 2016).

Ao longo dos ciclos 2012-2015, 2016-2019 e 2020-2023, o Sisfron foi alçado à condição de programa prioritário, com metas ambiciosas de implantação (Oliveira; Farias, 2024). Contudo, a baixa execução orçamentária estimada em pouco mais de um quinto do valor originalmente previsto até 2022 evidenciou um descompasso entre planejamento e capacidade de execução, com impacto direto sobre cronogramas, expansão geográfica e consolidação tecnológica (Souza Júnior, 2020; Oliveira; Farias, 2024).

Embora o planejamento governamental reconheça a importância estratégica das fronteiras, a continuidade do Sisfron depende de maior estabilidade fiscal, engajamento político e mecanismos permanentes de financiamento, como fundos constitucionais apoiados em receitas tributárias e *royalties* capazes de assegurar previsibilidade aos investimentos em defesa e à Base Industrial de Defesa (Oliveira; Farias, 2024). Propostas recentes apontam para a criação de um Fundo Constitucional de Financiamento da Defesa, voltado a sustentar programas estratégicos de longo prazo (Oliveira; Farias, 2024; PND, 2020).

Avaliação estratégica: forças, fragilidades, oportunidades e riscos do Sisfron

A avaliação estratégica do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras permite identificar um conjunto de pontos fortes que consolidam sua relevância para o Estado brasileiro. Entre eles, sobressaem o fortalecimento da presença estatal em áreas sensíveis, a integração entre órgãos militares e civis, o impulso à

Base Industrial de Defesa com desenvolvimento de sensores, radares e sistemas de comando nacionais, a ampliação da capacidade de vigilância e de combate a crimes transnacionais e os benefícios ambientais e sociais decorrentes da maior capacidade de controle territorial (Balestrim, 2022; Leone, 2024).

Ao mesmo tempo, o programa apresenta pontos fracos relevantes: dependência de decisões parlamentares e de ciclos econômicos para a manutenção de recursos, irregularidade na execução orçamentária, desafios na transferência de tecnologia e na redução da dependência de fornecedores estrangeiros, necessidade permanente de capacitação de pessoal e dificuldades para difundir, de forma homogênea, os benefícios do sistema ao longo de mais de 16 mil quilômetros de fronteira (TCU, 2016; Balestrim, 2022; Oliveira; Farias, 2024; Leone, 2024).

As oportunidades associadas ao Sisfron incluem a possibilidade de consolidar o Brasil como referência regional em vigilância e defesa de fronteiras, aprofundar parcerias com universidades e centros de pesquisa em tecnologias de uso dual, estimular o desenvolvimento socioeconômico em regiões fronteiriças por meio da expansão da infraestrutura e da inovação e ampliar a cooperação com países vizinhos em ações de segurança, proteção ambiental e desenvolvimento integrado (Balestrim, 2022; Brasil, 2025b).

Por fim, o sistema enfrenta ameaças estruturais vinculadas à instabilidade política, às oscilações no financiamento público, à sofisticação crescente de organizações criminosas e às pressões internacionais relacionadas à gestão ambiental, particularmente na Amazônia (Ipea, 2018; Balestrim, 2022). Acrescentam-se a isso os desafios logísticos e operacionais de expandir o programa a áreas remotas, em biomas complexos como Amazônia e Pantanal, sob risco de comprometer sua eficácia se não houver investimentos contínuos em modernização tecnológica, infraestrutura e pessoal altamente qualificado (Leone, 2024; Brasil, 2024).

O Sisfron apresenta elevado potencial estratégico para o Brasil, ao articular defesa, segurança, tecnologia e desenvolvimento territorial. No entanto, sua consolidação como política de Estado exige planejamento de longo prazo, estabilidade orçamentária, governança interagência robusta e alinhamento permanente entre agenda securitária e políticas de desenvolvimento regional, sob pena de reproduzir a histórica vulnerabilidade das fronteiras brasileiras em um cenário geopolítico e tecnológico em rápida transformação (Oliveira; Farias, 2024; Leone, 2024).

Considerações estratégicas acerca do Sisfron

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) consolidou-se como um dos mais relevantes projetos estratégicos do Exército Brasileiro, ao in-

tegrar tecnologias de vigilância, comando e controle e cooperação interagências, fortalecendo a capacidade estatal de atuação em áreas sensíveis. De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa, o sistema foi concebido para ampliar a presença, a dissuasão e a prontidão operativa nas faixas de fronteira, consideradas zonas essenciais para a soberania e para a segurança nacional (Brasil, 2016b).

A fronteira terrestre brasileira apresenta desafios estruturais amplamente reconhecidos pela literatura especializada. Cravo (2022) destaca que a baixa presença do Estado, aliada à insuficiência de infraestrutura e à atuação de redes ilícitas, cria condições favoráveis para a infiltração de organizações criminosas transnacionais em setores formais da economia. Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada identifica grandes trechos das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul como áreas de elevada vulnerabilidade institucional (Ipea, 2018).

Nesse cenário, o Sisfron surge como resposta estratégica ao integrar sensores eletro-ópticos, radares, sistemas de comunicação criptografada e centros de comando capazes de operar de forma contínua. Balestrim (2022) afirma que o projeto inaugurou no Brasil um patamar inédito de consciência situacional e prontidão operacional, modernizando o monitoramento territorial. Auditoria do Tribunal de Contas da União confirma que, nas áreas onde o sistema está implantado, houve melhorias significativas na qualidade da vigilância, na integração de informações e no tempo de resposta às ocorrências (TCU, 2016).

Oliveira e Farias (2024) destacam que o Sisfron reforça a Estratégia da Presença ao possibilitar maior articulação entre as Forças Armadas e órgãos civis, como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e agências estaduais. Tal integração rompe históricos de fragmentação institucional, considerados por especialistas como um dos principais entraves para o enfrentamento do crime transnacional na América do Sul.

Por outro lado, limitações no fluxo orçamentário e descontinuidades administrativas têm interferido na expansão do sistema. O TCU apontou que o cronograma inicial sofreu atrasos decorrentes de contingenciamentos sucessivos e dificuldades contratuais, criando risco de defasagem tecnológica e elevando a dependência de atualizações constantes (TCU, 2016). Serpa (2020) complementa que, sem continuidade administrativa, sistemas complexos como o Sisfron perdem eficiência e reduzem sua capacidade de resposta a ameaças emergentes.

Apesar desses desafios, o projeto fortalece a Base Industrial de Defesa (BID) ao estimular a produção nacional de tecnologias sensíveis. Empresas contratadas ampliam sua capacidade de desenvolvimento de radares, sensores, *softwares* de comando e controle e plataformas de vigilância. Essa autonomia tecnológica é

considerada pela Estratégia Nacional de Defesa como pilar central da soberania brasileira (Brasil, 2016b).

A fragilidade de políticas territoriais consistentes nas faixas de fronteira, associada à descontinuidade administrativa e à insuficiência de governança territorial, favorece a atuação ilícita em atividades como contrabando, tráfico de drogas, desmatamento ilegal e exploração mineral clandestina (Cravo, 2022; Ipea, 2018). Nesse contexto, o Sisfron contribui para reduzir “zonas cinzentas” de baixa presença estatal, fortalecendo o controle sobre fluxos e dificultando a infiltração criminosa.

Leone (2024), ao analisar os impactos do Sisfron em Mato Grosso do Sul, demonstra que o sistema ampliou a capacidade de resposta, melhorou a integração entre unidades militares e órgãos federais e elevou a percepção de segurança das comunidades locais. Balestrim (2022) reforça que o projeto possui potencial multiplicador, estimulando infraestrutura, comunicação, geração de empregos qualificados e aumento da presença estatal em áreas remotas.

Segundo Silva (2025), o Estado brasileiro vem buscando reorganizar sua atuação nas faixas de fronteira por meio de políticas mais amplas e coordenadas, como o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, criado em 2016, que reúne esforços do governo federal, dos governos estaduais e das prefeituras, além de incentivar a cooperação com os países vizinhos.

Essa iniciativa representa um avanço importante ao reconhecer que a segurança nas fronteiras só funciona bem quando há trabalho conjunto entre diferentes órgãos e níveis de governo, superando a fragmentação que por muitos anos dificultou a presença efetiva do Estado nessas regiões.

Esses esforços se tornam ainda mais relevantes quando observamos o Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça, que utiliza a metodologia de análise de cenários conhecida como análise *Swot* (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças; em inglês, *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats – Swot*). No caso da região Centro-Oeste, o estudo identificou como uma das principais fraquezas a falta de dados locais organizados e atualizados, o que prejudica tanto a eficácia das ações de segurança quanto o planejamento de políticas públicas mais eficientes (Costa, 2024). Sem informações precisas, o Estado continua agindo de maneira reativa e com pouca capacidade de se antecipar às ameaças.

É justamente nesse ponto que o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras ganha importância estratégica. Enquanto o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e o Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça criam diretrizes e orientações, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras for-

nece a tecnologia e os dados capazes de preencher lacunas históricas na vigilância e no conhecimento da realidade fronteiriça.

Seus sensores, radares, *softwares* de comando e controle e sistemas de comunicação segura produzem informações em tempo real, aumentam a capacidade de observação do território e ajudam a construir uma base sólida de dados, algo fundamental para superar a fragilidade apontada nos diagnósticos oficiais.

Mais do que monitorar ocorrências, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras produz informações estratégicas que permitem ao Brasil deixar de agir apenas depois que o problema acontece e passar a atuar de forma preventiva, planejada e contínua.

Em outras palavras, o sistema transforma uma das maiores fraquezas identificadas pela análise *Swot* com a falta de dados confiáveis em uma das maiores forças do País, oferecendo fundamentos reais para políticas públicas modernas e bem orientadas.

Assim, quando conectamos esses instrumentos, o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça, a análise *Swot* e o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, fica evidente que a modernização das fronteiras brasileiras depende não apenas de novas políticas, mas de informações qualificadas, coordenação entre instituições e tecnologias avançadas. O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, portanto, não é apenas um projeto militar: é uma plataforma estratégica para fortalecer a segurança, o desenvolvimento e a presença do Estado no território fronteiriço.

O cenário atual mostra que cuidar das fronteiras brasileiras não é apenas uma questão militar, mas um desafio amplo, que envolve segurança, desenvolvimento, tecnologia e proteção das pessoas que vivem nesses territórios.

A crise humanitária na Venezuela, que levou milhares de pessoas a buscar refúgio no Brasil, deixou ainda mais evidente o quanto nossas políticas públicas para a faixa de fronteira são frágeis e descontinuadas. Como apontam Freitas e Alpires (2021), essa fragilidade contribui para que a população, sem informações consistentes, forme percepções baseadas no medo e veja o migrante como ameaça, e não como alguém em situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) também ganha importância estratégica. Ele não apenas moderniza a vigilância do território com radares, sensores e centros integrados de comando, como também fortalece a presença do Estado em regiões onde, historicamente, ele esteve ausente.

O grande diferencial do Sisfron é que ele rompe com práticas antigas de atuação isolada. Em vez de respostas fragmentadas, o sistema aproxima Forças Armadas com outros órgãos públicos federais e estaduais. Essa integração, considerada um dos maiores desafios da gestão fronteiriça, ajuda a enfrentar problemas que vão desde tráfico de drogas e contrabando até crimes ambientais, exploração de recursos e tráfico de pessoas. Mas para que o sistema alcance todo o seu potencial, precisa de continuidade administrativa e de investimentos estáveis. Projetos dessa dimensão não sobrevivem a interrupções políticas ou cortes sucessivos.

Quando relacionamos tudo isso ao estudo de Freitas e Alpires (2021), o quadro fica claro, porque não basta apenas intensificar a vigilância ou aumentar operações pontuais. É preciso compreender a fronteira como um espaço dinâmico, onde convivem desafios de segurança, fluxos migratórios, atividades econômicas e demandas sociais. A resposta deve ser integrada e equilibrada, combinando tecnologia, informação, políticas sociais e cooperação internacional.

Conclusões

O Sisfron representa essa nova visão. Ele oferece ao Brasil ferramentas sólidas para enfrentar crises migratórias, combater organizações criminosas, proteger o meio ambiente e melhorar a vida das comunidades locais. Mais do que um projeto militar, trata-se de uma política pública essencial para que o País consiga transformar regiões vulneráveis em áreas de desenvolvimento, estabilidade e presença efetiva do Estado.

Em síntese, fortalecer o Sisfron significa fortalecer a soberania, melhorar a governança territorial e preparar o Brasil para um futuro em que as fronteiras não sejam apenas linhas de proteção, mas espaços de oportunidade, segurança inteligente e integração social.

Referências

AMORIM, Ivan Trizi. **A institucionalização do plano plurianual (PPA)**: um estudo no governo federal brasileiro nos períodos de 2000-2003 e 2004-2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Economia, Administração e Contabilidade) – Universidade de São Paulo – USP –, São Paulo, 2016.

BALESTRIM, Roberto. **10 anos de Sisfron**: um estudo sobre o aproveitamento das suas capacidades para defesa e segurança do arco central da fronteira brasileira. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Instituto Meira Mattos, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF: Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988.

BRASIL. Lei Complementar n.º 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jun. 1999.

BRASIL. Decreto n.º 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2008.

BRASIL. Exército Brasileiro. Portaria n.º 193-EME, de 22 de dezembro de 2010. Diretriz para a implantação do Projeto Estratégico Sisfron. **Boletim do Exército**, BE n.º 52, 31 dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 6 maio 2014.

BRASIL. Decreto n.º 8.903, de 16 de novembro de 2016. Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 nov. 2016a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa; Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016b.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Projeto Básico do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron**. Brasília, DF: Exército Brasileiro, 2018.

BRASIL. Decreto n.º 9.961, de 8 de agosto de 2019. Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 ago. 2019.

BRASIL. **Entregas realizadas**. Exército Brasileiro – Escritório de Projetos. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron/entregas-sisfron>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 12.038, de 18 de janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Fronteiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jan. 2024.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Resposta ao Pedido de Acesso à Informação – NUP 60143.004325/2025-25**. Serviço de Informação ao Cidadão do Exército Brasileiro (SIC/EB), 24 out. 2025a.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). **Resposta ao Pedido de Informação – NUP 59009.002306/2025-20**. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR). Plataforma Fala.BR, 04 nov. 2025b.

COSTA, Edgar Aparecido da (Coord.). **Elaboração do “Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Centro-Oeste do Brasil – PDIF**. Meta 3 – PDIF da FFCO. Corumbá: Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura – Fapec, 2024. Disponível em: <https://ppgefcpn.ufms.br/plano-de-desenvolvimento-e-integracao-da-faixa-de-fronteira-do-centro-oeste-do-brasil-pdif/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CRAVO, Silmara Cosme. **Geografia Política do Brasil e a questão de defesa das fronteiras terrestres**. 419 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP –, São Paulo, 2022.

FREITAS, Elisa Pinheiro de; ALPIRES, Thais da Silva. As ações de securitização na fronteira Corumbá/Brasil – Puerto Quijarro/Bolívia e os seus impactos nas percepções sociais sobre as migrações. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, MS, n. 31, p. 134-152, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte**. v. 3. Brasília, DF: Ipea, 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa**. Brasília, DF: Ipea, 2021.

LEONE, Silvana do Valle. **O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – Sisfron – como projeto estratégico do Exército Brasileiro na defesa da fronteira oeste**. 110f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, MS, 2024.

MOREIRA, Márcio Fam. **Projetos estratégicos do Exército Brasileiro: contribuições do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) na segurança e desenvolvimento da fronteira oeste do Brasil**. 2023. Monografia (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

OLIVEIRA, André Luis Faria Teixeira de; FARIAS, Helio Caetano. O Sisfron como ferramenta da estratégia da presença em meio ao desafio orçamentário entre 2012 e 2022. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2024.

SERPA, Leandro Vargas. **A efetividade do Sisfron no combate aos crimes transfronteiriços**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra (ESG), 2020.

SILVA, Danilo Lopes da. **Geopolítica do Brasil: implementação do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras no espaço fronteiriço Brasil – Bolívia**. 107p. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) — UFMS, Corumbá, MS, 2025.

SOUZA JÚNIOR, Valdenor Matias Ribeiro de. **A importância da manutenção do orçamento do SISFRON para a soberania nacional**. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Acórdão n.º 543/2016-Plenário**: auditoria operacional realizada no Estado-Maior do Exército. Brasília: TCU, 2016.

VASCONCELOS FILHO, Sebastião Lopes de. **Sistema integrado de monitoramento de fronteiras (sisfron): uma contribuição para a segurança nacional**. 2014. Monografia (Graduação em Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 2014.

OS INCÊNDIOS NO PANTANAL DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: AS AÇÕES DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS NO PROCESSO DE MITIGAÇÃO AOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

FIRES IN THE PANTANAL ON THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER: ACTIONS OF THE BRAZILIAN ARMED FORCES IN THE PROCESS OF MITIGATING SOCIO-ENVIRONMENTAL DISASTERS AND CLIMATE CHANGE

LOS INCENDIOS EN EL PANTANAL EN LA FRONTERA BRASIL-BOLIVIA: LAS ACCIONES DE LAS FUERZAS ARMADAS BRASILEÑAS EN EL PROCESO DE MITIGACIÓN DE DESASTRES SOCIOAMBIENTALES Y CAMBIO CLIMÁTICO

DOI 10.55028/geop.v20i39

Daniel Gustavo de Moraes*
Elisa Pinheiro de Freitas**

Resumo: Os recentes episódios climáticos, decorrentes do aumento da temperatura global, fomentam a necessidade do debate em torno dos impactos socioambientais decorrentes das alterações no clima, mormente no bioma do Pantanal, na fronteira Brasil-Bolívia, considerando as cidades de Corumbá e Ladário-MS. Nesse cenário, ganha destaque a atuação das Forças Armadas brasileiras no processo de mitigação a esses desastres. Assim, este artigo propõe, por meio de uma abordagem normativa, suscitar o debate sobre a origem das mudanças climáticas, o agravamento das queimadas observadas no Pantanal e as principais ações realizadas pelas Forças Armadas brasileiras como forma de mitigação a esses impactos.

Palavras-chave: Incêndios Florestais, Mudanças

Introdução

Recentemente, a população mundial tem se deparado com problemas cujas origens remontam ao período da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, em meados do século XVIII. De acordo com Moraes e Freitas (2024, p. 1), a evolução tecnológica desse período “trouxe consigo mudanças significativas na forma como o planeta tem reagido às ações humanas”. Observa-se que, nas últimas décadas, os impactos resultantes

* Mestrando em Estudos Fronteiriços pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente é Oficial da Ativa da Marinha do Brasil. ORCID: 0009-0005-3095-3405. E-mail: daniel_moraes@ufms.br.

** Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Docente do Departamento de Geografia (DEGEO) da Universidade do Triângulo Mineiro (UFTM) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). ORCID: 0000-0001-7384-0156. E-mail: elisa.freitas@uftm.edu.br/elisa.freitas@ufms.br.

Climáticas, Forças Armadas Brasileiras, Pantanal Sul-Mato-Grossense, Fronteira Brasil-Bolívia.

Abstract: Recent climatic events, resulting from rising global temperatures, highlight the need for debate surrounding the socio-environmental impacts of climate change, particularly in the Pantanal biome on the Brazil-Bolivia border, considering the cities of Corumbá and Ladário-MS. In this context, the role of the Brazilian Armed Forces in mitigating these disasters becomes prominent. Thus, this article proposes, through a normative approach, to stimulate debate on the origin of climate change, the worsening of wildfires observed in the Pantanal, and the main actions taken by the Brazilian Armed Forces to mitigate these impacts.

Keywords: Forest Fires, Climate Change, Brazilian Armed Forces, Pantanal of Mato Grosso do Sul, Brazil-Bolivia border.

Resumen: Los recientes eventos climáticos, derivados del aumento de las temperaturas globales, ponen de manifiesto la necesidad de debatir los impactos socioambientales del cambio climático, particularmente en el bioma del Pantanal, en la frontera entre Brasil y Bolivia, específicamente en las ciudades de Corumbá y Ladário (MS). En este contexto, cobra especial relevancia el papel de las Fuerzas Armadas Brasileñas en la mitigación de estos desastres. Por ello, este artículo propone, mediante un enfoque normativo, fomentar el debate sobre el origen del cambio climático, el agravamiento de los incendios forestales observados en el Pantanal y las principales acciones emprendidas por las Fuerzas Armadas Brasileñas para mitigar dichos impactos.

Palabras-clave: Incendios forestales, Cambio climático, Fuerzas Armadas de Brasil, Pantanal de Mato Grosso do Sul, Frontera Brasil-Bolivia.

das variações climáticas têm se intensificado de maneira alarmante, tornando mais evidentes os efeitos das interferências humanas sobre a natureza.

Nesse contexto, podemos citar o aumento da emissão de gases de efeito estufa; a destruição de habitats, principalmente em virtude dos desmatamentos e dos incêndios florestais; a poluição da água e do ar; a degradação do solo; e o consumo descontrolado de recursos naturais, fatores que contribuem, de forma direta, para o aumento da temperatura do planeta e, consequentemente, para as mudanças no regime climático global (Freitas, 2023).

Para Abdalla (2025), ao longo dos 175 anos em que a Organização Meteorológica Mundial (OMM) realiza o monitoramento da temperatura global, o ano de 2024 foi considerado o mais quente desde então, superando o recorde estabelecido em 2023. Em uma análise dos últimos dez anos, constatou-se que esse período registrou as temperaturas mais altas desde o início das medições. Tal fato afeta não apenas os ecossistemas, mas, sobretudo, a vida humana, resultando em transtornos significativos de ordem social, econômica e ambiental.

Segundo reportagem publicada em 21 de janeiro de 2022, no site do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), “a OMM prevê que há uma probabilidade de 20% de que o aumento da temperatura exceda temporariamente os 1,5°C já a partir de 2024”.

Outro aspecto que merece destaque nesse cenário, ainda conforme Moraes e Freitas (2024), é a dependência humana da energia fóssil. Essa dependência ficou evidente na análise dos dados de 2019, quando o carvão, o petróleo e o gás foram responsáveis por 80% de toda a emissão de dióxido de carbono associada às atividades humanas.

Além disso, segundo o relatório especial do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), referente aos impactos do aquecimento global de 1,5 °C, foi observado um aumento de 0,87°C na média da temperatura global entre 2006 e 2015, em comparação ao período de 1850–1900. Esse aumento provocou uma elevação na frequência e na gravidade dos impactos, corroborando os indícios de que um aquecimento de 1,5°C ou mais poderia acarretar graves consequências para a natureza e para a humanidade.

Ainda nesse escopo, tornaram-se cada vez mais frequentes as mudanças significativas no Pantanal — conhecido por ser a maior planície alagável do mundo e um dos principais patrimônios ambientais do Brasil —, caracterizado por sua rica biodiversidade. A região tem sido duramente afetada pelo aumento no número de queimadas, sobretudo nos últimos anos. O Pantanal, especialmente em sua porção localizada na fronteira Brasil–Bolívia, tem enfrentado episódios extremos de seca, queimadas e perda de biodiversidade. Segundo Moreira (2022, p. 168),

No Brasil, o Pantanal se estende por 150 mil Km². São outros 30 mil Km² nas regiões dos países vizinhos Bolívia e Paraguai, daí a denominação Pantanal transfronteiriço. Ainda cabe destacar que é uma região caracterizada por um período de cheias dos rios, entre os meses de novembro a março e que registrou, uma das piores secas dos rios ao longo do ano de 2020, o que resultou em aumento das queimadas e focos de incêndio, consumindo árvores, florestas, animais, ou seja, uma típica cena de degradação ambiental.

Torna-se imperioso destacar que a ocorrência dessas queimadas acarreta graves consequências ao ecossistema pantaneiro, uma vez que os animais — incluindo espécies ameaçadas de extinção — são diretamente impactados, sobretudo pela destruição de seus habitats e fontes de alimento. Além da fauna, também se observa, como consequência dos incêndios, o processo de erosão do solo e o aumento da liberação de gases de efeito estufa, o que contribui para o agravamento das mudanças climáticas. A origem desses fenômenos pode estar relacionada a fatores naturais, como a seca severa, combinados a atividades humanas, como a prática de queimadas para desmatamento e limpeza de pastagens.

Moraes e Freitas (2024) destacam que o espaço geográfico tem sido afetado por essas mudanças climáticas de forma desigual, configurando uma geopolítica na qual os países emergentes do Sul Global têm sido constantemente impactados por desastres socioambientais, que destroem suas frágeis infraestruturas — situa-

ção que não se verifica nos países ricos e desenvolvidos do Hemisfério Norte, os quais, embora também suscetíveis aos extremos climáticos, possuem melhores condições de adaptabilidade e são considerados os principais responsáveis pelo aquecimento global de origem antropogênica.

Diante desse cenário, faz-se mister que o Estado atue de forma coordenada e promova a proteção desse ecossistema. Nesse contexto, destaca-se a ação estratégica das Forças Armadas Brasileiras, seja por sua atuação na presença e fiscalização ambiental, seja pelo apoio prestado em operações de combate a incêndios e prevenção de crimes ambientais.

Dessa forma, o objetivo deste estudo é contribuir para o debate sobre o aumento da temperatura global, especialmente no que tange às mudanças climáticas decorrentes desse processo e à complexidade enfrentada pelos países do Sul Global, caracterizados por condições de adaptabilidade inferiores — com destaque para a região fronteira Brasil–Bolívia —, ressaltando o papel decisivo das Forças Armadas brasileiras no processo de atenuação dos desastres socioambientais.

Feitas essas considerações preliminares, ressalta-se que o presente artigo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados. Em seguida, realiza-se uma contextualização dos termos geográficos “fronteira” e “região fronteira”, a serem considerados no artigo, bem como a delimitação da área de referência do estudo, abrangendo as cidades de Corumbá e Ladário, no lado brasileiro, e *Puerto Quijarro* e *Puerto Suárez*, no lado boliviano. Ainda nesta parte, apresentam-se algumas ocorrências relacionadas às mudanças climáticas, com aportes teóricos no contexto da Geopolítica; à luz das normas e regulamentos, são indicados os enquadramentos legais que amparam o emprego das Forças Armadas em casos de calamidades e no apoio à Defesa Civil, além da descrição de ações já desenvolvidas no enfrentamento às mudanças climáticas. Por fim, nas considerações finais, é proposta uma reflexão acerca das discussões desenvolvidas ao longo do trabalho.

Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. Para sua realização, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

a) Pesquisa documental, por meio da análise de documentos oficiais e normativos relacionados ao emprego das Forças Armadas em ações de Defesa Civil e no enfrentamento a desastres socioambientais;

b) Levantamento bibliográfico, com a revisão de literatura especializada publicada em periódicos científicos, abordando os seguintes eixos temáticos:

- Mudanças climáticas;
- Região fronteira Brasil–Bolívia;
- Variações climáticas na fronteira;
- Missão principal e subsidiária das Forças Armadas; e
- Atuação das Forças Armadas brasileiras em catástrofes ambientais.

c) Análise de fontes jornalísticas, com a coleta de informações veiculadas em noticiários de circulação nacional e internacional, a fim de complementar a contextualização empírica dos eventos climáticos e das respostas institucionais;

d) Consulta à legislação vigente, incluindo a Constituição Federal de 1988, bem como leis e decretos que regulamentam a atuação das Forças Armadas em apoio à Defesa Civil; e

e) Trabalho de campo, realizado com base na experiência profissional do autor, militar da ativa das Forças Armadas, visando identificar, documentar e apresentar ações concretas já empreendidas por essas instituições no apoio a operações de prevenção, mitigação e resposta a desastres socioambientais na região de fronteira Brasil–Bolívia.

Tais procedimentos permitiram a construção de uma análise crítica e fundamentada sobre a atuação estratégica das Forças Armadas no enfrentamento às mudanças climáticas, especialmente em regiões vulneráveis e de baixa capacidade adaptativa.

Resultados e Discussão

De acordo com Moraes e Freitas (2024), é necessário compreender a região da fronteira entre o Brasil e a Bolívia como uma área caracterizada por “uma diversidade cultural e econômica, marcada por uma mistura de influências dos dois países. Esta área inclui o Pantanal e partes da Amazônia, que são ricas em biodiversidade”.

Por sua vez, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 20, inciso XI, § 2º, estabelece como propriedade da União uma faixa de até 150 km de largura, a partir dos limites territoriais em terra, a qual recebe a denominação de faixa de fronteira. Essa área é considerada de fundamental importância para a defesa do território nacional, sendo sua utilização e ocupação regidas por legislação específica.

Entretanto, faz-se necessário compreender alguns conceitos que serão utilizados neste estudo, a começar pela definição de fronteira, a qual, segundo Lobato e Soares (2015, p. 176), refere-se a “uma área especial do espaço geográfico onde a ocupação é marcada por dinâmicas socioespaciais muito distintas e complexas”.

Complementando essa perspectiva, Becker (1988, p. 62) afirma que:

[...] A fronteira não pode ser mais pensada exclusivamente como franjas do mapa cuja imagem se traduzem os limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social. Uma nova definição de fronteira mais abrangente torna-se necessária, capaz de captar sua especificidade – como espaço excepcionalmente dinâmico e contraditório – e a relação desta com a totalidade que é parte.

Já para Machado (2006, p. 61), o conceito de fronteira se refere a

[...] uma área indefinida, uma zona percorrida pelo limite internacional e que se aproxima da noção geográfica de região. No entanto, do jeito que as coisas são, o ambiente geográfico de fronteira é mais complexo do que aquele simbolizado pelo limite, pois se faz pela territorialização de grupos humanos e de redes de circulação e intercâmbio, unidos pela permeabilidade dos limites estatais através da comunicação entre populações pertencentes a diferentes sistemas de poder territorial.

Nessa mesma linha, Costa (2012, p. 24) acrescenta que a fronteira “é uma área geográfica, com limites imprecisos, variável e dinâmica (que ora retrai, ora expande), que contém o limite”. Em complemento, o autor afirma que “a fronteira é uma construção sociopolítica que contém o limite internacional” (Costa, 2013, p. 67).

Não obstante, neste estudo, faz-se necessário compreender o termo fronteira como espaço fronteiriço, o qual, segundo Benedetti (2018, p. 320, tradução própria), não deve ser entendido como uma coisa em si, mas como a expressão de relações sociais que envolvem a manipulação de continuidades e descontinuidades, com o objetivo de controlar fluxos (de visitantes ou transumantes), seja por meio de elementos materiais fixos (muros ou cercas), seja por símbolos (sinais ou linhas).

Dessa forma, para fins de delimitação espacial do presente estudo, serão consideradas, no lado brasileiro, as cidades de Corumbá e Ladário, e, no lado boliviano, os municípios de *Puerto Quijarro* e *Puerto Suárez*. Conforme a Carta Imagem da Fronteira Brasil-Bolívia (2022) (Figura 1) podem ser observadas a localização das manchas urbanas que constituem o espaço fronteiriço em questão, bem como sua inserção no continente sul-americano. Essas localidades, segundo Araújo, Silva e Juliano (2017), totalizam aproximadamente 160 mil habitantes, dos quais cerca de 45 mil são bolivianos.

Figura 1. Carta Imagem da Fronteira Brasil-Bolívia (2022)

Fonte: Os autores (2023).

Destarte, torna-se possível mensurar a relevância da população residente nessa região fronteiriça entre Brasil e Bolívia, diretamente impactada pelos efeitos das mudanças climáticas, cujas implicações e desafios serão apresentados nas seções seguintes deste trabalho.

A problemática ambiental no espaço fronteiriço Brasil-Bolívia e os aportes teóricos no contexto da Geopolítica

A população mundial, recentemente, tem presenciado diversos fenômenos catastróficos, ligados ao aumento da temperatura global, conforme destacado no Relatório Integrado: Mudanças Climáticas (2024, p. 4), o qual menciona que

O aumento da intensidade e frequência de eventos climáticos extremos causados pelo aquecimento global, como por exemplo as recentes e devastadoras enchentes no Estado do Rio Grande do Sul e as secas na Amazônia, são evidências incontornáveis da premissa do tema na agenda pública nacional.

Esses episódios destacam a necessidade da adoção de medidas que possam, ao menos, mitigar os impactos decorrentes das mudanças no clima. No caso específico da região fronteiriça, já em 1990, tanto o governo brasileiro quanto o

governo boliviano buscaram regulamentar o assunto, por meio dos seguintes atos normativos:

- Decreto Legislativo nº 91, de 18 de dezembro de 1992, por meio do qual fica aprovado o texto do Convênio para Preservação, Conservação, e Fiscalização dos Recursos Naturais nas Áreas de Fronteira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, na cidade de Brasília, em 15 de agosto de 1990 (Brasil, 1992); e
- Decreto nº 3.026, de 13 de abril de 1999, por meio do qual se promulga o Convênio para a Preservação, Conservação e Fiscalização dos Recursos Naturais nas Áreas de Fronteira, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, em Brasília, em 15 de agosto de 1990 (Brasil, 1999).

O que se observa é que, embora cientes dos possíveis danos à humanidade em virtude da exploração desordenada do meio ambiente, o número de queimadas aumentou consideravelmente, o que pode estar ligado ao fato de que, segundo Bourscheit (2022), o acordo firmado entre representantes do Brasil, da Bolívia e do Paraguai, com o objetivo de aumentar a proteção e o desenvolvimento sustentável do Bioma Pantanal, de forma a mitigar os impactos decorrentes do agronegócio, das obras de infraestrutura e das alterações climáticas, teria sido deixado de lado pelos governantes desses três países. Além disso, Bourscheit (2022, p. 1) acrescenta que

José Luis Cartes, da Guyra Paraguay, conta que a recessão econômica causada pela pandemia de Covid-19 conteve parte do avanço do agronegócio na planície alagável. Ao mesmo tempo, secas e queimadas favorecem a pecuária, a abertura de estradas e a eletrificação rural na transição do Pantanal ao Chaco – um bioma sequer reconhecido no Brasil, onde ocorre no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul.

“Vários anos seguidos de forte seca deixaram muito pouca água num ecossistema sujeito a inundações anuais. Isso aumentou a força e a frequência dos incêndios, que até cruzam a fronteira entre os países”, ressalta o biólogo. Em 2020, o fogo que devorou 1/3 do Pantanal brasileiro alcançou regiões do Paraguai e da Bolívia.

Insta salientar que, conforme matéria publicada no site *BBC News Brasil*, em 22 de abril de 2022, “as temperaturas mundiais estão subindo por causa da atividade humana, e as mudanças climáticas agora ameaçam todos os aspectos da vida humana”. Em complemento, o site destaca que

Se a situação não for controlada, os humanos e a natureza passarão por um aquecimento catastrófico, com o agravamento das secas, maior aumento do nível do mar e extinção em massa de espécies.

Enfrentamos um grande desafio, mas existem soluções potenciais

[...]

Com o aquecimento adicional, algumas regiões podem se tornar inabitáveis, à medida que as terras agrícolas se transformam em desertos. Em outras regiões, está acontecendo o contrário, com chuvas extremas causando inundações históricas — como visto recentemente na China, Alemanha, Bélgica e Holanda.

As pessoas nos países mais pobres sofrerão mais, pois não têm dinheiro para se adaptar às mudanças climáticas. Muitas cidades em países em desenvolvimento já têm que suportar climas muito quentes e isso só vai piorar (BBC News Brasil, 2022).

Merece destaque a repercussão dos casos de incêndios observados na região do Pantanal no ano de 2024, tal como apresentado pelo site de notícias RFI, em matéria publicada no dia 11 de julho de 2024,

A nova sequência de queimadas recorde no Pantanal, na esteira de uma seca prolongada e escassez hídrica, lançam um alerta: as ações humanas associadas às mudanças do clima aproximam os biomas brasileiros do colapso. Nos últimos anos, os cientistas têm advertido sobre o chamado ponto de não retorno da Amazônia, mas os outros ecossistemas do país também correm o risco de não conseguirem mais se regenerar (RFI, 2024).

Além disso, em matéria publicada em 12 de julho de 2024, o site MapBiomas Brasil destacou que

No Pantanal 468 mil hectares queimaram no primeiro semestre deste ano, 370 mil hectares em junho – o equivalente a 79% do total, a maior área queimada no bioma no primeiro semestre já observada pelo Monitor do Fogo. Uma das áreas mais afetadas pelo fogo no Pantanal em 2024 foi nas proximidades da cidade de Corumbá, com 299 mil hectares queimados apenas em junho. Nos seis primeiros meses do ano, a área queimada no bioma aumentou 529%. Foram 394 mil hectares a mais em comparação à média histórica dos cinco anos anteriores (Map Biomas Brasil, 2024).

De acordo com Santos (2024), no dia 7 setembro de 2024, a Bolívia declarou emergência nacional, em decorrência do aumento no número das queimadas, por terem atingido mais de 3,8 milhões de hectares no país, o que motivou o governo brasileiro a enviar uma missão humanitária com o objetivo de auxiliar no combate aos incêndios florestais na região de fronteira.

Ainda sobre esse acontecimento, de acordo com a matéria publicada, em 11 de setembro de 2024, no site de notícias Exame, a origem da maioria das queimadas registradas estava relacionada aos “*chaqueos*”, termo utilizado para caracterizar as queimadas realizadas, de forma legal, como forma de preparação do solo para a prática da agricultura ou da pecuária. De acordo com a matéria, esse

procedimento teria saído do controle em virtude da incidência dos fortes ventos e pela ocorrência de um período prolongado de seca.

Convém destacar que, no Brasil, procedimento idêntico é observado, uma vez que, segundo Lopes, Glória e Ribeiro (2018, p. 31), “a queima de biomassa vegetal constitui uma prática de manejo utilizada em diferentes culturas, na criação e na manutenção de pastos para criação de gado e na expansão da fronteira agrícola”.

O relatório final da COP 29¹, realizada em novembro de 2024, em Baku, Azerbaijão, apresentou, segundo o site do Governo do Brasil (2024), estudos que evidenciam a necessidade de recursos financeiros superiores à casa dos trilhões de dólares por ano, aos países em desenvolvimento, para que possam enfrentar a crise do clima. Além disso, esse relatório destaca “os desafios de um contexto geopolítico marcado por conflitos e questionamentos ao regime climático internacional”. Além do mais, ficou definido que

[...] os países desenvolvidos devem “assumir a liderança” no fornecimento de, pelo menos, US\$ 300 bilhões anuais até 2035 aos países em desenvolvimento, com o objetivo de apoiá-los na implementação de ações de redução de emissão de gases de efeito estufa (mitigação) e de adaptação aos impactos da mudança do clima. Os recursos devem partir de diversas fontes, incluindo públicas, privadas, bilaterais, multilaterais e alternativas (Brasil, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2024).

Dessa forma, torna-se evidente que a população mundial tem sido largamente impactada pelos efeitos decorrentes das mudanças climáticas, mormente o bioma do Pantanal, o qual tem registrado, nos últimos anos, o pior período de estiagem de sua história, afetando, drasticamente, sua fauna e flora.

As medidas adotadas pelas Forças Armadas brasileiras no enfrentamento às mudanças climáticas

O ano de 2024 foi marcado por inúmeros registros de catástrofes socioambientais, em decorrência, sobretudo, das alterações no clima. No Brasil, ganhou destaque o episódio ocorrido na região Sul, ocasião na qual o estado do Rio Grande do Sul foi acometido por um volume demasiado de chuvas e inundações, o que resultou em sérios danos na infraestrutura de muitas cidades.

De forma antagônica, o Pantanal Sul-Mato-Grossense ficou em evidência por ter sofrido uma das secas mais severas registradas nos últimos anos, caracterizada pelo crescimento relevante nos casos de incêndios florestais, o que resultou em

¹ A COP, sigla para Conferência das Partes (do inglês, *Conference of the Parties*), é um evento anual promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) que reúne representantes de todo o mundo, entre eles, diplomatas, governos e membros da sociedade civil, com o objetivo de discutir e organizar as iniciativas sobre os impactos das mudanças climáticas.

consideráveis perdas à fauna e à flora pantaneira conforme demonstraram Freitas *et. al.* (2023).

O que se observou, não somente nesses dois episódios, mas em outros casos semelhantes, foi o valioso papel desempenhado pelas Forças Armadas brasileiras no suporte ao enfrentamento às calamidades ocorridas. No caso das enchentes, conforme divulgado na Reunião Diária de Situação, do 17 de maio de 2024, realizada pelo Comando Operacional Conjunto Taquari 2, disponibilizado pelo site Defesa Net, foram empregados 19.471 militares das Forças Armadas, dentre outros, além de helicópteros, aeronaves, viaturas e embarcações, bem como equipamentos de engenharia e hospitais de campanha, conforme Figura 2.

Figura 2. Efetivo de pessoal e meios empregados na Operação Taquari 2



Fonte: Balanço da Operação (Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/wp-content/uploads/2024/05/RDS-C-Op-Cj-Taquari-17-Mai1.pdf>, acesso em: 8 maio 2025).

Do mesmo modo, no que diz respeito aos incêndios ocorridos no Bioma do Pantanal, grandes também foram as perdas e, segundo matéria publicada no dia 16 de julho de 2024, no site de notícias Metrôpoles, a região do Pantanal teria perdido “468 mil hectares de área para as chamas no primeiro semestre deste ano, e 79% deles foram somente em junho. Foram 3.568 ocorrências do tipo, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).”

Assim, tal como ocorrera na região Sul, o Ministério da Defesa, de acordo com Brasil (2024), teria disponibilizado efetivos das três Forças Armadas para que prestassem auxílio às ações do Governo, por meio do emprego de seus militares,

helicópteros, aviões e embarcações, de forma a ajudarem no transporte de militares, brigadistas e equipamentos, bem como de itens fundamentais ao suporte aos profissionais de saúde, conforme especificado na Figura 3.

Figura 3. Efetivo de pessoal e meios empregados nas ações de combate aos incêndios



Fonte: Brasil, Ministério da Defesa (2024).

Além do combate direto aos incêndios, ganham destaques as ações de apoio logísticos realizados pela Marinha do Brasil, conforme divulgado no portal de notícias AgênciaGov, em matéria publicada no dia 8 de outubro de 2024, a qual menciona que

O apoio logístico da Marinha do Brasil (MB) aos órgãos públicos de Mato Grosso (MG) e de Mato Grosso do Sul (MS) no combate aos incêndios que atingem o Pantanal completa, nesta semana, quatro meses. Os militares atuam no emprego de meios navais, aeronavais, terrestres e de Fuzileiros Navais em apoio ao Prevfogo-Ibama, Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso (CBMMT) e de Mato Grosso do Sul (CBMMS), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Força Nacional.

[...]

O Comandante do 6º Distrito Naval, Contra-Almirante Alexandre Amendoeira Nunes, ressaltou a importância do apoio contínuo das Forças Armadas. “A criação dos aceiros e o uso de nossos meios navais e aéreos têm sido essenciais para garantir uma resposta rápida e eficaz no combate ao fogo. Continuaremos empenhados nessa missão, buscando minimizar os impactos e proteger essa região de imenso valor ecológico e econômico”, destacou (AgênciaGov, 2024).

Contudo, faz-se necessário compreender o emprego das Forças Armadas nesse contexto, tendo em vista que, conforme apresentado por Brasil (2015, p. 15), “sem comprometimento de sua destinação constitucional, cabe às FA, como atribuição subsidiária geral, cooperar com a Defesa Civil, conforme disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 97, de 1999”. Em complemento, destaca-se que

2.1.2 O emprego das FA em apoio à Defesa Civil está em conformidade, ainda, com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, de 10 de abril de 2012, e com o Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, que dispõe sobre a constituição do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), do Ministério da Integração Nacional (MI)

2.1.3 Esse Sistema é constituído pelos órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e por organizações públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e Defesa Civil, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, órgão do MI (Brasil, 2015, p. 15).

Ainda segundo Brasil (2015, p. 15), cabe destaque o enunciado da missão das Forças Armadas, a saber:

Cooperar, mediante autorização, com os órgãos e entidades que possuem competências relacionadas com a Defesa Civil. Para isso, ficar em condições de apoiar ações preventivas, incluindo planejamentos, instrução e simulações, e de resposta a desastres, tudo com vistas a evitar ou mitigar os efeitos daquelas ocorrências; a preservar o bem-estar da população; e a restabelecer a normalidade social.

Além disso, nesses casos, convém ressaltar que, de acordo com Brasil (2015, p. 17), “o emprego das FA em cooperação com os órgãos e entidades responsáveis pelas atividades relacionadas com a Defesa Civil terá como base o Plano de Emprego das Forças Armadas em Casos de Desastres (PEFACaD)”.

A despeito desse emprego em eventos dessa natureza, é importante destacar o entendimento de Filho (2024, p. 28 e 29), o qual acredita que

Um aumento na quantidade, amplitude e frequência dos desastres naturais ou antrópicos no Brasil certamente ensejará uma atuação ainda mais frequente de suas Forças Armadas nesse tipo de atividade. Isso se deve, tanto às capacidades das Forças, que dispõem de meios, pessoal e material em condições de ser acionado nas emergências, quanto à própria distribuição territorial das forças armadas no território nacional, característica que lhes confere uma capilaridade que permite a pronta-resposta nas crises.

Merece destaque, também, a ação tomada pela Marinha do Brasil, por intermédio do Comando do 6º Distrito Naval e do 3º Batalhão de Operações Ribeirinhas, localizados em Ladário-MS, os quais, desde o início das ocorrências de incêndios florestais, começou a qualificar militares, tanto da própria Força quanto do Exército Brasileiro, no Estágio Básico de Prevenção e Combate a Incêndios

Florestais - EBPCIF, capacitando-os ao emprego imediato em resposta a possíveis acionamentos, conforme ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1. Efetivos de militares qualificados no EBPCIF

	2024	2025*
Marinha do Brasil	108	127
Exército Brasileiro	33	-

* Efetivo considerado até o mês de maio de 2025.

Fonte: Organizada pelos autores (2025).

Em suma, o que se observa é a relevância do papel desempenhado pelas Forças Armadas brasileiras no processo de mitigação às catástrofes socioambientais, ligadas às mudanças climáticas, sem que se esqueça de sua missão de defesa nacional em tempos de relativa paz e sem a ocorrência de litígios na região.

Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo suscitar o debate sobre a problemática relacionada ao aumento da temperatura global, e suas consequências climáticas, sobretudo aquelas observadas pelos países do sul global, dotados de menores capacidades de adaptabilidade, em especial a região fronteira Brasil-Bolívia, destacando as ações fundamentais realizadas pelas Forças Armadas brasileiras nesse processo de mitigação aos desastres socioambientais.

De um lado, conforme apresentado, notou-se uma relação entre as ações antrópicas e a elevação da temperatura média do planeta, sobretudo pelo emprego massivo de combustíveis fósseis, o que tem acarretado o aumento de casos de desastres socioambientais, mormente no bioma Pantanal, em virtude da crise climática.

Por outro lado, observou-se que, em decorrência de uma maior incidência de catástrofes, o Ministério da Defesa tem disponibilizado, cada vez mais, as Forças Armadas para o emprego em apoio às vítimas, especialmente por conta de sua capacidade de apoio logístico e de mobilização de pessoal e material nos mais distantes confins do país, como é o caso do bioma pantaneiro.

Dessa forma, percebe-se que essas alterações no clima possuem ligação direta com o aquecimento global e, em decorrência disso, acabam produzindo efeitos que são sentidos e distribuídos de forma distinta no espaço geográfico, tendo os países do sul global apresentado maiores dificuldades no enfrentamento. No bioma Pantanal, por exemplo, a população, sobretudo aquela localidade na região fronteira Brasil-Bolívia, tem sido afetada pelos desastres socioambientais,

principalmente pela destruição de suas parcas infraestruturas e degradação da fauna e flora local.

Assim, por mais que o Ministério da Defesa disponibilize, sempre que necessário, o emprego das Forças Armadas em apoio às vítimas dessas tragédias, há que se considerar a necessidade de uma mudança de mentalidade, o que envolve a adoção de medidas de caráter preventivo, além da implementação de políticas públicas mais severas para o controle das queimadas, criação de programas de educação ambiental e a adoção de práticas agrícolas focadas na sustentabilidade.

Aliás, tendo como referência o constante acionamento dos militares nos episódios decorrentes das mudanças climáticas, percebe-se a necessidade das Forças Armadas manterem esse mesmo nível de prontidão, já observado nos casos anteriores, bem como a exigência de que o Ministério da Defesa, por meio do seu Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, elabore um planejamento minucioso que contemple, com eficiência e eficácia, esse apoio militar às populações afetadas.

Agradecimentos

À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela realização e organização do IX Seminário Internacional de Estudos Fronteiriços, espaço essencial para o compartilhamento e fortalecimento da pesquisa científica na região.

Referências

ABDALLA, R. COP 30: o que é, quando acontece e por que o evento será no Brasil. **Jornal ND+**, Brasília, 3 maio 2025. Disponível em: <https://ndmais.com.br/meio-ambiente/cop-30-o-que-e-quando-acontece-e-por-que-o-evento-sera-no-brasil/>. Acesso em: 5 maio 2025.

AGÊNCIAGOV. **Apoio da Marinha no combate aos incêndios do Pantanal completa quatro meses**. Brasília, 8 out. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/apoio-da-marinha-no-combate-aos-incendios-do-pantanal-completa-quatro-meses>. Acesso em: 8 maio 2025.

ARAÚJO, L. T.; SILVA, W. A.; JULIANO, R. S. Região fronteiriça e epidemiologia: estudo da esporotricose e sua relação na dinâmica da fronteira Brasil-Bolívia. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS, 6., 2017, Corumbá. **Anais**. Corumbá: UFMS, 2017.

BBC NEWS BRASIL. **Mudanças climáticas**: um guia rápido para entender o aquecimento global. [S. l.], 22 abr. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58928083>. Acesso em: 7 maio 2025.

BECKER, B. K. Fronteira e território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 5–20, abr./jun. 1988.

BENEDETTI, A. Territórios e fronteiras: entre espaços e escalas. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 319–332.

BOURSCHEIT, A. Brasil, Bolívia e Paraguai silenciam sobre acordo para proteção do Pantanal. **O Eco**, 21 out. 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/brasil-bolivia-e-paraguai-silenciam-sobre-acordo-para-protecao-do-pantanal/>. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 3.026, de 13 de abril de 1999**. Promulga o Convênio para a Preservação, Conservação e Fiscalização dos Recursos Naturais [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3026.htm. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. **Decreto nº 91, de 18 de dezembro de 1992**. Aprova o texto do Convênio para Preservação, Conservação e Fiscalização dos Recursos Naturais nas Áreas de Fronteira [...]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1992/decretolegislativo-91-18-dezembro-1992-358238-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD33-I-01. Instruções para emprego das Forças Armadas em apoio à Defesa Civil**. 1. ed. Brasília. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md33a_la_01a_insta_empa_ffaaa_apoioa_defesaa_civila_1a_eda_2015.pdf. Acesso em: 8 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Forças Armadas prestam apoio com 452 militares no combate às queimadas no Pantanal**. 3 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/forças-armadas-empregam-452-militares-no-combate-as-queimadas-no-pantanal>. Acesso em: 8 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **COP29 termina com acordo sobre nova meta de financiamento climático global**. Brasília, 5 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/cop29-termina-com-acordo-sobre-nova-meta-de-financiamento-climatico-global>. Acesso em: 7 maio 2025.

CONINCK, H. et al. Fortalecendo e implementando a resposta global. In: IPCC. **Aquecimento global de 1,5°C: relatório especial sobre os impactos do aquecimento global de 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 313–444. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/sr15/chapter/chapter-4/>. Acesso em: 5 maio 2025.

COSTA, E. A. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, n. 9, p. 65–86, 2013. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/rtt/article/view/304>. Acesso em: 7 maio 2025.

COSTA, E. A. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporale multidimensional. **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande, MS, v. 4, n. 7, p. 17–33, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/4692>. Acesso em: 7 maio 2025.

COSTA, W. M. **Fronteiras e territorialidades: conflitos e negociações**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica: territórios, escalas e dinâmicas espaciais**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

DEFESANET. **OP Taquari 2 – Relatório Cmd Conjunto 17 Maio 2024**. Rio Grande do Sul, 19 maio 2024. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/terrestre/operacao-taquari/op-taquari-2-relatorio-cmd-conjunto-17-maio-2024/>. Acesso em: 8 maio 2025.

EXAME. **Bolívia está à beira de “catástrofe ambiental” causada por incêndios incontrolláveis**. [S. l.], 11 set. 2024. Disponível em: <https://exame.com/mundo/bolivia-esta-a-beira-de-catastrofe-ambiental-causada-por-incendios-incontrolaveis/>. Acesso em: 7 maio 2025.

FREITAS, E. P. **Energia, poder e território: as geopolíticas dos recursos energéticos sob a hegemonia do capitalismo**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2023.

FREITAS, E. P. *et al.* Flexibilização da política ambiental no contexto das mudanças climáticas e os impactos socioterritoriais para o Pantanal Sul-mato-grossense. **Revista GeoPantanal**, v. 18, n. 34, p. 149–166, 2023.

LOBATO, M. M.; SOARES, D. A. S. Fronteira na Geografia: proposições para uma reflexão. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, PA, v. 2, n. 3, p. 175–193, 2015. DOI: 10.17552/2358-7040/bag.v2n3p175-193. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/291424948_FRONTIEIRA_NA_GEOGRAFIA_PROPOSICOES_PARA_UMA_REFLEXAO. Acesso em: 6 maio 2025.

LOPES, E. O.; GLÓRIA, R. F. D.; RIBEIRO, W. S. Relação entre a ocorrência de queimadas, variação climática e o regime hidrológico do Rio Araguaia. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 3, ed. 8, v. 12, p. 31–52, ago. 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/biologia/ocorrencia-de-queimadas>. Acesso em: 7 maio 2025.

MACHADO, L. O. Cidades na fronteira: conceito e tipologia. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM CIDADES DE FRONTEIRA, 2., 2006, Foz do Iguaçu. **Anais...** 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/27313915>. Acesso em: 7 maio 2025.

MAPBIOMAS. **Brasil teve 4,48 milhões de hectares queimados entre janeiro e junho deste ano**. 12 jul. 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/07/12/brasil-teve-448-milhoes-de-hectares-queimados-entre-janeiro-e-junho-deste-ano/>. Acesso em: 7 maio 2025.

MORAES, D. G.; FREITAS, E. P. Mudanças Climáticas e a ação das Forças Armadas Brasileiras no processo de mitigação aos desastres socioambientais. In: GEFRONTEIRAS, 7., 2024, Marechal Cândido Rondon. **Anais...** Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2024. p. 1–12. Disponível em: <https://server2.midas.unioeste.br/sgev/eventos/viigeofronteiras%20/anais>. Acesso em: 5 maio 2025.

MOREIRA, G. D. V. Pantanal transfronteiriço: breves considerações para o desenvolvimento sustentável. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, MS, n. 33, p. 167–179, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/17570>. Acesso em: 5 maio 2025.

PNUMA. **O aumento alarmante da temperatura global**. Nairóbi: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 21 jan. 2022. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/reportagem/o-aumento-alarante-da-temperatura-global>. Acesso em: 5 maio 2025.

RFI. **Pantanal em chamas: ação humana e mudança climática aproximam biomas brasileiros de colapso**. 11 jul. 2024. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/podcasts/planeta-verde/20240711-pantanal-em-chamas-a-a%C3%A7%C3%A3o-humana-e-mudan%C3%A7a-clim%C3%A1tica-aproximam-biomas-brasileiros-de-colapso>. Acesso em: 7 maio 2025.

SANTOS, D. Governo envia missão de combate a incêndios na fronteira com a Bolívia. **Metrópoles**, [S. l.], 9 set. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/governo-envia-missao-de-combate-a-incendios-na-fronteira-com-a-bolivia>. Acesso em: 7 maio 2025.

O APAGAMENTO DO CORPO NEGRO E A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO NA SEGURANÇA PÚBLICA EM SANTA CATARINA

THE ERASURE OF THE BLACK BODY AND THE CONSTRUCTION OF THE ENEMY IN PUBLIC SAFETY IN SANTA CATARINA

EL BORRADO DEL CUERPO NEGRO Y LA CONSTRUCCIÓN DEL ENEMIGO EN LA SEGURIDAD PÚBLICA EN SANTA CATARINA

DOI 10.55028/geop.v20i39

Antônio Leonardo Amorim*

Resumo: A violência policial contra determinados corpos promove a brutalidade e eliminação do que se denomina “corpos indesejados”, diante disso, buscando compreender essa dinâmica operacional, essa pesquisa tem como proposta de análise, a verificação de como se opera a construção do inimigo pela segurança pública do Estado de Santa Catarina? O objetivo geral é compreender em que medida se dá a construção do inimigo pela segurança pública em Santa Catarina. A violência policial encontra nas minorias e nos indesejados pelo Estado o processo eliminação, que se dá pela violência policial.

Palavras-chave: Criminologia crítica, Necropolítica, Violência policial.

Abstract: Police violence against certain groups promotes brutality and the elimination of what are termed “undesirable bodies.” Therefore, seeking to understand this operational dynamic, this research proposes to analyze how the construction of the enemy by public security operates in the state of Santa Catarina. The general objective is to understand to what extent the construction of the enemy by public security occurs in Santa Catarina. Police violence finds in minorities and those deemed undesirable by the state the means of elimination, which occurs through police violence.

Introdução

Neste artigo será abordado a relação das temáticas do espetáculo, a partir da criminologia midiática, seja como pressuposto de justificativa das ações brutais nas operações policiais para promover na sociedade uma espécie de “paz”, papel esse que se desenvolve nos programas policiais e nas notícias.

A dor negra nesse projeto colonial de formação social não é suficientemente percebida pela branquitude, pelo contrário, são processos de invisibilidades que ocorrem numa tentativa de apagamento social, sendo que, nessa dinâmica, o corpo negro tem dificuldade de ser considerado como vítima.

Além disso, os processos de luta que se constroem a partir de casos de vítimas de mortes decorrentes de inter-

* Professor no Curso de Direito e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) na UFMS, Campus do Pantanal (UFMS-CPAN), Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1464-0319>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5692695774578222>. E-mail: amorimdireito.sete@hotmail.com.

Keywords: Critical criminology, Necropolitics, Police violence.

Resumen: La violencia policial contra ciertos grupos promueve la brutalidad y la eliminación de los denominados “cuerpos indeseables”. Por lo tanto, buscando comprender esta dinámica operativa, esta investigación propone analizar cómo opera la construcción del enemigo por parte de la seguridad pública en el estado de Santa Catarina. El objetivo general es comprender en qué medida se produce dicha construcción en Santa Catarina. La violencia policial encuentra en las minorías y en aquellos considerados indeseables por el Estado el medio de eliminación, que se materializa a través de la violencia policial.

Palabras-clave: Criminología crítica, Necropolítica, Violencia policial.

venção policial não são suficientes para que estas sejam considerados vítimas.

O Estado que detém o monopólio da força deve exercê-lo em estrita observância às normas de direitos fundamentais e direitos humanos, não podendo agir com arbitrariedade e violência. Por essa razão, faz uso da necropolítica enquanto gestão pública de policiamento, por ser a possibilidade de suspensão da aplicação das garantias quando da operacionalização do Estado.

A crônica midiática, responsável por elevar o nível de desinformação social, contribui exponencialmente para que a necropolítica seja operada pelo Estado com naturalidade, fomentando o uso de mais força e violência contra determinados grupos, unicamente por conta da sua cor de pele ou raça.

De outro lado, a criminalização das pessoas empobrecidas no processo de transição do capitalismo industrial para o neoliberalismo – a partir de processos privatizações, retrocessos de direitos sociais básicos (sobretudo trabalhistas), além de diversos avanços na policização da vida pública – não promove na mídia o mesmo processo de inquietação para todos os espaços sociais, sendo que, desse modo, apenas a periferia sentirá os processos de repressão do Estado (Batista, 2023).

Desse modo, tem-se o seguinte problema de pesquisa: como se opera a construção do inimigo pela segurança pública do Estado de Santa Catarina? O

objetivo geral desta pesquisa é compreender em que medida se dá a construção do inimigo pela segurança pública em Santa Catarina, como objetivos específicos, o de descrever a política do espetáculo na construção do inimigo, analisar a gestão de segurança pública de Santa Catarina.

Na primeira seção será apresentado o método e metodologia empregado nesta pesquisa, possibilitando assim análise dos caminhos percorridos nesta pesquisa. Na segunda seção será apresentada a política criminal do espetáculo, demonstrando sua operacionalização em favor da construção do inimigo. Na terceira seção, será apresentado em que medida a gestão da segurança pública de Santa Catarina opera para eliminação do corpo negro.

Método e metodologia

O fenômeno a ser investigado será analisado pelo método da fenomenologia hermenêutica, também chamada de “método” fenomenológico-hermenêutico (Stein, 2001). A fenomenologia permite compreender as coisas como elas verdadeiramente são, não se utilizando de conceitos ou formações meramente conceituais, dando de fato interpretações adequadas ao objeto observado.

Esse método de abordagem da compreensão do objeto a ser estudado tem como pressuposto aproximar o pesquisador do seu objeto de estudo. Pesquisador este que é um potencial vítima da letalidade (e violência) no Estado de Santa Catarina, por ser pardo, o que, portanto, tem proximidade com a temática, além de condições de analisar o fenômeno social estudado, justamente por estar devidamente inserido na temática, interagindo constantemente com as potencialidades e descobertas ao longo da pesquisa.

Não se buscará desenhar em forma de modelo como se aplicará esse método de pesquisa, visto que sua própria essência é justamente não engessar o pesquisador, quando da sua interação com o objeto de estudo (Gil, 2008).

O objeto de estudo não pode ser visto pela perspectiva racional, inclusive é o discurso racionalista que legitima as ocorrências de violência e letalidade policial no Brasil. Com isso, buscando compreender o fenômeno em sua essência (como naturalmente se dá), propõe-se fazê-lo a partir da observação dos dados coletados.

A constatação fenomênica nesta pesquisa terá como pressuposto a atribuição de sentido da construção do inimigo pela segurança pública de Santa Catarina, que a partir das contribuições de Hans-Georg Gadamer, terá como principal função, dar ao fenômeno estudado uma nova forma de interpretação e valorização (Wermuth, 2014).

Nesse sentido, tem-se que “a fenomenologia é também, além de uma constatação, um exercício de retorno às coisas elas mesmas, uma tentativa de retomar o acesso às coisas para além das representações disponíveis e naturalizadas” (Seibt, 2018, p. 133), buscando compreender os fenômenos investigados e resgatando as ideias reprimidas e esquecidas.

Assim, buscar-se-á esclarecer os dados coletados como de fato ocorrem na sociedade, levando em consideração imediatamente o contexto no qual foram produzidos, suas informações e desdobramentos, para que todas as realidades sejam adequadamente interpretadas (Gil, 2008).

A compreensão só alcança sua verdadeira possibilidade quando as opiniões prévias com as quais inicia não forem arbitrárias por isso, faz sentido que o intérprete não se dirija diretamente aos textos a partir de opinião prévia que lhe é própria, mas examine expressamente essas opiniões quanto à sua legitimação, ou seja, quanto à sua origem e validade.

Com isso, o método fenomenológico-hermenêutico deixa de ser um conceito metodológico, passando a ser considerado como “a forma originária de realização da pre-sença, que é ser-no-mundo. Antes de toda diferenciação da compreensão nas diversas direções do interesse pragmático ou teórico, a compreensão é o modo de ser da pre-sença, na medida em que é poder-ser e ‘possibilidade’” (Gadamer, 2003, p. 347).

O que se busca com essa pesquisa não é fazer generalizações sobre o fenômeno construção do inimigo pela segurança pública, pelo contrário, é inferir como se dão as ocorrências, visto que o conhecimento universal não dá conta suficiente de compreender como de fato o fenômeno opera, como pontua Husserl (2007, p. 28-29) “o conhecimento universal é algo singular, é sempre um momento na corrente consciência [...] o conceito da redução fenomenológica adquire uma determinação mais precisa, mais profunda e um sentido mais claro”.

A fenomenologia é compreendida como uma forma de superação do determinismo, que constitui aquilo que está inserido em nossa consciência (Seibt, 2018, p. 133). Desse modo, ao empregar o método fenomenológico-hermenêutico, será possível, sair do modelo sujeito-objeto e passar ao modelo sujeito-sujeito (Streck, 2009).

Quanto ao procedimento, foi adotado nesta pesquisa a metodologia de pesquisa bibliográfica e documental.

A política criminal do espetáculo e sua relação no processo de dominação e construção social do inimigo

A busca pelo impacto social da notícia ou do espetáculo são traços marcantes da mídia no contexto social da atualidade, tanto das expressões da necropolítica enquanto gestão de governo, como também no uso da mídia como processo de criação de conteúdos sensacionalistas que aumentam ainda mais os processos de exclusão social. A exemplo disso, Eugênio Raúl Zaffaroni (2013, p. 221), ao tratar do político e da mídia, afirma que “a criminologia midiática vale-se do mesmo veículo de que o político atual necessita: a TV. O político atual costuma ser algo assim como o ator ou a da atriz de telenovela, passa a ser um telepolítico”.

Para Zaffaroni (2013), a criminologia midiática está para compreender em que medida as notícias e produção de editoriais servem para manter a desigualdade decantada socialmente pelo sistema de justiça criminal, numa clara demonstração de que a gestão midiática alinhada aos modos de gestão governamental será responsável por determinar a continuidade e manutenção de poderes na sociedade.

A mídia tem colaborado substancialmente para que a necropolítica seja implementada no Estado, em especial, pelo uso da polícia enquanto instrumento de controle social. O medo propagado pelos discursos midiáticos e sensacionalistas do aumento da criminalidade e dos processos brutais de sua ocorrência promovem na sociedade uma espécie de aceitabilidade da gestão necropolítica, uma vez que o “criminoso” socialmente idealizado será apresentado como mal, perverso e temido, que no ideário social merece ser eliminado.

Nesse sentido, Lola Aniyar de Castro (2015, p. 223), ao analisar as contribuições do processo de repressão do Estado e do aumento da violência a partir dos discursos midiáticos, aponta que as mídias formadas na América Latina têm como pressuposto estrutural o uso da tragédia e do sangue, afirmando que “por isso diz-se que alguns editores são vampiros: o que interessa a eles é o sangue. E, no processo de transformação de um acontecimento em tragédia, gera-se muita violência” (Castro, 2015, p. 223).

As formas como os editoriais se apresentam para sociedade moderna – principalmente os programas de TV como Sikêra Junior, Datena, Marcelo Rezende, dentre outros, está muito próximo do que Castro (2015) entende como processo de transformação vampiresca da tragédia – servem como instrumento de banalização da vida, além de fomentar socialmente a manutenção de estruturas sociais de combate, da eliminação e da disputa.

Além disso, é muito comum que os discursos midiáticos estejam sempre associados ao que se denomina na criminologia crítica de utilização de opiniões, principalmente no que se refere ao bandido construído socialmente como mal, que precisa ser vencido. Nessa dinâmica, a violência acaba sendo justificada, além de criar, de outro lado, a figura de heróis. Numa espécie de policiamento como é o do Estado de Santa Catarina, que vende para a sociedade a necessidade de luta na guerra às drogas, certas narrativas vão associar determinadas figuras como heróis. Com isso, “a violência transmitida em todos os meios vem às vezes disfarçada de outra coisa: heroísmo, por exemplo” (Castro, 2015, p. 223).

As perspectivas midiáticas não se aprofundam nas expressões reais dos fenômenos criminais. Isso faz com que se tenha na sociedade processos de construção de inimigos coletivos, servindo, inclusive, como campo fértil para que as medidas mais violentas sejam tomadas pelo Estado, vez que esse processo de construção social de espécies de “verdades” faz com que se tenha uma divisão da opinião coletiva. Nesse processo da ausência de discussão profunda sobre a questão criminal, Vera Malaguti Batista (2023, p. 100) pontua que “a grande mídia tem sido um obstáculo a uma discussão aprofundada sobre a questão criminal. É ela que produz um senso comum que nós chamamos de populismo criminológico”.

Outro fator preponderante na construção de estereótipos via processo midiático reside no fato de que são construídas espécies de medo socialmente difundidas, que não necessariamente representam a realidade social. No entanto, com o imaginário aguçado pela quantidade de informações recebidas, a mídia se torna terreno fértil para que processos de terrorismo social sejam operacionalizados, uma vez que “a mídia, no seu processo de inculcação e utilização do medo, produz cada vez mais subjetividades punitivas” (Batista, 2023, p. 28).

Marília de Nardin Budó (2013) em sua pesquisa de doutoramento, defendeu que os discursos midiáticos podem causar a legitimação discursiva nos processos de violência institucional do Estado, seja no processo de encarceramento, como também nas justificativas das várias formas de violência operadas socialmente. Para Budó (2013) os discursos midiáticos têm suas construções de narrativas quando envolve a criminalidade, informações fornecidas pelas agências policiais do Estado, o que reforça a lógica de manutenção do processo de exclusão operacionalizado pelo sistema. Além disso, dispôs em sua pesquisa que esse processo de construção da lógica de formação dos discursos oficiais realizados pela mídia, dificultará o surgimento de outras narrativas. Com isso, as versões oficiais do Estado nunca encontrarão outras perspectivas divergentes, sendo mantidas como uma espécie de discurso oficial.

As relações de poder contidas nos discursos legitimadores da violência praticada pelo Estado estão organizadas e estruturadas de modo que suas “verdades” se tornam irrefutáveis, até mesmo porque o interlocutor está familiarizado com aquilo que está perto dele. Assim, em uma cidade, como é o caso de Florianópolis em que mais de 90% da população é branca, notícias que envolvem mortes de pessoas negras não vão ganhar manchetes de jornais, sequer serão noticiadas. Essas matérias que envolvem pessoas negras e minorias no Estado de Santa Catarina, não interessam na ordem do dia, por isso, sofrem com processos de invisibilidade.

Exemplo disso foi o ocorrido nos dias 26/09/2023 e 01/11/2023, em que os adolescentes Gustavo Brasil (17 anos de idade) e Victor Rafael (16 anos de idade), respectivamente, foram mortos em Florianópolis pela Polícia Militar. Apesar do ocorrido, não há notícias locais sobre esses casos, assim como dos casos ocorridos entre os anos de 2018 e 2023. Isto é, resta claro não há qualquer interesse em dar visibilidade para casos como os mencionados, de violência policial contra a população negra.

Como resultado das mortes dos jovens, no dia 13/11/2023, às 16h00min, foi realizada na ALESC (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) uma manifestação pacífica em protesto contra a morte dos adolescentes Victor e Gustavo. Após, foi realizada uma audiência pública sobre violência policial, mas, ainda assim, apenas uma notícia midiática¹ é encontrada nas plataformas digitais. Reitera-se: não é um tema de importância para a mídia catarinense.

Igualmente, Mariana Amaral de Queiroz (2020), em pesquisa realizada em Florianópolis sobre a representação da violência enquanto produto da necropolítica na mídia “Diário Catarinense”, analisou as publicações de 2002 a 2004, buscando compreender como se deram as dinâmicas de divulgação da chacina ocorrida no morro do Mocotó ocorrida em 2002 e 2003, com registro de mais de cento e oito jovens negros vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial. Nessa dinâmica de busca por informações sobre os casos, Queiroz (2020) registrou que foram encontradas poucas notícias, o que demonstrou para a autora um silêncio da mídia local sobre casos de mortes praticadas por policiais. Com essa dinâmica de funcionamento midiático, em que casos são apagados ou não se tem a publicidade suficiente, a mídia colabora para que a violência continue a operar no gueto, numa espécie de convivência com os fatos ocorridos.

Zaffaroni (2013, p. 212) chama atenção para o fato de que, nem tudo será objeto de publicização pela mídia, exemplificando que não se vê nas telas os fuzilados

¹ Única notícia encontrada é da própria ALESC: (Santos, 2023). Disponível em: https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/audiencia-publica-tem-criticas-as-abordagens-da-policia-militar. Acesso em: 14 nov. 2023.

por policiais, “tampouco interessa aquele que morre numa briga entre bêbados, porque não produz o mesmo entusiasmo comunicacional que o homicídio por roubo ou por motivo torpe”.

As apreensões realizadas pela Polícia Militar (e demais polícias), assim como as atuações de repressão dos órgãos de Estado, ganham capas de revista e destaques nos jornais, sendo as matérias mais lidas e consumidas pela sociedade. Isso se deve em razão do fato de que a sociedade consome altas quantidades de informações que promovem a violência.

Para Marília de Nardin Budó (2013, p. 250-251):

No caso das notícias sobre crimes, credibilidade e sensacionalismo são características que dialeticamente se apresentam. A credibilidade, na forma da rotinização do processo de produção da notícia, especialmente com o uso de uma linguagem referencial e do uso de aspas nas citações às fontes eminentemente credíveis. O sensacionalismo, no uso de um discurso que torna a todos e a uns potenciais vítimas, tornando fatos excepcionais em ações que podem ser reproduzidas a qualquer momento, contra qualquer um.

Nessa simbiose, demonstra-se o processo de sensacionalismo da mídia, em que se busca a expressão na mídia dos próprios desejos sociais. Essa lógica, por sua vez, encontra um terreno fértil em determinados espaços, como é o caso de Santa Catarina, para a continuação e a manutenção dos estereótipos de criminoso.

Além disso, o uso das mídias nos processos de criminalização das massas, com produção do sentimento constante de insegurança e medo, promove na sociedade alteração da percepção social. Nesse sentido, afirma Budó (2013, p. 251) que “o uso da linguagem sensacionalista, através da exploração dos sentimentos das vítimas, tem como consequência o reforço não apenas do senso comum sobre o crime, mas altera a percepção social sobre o perigo”.

No processo de divulgação das mídias, todos aqueles que sofrem com as representações violentas do Estado são apresentados como seres irracionais, animais, que merecem morrer, de modo a representar a solidificação da manutenção da necropolítica enquanto gestão de vida e de corpos, que colabora para que o Estado continue operacionalizado a morte desses sujeitos. Com isso, “nos casos de violência extrema contra a pessoa, os criminosos são apresentados como verdadeiros animais, pessoas irracionais, anormais” (Budó, 2013, p. 255).

Nessa perspectiva, é de fácil operacionalização questões como “cidadão de bem”, “CPF cancelado”, que são jargões frequentemente utilizados pela mídia e extrema direita com a intenção de transmitir mensagens para seus leitores de que determinados corpos não podem ser inseridos nos espaços de garantia de direitos. O problema que deriva da forma como a mídia opera é que se passa a

ter manifestações reais de clamor público populista de mais violência, prisões e assassinatos, como se inscrever sujeitos na ordem da morte ou da violência fizesse parte da luta contra o “mal”.

Dias, Budó e Silva (2018) ao investigarem as matérias de diminuição da maioria penal no jornal O Globo nos anos de 1990 a 2017, analisaram 46 editoriais relacionados à diminuição da maioria penal. Para Dias, Budó e Silva (2018), nos anos de 2006 a 2007 e 2014 a 2016 se tem um número maior de editoriais do jornal buscando a diminuição da maioria penal. Isso porque, nesse período, verificou-se maior ocorrência de casos com vítimas brancas, da classe média ou alta, sendo que os agressores são negros e moradores das periferias.

Após analisarem os editoriais do jornal O Globo, Dias, Budó e Silva (2018, p. 138) afirmam que:

Nas justificativas utilizadas para a redução a maioria penal, o jornal foi bastante repetitivo, e muitas vezes mencionou o aumento da criminalização, porém se utilização de fontes. As justificativas não evoluíram, e o jornal não se preocupou com o fato de as situações dos presídios serem prejudiciais a qualquer tipo de reintegração social.

Para Zaffaroni (1997), essas formas de expressão dos meios de comunicação na atualidade são reproduções em massa diante da necessidade de justificativa das agências de Estado, em uma clara demonstração de aparelho de propaganda, diferente do que se espera com mídias independentes.

Por fim, destaca-se que nesta seção não se buscou esgotar a temática da criminologia midiática e dos processos de construção do inimigo pela mídia, mas de trazer reflexões sobre o papel desempenhado pela mídia na invisibilidade de casos de mortes decorrentes de intervenção policial ocorridos em Santa Catarina e Florianópolis, que servem para além da construção do inimigo, como processo que auxilia a manutenção da continuidade desses casos, facilitando a operacionalização da necropolítica.

Na próxima seção, será apresentado o monopólio da violência enquanto controle gestacional da segurança pública do Estado de Santa Catarina, em que se tem o corpo negro como vítima preferida.

O monopólio da violência do corpo negro como instrumento de gestão da segurança pública em Santa Catarina

A centralização da atuação da Polícia Militar no Brasil e em Santa Catarina, tem como característica primária de sua operacionalização a garantia da ordem pública e da paz social, que são realizadas por intermédio do policiamento ostensivo.

sivo, em que uma estrutura militarizada se encarregaria de garantir os direitos fundamentais de todos os cidadãos.

No entanto, essa garantia da ordem pública e paz social se estrutura de modo que o racismo se apresenta como pressuposto de organização, não sendo possível garantir a respeitabilidade dos direitos fundamentais de todos e todas, em especial, nas periferias. Os dados quantitativos demonstraram que os corpos negros, mesmo sendo minoria no contingente populacional de Florianópolis (9%), proporcionalmente representam a maioria das vítimas de mortes decorrentes de intervenção policial, tendo, no ano de 2019, representado 50% das vítimas identificadas e no período de análise (2018-2023) uma média de 34%, 4 vezes mais que sua representatividade populacional (FBSP, 2023).

Por sua vez, Frantz Fanon (2022) em “Os Condenados da Terra” afirma que em países em que a pobreza assola a maioria de pessoas pretas, é comum que para se manter a riqueza de poucos o Estado se utilize da violência como garantidora desse propósito, afirmando que “nesses países pobres, subdesenvolvidos, nos quais, segundo a regra, a maior riqueza está ao lado da maior miséria, o Exército e a polícia são os pilares do regime” (Fanon, 2022, p. 171).

A estrutura de segurança pública que busca nas ruas o encontro com o criminoso, utilizando-se da expressão do Tático de Santa Catarina (2023) “quem perdoa bandido é Deus, nós só promovemos o encontro”, não promove outra forma de policiamento que não seja o de extermínio de corpos, que em sua maioria serão de pessoas negras.

Para Luiz Eduardo Soares (2019, p. 26):

No Brasil, os objetivos do aparato de segurança, na prática, têm sido, preponderantemente, sustentar a segurança do Estado, encarcerar jovens negros e pobres para atender ao clamor da produtividade policial, “fazer a guerra” contra os suspeitos de envolvimento com crimes – por meio, inclusive, de execuções extrajudiciais – e criminalizar movimentos sociais, reprimindo-os de forma arbitrária.

Ter experiências policiais calcadas no estado de guerra faz com que as atuações dos agentes de segurança pública se deem de modo que as dinâmicas e significado das ações sejam altamente letais e violentas para os policializados. Khaled Jr., Góes e Pedroso (2022), ao analisarem o controle militarizado das agências policiais a partir do contexto da criminologia cultural, colocam como ponto de reflexão o fato de que os policiais, partindo dessa forma de segurança pública, constroem identidades de combatentes.

Essas construções e percepções surgem e são promovidas desde a academia de polícia, em que os treinamentos dos policiais destacam a necessidade de que

o crime precisa ser combatido. Nesse sentido, Khaled Jr., Góes e Pedroso (2022, p. 6) explicam:

Nesse sentido, são forjadas identidades militarizadas que carregam consigo características como agressividade, masculinidade hipertrofiada, autoconfiança, essencialismo demonizantes do outro e um senso de pertencimento à corporação, dentre outras, que fornecerão as bases para a edificação de um ethos guerreiro.

O que se espera desses policiais colocados para guerrilhar é que se considerem parte de um processo de luta contra o mal, que com seus corpos poderão auxiliar a sociedade a vencer a “fera do criminoso”, mesmo sem saber direito quem são esses criminosos e de onde eles vêm. Os policiais são, portanto, “domesticados” a partir de dispositivos de poder (Foucault, 2014) tão logo nas academias de polícia, considerando a hierarquia militarizada, que os obriga a agirem de acordo com que foi determinado pelo superior hierárquico.

Essas ações dos policiais não são escritas nos manuais de policiamento, o que dificulta inclusive uma análise profunda do que é esse fenômeno, de sua manifestação e origem, podendo apenas ser observada e medida a partir dos dados que se expressam com sua atuação, em que o policial precisa estar alinhado à construção da ideologia das organizações, além de demonstrar constantemente pelas suas ações que aquela experiência de guerreiro faz parte da sua cultura. Daí, se inicia internamente um processo de “rituais de passagem de um grupo para o outro através de experiências que estimulam a construção do ethos guerreiro nos ingressantes na carreira (Khaled Jr.; Góes; Pedroso, 2022, p. 7).

Esse processo ritualístico de passagem, faz com que esse sujeito policial/guerreiro encontre naquele grupo (BOPE) sua identidade, pertencendo ao grupo como se fosse parte ou sua família. Inclusive, Menezes (2013), ao fazer a biografia do Coronel Francisco Antônio da Silva, coloca que os interesses pessoais e familiares do referido Coronel foram suficientes para sua dedicação à corporação, mencionando inclusive que “Francisco era um homem que colocava os ideais e a instituição à frente de seus interesses menores, escusos, meramente oportunistas e pessoais” (Menezes, 2013, p. 27).

Construir sujeitos heróis, como se faz no Brasil, dando nome às ruas, escolas, teatros e cidades (como no caso de Florianópolis, em homenagem à Marechal Floriano Peixoto), eleva para os policiais um compromisso contínuo com a necessidade de serem verdadeiros combatentes, para que sejam lembrados na história. Todavia, não conseguem perceber que são apenas meros objetos de controle do Estado, que se pertencerem ao baixo escalão organizacional da hierarquia militarizada (praças), nunca chegarão ao oficialato, pois sua admissão nessa outra forma

de organização da própria corporação não se dá via promoção, mas apenas por um novo concurso.

A militarização enquanto instrumento de organização estruturada da polícia militar é suficiente para as políticas econômicas de dominação neoliberais sejam implementadas na sociedade. Com isso, Vera Malaguti Batista (2020) explica que os projetos da UPP's (Unidades Pacificadoras de Policiamento) no Rio de Janeiro tiveram como objetivo dominar aquele território. Ademais, no processo de dominação territorial houve derramamento muito sangue, sendo extremamente violento, introduzindo, ainda, as unidades pacificadoras, as quais representaram, para o território da comunidade, um agente estranho de controle com quem teve vários embates que, a serviço do neoliberalismo, proporcionou que empresas de internet e televisão, que visavam a dominação daquele espaço em 2010, tomassem conta daquela população.

Para Batista (2020), as inserções territoriais dadas pelas polícias nas periferias, em que se busca combater um determinado grupo de sujeitos (organizações criminosas – traficantes), quando observados pela lente da economia, colaboram para que outros grupos tenham vantagem econômica nessa demanda. Desse modo, as expressões de perseguições da polícia influenciam drasticamente nas questões e nos problemas econômicos das periferias.

As origens históricas da corporação apontam que sua instituição se deu para controle das massas subalternizadas, numa espécie de micropoder disciplinador de sujeitos e corpos, em que a violência e o sentimento de insegurança sempre fizeram parte do cotidiano da sociedade policializada, como demonstração de exercício da necropolítica. Os discursos institucionais, nessa busca pela eliminação do inimigo, funcionam como legitimadores do terror punitivista, em que agir com violência contra determinados grupos sociais faz parte do combate ao crime e ao criminoso (Azevedo; Dutra; Freire, 2019). Além disso, “o processo de demonização do tráfico de drogas fortaleceu os sistemas de controle social, aprofundando seu caráter genocida” (Batista, 2020, p. 135).

Luciano Góes, ao analisar os discursos responsáveis pela objetificação de corpos e legitimadores das diversas formas de violências operacionalizadas no Brasil, explica que o fenômeno da violência e letalidade policial sempre estará associado ao critério racial, em decorrência de serem esses os grupos vulnerabilizados na disputa da criminalização e da repressão. Assim, as expressões da violência se apresentarão como necessidade do uso da força: “ocorre que, de acordo com essa concepção, qualquer uso legal da força física por policiais, ainda que ilegítimo, desnecessário ou excessivo, é caracterizado como ato de força e não enquanto violência” (Muniz, 2022, p. 63).

Igualmente, Luciano Góes (2021) afirma que as construções e objetificações dadas no processo de repressão ao corpo negro, ocorrerem de diversas formas, explicando que (Góes, 2021, p. 33):

Neles, toda objetificação é permitida, podem ser amarrados em postes, arrastados no asfalto, alvos das balas nunca perdidas ou assassinados friamente por incorporarem demônio a ser exorcizado: o traficante nosso de cada e toda esquina periférica.

Estereotipar sujeitos e corpos subalternos, como expressão máxima da operacionalização da segurança pública, encontra nesses sujeitos criminalizáveis e minorias no sul do Brasil a expectativa de bestialização: por essa perspectiva, busca-se encontrar os demônios. Não raro, “eles são localizados nas regiões suburbanas, distantes do centro da cidade, por meio de estoques de imagens lombrosianas que orientam a ação policial e de seletividade espacial criminalizante” (Khaled Jr., Góes e Pedrosa, 2022, p. 9).

O racismo, seja ele em decorrência da cor de pele do sujeito, seja como etnia, religião, espaço territorial ocupado, funciona como motor central nessa disputa de violência, faz com que esses sujeitos sejam massacrados e vítimas do Estado quando da realização das espécies de policiamento. Por isso, nessa dinâmica de gestão da segurança pública, ser preto, pobre e periférico é associação direta à criminalidade, campo esse que, na disputa e no combate gerido na guerra orientado pela necropolítica, está autorizada a morte.

Para Egon Bittner (2017, p. 267) mesmo se reconhecendo socialmente as violências praticadas pela polícia, pouco é feito com relação a isso:

Desse modo, embora seja errado atribuir ao racismo da polícia a presença massiva nos guetos (todos nós a mandamos para lá), o problema gritante a ser reconhecido é que, no trabalho policial, mesmo um laivo de racismo causa mais dano do que pode ser consertado por uma grande quantidade de policiamento responsável.

De fato, ainda que comprovada a alta letalidade da Polícia Militar no Brasil, em Santa Catarina e em Florianópolis, o problema social não sensibiliza o Estado na idealização de alternativas a esse modelo de segurança pública, pois o atendimento desse modelo de gestão necropolítica está para a garantia do funcionamento do neoliberalismo enquanto política de Estado.

Buscar o criminoso, o bandido como papel essencial do policiamento, reforça os estímulos classificadores de segregação positivista, além de determinar quem serão as vítimas desse sistema violento. Desse modo, é possível dizer que as práticas racistas e violadoras de direitos humanos performadas por policiais militares se encontram “diretamente relacionadas a inúmeros fatores que envol-

vem o primeiro plano do crime, que poderão estimular a ação” (Khaled Jr.; Góes; Pedroso, 2022, p. 10).

A violência é característica sistêmica e organizacional desse modelo de policiamento, sendo que as interações policiais com essa dinâmica de guerra contra as drogas e o crime organizado faz com que a violência policial seja “imediatamente legitimada se a vítima é um suposto traficante” (Batista, 2020, p. 135). Essa legitimação da violência perpetrada contra as vítimas dessa espécie de gestão sobre vidas, caracteriza-se, também, pela militarização e centralidade do exercício de poder, até mesmo porque é preciso de forças militares no terreno fértil da guerra. É por exemplo, o que explica Fanon (2020, p. 157): “a militarização e a centralização da autoridade em um país automaticamente acarretam uma exacerbação da autoridade paterna”.

Por sua vez, as expressões da biopolítica de Foucault (2010) são exemplificadas nos papéis daqueles que em decorrência do patriarcado assumem o poder de gerir a vida, prorrogando-a. Foucault (2008, 2010) viu no racismo a figura emblemática de funcionalidade da biopolítica, que se dará para o autor a partir das expressões do exercício do poder soberano, como ocorreu no caso do Holocausto (Alemanha Nazista). Entretanto, Mbembe (2018) compreende o fenômeno do exercício de poder do soberano a partir das experiências coloniais, em que toda forma de racismo é empregada para que corpos sejam operacionalizados e dominados, caracterizando essa gestão como necropolítica, uma vez que “o racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e de outros não brancos, constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor” (Gonzalez; Hasenbalg, 2022).

Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (2022) apontam que o negro tem o seu lugar, e esse lugar inserido na ordem colonial é de dominado, enquanto na perspectiva dos negros, é um movimento de resistência, que mesmo diante de vários problemas estruturais na sociedade que os colocam na trincheira da guerra – sendo as vítimas mais frágeis do sistema – se fortalecem e se estruturam buscando a retomada de seus espaços na luta contra toda forma de discriminação racial.

Vera Malaguti Batista (2017, 2023) compreende a questão racial como expressão das formas de policiamento, como medida das razões mercadológicas operadas pelo sistema capitalista. A autora considera, inclusive, que em momentos de dificuldades econômicas o sistema de justiça criminal tende a ser mais opressor com os sujeitos controlados, sendo que a polícia também age nesse sentido, implementando todas as formas de violência demandadas pelo neoliberalismo. Do mesmo modo, para Fanon (2022, p. 171) “a força dessa polícia, o poder desse Exército são proporcionais ao marasmo em que está mergulhado o resto da nação”.

Como expressão desses problemas, cita-se o seguinte acontecimento: no dia 31/10/2023, a PM de Santa Catarina, na Cidade de Itajaí (cerca 100km de Florianópolis), em uma operação ilegal, espancou e expulsou cerca de 30 pessoas em situação de rua da cidade, sendo esses obrigados a caminhar por 18km, em fila indiana até a cidade de Balneário Camboriú, sob o seguinte recado: “podem ir para o inferno”².

Essas pessoas em situação de rua, colocados para fora da cidade, representam um perfil racial operacionalizado pelos policiais militares, em que se tem pela vida do outro “morador de rua” o mais baixo valor de expressão, ressaltando que a violência física, moral e psicológica não vai afetar e impactar a branquitude em seus espaços de poder. Luciano Góes (2017, p. 20), nesse sentido, aponta que “se para os brancos a presença policial significa segurança, para os negros é completamente ao contrário, representando alto risco de morte”.

Para Fanon (2022, p. 209), uma vez que o colonialismo compreendeu para onde o levaria sua tática de reformas sociais, “vemos que ele retoma seus velhos reflexos, reforça os efetivos de polícia, envia tropas e instala um regime de terror mais bem adaptado a seus interesses”. Assim, ser acordado de madrugada para ser expulso de uma cidade, além de ser uma clara demonstração de operacionalização calcada no terror, é, também, uma expressão da gestão necropolítica na administração de conflitos sociais.

Marlene Inês Spaniol e Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (2021) analisaram o processo de formação dos profissionais da segurança pública, em especial os cursos de formação das academias de polícia, e concluíram que estes precisam se atualizar constantemente, em decorrência das diversas mudanças de paradigmas de policiamento, bem como que as matrizes curriculares das formações dos agentes de segurança pública superaram as expectativas dos pesquisadores. Essa verificação demonstra que apenas a formação desses agentes a partir de direitos humanos, e até mesmo por teorias críticas, não tem sido suficiente para que se tenha um número reduzido de violência.

Kant de Lima (2013) anuncia a partir das etnografias policiais que a burocratização do sistema de justiça e controle social no Brasil faz com que as normas organizadas e estruturadas não sejam aplicadas no cotidiano diário das polícias. Os agentes policiais colocam em prática normas internas que são produzidas na própria corporificação da instituição, saberes esses que são reproduzidos nas ruas. De nada adianta ter processos de humanização dos agentes da polícia militar se a prática de

² Informação disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/10/31/pm-sc-espancou-e-expulsou-moradores-de-rua-de-itajai-diz-secretaria-de-inclusao-social.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ação é instituída a partir de um modelo bélico de policiamento, em que os policiais devem produzir resultados, os quais são, posteriormente, aferidos pelas quantidades de pessoas presas, drogas apreendidas e prisões em flagrante (Soares, 2019).

É preciso muito mais que disciplinas de direitos humanos nas academias de polícia; faz-se necessário o comprometimento do Estado em garantir a integralidade do direito à vida dos moradores da periferia para que não tenham que juntar seus alimentos no chão toda vez que recebem policiais em suas casas.

Toda essa estrutura que se forma através das formas de policiamento operacionalizadas em Santa Catarina – que, em razão de sua ostensividade militarizada, traz aos sujeitos policiados a insegurança para suas vidas, alimentados pela mídia e discursos sensacionalistas – dificultam ainda mais que as vítimas de intervenção policial sejam consideradas como tal.

Considerações finais

A gestão da segurança pública pautada na construção do inimigo, se evidencia pela construção e do apagamento das violências praticadas pelo Estado nos territórios subalternizados, o promove a violência e apagamento do corpo negro.

O Estado de Santa Catarina tem se utilizado da guerra às drogas como técnica de justificativa da prática das violências nos territórios ocupados pela negritude e, mesmo possuindo apenas 9% de pessoas negras em Florianópolis/SC, quando se analisa a pele alvo (preta), infere-se que os negros têm representatividade de até quatro vezes a sua representatividade social.

A técnica do apagamento da dor negra é utilizada com frequência pela mídia, para inclusive promover na sociedade uma espécie de aceitabilidade da violência contra pessoas negras. As matérias que envolvem o corpo negro são apenas para noticiá-las como perigosas, criminosas e portadoras de todo mal, justificando assim, a sua eliminação.

Referências

- BATISTA, Nilo. **Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro – I**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2020.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2023.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- BUDÓ, Marília de Nardin. **Mídias e discursos do poder: a legitimação discursiva do processo de encarceramento da juventude pobre no Brasil**. 542fls. 2013. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

BUDÓ, Marília de Nardin; BOLZAN, Bárbara Eleonora Taschetto; NEUBAUER, Maria Eduarda de Reis. Do Vagabundo faz-se o criminoso: a influência do imaginário positivista na construção social da vulnerabilidade e da periculosidade de adolescentes em conflito com a lei. **Redes – Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, Canoas, v. 5, n. 2, p. 191-208, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6182124>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da Libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

DIAS, Felipe da Veiga; BUDÓ, Marília de Nardin; SILVA, Patrícia Silveira da. A Redução da Maioridade Penal: uma análise dos editoriais do jornal O Globo. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 63, n. 2, p. 115-143, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/59031/0>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso dado no Collège de France (1976). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Bipolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método I**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, Luciano. **A tradução de Lombroso na obra de Nina Rodrigues**: o racismo como base estruturante da criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2021.

GÓES, Luciano. Pátria Exterminadora: o projeto genocida brasileiro. **Revista Transgressões**, v. 5, n. 1, p. 53-79, 2017.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HUSSERL, Edmund. **Idéias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica**: introdução geral à fenomenologia pura. Aparecida: Idéias e Letras, 2007.

KHALED Jr, Salah H.; GÓES, Luciano; PEDROSO, Anayara Fantinel. Controle racial militarizado: desvelando as dinâmicas subculturais de significado que facilitam a atuação policial propensa à violação de direitos humanos. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 10, p. 1-30, 2022.

LIMA, Roberto Kant de. Entre as leis e as normas: Ética corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Rio de Janeiro, n. 6, n. 4, p. 549-580, out./nov./dez. 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/5326>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopeder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MENEZES, José Geraldo Rodrigues de. **Vida Caserna – uma biografia do Coronel Francisco Antônio da Silva**. Florianópolis: Insular, 2013.

MUNIZ, Mariana Py. **Polícia! Para quem precisa de Justiça**: como a magistratura representa a violência policial. 1. ed. São Paulo: D'Plácido, 2022.

QUEIROZ, Mariana Amaral de. **Racismo, drogas e necropolítica**: uma análise da violência policial na região metropolitana de Florianópolis. 80fls. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215897/PPSI0920-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SEIBT, Cesar Luís. Considerações Sobre a Fenomenologia Hermenêutica de Heidegger. **Rev. Nufen: Phenom. Interd.**, Belém, n. 10, p. 126-145, 2018.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. São Paulo: Boitempo, 2019.

SPANIOL, Marele Inês; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Formação Profissional na Segurança Pública do RS: análise a partir dos seus cursos, suas escolas e academias de polícia. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 15, p. 70-91, 2021.

STEIN, Ernildo. **Compreensão e Finitude**: estrutura e movimento da interrogação heideggeriana. Ijuí: Unijuí, 2001.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) crise**: uma exploração hermenêutica da construção do Direito. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. **A produção da vida nua no patamar de (in)distinção entre direito e violência**: a gramática dos imigrantes como sujeitos de risco e a necessidade de arrostar a mixofobia por meio da profanação em busca da comunidade que vem. 2014. 276 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A questão criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Globalização e sistema penal na América Latina: da segurança nacional à urbana. **Discursos sediciosos**: Crime, direito, sociedade, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, p. 25-36, 1997.



“PERTENCER É ALGO DE DUAS VIAS”: MIGRAÇÃO AFEGÃ E EXISTÊNCIA NO ENTRE

“BELONGING GOES TWO WAYS”: AFGHAN MIGRATION AND EXISTENCE IN THE IN-BETWEEN

DOI 10.55028/geop.v20i39

Eleni Furtado Ververidis*
Jimena de Garay Hernández**

Resumo: Partindo da cartografia, e considerando a conjuntura sociopolítica migratória global, buscamos compreender os atravessamentos do fluxo migratório do Afeganistão para o Brasil, através de entrevistas, compreendidas aqui como encontros interculturais. Analisando o sentimento de pertencimento, esses encontros evidenciaram a potência do inter, da relação, do entre, do que se produz no cruzamento de culturas e fronteiras. Discutimos aqui como a subjetivação migrante, com os diversos marcadores sociais, discriminantes e nacionalistas, leva a ocupar um lugar fronteiro, que abarca e mescla linhas de múltiplos territórios existenciais; ao mesmo tempo que carrega pesos e complexidades, também produz quebra de paradigmas cristalizados.

Palavras-chave: interculturalidade, Afeganistão, subjetivação.

Abstract: Based on cartography and considering the global sociopolitical migratory conjuncture, we seek to understand the crossings involved in the migratory flow from Afghanistan to Brazil, through interviews, understood here as intercultural encounters. By analyzing the feeling of belonging, these encounters revealed the power of the inter, of the relation, of the in-between, of what is produced when cultures and borders are

Introdução

Este artigo nasce a partir de pesquisa de mestrado da autora do mesmo, orientada pela co-autora, onde se incluem também os atravessamentos de nós como sujeitas. Somos duas mulheres que migraram para o Brasil entre 2012 e 2013 e que passaram a se compreender como migrantes a partir dos estudos migratórios e a inserção no campo da migração. Mas a migração já nos atravessava, de diversas formas.

Na pesquisa, cujo título é “De onde você é? Cartografando encontros interculturais de migrantes do Afeganistão no Rio de Janeiro”, nosso objetivo foi compreender e analisar como se dá o sentimento de pertencimento inserido na cultura global, em especial em processos migratórios, e o que atra-

* Mestre em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5855-9267>, e-mail: elenifurver@gmail.com.

** Doutora em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora associada no Instituto de Psicologia da UERJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0564-1056>, e-mail: jime.degaray@gmail.com.

crossed. We discuss how migrant subjectivation, with the various social markers, discriminatory and nationalists, leads to occupying a borderland place, which embraces and blends lines from more than one existential territory; this, while this position carries weights and complexities, it also generates ruptures in crystallized paradigms.

Keywords: interculturality, Afghanistan, subjectivation.

vessa o processo de chegada de famílias afegãs no Brasil.

Com o retorno do Talibã, movimento político militarizado, um grupo autoritário, fundamentalista e violento, considerado terrorista, que está longe de representar a totalidade do povo afegão, bem como a saída das tropas estadunidenses do Afeganistão, em agosto de 2021, foi gerada uma crise humanitária no país. Essa grande mudança social na conjuntura atual do Afeganistão e as consequentes ameaças de vida, estão forçando inúmeros afegãos e afegãs a migrarem e/ou se refugiarem, tanto fora quanto dentro do país (Cíceris; Moraes; Vitola, 2022). Mais de cinco milhões de pessoas precisaram migrar para países vizinhos. No Brasil, chegaram mais de 10.000 (OIM, 2024; ACNUR, 2024).

Este conflito se insere em uma conjuntura sociopolítica global de agressivo capitalismo e aumento da islamofobia, o que complexifica os processos de resistência aos regimes totalitários. Diante desse cenário, queríamos saber, com essas pessoas migrantes: Como foi a saída de lá e a chegada aqui? Por que o Brasil? Como é o processo do encontro com a nova realidade, a nova cultura - brasileira, carioca? O que pensaram ao chegar aqui? Como perceberam a situação e onde colocam o sentimento de pertencimento?

Para compreender isto melhor, realizamos entrevistas semiabertas e coletivas com famílias afegãs morando

no Rio de Janeiro. Entrevistas essas que foram para muito além não apenas de uma ferramenta isolada e esterilizada da sociedade, como muitas vezes esperado pelo positivismo científico, mas também do que buscávamos saber através das perguntas.

Ao nos encontrarmos com as famílias e refletirmos sobre migração, refúgio, sentimento de pertencimento, similaridades e diferenças entre o país de origem com o de chegada, faltas, expectativas e esperanças, a interculturalidade se fez muito presente e ampliou as análises em demasia. E é dela que queremos falar aqui. Como que a interculturalidade se imprime na subjetivação? Como ela produz conhecimento?

Percurso Metodológico

Foram realizadas entrevistas com três famílias afegãs, nas casas das mesmas. Duas delas no final do ano de 2023, em dezembro, e uma em janeiro de 2024. O acesso a elas se deu a partir de rede profissional de contatos¹. Essas entrevistas foram entendidas por esta pesquisa como uma aposta na potência do encontro entre a pesquisadora e os demais participantes da pesquisa. Aziz, sua esposa, sua mãe e seus filhos, são uma família cristã de Cabul, não souberam se identificar racialmente e estavam no Rio de Janeiro há 06 meses, morando em Belford Roxo, na Baixada Fluminense. Ahmad, sua esposa, seu pai e a esposa do pai, também de Cabul, são uma família inter-religiosa (cristã e muçulmana), se reconhecem como “Wheat/Gandoni (cor de trigo)”, e moravam há 20 dias em Nova Iguaçu, também na Baixada Fluminense. Tinham vindo de São Paulo, onde também estavam há cerca de duas semanas. Shaqaiq (com o pai, a mãe e três irmãos), muçulmanos e auto-identificados como brancos, também de Cabul, moravam há 06 meses em Realengo, na capital fluminense.

Neste processo, a maioria dos nomes que aparecerão aqui são todos os originais, por opção dos/as próprios/as participantes das entrevistas. Esta escolha seguiu seus desejos. Procurando não impor o anonimato, perguntamos como desejavam ser mencionados, abrindo espaço para uma escolha de “afirmação da própria autoria” (Ferreira, 2014, p.120). Esta escolha de escrita, a do anonimato, foi optada somente por Ahmad, que foi quem escolheu este nome fictício. As demais famílias preferiram deixar a participação deles/as com seus nomes reais.

A entrevista é uma interação relacional, que tem um contexto e produz sentidos. Alguns se repetem e outros são únicos ou inesperados. São expressos “por

¹ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

meio da fala, gestos, emoções e reações” (Ferreira; Santos, 2024, p.274). Essa expressividade vai também conduzindo a entrevista.

Esse entendimento parte do arcabouço teórico e metodológico da cartografia psicossocial. A palavra cartografia em si, vem do radical –grafia, que em grego significa escrever, e carto-, que significa papel, mas também mapa. Isto é, uma cartografia é a construção de um mapa -ou de mapas- através da escrita. Um mapeamento que, no entanto, tem como objeto “uma paisagem que muda a cada momento e de forma alguma é estática” (Aguiar, 2010, p. 1). Isto é, o pesquisar não é estático e “as estratégias metodológicas em uma pesquisa vão se construindo na relação com o próprio objeto, de forma processual. Assim, é possível desenvolver uma pesquisa investigando não somente o objeto, mas os próprios processos” (Aguiar, 2010, p. 2).

Ao habitar o campo, lançamos mão do diário, visto que

O uso do diário de campo acompanha e participa da produção da atenção do(a) pesquisador(a) na sua inserção no campo-tema, de modo que as memórias, hábitos e a inserção do(a) pesquisador(a) nos contextos cotidianos também compõem a pesquisa, tomada como um fazer político que intervém na realidade (Kroef; Gavillon; Ramam, 2020, p. 464)

Destarte, a presença da pesquisadora nas entrevistas não tinha o objetivo de coletar dados objetificados e pré-definidos. As entrevistas compuseram encontros. Encontros que envolviam a mim, a pesquisadora e psicóloga, grega-brasileira, que também não havia crescido no Brasil, muito menos era carioca; e que falava inglês. Seu país de origem, a Grécia, um país que geograficamente se localiza muito mais próximo do Afeganistão do que o Brasil. Por mais que estivéssemos no Brasil, Grécia e Afeganistão se fizeram muito presentes, os três se encontraram e se entrelaçaram. Envolviam também crianças, jovens e adultos vindos do Afeganistão, de forma mais ou menos planejada, mas não desejada, pois a vinda para o Brasil não era necessariamente um horizonte pensado antes da insustentabilidade da permanência na sua terra de origem. Tampouco era este necessariamente o destino final, pois algumas famílias estavam buscando migrar para os Estados Unidos.

Por isso, o conhecimento da língua portuguesa era mínimo, e recorreremos ao inglês como ferramenta de comunicação. Uma pessoa da família falava em inglês e fazia a tradução das perguntas e das respostas. São elas as interlocutoras elencadas acima. Muito expressaram o alívio de encontrar pessoas que pudessem falar em inglês, uma língua que seja comum entre elas, falantes de persa afegão e que acabavam de chegar no Brasil, e o povo desse novo país que estavam encontrando, para assim poderem se comunicar, trocar, se relacionar com elas. De

poder também ter a oportunidade de dar atenção a essa temática e compartilhar os ocorridos e seus pensamentos sobre através da pesquisa.

Nesse sentido, apostamos em uma política de escrita condizente com a experiência da pesquisa. Conforme veremos mais adiante, os trechos das entrevistas serão apresentados em duas colunas: uma na versão em inglês, conforme foi realizada, e a tradução ao português do lado direito. A transcrição das entrevistas foi realizada com o objetivo de transmitir o que se ouvia, com o intuito de estar o mais próximo da experiência original possível, onde está incluída a negociação do entre. Eventuais “erros” gramaticais e estruturais da língua não foram alterados, pelo fato de poderem conter informações experienciais e/ou culturais. As “correções” poderiam alterar a transmissão da experiência da entrevista tal como foi e, também, poderiam estar contaminadas por nossas próprias subjetivações. Afinal, não é a língua nativa de nenhum de nós. Mesmo se fosse, a variação linguística se faz presente também nos diferentes contextos e culturas em que um idioma está inserido. Desse modo, questionamos: existe erro ou ele está na nossa visão e na construção de nossa realidade social? As colunas, também, divididas com uma linha entre elas, lembram fronteiras, próximas e separadas ao mesmo tempo.

Nesse lugar entre, numa entre-vista, entre pesquisadora e demais participantes, entre diversas línguas, e diversos pontos de vista, através de vetores interculturais que se fizeram presentes, como a comida, a música, as línguas, a religião, as relações e a História, a interculturalidade se destacou no encontro. Através de culinárias e costumes em comum entre Afeganistão e Grécia, resgatamos e analisamos Histórias, enquanto contávamos histórias de vida, e refletíamos sobre sociedade e cultura. A presença das comidas servidas nas entrevistas, tradicionais na Grécia e no Afeganistão, conduziram a isto, ao fazerem parte das entrevistas também as reações da pesquisadora diante de elementos culturais em comum.

As entrevistas se deram entre vistas. No entre. E assim como as entrevistas, na perspectiva cartográfica as análises também se dão no entre. A análise de dados se constitui de forma processual. Não se dá em um momento específico, posterior à coleta, mas durante toda a pesquisa. Não há separação entre coleta e análise. Os dados tampouco são considerados aqui no sentido comum da palavra. O objetivo não é explicar ou interpretar “dados”, as informações coletadas a partir das entrevistas e dos diários de campo, mas “evidenciar elementos que compõem um conjunto” (Barros; Barros, 2013, p. 376).

Discussão

Como mostraremos a seguir, os encontros interculturais foram se evidenciando como centrais durante o caminhar da pesquisa, por meio do que as entrevistas e suas análises produziram. É a partir de todo esse processo e trocas que a pergunta disparadora: “De onde você é?” Entrou em destaque. A partir de todos esses encontros que compõem o caminho do pesquisar, bem como das reflexões produzidas do processo de análise das entrevistas-encontros.

Nisso, a interculturalidade se faz importante, pois diferente do multi(cultural), isto é, a mera coexistência entre diferentes, o inter pressupõe a relação entre as partes. Podendo possivelmente levar ao transcultural, à fusão da diversidade. A interculturalidade não se limita ao reconhecimento ou à tolerância da diversidade, como pode ser o caso do multiculturalismo. Ela pressupõe o multiculturalismo (Guilherme; Dietz, 2014). Mas a interculturalidade requer uma relação.

No campo de pesquisa, nessa troca durante as entrevistas, aconteceu um estranhamento diante da pergunta, por parte da pesquisadora, para se auto-identificarem racialmente. Algumas pessoas afegãs se definiram como “cor do trigo”. É neste estranhamento que se percebe que a organização da racialidade no Brasil tem um processo histórico e contextual específico, diferente de outras partes do mundo, onde esse processo se dá de outra forma. Isto, ao ponto de a palavra “xenofobia” não fazer sentido em persa, conforme descobrimos nas entrevistas. A constituição identitária acontece com diferentes configurações. Aziz, o filho mais velho de uma das famílias entrevistadas, trouxe:

Az: So example, **we don't have, example, black people** in Afghanistan. So we **in Afghanistan it's different, you know?**

Az: Então, por exemplo, **nós não temos, exemplo, pessoas pretas** no Afeganistão. Então, nós, **no Afeganistão, é diferente, sabe?**

Por outro lado, as pessoas que participaram das entrevistas relataram conflitos e discriminação no Afeganistão, baseadas em religião e etnias, decorrentes de processos históricos e geopolíticos próprios da região.

A constituição nacional consiste em uma estratégia homogeneizadora de uma diversidade de culturas (Hall, 2006). Se deu em paralelo à multiétnicidade, organização social de muitos países colonizados, como o Brasil. Os países nacionais se fundam nisso; no cruzamento e convívio –violento e desigual– de muitas culturas. Na mistura de etnias. No caso do Brasil e do resto da América Latina, houve uma miscigenação da cultura afrodescendente, da indígena e da europeia, em que as duas primeiras, seus povos e suas subjetivações, foram massacradas pelos atos coloniais e eurocentrados da terceira.

Da mesma forma, no território hoje conhecido como Afeganistão aconteceram também processos de separação forçada de povos para criação de diferentes nações, como traz Shaqaiq, uma das entrevistadas, filha mais velha de uma das famílias e que trabalhava com serviço humanitário para mulheres.

S: It's all about why Iran and Afghanistan separated. **It was not the wish or the desire of the people. You know?** The people of Iran and Afghanistan didn't want to have two different countries. They wanted to be together. But it was all about something by forced from politics. You know? Political changes. Like, **it was by force**, not our wish or our grand, you know? Grandpast, previous generation.

S: É sobre porque o Irã e o Afeganistão se separaram. **Não era o pedido ou o desejo do povo. Sabe?** As pessoas do Irã e do Afeganistão não queriam ter dois países diferentes. Eles queriam estar juntos. Mas era tudo sobre algo forçado pela política. Sabe? Mudanças políticas. Tipo, **foi forçado**, não nosso desejo, dos nossos ante, sabe? Antepassados, geração anterior.

Nas entrevistas, as famílias muito refletiram sobre se verem forçadas a deixar para trás todo o processo de guerra e perseguição nos seus países - seja por religião ou por atuação em instituições internacionais de Direitos Humanos -, pessoas queridas, pertences, estudos. Uma separação forçada.

Com sentimentos de luto e saudade, se depararam com uma nova realidade que requer tempo e energia para se familiarizar. Ao perguntarmos sobre “Por que o Brasil?”, Shaqaiq respondeu: “*It was easy, it was quick and it was free*” / “Era fácil, era rápido e era gratuito”. Se encontraram com o Brasil por motivos práticos, de sobrevivência, e não porque buscavam só conhecer, explorar. Esta viagem, e tudo o que veio junto, não estava nos planos, e os forçou a seguir um determinado caminho. Um caminho imprevisto, por meio de encontros forçados.

A interferência do Talibã nas vidas e a consequente migração foi algo muito presente nas entrevistas que realizamos. Como trouxeram os participantes nas conversas, antes do Talibã não era assim, não pensavam em sair de seus países, ao menos “não como migrantes”, como disse Ahmad, outro participante das entrevistas.

Assim, percebemos como a pergunta “De onde você é?” Pode por vezes trazer ambiguidades e complexidades. Pois ela remete também à pergunta “Onde eu pertencço?”, “Qual o meu lugar?”, e levanta questionamentos identitários para uma diversidade de migrantes, e não-migrantes também, pessoas que nasceram, cresceram e permanecem morando num mesmo lugar, mas que mesmo assim vivem na fronteira.

Gloria Anzaldúa (1987) conceitua a fronteira como:

Uma linha divisória, uma faixa estreita ao longo de uma borda íngreme. Uma zona fronteira (*borderland*) é um lugar vago e indeterminado, criado por resíduos emocionais de limites artificiais. É um estado constante de transição. O proibido e o banido são seus

habitantes. *Los atravesados* moram aqui: o vesgo, o perverso, o *queer*, o problemático, o vira-lata, o mulato, o mestiço, o meio morto; em síntese, os que cruzam, os que ultrapassam, ou os que atravessam as bordas do “normal”. Gringos no sudoeste dos Estados Unidos consideram os habitantes das zonas fronteiriças transgressores, alienados – tendo em sua posse documentos ou não, sendo eles Chicanos, Indígenas ou Negros. “Não entrem”, invasores serão estuprados, mutilados, estrangulados, intoxicados, baleados. Os únicos habitantes legítimos são os que estão no poder, os brancos e os que se alinham a estes. A tensão toma conta dos habitantes das zonas fronteiriças como um vírus. A ambivalência e o desassossego residem aí e a morte não é nada estranha (1987, p. 2-3, tradução nossa).

É assim que imigrantes deportados/as estão sendo tratados/as nos Estados Unidos -e pelo mundo-, como resto, como seres fronteiriços, aos que Anzaldúa (1987) se refere. E como isso tudo vai constituindo os processos de subjetivação migratória? A fronteira?

Uma migração forçada que os desloca a uma realidade onde também se veem deslocados. A associação com a nacionalidade não se deve a sua geografia, mas na história construída, na língua, na religião, na raça, na etnia, como traz também Shaqaiq, está na ordem do sentir. O que determina a relação com a nacionalidade é o território existencial vivido naquele pedaço de terra. O nível subjetivo das experiências e das dinâmicas dos territórios habitados (Macerata; Soares; Ramos, 2014). A relação construída com o lugar.

Na ausência de relação, de diálogo, são produzidos não-lugares, espaços homogeneizados e padronizados, não identitários, onde não há relação e, assim como elabora Shaqaiq, tampouco há pertencimento. Um conceito que segundo ela e sua família envolve uma relação de mão dupla. Apesar de serem afegãos/ãs, seu sentimento de pertencimento não está localizado mais lá, uma vez que não são aceitos.

S: He's (Khalid, Shaqaiq's brother) feelings, like, similar to what I told you. **He said it's about nationality too**, we don't feel that we are belong to Brazil. But maybe in future our children has the, like, feeling of being Brazilian or belonging to Brazil. But for us no. [...] **My father said belonging is something, like, two ways**. Hm, like, two ways going, you know? For example, if we are here, we are here, **I accept you my friend, you'll accept me as a friend. So it's a two ways relation**.

E: So it's a relation. I mean, you need the other to belong.

S: Yes. Exactly. For example, he said Afghanistan was, is, our country, right? But there the people that are in the power of the government, so, they don't want us. So, of course we don't want them too. **So although that we think we are belong to Afghanistan, but still they don't accept us and we don't accept them. So it's about something two way relation. So we came here to Brazil. If Brazil accept us, we accept Brazil. If we accept, so Brazil accept us. It's about two ways**.

S: Ele (Khalid, irmão de Shaqaiq) se sente, tipo, parecido com o que eu te contei. **Ele disse que é sobre nacionalidade também**, não sentimos que pertencemos ao Brasil. Mas talvez no futuro nossos filhos tenham, tipo, o sentimento de serem brasileiros ou de pertencer ao Brasil. Mas para nós não. [...] **Meu pai disse que pertencer é algo, tipo, de duas vias**. Hm, tipo, dois caminhos, sabe? Por exemplo, se estamos aqui, estamos aqui, **aceito você meu amigo, você me aceitará como amigo. Então é uma relação de mão dupla**.

E: Então é uma relação. Digo, você precisa do outro para pertencer.

S: Sim. Exatamente. Por exemplo, ele disse que o Afeganistão era, é, o nosso país, certo? Mas aí estão as pessoas que estão no poder do governo, então, não nos querem. Então, é claro que não os queremos também. **Então, embora a gente pense que pertencemos ao Afeganistão, e eles ainda assim não nos aceitam e nós não os aceitamos. Portanto, trata-se de algo de uma relação de mão dupla. Então viemos aqui para o Brasil. Se o Brasil nos aceitar, nós aceitamos o Brasil. Se aceitarmos, então o Brasil nos aceita. São duas vias**.

Assim, quando há um encontro, para que haja pertencimento, é necessária uma via de aceitação dupla. Segundo Guilherme e Dietz (2014, p.21, tradução nossa), “uma interculturalidade crítica visa descentralizar, reconceitualizar e estabelecer novas bases existenciais, epistemológicas e sociológicas para instituições e ambientes equitativos”. Mas nem sempre é assim que se dão as relações, na aceitação mútua e na produção de novos significados. Afinal, não é somente sobre o país, o território, a terra material que está sendo invadida, mas sobre a lógica relacional, de guerras, de invasões, que está instalada globalmente e nos territórios existenciais com o intuito de que o sistema social se auto alimente e se auto perpetue por meio disso. É esta lógica de violência que permite o genocídio na Palestina, as guerras no Oriente Médio, na África, nas favelas do Rio de Janeiro. É isto que traz a importância da pergunta do “De onde você é?” É isto que produz também a migração e a busca por refúgio.

Esta pergunta atravessa diretamente a migração. Para a família de Shaqaiq, ao refletir sobre o que é estar em situação de refúgio, é importante, primeiro, pensar sobre o fato de a Terra pertencer a todo mundo e a ninguém ao mesmo tempo e o ser humano, por sua vez, pertencer à Terra como um todo, nos lembrando que as limitações e delimitações são construtos humanos imaginários.

S: Let me translate to other, so I will tell you about it. [Conversando em persa com a família]. Ahm, I'm going to start from my father. He said God, how can I translate? Yeah, created, I forgot. God create the Earth for all the human beings, right? So, he didn't say that this place should be for this group of people, this place should be for this group of people, right? God create the Earth for all human beings. But this is us. When we make some limitation, "this place is mine, this place is yours, this place is theirs" and these stuffs. It's about us. Yeah. So if we, like, we think deeply about it, so all the Earth is our place, our home. No matter Afghanistan or Brazil or Yunan [Greece in Persian, she spoke in Persian alluding to a conversation we had earlier] or Holland or wherever. In the fact.	S: Deixe-me traduzir para os outros e então te falo sobre isso. (Conversando em persa com a família). Ahm, vou começar pelo meu pai. Ele disse que Deus, como posso traduzir? Sim, criou, esqueci. Deus criou a Terra para todos os seres humanos, certo? Então ele não falou que esse lugar deveria ser para esse grupo de pessoas, esse lugar deveria ser para esse grupo de pessoas, certo? Deus criou a Terra para todos os seres humanos. Mas isto somos nós. Quando a gente faz alguma limitação, "esse lugar é meu, esse lugar é seu, esse lugar é deles" e essas coisas. É sobre nós. Sim. Então, se nós pensarmos profundamente sobre isso, toda a Terra será nosso lugar, nossa casa. Não importa o Afeganistão ou o Brasil ou Yunan [Grécia em persa, ela falou em persa em alusão a uma conversa que tivemos no início] ou a Holanda ou onde quer que seja. De fato.
--	--

A história da humanidade carrega consigo o peso das guerras e das discriminações, de um atravessamento de fronteiras violento, com relações que subjugam. Assim como a família de Shaqaiq, hooks (2009[2022]) discute sobre as limitações e delimitações, a cultura do não-pertencimento criada pelo ser humano. A autora se refere à existência de uma providência divina na cultura do pertencimento, de uma força maior, para ela localizada na Natureza, fora do urbano, onde apesar de pertencer, se compreende a própria limitação, uma vez que quem faz chover, quem esquentar e ilumina o dia, quem permite que se respire, não é o ser humano. Não são os estadunidenses.

Os Estados Unidos usam as armas como meio de segurança -um paradoxo-, nas cidades distantes do Ocidente ou de olhares e corpos metropolitanos, tal como fazem no Oriente Médio. Já em seu interior, em suas cidades, e nas cidades modernas das culturas ocidentais, ter segurança significa "ficar parada, enclausurada, confinada" (hooks, 2009[2022], p. 270). Ao contrário da liberdade que hooks (2009[2022]) relata que sentia ao mergulhar nas colinas e na natureza de sua terra de criação, mais distante das "políticas de raça, classe e gênero" (2009[2022], p. 270), que sua casa de concreto, no urbano, a obrigava enfrentar. "Minha confiança de pertencer a este mundo se foi" (2009[2022], p. 271), disse a autora sobre quando deixou o campo para morar na cidade.

Os participantes das entrevistas eram migrantes e falaram sobre refúgio, discriminação e xenofobia. Este último conceito não fazia parte do conjunto de significações das pessoas entrevistadas, apesar de elas relatarem momentos em que foram colocadas como forasteiras:

S: **No one behave bad with us because we're from another country and these stuffs.** For me, ok? **For me, my mother and my father.** (Talking in Persian with Khalid and Mustafa, her brothers). **They have experienced, they were playing football in a place near the road.** They were playing football, yeah? **One person get nervous so he asked them, "why you guys come to Brazil?", "go back to your country" and these stuffs. It was not as like a fight, no. It was just, like, not good behavior, but when football finished, he came and say "I'm sorry" and like these stuffs. They have only one experience. These three, yeah.**

E: And when they call them gringo and everything, it's okay?

S: Yeah, I think it's funny.

Mustafá (Shaqaiq's brother): Just they're not calling our names, they are saying "gringo, gringo, gringo".

E: Ah, instead of your names they...

S: Yeah, they don't know about our names, "hey, gringo". [...] **I think when boys are playing football, they are so crazy. It was only about the game, not something else.**

S: **Ninguém se comporta mal com a gente porque somos de outro país e essas coisas.** Para mim, tá? **Para mim, minha mãe e meu pai.** (Conversando em persa com Khalid e Mustafa, seus irmãos). **Eles vivenciaram, estavam jogando futebol em um local próximo à rua.** Eles estavam jogando futebol, certo? **Uma pessoa ficou nervosa e perguntou: "por que vocês vêm para o Brasil?", "voltem para o seu país" e essas coisas. Não foi como uma briga, não. Não foi um bom comportamento, mas quando o futebol terminou, ele veio e disse "sinto muito" e, tipo, essas coisas. Eles têm apenas uma experiência. Esses três, sim.**

E: E quando chamam eles de gringo e tudo, tudo bem?

S: Sim, acho engraçado.

Mustafá (irmão de Shaqaiq): Eles só não estão chamando a gente pelos nossos nomes, eles dizem "gringo, gringo, gringo".

E: Ah, em vez dos seus nomes eles...

S: É, eles não sabem dos nossos nomes, "ei, gringo". [...] **Acho que quando os meninos estão jogando futebol, eles ficam muito loucos. Era apenas sobre o jogo, não outra coisa.**

As pessoas entrevistadas, contudo, não percebiam este tipo de eventos como violentos, em grande parte por terem vivenciado uma retirada muito mais agressiva do seu pertencimento territorial ao não coadunarem com os princípios religiosos e políticos impostos por um regime totalitário. Anzaldúa e hooks não eram migrantes, não da mesma forma, mas eram de alguma forma forasteiras na cultura em que viviam, estavam na fronteira. Mesmo assim falavam de xenofobia, no sentido da etimologia da palavra, do medo do "estrangeiro", do de fora, do desconhecido, do que é considerado estranho, o que não é familiar. Mas familiar para quem? Se elas estavam dentro da sua nação. Elas eram "de lá".

De acordo com Rita Segato (2012), no sistema binário do colonialismo moderno é necessário ter um "Resto", para que a realidade ocidental seja estabelecida.

De acordo com o padrão colonial moderno e binário, qualquer elemento, para alcançar plenitude ontológica, plenitude de ser, deverá ser equalizado, ou seja, equiparado a partir de uma grade de referência comum ou equivalente universal. Isto produz o efeito de que qualquer manifestação da alteridade constituirá um problema, e só deixará de fazê-lo quando peneirado pela grade equalizadora, neutralizadora de particularidades, de idiossincrasias. O "outro indígena", o "outro não branco", a mulher, a menos que depurados de sua diferença ou exibindo uma diferença equiparada em termos de identidade que seja reconhecível dentro do padrão global, não se adaptam com precisão a este

ambiente neutro, asséptico, do equivalente universal, ou seja, do que pode ser generalizado e a que se pode atribuir valor e interesse universal. Só adquirem politicidade e são dotados/as de capacidade política, no mundo da modernidade, os sujeitos – individuais e coletivos – e questões que possam, de alguma forma, processar-se, reconverter-se, transpor-se ou reformular-se de forma que possam se apresentar ou ser enunciados em termos universais, no espaço “neutro” do sujeito republicano, onde supostamente fala o sujeito cidadão universal. Tudo o que sobra nesse processo, o que não pode converter-se ou equiparar-se dentro dessa grade equalizadora, é resto (Segato, 2012, p. 12).

O resto passa a ser parte constituinte do discurso ocidental. Algo parecido ocorre na migração. O elemento migratório só é um aditivo que evidencia discriminações pré-existentes associadas à nação, a nações não incluídas nas escalas das hegemonias globais, dos Estados Unidos e do eurocentrismo, mas também à raça, classe, gênero, sexualidade, entre outros marcadores sociais que com frequência se tornam motivos de migração forçada por perseguição ou risco de vida.

Como vimos, as famílias migraram porque o território existencial onde estavam inseridos, apesar de terem nascido e crescido lá, e serem “de lá”, do Afeganistão, não havia mais espaço para elas, foram colocados na fronteira e se tornaram “resto” naquele contexto. Estavam em um “des-lugar” (Schneider, 2015). E com isso, se viram forçados/as a migrar. Ao se deslocar para outro país, onde também reserva pré-conceitos, sobre pessoas advindas do oriente, pessoas vindas do fora, do estrangeiro, os que não são “daqui”, do Brasil. Em especial quando se refere a subjetividades subalternizadas, como é o caso de pessoas árabes, e do Oriente Médio como um todo, que são monstrificadas como “homens bomba” e também o caso das mulheres muçulmanas que usam véu, associadas diretamente à submissão e a impotência. Então, isso leva a pensar, qual o lugar dessas famílias? Elas são “do” Afeganistão? Elas pertencem à nação delas? Se nela não podem ficar. E aqui? Elas pertencem?

A migração leva a um lugar da ordem do entre, na fronteira, onde se dá a relação, onde a interculturalidade também se dá. Um lugar em construção. Pois, de repente, elas não são nem “daqui”, nem “de lá”. Ou, um pouco de lá, e por ventura, virão a ser um pouco daqui também, um pouco de outro lugar, abarcando em suas subjetivações novos territórios existenciais. E assim, surge a transculturalidade. Através da interculturalidade nasce um novo lugar, que às vezes está prestes a existir. Tem-se acesso a mais de uma realidade, a mais de uma perspectiva de vida, mais de uma estrutura sociocultural, mais de um modo de ser.

Aziz aponta que a construção de redes de apoio, a socialização, a familiarização com a língua nova e a integração sociocultural são aspectos desafiadores que requerem tempo. A inserção em uma nova realidade requer a ressignificação de simbologias e dinâmicas culturais, como também recalcular rotas, ainda mais

quando abruptamente interrompidas. As famílias sinalizam, por exemplo, que apesar de o Brasil ter sido acolhedor na sua chegada, a falta de políticas públicas que possibilitem uma vida digna - especialmente quando comparada ao estilo de vida que tinham no Afeganistão ou até mesmo com a que observam em São Paulo e na Zona Sul do Rio de Janeiro - é um susto e uma realidade difícil de lidar. Apesar de ser desafiador, é importante nesse caminho continuar tendo projetos, planos para o futuro, buscar traçar caminhos futuros possíveis, novas realidades, assim como Aziz que se referiu ao seu projeto futuro, seu sonho, seu objetivo:

Az: But we want to make Brazil our home, if we didn't have any other opportunity [...] **I would like to make an Afghan Brazilian church in here.**

Az: Mas queremos fazer o Brasil ser a nossa casa, se não tivermos outra oportunidade. [...] **Eu gostaria de fazer uma igreja brasileiro-afegã aqui.**

Uma igreja afegã-brasileira para disseminar o gospel no Rio de Janeiro construída por uma pessoa migrante, neste caso do Afeganistão. Um projeto que surge da interculturalidade, do processo migratório, do cruzamento de culturas, de territórios, de fronteiras, que sem isto não teria nascido, e que pode vir a ser apoio para a subjetivação migrante não só da família de Aziz, mas de diversas pessoas em contexto e caminhos parecidos, que querendo ou não, existem e têm seus direitos e desejos. A articulação é interessante: a perseguição religiosa foi o motivo pelo qual saíram do seu território de origem, situação que não encaram no destino, mas neste segundo, sentem falta de uma partilha cultural entre pessoas afegãs e decidem criar uma comunidade onde a religiosidade, mesmo que seja expressiva no território, seja vivenciada de um modo particular, com o atravessamento da interculturalidade.

Assim como o processo cartográfico, a migração envolve construir, mas também destruir e reconstruir, num constante movimento incerto de vida e morte. A migração para além das guerras, das perseguições e das mortes, muito frequentemente divulgadas como inerentes à migração, traz também outras formas de troca, de encontros, outras dimensões de relação que quebram constructos “coloniais-capitalísticos” (Rolnik, 2018). É nos encontros interculturais e intersubjetivos que a transculturalidade pode ser produzida.

Desse modo, a homogeneidade cultural, que busca sustentar ideais nacionais e nacionalistas, não se sustenta. Ela é utópica, ao considerarmos as infinitas expressões de etnicidades, de linguagens, religiosidades, e o constante cruzamento de grupos, de histórias, em todos os cantos do planeta. É a “realidade sociopolítica contemporânea, marcada pela flagrante inadequação entre os planos nacional-estatal e cultural-identitário” (Elhajji, 2006, p. 6).

O processo de subjetivação é ao mesmo tempo social e subjetivo e envolve “investimentos psíquicos que fazemos ao assumir posições específicas de sujeito que são socialmente produzidas” (Brah, 1996[2006], p. 370). Para Dalal (1988, *apud* Brah, 1996[2006]), é importante dar atenção a “como a subjetividade é conceituada em culturas outras que a ocidental e ao tráfico transcultural das ideias” (Brah, 1996[2006], p.370).

Assim como a migração, a subjetividade “é plural, ‘polifônica’” (Guattari, 1992, p. 11). Ela é produzida através de instâncias singulares, coletivas e institucionais. Somos afetadas/os por fatores subjetivos que atravessam a “atualidade histórica” (Guattari, 1992, p. 11), a maquinização da subjetividade e a etologia e ecologia da subjetivação. O colonialismo capitalístico produz uma “representação universalista da subjetividade” (Guattari, 1992, p. 13). Os que formam a subjetivação contemporânea são o “apego arcaizante às tradições culturais” (Guattari, 1992, p. 13).

Mas a subjetivação é capaz de agir em direção a uma recusa da ordem social estabelecida. A singularidade, a singularização de processos de produção de subjetividade, não precisam estar associados à identidade cultural. Assim, tenderia a uma reterritorialização da subjetivação. Essa recusa consiste em processos de constituição de subjetividade coletiva, que não é a soma das subjetivações individuais, mas uma reação coletivamente produzida frente a ordem social imposta (Guattari; Rolnik, 1996). Da mesma forma, um processo migratório implica também o devir das coisas, uma vez que produz caminhos imprevisíveis, ou que desviam da rota previsível do homogêneo, no sentido que Rolnik (2018) se refere ao “saber-do-vivo”, de uma singularidade distinguida da subjetivação identitária por Guattari e Rolnik (1996). No lugar de chegada, tudo é novo, até mesmo os lugares identitários e de pertencimento.

O ser fronteiriço, alguém de fora é também alguém que acrescenta, que na subjetivação fronteiriça, a que cruza fronteiras e mescla culturas, quebra normas e padrões excludentes e pré-determinados, traz novas visões, ao trazer um outro ponto de vista, advindo de outro contexto. Através dos encontros que se dão na interculturalidade. Assim, “o fato migratório é também um fator de ampliação de nossa capacidade de abstração. Um fator de tomada de consciência de nossa dimensão humana, psicológica e social” (Elhajji, 2023, p. 337). Nessa dimensão humana, psicológica e social, o encontro com o outro é inevitável. Encontros esses que lançam luz às fronteiras pré-existentes.

Ser migrante é atravessar essas fronteiras e habitá-las, ocupá-las, poder questioná-las. Carregar transculturalidade é produzir novas realidades, novas possibilidades. O entre, por um lado, pode gerar conflito, num mundo identitário

dogmático e categorizante, mas por outro, é de tamanha potência, que leva à quebra de dogmas e reformula a rigidez das fronteiras excludentes que aprisionam corpos e subjetividades.

Considerações Finais

Neste texto, frisamos nas inflexões que a interculturalidade fez na trajetória de vida de famílias afegãs que migraram para o Brasil. Como vimos, ela as colocou em um outro lugar, em um novo lugar. Ela desloca. Expande o ponto de vista para mais de uma perspectiva. Elas saíram de uma fronteira, de uma cultura, e foram para uma nova realidade, foram apresentadas a um novo mundo.

A identificação, o encontro, a identificação no encontro, não se dá somente entre identidades. Ela se dá ao mesmo tempo entre histórias, entre olhares, entre vistas, como é o caso das entrevistas e como muito ocorre nas infinitas formas de encontro. No contexto da migração, todos os tipos de pessoas e histórias podem ser encontrados. E nos encontros entre os pares, a aceitação de mão dupla é necessário para o pertencimento. É nestes que ele aparece. Em processo migratório, o que se tem em comum é o mergulho às fronteiras. Ao ser um pouco disso, um pouco daquilo. Ao habitar ao mesmo tempo um pouco do antes e um pouco do agora. O antes e o agora passam a se misturar. E o depois? É estremecido e produz gaguejo. Faz ressurgir a potencialidade do devir, possibilitando transformações sociais no mundo.

Referências

AGUIAR, L. M. As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2010.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Afeganistão**. Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/emergencias/afeganistao>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: the new mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BARROS, L. M. R.; BARROS, M. E. B. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 25, p. 373–390, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4948/4790>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BARROS, M. E. B.; ZAMBONI, J. Gaguejar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329–376, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2023.

CICERIS, I. M.; MORAIS, L. R.; VITOLA, M. R. Do Talibã ao Talibã: o retorno do Emirado Islâmico do Afeganistão. **Revista Perspectiva**, v. 15, n. 28, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/124279/87946>. Acesso em: 14 out. 2025.

ELHAJJI, M. **O intercultural migrante: teorias & análises**. Porto Alegre: Fi, 2023.

ELHAJJI, M. Comunicação intercultural: prática social, significado político e abordagem científica. **E-Compós**, Brasília, v. 6, 2006.

FERREIRA, A. A. L. Ao Comitê de Ética em Pesquisa – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. In: BERNARDES, A. G.; TAVARES, G. M.; MORAES, M. (orgs.). **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em Psicologia**. Vitória: Edufes, 2014.

FERREIRA, C. B.; SANTOS, Y. L. Q. Encontros que promovem diálogos, diálogos que produzem dados. In: PEREIRA, E. R.; RASERA, E. F.; PEGORARO, R. F. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em Psicologia Social e Saúde**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2024.

FIGUEIREDO, C. V. S. A representação do subalterno em Borderlands/La Frontera, de Gloria Anzaldúa. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, v. 14, n. 2, p. 101–109, 2014. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/9441>. Acesso em: 18 mar. 2024.

GUATTARI, F. Heterogênesse. In: GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira; Lúcia Claudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUILHERME, M.; DIETZ, G. Diferencia en la diversidad: perspectivas múltiples de complejidades conceptuales multi, inter y trans-culturales. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Colima, v. 20, n. 40, p. 13–36, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. O Ocidente e o resto: discurso e poder. **Projeto História**, n. 56, p. 314–361, 2016.

HOOKS, bell. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. São Paulo: Elefante, 2022. (Original publicado em 2009).

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KROEF, R. F. S.; GAVILLON, P. Q.; RAMAM, L. V. Diário de campo e a relação do(a) pesquisador(a) com o campo-tema na pesquisa-intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 464–480, 2020.

MACERATA, M. T.; SOARES, M. S.; RAMOS, J. C. Apoio e atenção básica: território existencial. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, n. 49, p. 651–664, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Do Afeganistão ao Brasil: resiliência e solidariedade em meio à emergência humanitária no RS**. Brasil, 2024. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/stories/do-afeganistao-ao-brasil-resiliencia-e-solidariedade-em-meio-emergencia-humanitaria-no-rs>. Acesso em: 5 fev. 2025.

ROLNIK, S. **Esferas de insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SCHNEIDER, L. C. Lugar e não-lugar: espaços da complexidade. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 65–74, jan./jun. 2015.

SCHUTZ, A. O estrangeiro: um ensaio em psicologia social. Tradução de Márcio Duarte; Michael Hanke. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 113, 2010.

SEGATO, R. Gênero e colonialidade: chaves para uma leitura e um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de Rose Barboza. **E-cadernos CES**, n. 18, 2012.



O CUIDADO COMO FORMA DE TRABALHO DA MULHER NO PANTANAL

CARE AS A FORM OF WOMEN'S WORK IN THE PANTANAL

EL CUIDADO COMO FORMA DE TRABAJO DE LA MUJER EN EL PANTANAL

DOI 10.55028/geop.v20i39

Ana Adelaide Ortega*
Mara Aline Ribeiro**

Resumo: O artigo analisa o cuidado como prática no cotidiano das mulheres pantaneiras, articulado às dinâmicas do trabalho feminino. Com abordagem etnográfica, que combina observação direta, entrevistas semiestruturadas e análise de objetos cotidianos, foram investigadas formas de transmissão do afeto por meio do cuidado, a partir de relatos orais. Os achados indicam que tais práticas, frequentemente invisibilizadas nas estatísticas formais, estruturam a sociabilidade local e funcionam como mecanismos de resistência, pertencimento e preservação da identidade cultural. O cuidado, longe de ser uma ação individual e isolada, revela-se como processo dinâmico que reforça laços sociais e comunitários no contexto pantaneiro.

Palavras-chave: Cuidado, Mulher Pantaneira, Trabalho, Pantanal.

Abstract: This article analyzes care as a pivotal practice within the daily lives of Pantanal women, examining its intricate relationship with female labor dynamics. Employing an ethnographic methodology that incorporates direct observation, semi-structured interviews, and the analysis of material culture and everyday objects, this study investigates the manner in which affect is transmitted through care practices as articulated

Introdução

O Pantanal, maior planície alagável do planeta, é um bioma marcado por ciclos sazonais de cheias e vazantes que moldam a biodiversidade e as estruturas sociais das comunidades tradicionais (IBGE, 2020; Ribeiro, 2018). Nesse contexto, as mulheres pantaneiras desempenham um papel central nas práticas de cuidado, atividades que transcendem o âmbito doméstico para se constituírem em sistemas complexos de interação com o ambiente, a produção econômica e a reprodução cultural de práticas de cuidado, além de se alinharem ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 5, Igualdade de Gênero.

A pesquisa parte do pressuposto de que o cuidado pantaneiro, conforme

* Cientista Social, mestranda em Antropologia Social, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2592-0227>, e-mail: anaortega.ad@gmail.com.

** Geógrafa, doutora em Geografia pela Universidade de Campinas - UNICAMP, docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4693-4656>, e-mail: mara-aline.ribeiro@ufms.br.

in oral accounts. The findings suggest that these practices, which are often rendered invisible in formal quantitative metrics, are fundamental in sustaining local sociability and function as essential mechanisms for resistance, belonging, and the preservation of cultural identity. Rather than being conceptualized as an isolated or purely individual undertaking, care emerges as a dynamic, collective process that significantly reinforces social and communal bonds within the Pantanal ecosystem.

Keywords: Care, Pantanal Women, Work, Pantanal.

Resumen: Este artículo analiza el cuidado como una práctica medular en la cotidianidad de las mujeres del Pantanal, examinando su íntima conexión con las dinámicas del trabajo femenino. Mediante la aplicación de un enfoque etnográfico que incorpora la observación participante, entrevistas semiestructuradas y el análisis de la cultura material y los objetos de uso diario, esta investigación profundiza en la manera en que el afecto se vehiculiza a través de las prácticas de cuidado manifestadas en los relatos orales. Los hallazgos preliminares sugieren que dichas prácticas, a menudo invisibilizadas por las métricas cuantitativas formales, son fundamentales para el sostenimiento de la sociabilidad local y operan como mecanismos esenciales de resistencia, pertenencia y preservación de la identidad cultural. Más que ser concebido como un acto meramente individual o aislado, el cuidado emerge como un proceso dinámico y colectivo que refuerza sustancialmente los vínculos sociales y comunitarios en el contexto del Pantanal.

Palabras-clave: Cuidado, Mujeres del Pantanal, Trabajo, Pantanal.

analisado por Tronto (1993), está para além de um mero conjunto de tarefas, mas um fenômeno moral e político que reflete relações de gênero e poder. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2024) revelam uma dinâmica paradoxal, ou seja, enquanto as mulheres são responsáveis por aproximadamente 80% dos cuidados com a família e o território, sua participação nos registros formais de atividades econômicas não ultrapassa 35%. Os dados são agravados pela inserção do turismo na região pantaneira, que reconfigurou as dinâmicas de trabalho feminino, submetendo-as a duplas jornadas não remuneradas (Bogarim; Ortega, 2024).

Tais perspectivas levaram à reflexão do objetivo deste artigo que é o de analisar o cuidado como uma prática vivenciada no cotidiano das mulheres pantaneiras.

Diante do exposto, o texto está organizado em quatro seções principais: (1) fundamentação teórica, que articula conceitos de cuidado, trabalho feminino e habitar/viver; (2) metodologia, detalhando a abordagem etnográfica e os desafios da pesquisa-nativa; (3) resultados preliminares, com ênfase nas hierarquias entre homens e mulheres na culinária pantaneira e outras práticas que permeiam o cuidar; e (4) considerações finais, que apontam para a necessidade de políticas que reconheçam o valor econômico e cultural do trabalho invisível das mulheres pantaneiras.

O artigo oferece um recorte analítico urgente, dada a acelerada transformação do cuidado no Pantanal. Seus achados reforçam que o cuidado pantaneiro é uma linguagem política silenciosa gestada no ritmo do pilão, no tempo compartilhado do tacho de doce e nas narrativas que resistem à erosão do tempo e espaço de tantas famílias de pantaneiros.

Entrando na cozinha pantaneira: o cuidado em perspectiva

O estudo das práticas de cuidado desenvolvidas pelas mulheres pantaneiras encontra ressonância em um diálogo teórico que articula a antropologia do cuidado e suas abordagens socioeconômicas com aspectos da geografia. Partindo da perspectiva de Joan Tronto (1993), o cuidado é compreendido não como uma atividade restrita ao âmbito doméstico, mas como um fenômeno complexo que envolve dimensões políticas, morais e materiais. Na visão da autora, o ato de cuidar reflete e reproduz estruturas de poder que organizam as relações sociais, sendo particularmente relevante para analisar o formato de negociação que as mulheres pantaneiras usam como marcador de posição em um contexto marcado por transformações econômicas e ambientais.

Para Tim Ingold (2000), o conhecimento não é abstraído da experiência, mas é incorporado por meio de gestos e técnicas cotidianas que conectam os seres humanos ao seu entorno. Ao relacionar essa abordagem com o “habitar”, tem-se uma perspectiva fundamental para entender a maneira como as práticas de cuidado se entrelaçam com o ambiente pantaneiro, ou seja, o conhecimento não é abstraído da experiência, mas é incorporado mediante gestos e técnicas cotidianas que conectam os seres humanos ao seu entorno, como, por exemplo, o manejo de recursos hídricos durante as secas ou o processamento de frutos nativos, que são transmitidos geracionalmente, mas raramente reconhecidos como formas legítimas de conhecimento. A materialidade dessas práticas, expressa em objetos como pilões, panelas de barro e instrumentos de trabalho, revela uma profunda conexão entre corpo, técnica e ambiente.

Marilyn Strathern (2009) contribui com uma análise sobre as construções e negociações das práticas cotidianas nas relações de gênero e seu conceito de “tecnologia de relações” é particularmente útil para compreender as contradições presentes no trabalho das mulheres pantaneiras, cujas atividades semelhantes - como o preparo de alimentos - são valorizadas diferentemente dependendo de quem as executa. Enquanto os homens ganham visibilidade como “cucas” nas comitivas pantaneiras, o trabalho feminino permanece invisível, embora igualmente essencial. Essa abordagem permite questionar as dicotomias estabelecidas

entre produção e reprodução, mostrando como elas são socialmente construídas e mantidas.

Silvia Federici (2019) amplia essa discussão ao demonstrar como o capitalismo se apropria e invisibiliza o trabalho reprodutivo realizado predominantemente por mulheres, especificando a parte desse trabalho que dialoga com a realidade socioeconômica baseada no cuidado. No contexto pantaneiro, essa perspectiva ajuda a entender a dupla jornada enfrentada pelas mulheres, que conciliam o trabalho doméstico não remunerado com atividades econômicas cada vez mais precarizadas, especialmente com o avanço do turismo na região. Os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (2023) mostram claramente essa assimetria, revelando como as mulheres dedicam quase o dobro de tempo aos cuidados não remunerados em comparação com os homens.

As diferentes abordagens teóricas convergem para uma compreensão do cuidado pantaneiro como uma prática complexa que transcende categorias analíticas rígidas. Longe de ser uma atividade meramente doméstica ou individual, o cuidado aparece como um fenômeno coletivo que envolve relações intergeracionais, especificidades ambientais e estratégias de resistência cultural que se estruturam e regeneram em gerações passadas e futuras. Ao articular essas perspectivas, este estudo oferece uma visão mais abrangente das práticas de cuidado no Pantanal, mostrando como elas são simultaneamente tradicionais e dinâmicas, adaptando-se às transformações do contexto regional enquanto mantêm sua função central na reprodução da vida social e cultural.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa adotou uma abordagem etnográfica, com ênfase na observação direta como principal técnica de coleta de dados. O trabalho de campo foi realizado nos anos de 2024 e 2025 nas regiões de Cáceres - MT e de Campo Grande - MS, essa delimitação espacial representa diferentes contextos da vida pantaneira, o primeiro mantendo características mais tradicionais, e o segundo refletindo os processos de urbanização e transformação do bioma, que migram entre urbano e rural, mas preservam as tradições independentemente da localização geográfica em que as mulheres residem. A observação direta permitiu acompanhar as atividades cotidianas das mulheres pantaneiras em seus espaços de vida e trabalho, desde as casas de tapera até as cozinhas instaladas à parte no quintal de casa, registrando minuciosamente gestos, técnicas e interações que compõem as práticas de cuidado.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem etnográfica ancorada na “descrição densa” (Geertz, 1989) e na “teoria vivida” (Peirano, 2006), combinando observação direta, havendo mais de uma entrevista com a mesma pessoa, sendo entrevistas semiestruturadas com duração de aproximadamente 32 horas de gravações, com oito interlocutoras, sendo sete mulheres e um homem, além de conversas informais que validam esta pesquisa e análise de objetos cotidianos, como, por exemplo, o uso de utensílios de cozinha como pilões e panelas de barro, na produção. Todas as interlocutoras são pantaneiras, moradoras das cidades do entorno do Pantanal - destacadamente a cidade de Cáceres no estado do Mato Grosso - e que residem atualmente na capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, ambas cidades se caracterizam como delimitação espacial da pesquisa. A Figura 01 apresenta a indicação da localização do trabalho de campo.

Figura 1. Mapa de localização do Pantanal



Fonte: Autoria (2025).

A experiência de uma das autoras a credibiliza ao uso de memórias familiares e diários de campo para identificar práticas de cuidado, como o preparo da paçoca pantaneira e do doce de goiaba, rituais que encapsulam saberes intergeracionais transmitidos por mulheres, desafiando dicotomias ocidentais entre produção e reprodução, conforme proposto por Strathern (2009).

A etapa etnográfica reflete sobre a preparação do doce de goiaba, por se tratar de uma atividade que demanda dois dias de trabalho coletivo ou individual feminino, sendo simultaneamente um ato produtivo e afetivo, mas raramente reconhecido como trabalho. Já a paçoca pantaneira, embora envolva técnicas semelhantes e também seja executada por mulheres, ganha visibilidade quando executada por homens em comitivas e se torna atrativo culturalmente reconhecido em eventos da temática rural (Machado-Neto, 2020).

A escolha pelas práticas alimentares se justifica por seu papel na preservação da identidade cultural pantaneira, reforçando laços comunitários e, ao mesmo tempo, naturalizando desigualdades que operam instintivamente e, por vezes, não favorecem o trabalho feminino.

Nesse contexto, houve mais de uma entrevista com o mesmo interlocutor, aproximadamente cinco pessoas, utilizando o método de entrevistas semiestruturadas gravadas e posteriormente transcritas com três gerações de mulheres pantaneiras, com roteiro flexível que abordava temas como divisão do trabalho, transmissão de saberes e transformações nas práticas de cuidado, educação e cuidado da saúde dos filhos, netos e sobrinhos, o que permitiu que as interlocutoras conduzissem a conversa para aspectos que julgassem relevantes e, por isso, a temática culinária ressoa como uma “consequência” daquilo que essas mulheres julgam como importante. A escolha por esse modelo de entrevista possibilitou captar tanto as regularidades quanto as particularidades das experiências individuais, mantendo um equilíbrio entre comparação e profundidade, pois as perguntas feitas foram minuciosamente executadas a partir de bases teóricas sólidas como citadas anteriormente. É importante lembrar que as entrevistas foram realizadas após consentimento informado, e os dados pessoais foram tratados com confidencialidade.

A análise de objetos cotidianos, como pilões, panelas de barro, instrumentos de trabalho e fotografias familiares, constitui outro eixo metodológico importante. Seguindo a proposta de Appadurai (1986) sobre seguir os objetos, esses artefatos foram estudados não apenas em sua materialidade, mas como vetores de memória e relações sociais. As fotografias, em particular, serviram tanto como documentos históricos quanto como dispositivos para elicitar narrativas durante

as entrevistas, revelando mudanças e continuidades nas práticas de cuidado ao longo das gerações.

A posição da pesquisadora como membro da comunidade estudada trouxe tanto desafios quanto potencialidades metodológicas. Por um lado, exigiu constante reflexividade para equilibrar proximidade e distanciamento analítico; por outro, facilitou o acesso a espaços e informações que dificilmente estariam disponíveis a um pesquisador externo. Essa dupla condição foi trabalhada com o auxílio de diários de campo detalhados, onde foram registradas não apenas as observações, mas também as reflexões sobre o próprio posicionamento no campo.

A análise dos dados combinou técnicas de descrição densa (Geertz, 1989) com abordagens hermenêuticas, buscando interpretar as práticas observadas em suas múltiplas camadas de significado. O material foi organizado em três eixos analíticos principais: (1) as técnicas corporais envolvidas no cuidado, (2) os sistemas de transmissão de saberes e (3) as transformações nas relações entre mulheres e homens. A triangulação entre observação direta, entrevistas e análise de objetos permitiu construir uma compreensão multidimensional do cuidado pantaneiro, evitando reducionismos e capturando suas contradições e complexidades.

Do ponto de vista ético, a pesquisa seguiu os princípios da antropologia, garantindo o anonimato das participantes quando solicitado e o uso responsável das informações compartilhadas. A abordagem metodológica adotada, ao combinar observação direta prolongada com outros instrumentos qualitativos, mostrou-se particularmente adequada para capturar as nuances das práticas de cuidado, revelando tanto suas dimensões materiais quanto seus significados culturais mais profundos.

As mãos que movem o doce no Pantanal

Os dados da pesquisa revelam que as práticas de cuidado desenvolvidas pelas mulheres pantaneiras constituem um complexo sistema de conhecimentos e relações que desafiam as categorias analíticas convencionais. A observação direta do preparo de alimentos tradicionais, como a paçoca pantaneira e o doce de goiaba, demonstrou como essas atividades vão além da mera produção de comida, transformando-se em veículos de transmissão intergeracional de saberes e em espaços de sociabilidade feminina. No caso específico do doce de goiaba, o processo que dura aproximadamente dois dias envolve não apenas técnicas culinárias específicas, como o uso de cinza para evitar que o doce queime, mas também momentos de compartilhamento de histórias e ensinamentos entre mulheres de diferentes idades.

A análise das entrevistas com três gerações de mulheres pantaneiras aponta para uma contradição central: embora sejam as principais responsáveis pelas práticas de cuidado que sustentam a vida familiar e comunitária, representando cerca de 80% dessas atividades segundo dados do IBGE (2024), seu trabalho permanece sistematicamente invisibilizado nos registros formais. Tal processo se acentua quando comparada à visibilidade concedida aos homens em atividades similares. Enquanto o trabalho masculino na preparação da paçoca nas comitivas, nas festas ou nos eventos públicos pantaneiros é reconhecido e valorizado socialmente com figuras como o “cuca” ganhando destaque (Machado-Neto, 2020), o mesmo trabalho realizado por mulheres no âmbito doméstico é naturalizado como parte de suas obrigações.

Os objetos cotidianos analisados como pilões, panelas de barro e instrumentos de trabalho (machados, foices e demais utensílios feitos de couro de boi) emergem como importantes artefatos de memória que materializam essas assimetrias entendidas como “objetos comuns ao trabalho doméstico feminino”. Para exemplificar os utensílios usados na cozinha pantaneira, a Figura 02 apresenta o pilão, feito de um único tronco de madeira, a colher de pau, conhecida como mão de pilão, a gamela que se trata de um utensílio da cultura material de povos indígenas e escravizados, sendo uma vasilha esculpida comumente em madeira maciça retirada de árvores, e também as peneiras de palha:

Figura 2. Artefatos pantaneiros



Fonte: Museu de História Natural em Cáceres – MT. Foto: Ortega, A. A.

O pilão, por exemplo, aparece tanto nas narrativas quanto nas observações como um objeto carregado de significados contraditórios. Enquanto o uso masculino em contextos públicos é celebrado, no cotidiano das mulheres é dado como certo e natural devido aos padrões de sociais que diferenciam mulheres e homens, que se atribuem especificamente ao ato como “não merecedor de reconhecimento” ao manipular o objeto. Dessa forma, é necessário refletir a diferenciação proposta por Strathern (2009), quando interpreta que mesmo um ato sendo repetido por outra pessoa, ainda não carregará a similaridade de sentidos e significados baseados por aquele no qual executa, e assim esses objetos adquirem significados distintos conforme o gênero de quem o executa, como executa e para que executa. Dessa forma, é importante elucidar a disparidade entre esses afazeres cotidianos atrelados ao cuidado e suas relações com base na execução dos atos por mulheres e homens.

O diálogo entre os fazeres das mulheres e dos homens se intensificam com a possibilidade de o produto dessa relação gerar renda, como, por exemplo, a partir do avanço do turismo na região que introduziu novas camadas de complexidade à dinâmica do cuidado. As mulheres pantaneiras entrevistadas relatam a necessidade de conciliar o trabalho doméstico não remunerado com o trabalho assalariado nas pousadas, onde muitas vezes reproduzem as mesmas práticas de cuidado, agora inseridas em uma lógica de mercado. Assim, desenha-se uma dupla jornada de trabalho, que chega a representar até 21,3 horas semanais de trabalho não remunerado (Ministério do Trabalho e Emprego, 2025). Assim, evidencia-se como as transformações econômicas na região têm se apoiado na manutenção histórica de desigualdade de gênero.

A pesquisa indica que o cuidado no Pantanal opera simultaneamente como: (1) sistema de conhecimento relacionado ao ambiente Pantanal reproduzido de forma geracional tradicional, (2) mecanismo de reprodução das desigualdades entre homens e mulheres e (3) estratégia de resistência cultural frente às transformações econômicas ao longo dos anos.

Considerações Finais

Diante do exposto, faz-se necessário apontar para a complexidade das práticas de cuidado desenvolvidas pelas mulheres pantaneiras, revelando um sistema sociocultural que articula trabalho, afeto e resistência de maneiras particulares. O estudo demonstra que o cuidado no Pantanal transcende amplamente a esfera doméstica, constituindo-se como um conjunto de saberes e técnicas essenciais para a reprodução da vida no bioma, desde o manejo ambiental na reprodução de técnicas de cuidados com a saúde, como a infusão de chás de plantas e casca de árvores,

até a preservação da identidade cultural que se entrelaça pela alimentação, saúde e educação. Contudo, essa centralidade contrasta radicalmente com a invisibilidade estatística e social do trabalho feminino, um paradoxo que se mantém e se reinventa mesmo diante das transformações econômicas recentes na região.

As análises realizadas até o momento sugerem que a divisão sexual do trabalho no Pantanal opera mediante mecanismos sutis, nos quais atividades semelhantes são valorizadas diferentemente conforme o gênero de quem as executa. Essa diferenciação, longe de ser natural, mostra-se como uma construção social que beneficia determinados atores, especialmente o setor turístico em relação à expansão à custa da sobrecarga de trabalho das mulheres. A sobrecarga da dupla jornada feminina (remunerada nas pousadas e não remunerada nos lares) indica que o desenvolvimento econômico da região tem se apoiado na manutenção de assimetrias históricas, em um processo que ecoa o resultado da exploração capitalista como trabalho reprodutivo.

A pesquisa também revela que as práticas de cuidado funcionam como estratégias de resistência cultural, especialmente por meio da transmissão intergeracional de saberes alimentares e medicinais. O preparo do doce de goiaba, a paçoca pantaneira e o manejo de plantas que curam qualquer mal aparecem não apenas como técnicas de sobrevivência, mas como formas de preservar memórias e identidades frente à homogeneização cultural. Nesse sentido, o cuidado se mostra como uma linguagem política silenciosa, que desafia dicotomias ocidentais entre produção e reprodução, natureza e cultura.

Por fim, a análise da dinâmica do cuidado no Pantanal contribui para visibilizar o trabalho essencial das mulheres pantaneiras, questionando os mecanismos que perpetuam sua desvalorização. Os achados reforçam a urgência de políticas que reconheçam o cuidado e o trabalho doméstico como atividade econômica, seja ele praticado em fazendas, hotéis, pousadas e/ou dentro de suas próprias residências.

Agradecimentos

Agradeço com profundo respeito e carinho às mulheres pantaneiras que compartilharam suas histórias, saberes e modos de viver o cuidado, permitindo que este trabalho se estruturasse academicamente. Em especial, à minha família, que compôs as vozes desta pesquisa, à minha tia Nair, prima Cida, tia-avó Maria, tia-avó Severiana e tio-avô José, por acolherem minhas perguntas e ensinarem por meio dos gestos a manterem vivas as memórias que inspiraram essa escrita, especialmente a memória de minha avó Ana.

À Prof^a Dr^a Mara Aline Ribeiro, pela orientação generosa, pelas provocações teóricas, pela escuta cuidadosa durante todo o processo e pela parceria na escrita. Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - PPGAS/UFMS e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pelo apoio institucional e financeiro que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa.

Referências

- APPADURAI, Arjun. **The social life of things: commodities in cultural perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- BOGARIM, Beatriz Silva; ORTEGA, Ana Adelaide. “Na pousada eu faço, praticamente, a mesma coisa de casa”: a reprodução do trabalho doméstico no Pantanal/MS – Brasil. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, ano 2025, n. 2, p. 186-200, jul./dez. 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatório de segurança alimentar em comunidades tradicionais do Pantanal**. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds>. Acesso em: 15 jan. 2025.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Desafios da mulher no mercado de trabalho: desigualdade de gênero e racismo persistem**. Brasília: MTE, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/marco/desafios-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-desigualdade-de-genero-e-racismo-persistem>. Acesso em: 30 mai. 2025.
- FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- GEERTZ, Clifford. **Local knowledge: further essays in interpretive anthropology**. New York: Basic Books, 1983.
- INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cobertura natural dos biomas do país de 2000 a 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28944-ibge-retrata-cobertura-natural-dos-biomas-do-pais-de-2000-a-2018>. Acesso em: 10 mai. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua: rendimentos de todas as fontes 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/32c7fd77cb1b91b74c2b2a9171febd8b.pdf. Acesso em: 30 mai. 2025.
- MACHADO-NETO, Paulo. **Cozinha pantaneira: comitiva dos sabores**. 1. ed. São Paulo: BEI Editora, 2020. 180 p. Disponível em: <https://documentapantanal.com.br/download/LivroCozinhaPantaneira.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.
- PEIRANO, M. A. P. A teoria vivida: desafio antropológico da atualidade. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (org.). **Antropologia e identidade: um diálogo com o pensamento de Roberto Cardoso de Oliveira**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006. p. 105–122.
- RIBEIRO, M. A. **Ecoturismo, territorialidades e visibilidades: uma etnografia na região do Pantanal do Abobral**. Campo Grande: EdUFMS, 2018.
- STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- TRONTO, Joan. **Moral boundaries: a political argument for an ethic of care**. New York: Routledge, 1993.

BARREIRAS E INCLUSÃO NO MERCADO DE TI: PERCEPÇÕES ACADÊMICAS SOBRE DIVERSIDADE E OPORTUNIDADES NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

BARRIERS AND INCLUSION IN THE IT MARKET: ACADEMIC PERCEPTIONS ON DIVERSITY AND OPPORTUNITIES ON THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER

BARRERAS E INCLUSIÓN EN EL MERCADO DE TI: PERCEPCIONES ACADÉMICAS SOBRE DIVERSIDAD Y OPORTUNIDADES EN LA FRONTERA BRASIL-BOLIVIA

DOI 10.55028/geop.v20i39

Ana Lucia Monteiro Maciel Golin*

Resumo: Este artigo analisa a percepção de estudantes de Sistemas de Informação da UFMS/CPAN sobre o mercado de trabalho de TI na fronteira. O estudo investigou a visão acadêmica sobre a contratação de bolivianos, o compromisso empresarial com a diversidade e as oportunidades de trabalho na região. A metodologia incluiu análise qualitativa e quantitativa. Os resultados indicam que a contratação formal de bolivianos é quase inexistente, com prevalência de informalidade. Barreiras como xenofobia e preconceito foram pontuadas, e a diversidade é vista mais como discurso. Conclui-se a necessidade de políticas de inclusão, integração e maior divulgação das oportunidades na área transfronteiriça.

Palavras-chave: Tecnologia, Informação, Fronteira.

Abstract: This article analyzes the perception of Systems Information students from UFMS/CPAN regarding the IT job market in the border region. The study investigated the academics' view on the hiring of Bolivians, corporate commitment to

Introdução

A região de fronteira, por sua própria natureza, configura um espaço de complexas interações culturais, sociais e econômicas. Em Corumbá, Mato Grosso do Sul, a proximidade com a Bolívia, especialmente com cidades como Puerto Quijarro e Puerto Suárez, cria um cenário singular de trocas e influências mútuas (Costa, 2015). No contexto do mercado de trabalho, essa dinâmica se manifesta de maneiras diversas, desde a informalidade de trabalhadores migrantes até a busca por oportunidades formais e o desenvolvimento de setores específicos, como a Tecnologia da Informação (TI).

* Bacharel em Administração (2001). Doutora em Linguística Aplicada (2024) pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal – UFMS/CPAN. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4272-4528>, e-mail: ana.maciel@ufms.br.

diversity, and employment opportunities in the region. The methodology included qualitative and quantitative analysis. Results indicate that the formal hiring of Bolivians is almost non-existent, with informality prevailing. Barriers such as xenophobia and prejudice were highlighted, and diversity is seen more as discourse. We conclude that there is a need for inclusion policies, integration, and greater dissemination of opportunities in the cross-border area.

Keywords: Technology, Information, Border.

Resumen: Este artículo analiza la percepción de estudiantes de Sistemas de Información de la UFMS/CPAN sobre el mercado laboral de TI en la región fronteriza. El estudio investigó la visión académica sobre la contratación de bolivianos, el compromiso empresarial con la diversidad y las oportunidades de empleo en la región. La metodología incluyó análisis cualitativo y cuantitativo. Los resultados indican que la contratación formal de bolivianos es casi inexistente, predominando la informalidad. Se señalaron barreras como la xenofobia y el prejuicio, y la diversidad es vista más como discurso. Se concluye la necesidad de políticas de inclusión, integración y mayor divulgación de oportunidades en el área transfronteriza.

Palabras clave: Tecnología, Información, Frontera.



Compreender as percepções dos futuros profissionais sobre este ambiente é crucial para identificar lacunas, desafios e potenciais. Tema já abordado, em parte, por Golin e Parada (2018) sobre o conhecimento e conjuntura de mercado antes da realização de novos empreendimentos.

De tal modo, este artigo propõe analisar a visão de estudantes do curso de Sistemas de Informação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus do Pantanal (CPAN), que cursaram a disciplina de Comportamento Organizacional, no primeiro semestre de 2025. O foco está em compreender como esses estudantes percebem o mercado de trabalho em TI na região fronteiriça levando em consideração a percepção sobre a contratação de profissionais por empresários locais, a diversidade e possibilidades de atuação profissional na fronteira.

A diversidade no mercado de trabalho tornou-se um pilar central na gestão de pessoas e no comportamento organizacional. Como apontam Robbins, Judge e Sobral (2010), organizações que integram e valorizam a diversidade em suas equipes frequentemente se destacam pela inovação, criatividade e uma maior capacidade de solucionar problemas. A variedade de perspectivas e experiências que emana de um quadro de funcionários diversificado não só impulsiona decisões mais eficazes,

mas também aprimora a compreensão das demandas de um mercado cada vez mais globalizado.

Adicionalmente, em um cenário onde a mobilidade profissional transcende as barreiras geográficas, a diversidade ganha uma dimensão ainda mais estratégica, especialmente em países que fazem fronteira. A possibilidade de atuar em mercados laborais adjacentes, por exemplo, em nações vizinhas, exige que as empresas estejam preparadas para acolher e integrar profissionais com diferentes formações culturais, linguísticas e legais.

Pela perspectiva de Robbins, Judge e Sobral (2010) a gestão eficaz dessa diversidade, que aqui se caracteriza como transfronteiriça, não só enriquece o capital humano da organização, mas também confere uma vantagem competitiva significativa, permitindo que as empresas compreendam e respondam de forma mais ágil às particularidades desses mercados limítrofes. Isso contribui para um ambiente de trabalho mais inclusivo e equitativo, onde os colaboradores se sintam valorizados e engajados, impactando positivamente tanto a performance organizacional quanto a satisfação individual.

O presente estudo teve como objetivo investigar a percepção dos estudantes acerca do mercado de trabalho local na área de Tecnologia da Informação na região de fronteira, abrangendo tanto o lado brasileiro quanto o boliviano, dando enfoque às questões relacionadas à diversidade na contratação de funcionários bolivianos por empresas de Corumbá/MS, destacando a disposição dos estudantes em atuar profissionalmente no país vizinho (Bolívia) após a formação ou para a realização de estágios.

Metodologia

Esta pesquisa surgiu a partir de resultados avaliativos e tarefas semanais da disciplina de Comportamento Organizacional, oferecida no primeiro semestre de 2025, via AVA institucional. Para coletar as informações sobre a concepção de estudantes do curso de Sistemas de Informação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Câmpus do Pantanal (CPAN), foram utilizados como ferramentas de coleta de dados os Fóruns do AVA e questionários online, elaborados em Google Forms adaptados. Os questionários aplicados foram estruturados para gerar dados abrangentes, dividindo-se em diferentes categorias de perguntas.

A pesquisa do tipo descritiva e exploratória adotou uma abordagem qualitativa, complementada por dados quantitativos, para analisar as percepções dos estudantes. A população do estudo foi composta inicialmente por 22 alunos res-

pondentes (da atividade do AVA), e ao final do semestre letivo, por 17 estudantes (os concluintes da disciplina).

A coleta de dados foi realizada em duas etapas, inicialmente por meio de uma pergunta disponibilizada como tarefa semanal, no AVA da disciplina, após o conteúdo sobre Diversidade nas organizações, ter sido apresentado. E, num segundo momento, ao final da disciplina, foi disponibilizado aos alunos um questionário avaliativo, no qual continha entre outras, quatro perguntas específicas sobre a temática do Mercado de trabalho em TI e a Fronteira, sendo a primeira e a segunda de caráter discursivo (abertas), permitindo aos estudantes expressarem suas opiniões de forma detalhada, e a terceira e a quarta de caráter objetivo (fechadas, com opções SIM ou NÃO).

As respostas discursivas foram analisadas por meio de uma abordagem de conteúdo, identificando temas recorrentes, padrões e divergências nas percepções dos estudantes. As respostas fechadas foram quantificadas para fornecer um panorama das opiniões, utilizando a média simples, que considera os valores absolutos dos dados coletados, representado em termos percentuais relativos. A compilação e categorização dos dados foram realizadas a partir dos dados recebidos, com atuação direta da pesquisadora, além do uso da ferramenta de Inteligência Artificial (IA) presente no Google Gemini, sobretudo para auxiliar na construção das análises de dados.

Resultados e discussão

Compreender o ambiente de trabalho é um pilar fundamental quando se discute diversidade sob a ótica do Comportamento Organizacional. Conforme salientam Robbins, Judge e Sobral (2010), um ambiente onde os colaboradores se sentem aceitos e valorizados por suas singularidades — sejam elas étnicas, de gênero, de idade, ou de qualquer outra natureza — é crucial para o engajamento e a produtividade. O sentimento de pertencer à equipe e à organização transcende a mera inclusão formal, ele se traduz na percepção de que suas contribuições são importantes e que suas vozes são ouvidas. Sem esse senso de pertencimento, a diversidade pode se tornar apenas um rótulo, falhando em gerar os benefícios esperados, como inovação e melhor desempenho.

Em um contexto de profissionais de TI, essa discussão ganha uma camada adicional de complexidade e relevância, especialmente quando consideramos a atuação transfronteiriça. Embora a natureza da tecnologia da informação, com suas linguagens de programação universais e sistemas computacionais que facilmente superam barreiras geográficas, surge uma necessidade de adaptabilidade

inerente, sendo fundamental reconhecer e valorizar a cultura e as condições de trabalho nessas regiões de fronteira.

Mesmo com a capacidade de atuar remotamente em diversos locais, as nuances culturais, legais e as expectativas específicas de cada mercado podem impactar no bem-estar e na eficácia desses profissionais. Ignorar essas particularidades pode comprometer o senso de pertencimento e, consequentemente, a retenção de talentos diversos.

A análise dos dados coletados revelou *insights* significativos sobre a percepção dos estudantes em relação ao mercado de trabalho e à diversidade na região fronteiriça. As discussões a seguir aprofundam esses achados, conectando-os a conceitos teóricos e implicações práticas.

Percepções sobre a contratação de funcionários bolivianos e a diversidade nas empresas locais

Indagados sobre a contratação de funcionários bolivianos e a diversidade nas empresas locais, os participantes expressaram que a contratação formal de funcionários bolivianos é percebida como quase inexistente ou bastante limitada por parte dos gestores em Corumbá/MS. Essa constatação aponta para uma dinâmica de mercado de trabalho que, embora permeada por intensa interação transfronteiriça, ainda não se traduz em políticas de inclusão formal para migrantes. E pode ser identificada pelo seguinte relato:

...a contratação desses profissionais por parte dos gestores das empresas locais é **quase inexistente** (Acadêmico, Resposta 1, grifo da autora).

A prevalência da atuação boliviana em atividades autônomas e informais (feiras, vendas de rua) sugere uma participação ainda limitada no mercado formal, o que pode ser interpretado como um mecanismo de sobrevivência diante das barreiras de acesso. Este cenário ecoa discussões sobre a informalidade laboral em zonas de fronteira, onde a regulação é mais complexa e a mão de obra migrante frequentemente preenche lacunas em setores menos valorizados (Fernandes; Castro, 2018).

A percepção de barreiras como a língua, discriminação sutil, estereótipos e preconceitos e xenofobia é um achado crítico. A forte indicação de que os corumbaenses tendem a favorecer a própria população e que existe uma mentalidade preconceituosa que dificulta a valorização da diversidade, aponta para desafios socioculturais profundos. Tais barreiras não são apenas linguísticas ou burocráticas, mas estão enraizadas em preconceitos que se manifestam na gestão excludente e homogênea, onde a diversidade é vista mais como um discurso sem impacto

real do que como um compromisso estratégico (Robbins; Judge; Sobral, 2010). Conforme relato expresso a seguir:

A contratação de bolivianos é uma estratégia vantajosa para as empresas de Corumbá/MS, considerando a realidade fronteiriça da região. Mas, o compromisso com a diversidade depende da cultura organizacional de cada empresa. Apesar de muitos trabalhadores bolivianos **enfrentarem xenofobia** por parte da população local, ainda há espaço para avanços na inclusão e na diversidade da força de trabalho. Para que isso ocorra, é essencial que os empresários adotem políticas concretas de inclusão. Caso contrário, a diversidade será apenas um **discurso sem impacto real**. Minha percepção sobre a diversidade nas empresas locais é que, em geral, os **cargos menos valorizados** são ocupados por bolivianos. Em conversas com alguns trabalhadores, eles relataram receber salários menores do que os brasileiros, mesmo desempenhando as mesmas funções. Isso mostra que ainda há muito a melhorar (Acadêmico, Resposta 11, grifo da autora).

Este ponto também dialoga com a literatura sobre capital social e discriminação no mercado de trabalho, onde grupos minoritários enfrentam desvantagens sistêmicas no acesso a oportunidades e na progressão de carreira (Bourdieu, 1986).

Contrariamente a essa limitação no mercado formal, os estudantes destacam o forte empreendedorismo boliviano na cidade. Essa resiliência e capacidade de adaptação, onde muitos abrem seus próprios negócios, reflete uma estratégia proativa de inserção econômica diante das barreiras. O empreendedorismo migrante é um fenômeno global, frequentemente impulsionado pela necessidade e pela falta de acesso a empregos formais, mas também pela capacidade de identificar e explorar nichos de mercado (Light; Gold, 2000).

Por outro lado, o reconhecimento de que a diversidade pode trazer novos talentos, novas habilidades e perspectivas, e que equipes diversificadas tendem a ser mais inovadoras e criativas, demonstra que, apesar da realidade percebida, os estudantes compreendem os benefícios potenciais da diversidade para a performance organizacional. Essa percepção, embora em contraste com a prática observada, sublinha a importância de promover uma cultura empresarial que valorize a pluralidade como um ativo estratégico (Cox Jr., 1993).

Percepção sobre o Mercado de Trabalho Local na Região de Fronteira

A visão do mercado de trabalho em Corumbá, embora com boas oportunidades em setores como comércio, turismo, logística e serviços, é marcada pela percepção de ser muito competitivo e limitado em áreas mais técnicas e de inovação, especialmente para o campo da Tecnologia da Informação. Isso sugere um descompasso entre a formação em TI e a demanda local, que parece estar mais concentrada em funções operacionais ou em setores tradicionais (mineração,

empreendedorismo local). Esse cenário pode indicar uma fuga de cérebros ou a necessidade de importação de talentos de TI de outros centros, caso a região não consiga desenvolver um ecossistema mais robusto para a inovação tecnológica.

Nesse contexto, Golin e Parada (2018) ressaltam a importância de se ter conhecimento da situação de mercado antes da implantação de novos empreendimentos, pois o sucesso de um negócio na área de TI está intrinsecamente ligado à visão clara das condições e das tecnologias existentes, bem como dos produtos e serviços de software e hardware que atendem à demanda regional.

O contraste evidente entre os mercados brasileiro e boliviano na região de fronteira é um ponto chave. Enquanto Corumbá (Brasil) oferece mais empregos formais e concursos públicos, o lado boliviano é caracterizado por um mercado mais informal e menos desenvolvido tecnologicamente. Essa dualidade fronteiriça cria diferentes cenários de oportunidades e desafios, onde a xenofobia e a barreira da língua portuguesa persistem como fatores que impedem a plena equiparação de oportunidades. Tais assimetrias são comuns em fronteiras com diferentes níveis de desenvolvimento econômico e marcos regulatórios, influenciando os fluxos migratórios e a dinâmica laboral (Mezzanotte, 2014).

Conforme Costa (2015), a criminalização do comércio informal e as restrições à circulação e trabalho dos bolivianos não só revelam os limites e a competitividade do mercado de trabalho local, mas também elucidam como questões sociais na fronteira impactam as reais possibilidades de inserção e aprofundam as desigualdades de oportunidades.

Apesar dos desafios, a proximidade com a Bolívia é vista como algo positivo que pode ampliar as possibilidades de atuação, especialmente no comércio internacional. Essa percepção otimista do potencial da fronteira para o intercâmbio profissional e econômico destaca a necessidade de explorar as sinergias decorrentes da localização geográfica, transcendendo as barreiras culturais e burocráticas (Machado, 2005).

Possibilidade de Atuação Profissional na Bolívia

A pesquisa revelou uma divisão quase exata entre os estudantes: 8 se mostraram favoráveis e 9 desfavoráveis à possibilidade de atuar profissionalmente na Bolívia após a formação ou para estágio, o que reflete uma ambivalência significativa. Essa indecisão pode ser atribuída à balança entre o potencial de crescimento e intercâmbio profissional de um lado, e as percepções de infraestrutura precária, limitações econômicas, barreiras legais e instabilidade política e financeira do

outro. Tal ambivalência é compreensível para profissionais em formação, que buscam estabilidade e boas perspectivas de carreira.

O lado favorável pode indicar uma visão mais aventureira ou uma percepção de nichos de mercado a serem explorados, enquanto o lado desfavorável reflete uma aversão ao risco ou uma preferência por mercados mais estruturados e seguros.

Conhecimento do Mercado de Trabalho em Tecnologia na Região de Fronteira

Um achado revelado pela pesquisa é que a grande maioria dos estudantes (12 de 17) demonstrou desconhecimento sobre o mercado de trabalho em tecnologia na amplitude da região fronteira (Brasil e Bolívia). Esta lacuna de informação significativa entre os futuros profissionais de TI é um alerta. Tal desconhecimento pode limitar as perspectivas de carreira dos estudantes, impedindo-os de identificar e aproveitar oportunidades em um contexto tão particular e com potencial transfronteiriço. Sugere-se uma falha na conexão entre a academia e a realidade do mercado regional, o que pode impactar a relevância da formação e a empregabilidade local dos egressos. A falta de conhecimento sobre o mercado local de TI, em ambas as fronteiras, pode levar a uma subutilização do capital humano e à perda de oportunidades de desenvolvimento regional.

Ao cruzar os dados sobre o conhecimento do mercado de trabalho na fronteira e a disposição dos estudantes em atuar profissionalmente na Bolívia há um descompasso, visto que, apesar de 12 dos 17 estudantes admitirem o desconhecimento sobre o mercado de tecnologia na região transfronteiriça, a pesquisa revela que uma parcela dos alunos demonstra até certa resistência a trabalhar na Bolívia (Tabela 1).

Tabela 1. Percepção e Conhecimento do Mercado de Trabalho em TI na Região Fronteira

PERGUNTA	RESPOSTA	NÚMERO DE ESTUDANTES	PERCENTUAL (%)
Possibilidade de Atuação na Bolívia	SIM	8	47,1%
Possibilidade de Atuação na Bolívia	NÃO	9	52,9%
TOTAL		17	100%
Conhecimento do Mercado de TI Fronteiriço	SIM	5	29,4%
Conhecimento do Mercado de TI Fronteiriço	NÃO	12	70,6%
TOTAL		17	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Essa desconexão é intrigante: como pode haver uma recusa em atuar em um mercado sobre o qual a maioria admite não ter informações? Essa atitude levanta a hipótese de que a decisão de “não trabalhar na Bolívia” pode ser baseada mais em percepções preconcebidas, estereótipos ou na ausência de informações concretas sobre o potencial e as características do mercado de TI boliviano, do que em uma análise fundamentada de oportunidades.

A falta de conhecimento aprofundado sobre o cenário transfronteiriço, conforme apontado anteriormente, parece reforçar as barreiras percebidas (infraestrutura, limitações econômicas, instabilidade, etc.), em vez de permitir uma avaliação racional das oportunidades. Isso sugere que a lacuna de informação significativa não apenas limita a identificação de nichos e perspectivas de carreira, mas também solidifica uma visão distorcida ou incompleta do mercado boliviano, impedindo que alguns dos estudantes brasileiros considerem seriamente esse lado da fronteira como uma alternativa viável e promissora para suas carreiras em TI.

Para que o potencial transfronteiriço seja plenamente explorado, é fundamental que essa lacuna informacional seja preenchida, permitindo que as decisões dos futuros profissionais sejam baseadas em dados concretos e não em preconceções.

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa evidenciam que a percepção dos estudantes de Sistemas de Informação da UFMS sobre o mercado de trabalho na fronteira de Corumbá/MS é marcada por uma complexa interação de desafios e oportunidades. Predomina a visão de um mercado local com barreiras significativas para a inclusão formal de trabalhadores bolivianos, permeado por preconceitos e uma aparente falta de compromisso empresarial com a diversidade como valor estratégico. A informalidade e o empreendedorismo surgem como as principais vias de inserção para a população boliviana, enquanto o mercado de TI em Corumbá é percebido como limitado.

Apesar de metade dos estudantes considerar a atuação profissional na Bolívia, o desconhecimento generalizado sobre o mercado de tecnologia na região de fronteira (ambos os lados) é um ponto crítico. Essa lacuna de informação pode restringir o horizonte profissional dos estudantes e impedir a exploração de potenciais sinergias transfronteiriças.

Para promover um mercado de trabalho mais inclusivo e dinâmico na região, é imperativo que empresas adotem políticas mais transparentes e proativas de diversidade e inclusão, superando barreiras culturais e burocráticas. Instituições de ensino, como a UFMS, têm um papel fundamental em ampliar o conhecimento dos

estudantes sobre o mercado de TI fronteiriço, incentivando a pesquisa, o empreendedorismo e a compreensão das particularidades dessa área. O poder público, por sua vez, deve atuar na criação de políticas que facilitem a formalização da mão de obra estrangeira e combatam a xenofobia, transformando a fronteira em um espaço de real integração e desenvolvimento mútuo. A rica diversidade cultural da região e o potencial de intercâmbio com a Bolívia podem ser catalisadores para a inovação e o crescimento, desde que as barreiras perceptivas e estruturais sejam ativamente superadas.

Referências

- BOURDIEU, P. The forms of capital. *In*: RICHARDSON, J. G. (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241–258.
- COX JR., T. **Cultural diversity in organizations: theory, research & practice**. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 1993.
- COSTA, G. V. L. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 35–63, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/JJ3VbPbqps3cr94JpVQVMdR/>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- FERNANDES, D. L.; CASTRO, M. G. Dinâmicas migratórias em cidades gêmeas: um estudo sobre Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia). **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 26, n. 53, p. 163–182, maio/ago. 2018.
- GOLIN, A. L. M. M.; PARADA, J. D. F. A influência da tecnologia da informação: uma reflexão bibliográfica sobre mercado de TI e organizações. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (EIGEDIN), 2., 2018, Naviraí, MS. **Anais [...]**. Naviraí, MS: UFMS, 2018. Disponível em: <https://cpan.ufms.br/files/2017/10/A-influencia-da-tecnologia-da-informacao-uma-refelxao-bibliografica-sobre-mercado-de-TI-e-organizacoes.pdf>. Acesso em: 17 maio 2025.
- GOOGLE. **Gemini**. 2025. Disponível em: <https://gemini.google.com/>. Acesso em: 10 jul. 2025.
- LIGHT, I.; GOLD, S. J. **Ethnic economies**. San Diego: Academic Press, 2000.
- MACHADO, L. O. Fronteiras e interações: a dinâmica socioeconômica da região de Corumbá (MS) e seu entorno boliviano. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 25, n. 1-2, p. 7–26, jan./dez. 2005.
- MEZZANOTTE, S. Fronteiras da informalidade: o trabalho migrante em contexto transfronteiriço. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 329–358, jul./dez. 2014.
- ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento organizacional**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

FRONTEIRAS COMPLEXAS: UMA ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR SOBRE OS ESTUDOS FRONTEIRIÇOS BRASILEIROS NA PERSPECTIVA DE EDGAR MORIN

COMPLEX BORDERS: A TRANSDISCIPLINARY APPROACH TO BRAZILIAN BORDER STUDIES FROM THE PERSPECTIVE OF EDGAR MORIN

DOI 10.55028/geop.v20i39

Vivian da Veiga Silva*

Resumo: O conceito de fronteira referia-se aos limites geográficos, sendo hoje aplicado à várias dimensões e entendido como elemento explicativo para a realidade social, o que já indica complexidade, aqui pensada a partir de Edgar Morin. O objetivo do presente artigo é situar o conceito de fronteira dentro desse paradigma, elaborando uma reflexão sobre as fronteiras brasileira (extensa e diversa) a partir dos princípios da complexidade.

Palavras-chave: complexidade, fronteiras brasileiras, estudos fronteiriços

Abstract: The concept of border used to refer to geographical limits, and is now applied to various dimensions and understood as an explanatory element for social reality, which already indicates complexity, here considered based on Edgar Morin. The objective of this article is to situate the concept of border within this paradigm, elaborating a reflection on the Brazilian borders (extensive and diverse) based on the principles of complexity.

Keywords: complexity, Brazilian borders, border studies.

Introdução

O conceito de fronteira está longe de ser unívoco e monolítico, passando por diversas reconceituações ao longo de sua existência e sendo abordado a partir de diferentes perspectivas teóricas, o que permite que a temática seja constantemente expandida e atualizada. Se em seus primórdios referia-se aos limites geográficos e políticos, hoje podemos utilizá-lo para pensar os limites culturais, sociais, linguísticos, identitários e espirituais, além de englobar fenômenos da nossa contemporaneidade e se consolidar enquanto elemento explicativo para a realidade social¹. Diante disso, é possível afirmar que o conceito de fronteira se encontra

* Cientista social, doutora em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Professora adjunta nas áreas de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Campus do Pantanal. Orcid 0000-0002-8512-340X. E-mail: vivian.veiga@ufms.br.

¹ Salientamos que o presente artigo não pretende apresentar uma revisão bibliográfica e historiográfica acerca do conceito de fronteira e suas reformulações, tampouco revisar a produção científica sobre o tema. Para aprofundamento sobre essas questões, indicamos: BENEDETTI, Alejandro. Claves para pensar las fronteras desde una perspectiva geográfica. *Geousp – Espaço e Tempo* (Online), v. 22, n. 2, p. 309-328, 2018.



em perpétua transformação a partir do processo de retroalimentação, ou seja, se modifica a partir das mudanças ocorridas na realidade social e ao se modificar permite também alterar a realidade social por trazer um diferente olhar interpretativo, nos levando diretamente para o campo da complexidade.

O pensamento complexo do teórico francês Edgar Morin tem como objetivo central superar a visão simplista e unidimensional, construindo um conhecimento mais amplo, a partir de diferentes campos científicos, como teoria da informação, cibernética, teoria dos sistemas e auto-organização. Para o autor, pensar a complexidade é romper a unidimensionalidade e a simplicidade, percebendo as interações, retroações e diálogos, superando os isolamentos científicos e disciplinares, estabelecendo um conhecimento mais completo da realidade social e reconhecendo as instabilidades, as incertezas e as desordens (essas entendidas como acasos e imprevisibilidades). Todos esses elementos presentes no paradigma da complexidade não somente estão presentes nos fenômenos relacionados à fronteira, como também permite enervar e potencializar esse conceito, na medida em que reconhece a sua multidimensionalidade e o empobrecimento que a visão simplista oferece.

Posto isso, o objetivo do presente artigo é situar o conceito de fronteira dentro do pensamento complexo, primeiramente apresentando essa

perspectiva teórica e, posteriormente, elaborando uma reflexão sobre fronteira a partir dos princípios da complexidade. Como forma de exemplificar a operacionalização desse exercício teórico, traremos elementos analíticos aplicados às fronteiras brasileiras. Considerando a amplitude da faixa fronteira do Brasil (16.886 quilômetros), devemos considerar a diversidade desse espaço territorial, geográfico, político, social e cultural, que atravessa diferentes sistemas culturais, abriga diferentes coletividades, produz diferentes conflitos e emana diferentes potencialidades. Logo, uma realidade social complexa que demanda um olhar teórico complexo.

O paradigma da complexidade

Pensar a partir do pensamento complexo é compreender que as entidades a serem estudadas são sistemas que somente existem e sobrevivem a partir da relação com o exterior, sendo compostas por partes heterogêneas e dialógicas que garantem a sua sobrevivência. Aqui reside o paradoxo do uno e do múltiplo: um sistema composto de partes diversas, que atuam inseparavelmente para seu funcionamento, sendo que o todo não se reduz as partes e vice-versa, o que demanda olhar a totalidade, o tecido completo.

O mundo e a realidade social carregam em si complexidade e multidimensionalidade, não sendo possível compreendê-los a partir de um pensamento simplificador, redutor e disjuntivo. Essa é a constatação que leva Edgar Morin à elaboração do que ele denomina complexidade ou pensamento complexo:

[...] A complexidade surge, é verdade, lá onde o pensamento simplificador falha, mas ela integra em si tudo o que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento. Enquanto o pensamento simplificador desintegra a complexidade do real, o pensamento complexo integra o mais possível os modos simplificadores de pensar, mas recusa as consequências mutiladoras, redutoras, unidimensionais e finalmente ofuscantes de uma simplificação que se considera reflexo do que há de real na realidade (Morin, 2011, p. 6).

O incômodo causado pela extrema especialização científica o levou a aceitar, em 1969, um convite de pesquisadores do Instituto Salk (San Diego, Califórnia) para uma estadia de um ano, no qual Morin conviveu com vários cientistas importantes, como John Hunt, Jonas Salk e Jacques Monod. O autor considera esse período como seu renascimento intelectual, que permitiu reunir teorias, debates e reflexões para a elaboração do pensamento complexo. Morin constrói e expõe os fundamentos de seu pensamento nos seis volumes de “O método” (A natureza da natureza, A vida da vida, O conhecimento do conhecimento, As ideias, A humanidade da humanidade e A ética), um intenso projeto intelectual desenvolvido entre 1977 e 2004.

De acordo com o autor, a concepção vigente de ciência (respaldada no paradigma cartesiano) nos induz a uma série de erros, na medida em que separa e hierarquiza dados, simplifica a relação sujeito-objeto e fornece uma visão unidimensional do mundo. Com isso, somos guiados por um pensamento fragmentado, binário, linear, redutor e disjuntivo.

Qualquer conhecimento opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos: separa (distingue ou disjunta) e une (associa, identifica); hierarquiza (o principal, o secundário) e centraliza (em função de um núcleo de noções-chave); estas operações, que se utilizam da lógica, são de fato comandadas por princípios “supralógicos” de organização do pensamento ou paradigmas, princípios ocultos que governam nossa visão das coisas e do mundo sem que tenhamos consciência disso (Morin, 2011, p. 10).

Especificamente acerca da relação sujeito-objeto, o autor alerta para a ilusão criada pela ideia de que é possível separar e distanciar essas duas instâncias, ignorando o fato de que essa é uma relação dialógica. Sujeito e objeto se afetam mutuamente, sendo ilusório ignorar esse fato, conforme indica Morin:

[...] efetivamente, a dualidade do objeto e do sujeito se coloca em termos de disjunção, de repulsão, de anulação recíproca. O encontro entre sujeito e objeto anula sempre um dos dois termos: ou bem o sujeito torna-se “ruído” (perturbação), ausência de sentido, ou bem é o objeto, poderíamos dizer o mundo, que se torna “ruído” [...]

O objeto e o sujeito, entregues cada um a si próprios, são conceitos insuficientes. A ideia de universo puramente objetivo está privada não apenas de sujeito, mas de entorno, de além; ela é de uma extrema pobreza, fechada sobre si mesma, não repousando sobre nada mais do que o postulado de objetividade, cercado por um vazio insondável tendo em seu centro, lá onde há o pensamento deste universo, um outro vazio insondável. O conceito de sujeito quer vegetando ao nível empírico, quer hipertrofiado ao nível transcendental, está por sua vez desprovido de entorno e, anulando o mundo, encerra-se em seu solipsismo (Morin, 2011, p. 41).

Desses erros e dessas ilusões, surge o que o autor denomina de paradigma da simplificação, regido pelos princípios da disjunção, da redução e da abstração. O antídoto para essa situação mistificadora seria a complexidade, que ele assim define:

[...] A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico [...] (Morin, 2011, p. 13).

Partindo dessas críticas, Morin pensa a complexidade a partir de alguns campos específicos, que permitem superar a simplificação e a disjunção. Da teoria de sistemas, ele retira a concepção de que algo somente funciona a partir da associação combinatória de elementos diferentes, o que traz a compreensão de que um todo não se reduz à soma de suas partes, mas sim constitui-se em uma unidade complexa. Aqui reside também a ideia de sistema aberto, a partir do qual é possível vislumbrar a realidade social como um sistema autônomo que somente existe através da relação indissolúvel com o meio ambiente, num processo de retroalimentação.

Completando o que o autor destaca como “virtude sistêmica”, a noção de sistema é concebida como algo ambíguo ou fantástico e não como algo real ou formal (que anula a complexidade), além de situar-se em um nível transdisciplinar. Dialogando com a cibernética (que, por sua vez, dialoga com a teoria dos sistemas), o autor acrescenta a noção de máquina como uma totalidade organizada, apoiada na ideia de informação.

A partir dessas considerações, podemos compreender que a complexidade é regida por três princípios, que por sua vez, estão interligados: princípio dialógico (associação simultânea de dois termos complementares e antagônicos); princípio da recursão organizacional (quebra da linearidade; tudo o que é produzido volta-se sobre o que o produz, criando um ciclo de auto constituição, de auto-organização e de autoprodução); princípio hologramático (tal qual um holograma, o todo está nas partes e as partes estão no todo).

Com essa mudança paradigmática, Morin pretende construir um conhecimento de caráter multidimensional, que permita acessar as interações e as retroações entre as partes e o todo (e o todo entre as partes), assim como reconstruir a relação sujeito-objeto, reconhecendo como essas duas instâncias se afetam mutuamente. Dessa forma, torna-se possível romper os isolamentos científicos e disciplinares, alcançando uma postura transdisciplinar.

A visão não complexa das ciências humanas, das ciências sociais, considera que há uma realidade econômica de um lado, uma realidade psicológica de outro, uma realidade demográfica de outro, etc. Acredita-se que estas categorias criadas pelas universidades sejam realidades, mas esquece-se que no econômico, por exemplo, há as necessidades e os desejos humanos. Atrás do dinheiro, há todo um mundo de paixões, há a psicologia humana. Mesmo nos fenômenos econômicos *stricto sensu*, atuam os fenômenos de multidão, os fenômenos ditos de pânico [...]

A consciência da multidimensionalidade nos conduz à ideia de que toda visão unidimensional, toda visão especializada, parcelada é pobre. É preciso que ela seja ligada a outras dimensões; daí a crença de que se pode identificar a complexidade com a complexidade (Morin, 2011, p. 69).

Portanto, para Morin, pensar a complexidade é romper a unidimensionalidade e a simplicidade, percebendo as interações, retroações e diálogos, superando os isolamentos científicos e disciplinares, estabelecendo um conhecimento mais completo da realidade social e reconhecendo as instabilidades, as incertezas e as desordens.

Considerando que Morin apresenta o pensamento complexo como um convite a repensar nossa maneira de organizar o conhecimento, podemos aplicar esse método nas mais diversas áreas, com o objetivo de complexificar as pesquisas e as teorias. Dessa forma, considerando as características e as peculiaridades dos estudos sobre fronteira, compreendemos que não somente é benéfico, como também necessário complexificarmos esse campo investigativo, como discutiremos a seguir a partir do diálogo com autoras e autores que pensaram e pensam a fronteira reconhecendo a sua complexidade e multidimensionalidade.

Tecendo diálogos complexos sobre a fronteira

De acordo com Leite e Baller (2015, p. 293), o termo fronteira é legitimado no século XIX, enquanto compreensão de limite territorial, e deve ser pensado como categoria explicativa. Porém, os autores indicam que, atualmente, essa categoria deve ser entendida como termo plural, “[...] permeado de significações, sentidos e funções, que ultrapassam as fronteiras políticas, econômicas, administrativas e geográficas”. Eles salientam que a fronteira é um campo de práticas sociais e culturais cotidianas com amplo e diversificado movimento humano. Já para Cardin e Albuquerque (2018), a fronteira é um conceito sociológico em construção, dotado de poder explicativo para inúmeros fenômenos contemporâneos.

Grimson (2000, p. 9) destaca a multidimensionalidade ao considerar que “[...] *frontera fue y es simultaneamente un objeto/concepto y un concepto/metáfora. De una parte parece haber fronteras físicas, territoriales; de la otra, fronteras culturales, simbólicas.*”. O autor ainda aponta que os conceitos de território e fronteira, inicialmente pensados em termos geográficos e políticos, foram complexificados através dos trabalhos etnográficos, o que reconfigurou esse campo de estudos fazendo emergir abordagens sobre sistema cultural, estrutura social, relações sociais, interações sociais, dinâmicas culturais e identidade cultural.

Conforme já mencionado na Introdução, o conceito de fronteira não é unívoco e monolítico, mas sim complexo, na medida em que passa por transformações e instabilidades, constituindo um campo de pesquisa formado por diferentes perspectivas. Logo, temos aqui o paradoxo do uno e do múltiplo, sendo que esse último aparece não somente no que se refere às diferentes abordagens, mas tam-

bém nas multiplicidades de formas fronteiriças e de viver a fronteira, conforme indicam Cardin, Albuquerque e Paiva (2019, p. 19):

A fronteira não é simplesmente uma realidade geográfica que precisa ser tratada por ordens governamentais ocupadas por construir um campo de força contra ameaças de fora. São realidades que precisam ser trabalhadas de maneira complexa, considerando as maneiras de viver de quem está na fronteira todos os dias, trabalhando, adoecendo, conversando, morrendo, se divertindo ou experimenta os resultados de desigualdades e injustiças sociais.

A realidade social é composta por múltiplas dimensões, o que não é exceção no que se refere ao tecido social fronteiriço. Cardin (2013) menciona as dimensões coexistentes da fronteira percebidas nos estudos fronteiriços brasileiros: histórica, política, econômica tributária, jurídica, cultural, religiosa e humana. Portanto, aqui reside não somente a multidimensionalidade, como também a necessidade de um olhar transdisciplinar (o diálogo efetivo entre diferentes ciências e disciplinas) e a impossibilidade de aprisionar a fronteira sob uma visão reducionista e simplificada, como também nos alerta Gloria Anzaldúa (2015, p. 137):

*Porque yo, como mestiza,
continuamente entro y salgo de una cultura
a otra.
porque estoy en todas las culturas a la vez,
alma entre dos mundos, tres, cuatro,
me zumba la cabeza con lo contradictorio.
Estoy norteadada por todas las voces que me hablan
simultaneamente.*

Em seu poema *Una lucha de fronteras*, a teórica já expressa a complexidade da condição fronteiriça: territórios e corpos atravessados por mais de uma cultura, que se manifestam e disputam espaço e influência, se entrecruzando e criando expressões. Para a autora, que reflete a partir da fronteira que ela vivencia, esse é um espaço que forma uma encruzilhada, onde se aproximam, se afastam e se cruzam duas ou mais culturas distintas, sendo os corpos fronteiriços aqueles atravessados por essas disputas e essas dicotomias.

La frontera entre México y Estados Unidos es una herida abierta en donde el tercer mundo raspa contra el primero y sangra. Y antes de formarse una costra vuelve la hemorragia, la sangrevida de dos mundos que se fusionan para formar un tercer país, una cultura fronteriza. Las fronteras se establecen para definir los lugares que son seguros e inseguros, para distinguirnos a nosotros de ellos. Una frontera es una línea divisoria, una franja angosta a lo largo de un borde escarpado. The borderland es un lugar vago e indeterminado creado por el residuo emocional de un límite artificial. Está en un estado constante de transición. Lo prohibido y vetado lo habitan. Los atravesados, las atravesadas viven ahí: los de mirada furtiva, las perversas, los queer, las buscapleitos, los mestizos, cualquiera que sea mulato, mezcla de razas o medio muerta; en resumen,

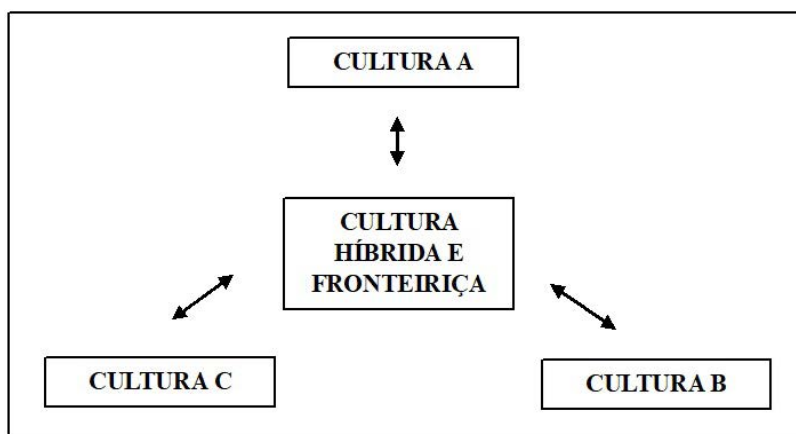
aquellos y aquellas que cruzan al otro lado, pasan por encima o traspasan los confines de lo "normal" [...] (Anzaldúa, 2015, p. 61).

Sendo assim, a fronteira se constitui como um espaço geográfico *sui generis*, caracterizado pela aproximação e disputa de duas ou mais culturas, construindo um imaginário social que é atravessado e entrecruzado pelo hibridismo de diferentes sistemas culturais, conforme Anzaldúa aponta:

El choque de un alma atrapada entre el mundo del espíritu y el mundo de la técnica a veces la deja entullada. Acunada en una cultura, hecha sandwich entre dos culturas, con un pie en cada una de las tres culturas y sus valores, la mestiza se somete a una lucha de carne y hueso, a la lucha de fronteras, a una guerra interna. Como toda la gente, solo vemos la versión de la realidad que comunica nuestra cultura. Como otras personas que tienen o viven inmersas en más de una cultura, recibimos múltiples mensajes, a menudo opuestos. La unión de dos marcos de referencia internamente coherentes, pero usualmente incompatibles, resulta en un choque cultural, una colisión de culturas (Anzaldúa, 2015, p.138).

Para a autora, as disputas e as conciliações dos sistemas culturais envolvidos em uma conjuntura de fronteira criaram um espaço específico, uma “cultura de choque”, uma “terceira cultura”, ou seja, um híbrido com elementos e características dos participantes desse território, que carrega em si também a contradição e a diferença: “*Para sobrevivir the borderlands debes vivir sin fronteras, volverte una encrucijada*” (Anzaldúa, 2015, p. 256). Para Cardin (2013, p. 1202), vemos surgir uma cultura de fronteira: “[...] pode ser entendida como um universo cosmológico produzido pela intersecção de diferentes dimensões sociais existentes e plasmado durante os diversos processos históricos [...]”.

Mais uma vez temos exposto o paradoxo do uno (nação, Estado, cultura) e do múltiplo (espaço fronteiro composto por sistemas culturais diversos e que atuam inseparavelmente para seu funcionamento). Mas não somente isso; nos defrontamos com a constatação de que o pensamento simplificador não explica a fronteira; de que o pensamento binário e disjuntivo (logo, o paradigma cartesiano) não se aplica ao conceito de fronteira. No espaço fronteiro não existe disjunção (cultura A **ou** cultura B **ou** cultura C), mas simultaneidade (cultura A **e** cultura B **e** cultura C) e fusão (cultura A + cultura B + cultura C = cultura D). A partir da visão cartesiana, pensamos a fronteira como “aqui ou lá”, “aqui não é lá” e “lá não é aqui”, sendo que isso não é condizente com a realidade social fronteira, que se expressa na visão complexa “aqui e lá”, “aqui é lá” e “lá é aqui”, como podemos visualizar na figura 1:

Figura 1. Cultura híbrida e fronteiriça (terceira cultura)

Fonte: Autora.

Esse jogo de situações, percepções e vivências também é apontado por Cardin (2013), ao indicar que, para a população fronteiriça, essa condição passa despercebida, visto que a fronteira simplesmente “está lá”, fazendo-se presente no seu cotidiano e na construção de seu imaginário social. Diferentemente de visitantes e turistas, que enxergam esse território simbolicamente ligado ao estrangeiro e aos limites do conhecido. Para quem vive na fronteira, esse é um elemento constante a ser considerado para a construção de estratégias de sobrevivência, como abordaremos no tópico seguinte do presente artigo.

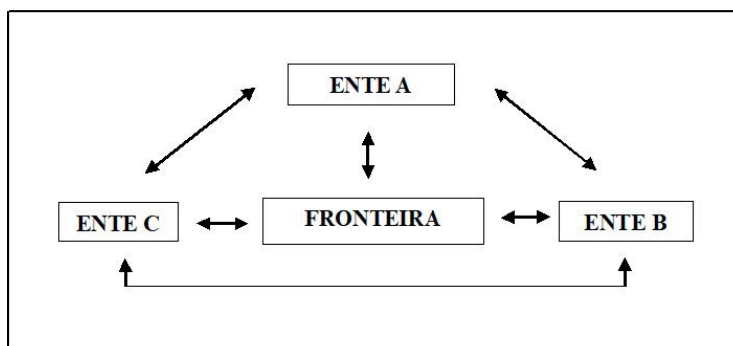
Pontuados esses elementos, faz-se necessário pensar o conceito de fronteira a partir dos três princípios do pensamento complexo, conforme apresentado no tópico anterior, como uma forma de exercitar o método. Primeiramente, temos o princípio dialógico: a fronteira é um espaço constituído por dois ou mais entes que possuem diferentes jurisdições e diferentes culturas, cuja existência depende exclusivamente da relação dialógica de fora para dentro (interior) e de dentro para fora (exterior). Se pensarmos o espaço fronteiriço tal qual Anzaldúa, como uma “terceira cultura”, ou seja, um território e uma população que constrói modos de vida a partir de uma ordem social e de uma cultura híbrida, com componentes de todos os entes envolvidos nessa composição fronteiriça, também verificamos o princípio dialógico, na medida em que temos a associação simultânea de termos complementares e antagônicos.

O segundo princípio elaborado por Edgar Morin é o da recursão organizacional, ou seja, nada é linear, tudo o que é produzido volta-se sobre o que o produz, criando um ciclo de auto constituição, de auto-organização e de autoprodução. Os discursos formulados sobre a fronteira (tanto no campo científico quanto na

vida cotidiana, social, cultural e política) molda, cria e recria o imaginário social fronteiriço. Ou seja, o que se fala e se pensa sobre a fronteira interfere sobre como se cria e se vivencia a fronteira. Não existe linearidade; basta retomarmos as diferentes perspectivas apresentadas no desenvolvimento do conceito de fronteira, que passa de algo meramente geográfico e sem vida, para ser pensado como um lugar singular, encarnado, habitado por populações que criam e recriam diferentes modos de vida a partir dos embates e dos hibridismos culturais. Ou seja, tudo interfere em tudo e volta-se a si mesmo, num movimento perpétuo.

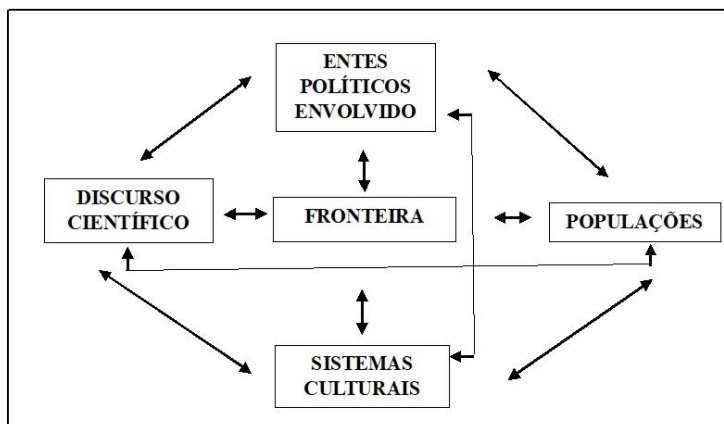
Por fim, temos o princípio hologramático, ou seja, tal qual um holograma, o todo está nas partes (cada ente que forma o espaço fronteiriço está contido nesse território e em seu imaginário social) e as partes estão no todo (as terras fronteiriças estão contidas nas respectivas nações e interferem nesse todo). É possível ilustrarmos os três princípios apresentados nas figuras a seguir:

Figura 2. Relação dialógica, recursiva e hologramática entre entes e fronteira



Fonte: Autora.

Figura 3. Relação dialógica, recursiva e hologramática entre os elementos constitutivos da fronteira



Fonte: Autora.

A partir do que foi exposto, compreendemos que o pensamento complexo permite religar os elementos constitutivos da fronteira, visibilizar todas as relações dialógicas que são peculiares ao espaço fronteiriço e reestabelecer a multidimensionalidade própria desse espaço social, cultural e político. No entanto, qualquer esforço teórico somente é válido quando se volta para uma realidade social concreta. Diante disso, exemplificaremos a operacionalização do conceito complexo de fronteira aplicado às situações fronteiriças do território brasileiro.

Um olhar complexo para as fronteiras brasileiras

O Brasil possui uma extensa faixa fronteiriça, com uma área total de 16.886 quilômetros (o que corresponde a cerca de 27% do território nacional), envolvendo 10 países da América do Sul (Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), 11 estados da federação brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina), sendo que 9 territórios são considerados tríplices fronteiras, conforme pode ser visualizado na Figura 4.

Figura 4. Municípios da faixa de fronteira no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE [consulta em 07/01/2025].
Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html>.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas/IBGE, o Brasil possui 588 municípios fronteiriços, sendo que 33 são considerados cidades gêmeas, cuja definição consta na Portaria n. 2.507, de 05 de outubro de 2017, do Ministério do Desenvolvimento Regional:

Art. 1º Serão considerados cidades gêmeas os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações “condensadas” dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Diante disso, já é possível visualizar a complexidade do espaço fronteiriço, visto que é composto por diferentes entes nacionais (que possuem diferentes ordenamentos jurídicos, modelos políticos e processos históricos) e diferentes entes federativos, além de abrigar diferentes sistemas culturais e diferentes estruturas sociais, sendo em alguns casos binacionais ou trinacionais. Também vemos emergir problemáticas que nos encaminham para a complexidade, como por exemplo: fluxos migratórios; populações indígenas transfronteiriças; projetos e empresas binacionais (ex.: empresa energética Itaipu Binacional); epidemias e emergências de saúde pública; incêndios florestais e outras emergências ambientais em territórios fronteiriços; educação escolar intercultural; transações e fluxos comerciais transfronteiriços; vulnerabilidade social e econômica; serviços públicos e políticas públicas acessados pelas populações fronteiriças.

Portanto, um olhar reducionista, simplista e homogeneizador aplicado a esse campo de estudos apenas empobrece o objeto de estudo, demandando um olhar multidimensional (para alcançar todas as dimensões e as camadas desse espaço) e transdisciplinar (a religação e a cooperação de diversas ciências para analisar de maneira complexa a fronteira). Faz-se necessário complexificar os estudos fronteiriços, o que não tomamos como um esforço pioneiro nosso, pois veremos nos estudos elencados a seguir que, muito embora pesquisadoras e pesquisadores não partam ou mencionem o paradigma de pensamento de Edgar Morin, elas e eles já empreenderam esforços para complexificar esse campo de estudos. É importante salientar que, o presente artigo não pretende apresentar toda a produção bibliográfica dos estudos fronteiriços no Brasil, mas somente elencar exemplos e construir uma sugestão de agenda de estudos acerca da temática, baseada no pensamento complexo.

De acordo com Espírito Santo e Voks (2021), apesar de existir uma proliferação de pesquisas sobre fronteira nos últimos anos, o termo “estudos fronteiriços” ainda é negligenciado, dificultando a construção de um campo científico específico

que ultrapasse o senso comum e o estereótipo, avançando na compreensão da fronteira enquanto um fenômeno explicativo.

Os autores ainda indicam lacunas nas pesquisas realizadas, na medida em que produzem e reproduzem uma visão homogeneizadora (todas as fronteiras são iguais), são focadas em uma visão desenvolvimentista ou são meramente normativas. Essas negligências perpetuam uma visão simplista e romantizada, que aborda o espaço fronteiriço como fim de um território ou lugar de práticas ilícitas, não alcançando uma abordagem encarnada que contemple os atores que constroem suas vidas nesses espaços, assim como os conflitos, as confluências, os desafios e as potencialidades que dali emanam. Portanto,

[...] a análise das práticas sociais da fronteira deve se imunizar contra uma leitura simplista. Precisamos de uma visão ontológica e metodológica que permita variar a escala e interpretar diferentes interesses e forças envolvidos na criação e na formação da fronteira enquanto campo de ação. Isso demanda empreender pesquisas que considerem sua ecologia política e que priorizem os processos dinâmicos nos quais os atores se sintam ativamente envolvidos [...] (Espírito Santo; Voks, 2021, p. 872).

Diante disso, a complexidade seria um antídoto contra a visão hegemônica e reducionista, cuja propagação se dá, sobretudo, pelos órgãos estatais brasileiros. Em documento disponibilizado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado do Brasil, as fronteiras brasileiras são classificadas a partir da noção de risco estratégico, ou seja, projetos políticos considerados “expansionistas do socialismo bolivariano” e a presença de contrabando, tráfico de armas e drogas. Portanto, a própria visão estatal de fronteira precisa ser complexificada.

Para Cardin (2013), a ideia de contrabando em si é bastante limitada, pois tem uma origem essencialmente jurídica, que se sobrepõe às práticas anteriormente realizadas (fluxos transfronteiriços) e que, muitas vezes, às criminaliza. Ainda segundo o autor,

No geral, são práticas sociais que vão lentamente se tornando tradicionais, enquadradas no interior de tantas outras que são feitas muito antes das fronteiras serem demarcadas pelos Estados Nacionais. Embora os limites jurídicos entre os países se configurem como obstáculos para as normatizações econômicas e políticas de um país, que restringe sua intervenção ao seu território pré-determinado, circulação de pessoas e capitais simplesmente tende a desconsiderar tais restrições [...] (Cardin, 2013, p. 1200-1201).

Portanto, devemos considerar que as fronteiras são limites jurídicos entre os países e que se configuram a partir de uma produção humana e política majoritariamente colonial. Mignolo (2010) aponta para essa visão que enxerga esse território como um perigo à unidade linguística e à pureza do sangue e da razão,

o que já se percebe nas citações de Anzaldúa no tópico anterior. A fronteira seria então, um limite civilizatório e um marco de proteção contra a barbárie.

No caso do Brasil, conforme nos alerta Dorfman e França (2017), são produções espaciais coloniais, pois as cidades fronteiriças atuavam como pequenas fortificações das nações invasoras e, posteriormente ao processo de independência, passam a serem pensadas enquanto frentes de expansão, associadas a espaços vazios que devem ser modificados para a modernização do Estado, o que acaba negando e desconsiderando as populações indígenas.

Os autores consideram que o Estado “joga às sombras” as fronteiras, estabelecendo uma relação de subordinação e a ideia de que o poder se concentra no centro e conforme irradia para as bordas, perde sua efetividade, mais uma vez reforçando a ideia dos territórios fronteiriços como espaço da ilegalidade. A partir disso, Dorfman e França (2017) apresentam os distintos usos políticos da condição fronteiriça, podendo ser com o denominado “jeitinho”, ou seja, estratégias das populações fronteiriças para acessarem no país vizinho serviços inexistentes em seu país de origem (ex.: mulheres brasileiras que deram à luz em uma maternidade de Rivera/Uruguai em virtude do fechamento do hospital em Santana do Livramento/Brasil ou crianças bolivianas cujas famílias forjam comprovantes de endereço para que essas estudem nas escolas de Corumbá/Brasil) ou ainda pela utilização da fronteira como ferramenta reivindicatória (ex.: em agosto de 2024, integrantes do setor de transporte da Bolívia bloquearam a fronteira entre Puerto Quijarro e Corumbá em protesto pela escassez de diesel).

Aqui percebe-se esse território como lugar de interações, retroações e instabilidades que caracterizam o espaço fronteiriço, como Cardin, Albuquerque e Paiva (2019, p.16) também indicam: “[...] espaços de tensão, articulação e diferenciação repletos de significados e experiências sociais construídos por todos aqueles que vivenciam e lutam por seus recursos, memórias, identidades e estratégias de sobrevivência.”. Os esforços para essa nova perspectiva acerca dos estudos fronteiriços são identificados nos autores aqui mencionados.

Espírito Santo e Voks (2021) propõem a discussão da zona fronteiriça de Corumbá (Brasil), Puerto Suarez e Puerto Quijarro (Bolívia) a partir de iniciativas de inovação social, ou seja, articulações coletivas da sociedade civil que visam o enfrentamento e a resolução de problemas públicos que afetam seus respectivos cotidianos. Portanto, partem das ações produzidas pela população local que constrói sua vida, sua trajetória e sua subjetividade em um espaço fronteiriço. Inclusive um desdobramento prático desse estudo é a criação do Observatório de Inovação Social da Fronteira (OBISFRON – <https://obisfron.com.br>), cujo objetivo é identificar, mapear e acompanhar iniciativas coletivas de inovação social nessa região.

O foco na população fronteiriça, em suas relações e nas produções culturais também é identificada em Albuquerque (2009, p.137), em seu estudo sobre as experiências de “brasiguaios” que vivem em municípios do departamento de Alto Paraná (Paraguai), que:

[...] criam variadas formas de circulação e fluxos transfronteiriços na região da Tríplice Fronteira entre o Paraguai, o Brasil e a Argentina. As relações entre os “brasiguaios” e a população paraguaia têm produzido novas formas de identidades étnico-nacionais e produções de diferenças sociais e de hibridismos culturais nessa complexa configuração fronteiriça.

Já Fiorotti, Cardin e Colognese (2020, p.61) complexificam a noção de contrabando ao abordar a prática relacionada à circulação de agrotóxico na fronteira Brasil-Paraguai, ao buscar entender:

[...] as relações entre a importação ilegal de agrotóxicos pela fronteira Brasil/Paraguai e as dinâmicas existentes na região, observando como estas se associam ao uso dos agrotóxicos importados irregularmente. O ingresso e o consumo destas mercadorias na região estudada correspondem a um fenômeno complexo, associado a diversos fatores. Embora existam aspectos ligados à expansão de uma agropecuária moderna e exportadora, bem como a permissividade da legislação e as dificuldades de fiscalização, a dinâmica da fronteira Brasil/Paraguai potencializa e amplia estes fatores.

Com esses exemplos apresentados, é possível visualizar que já existem esforços isolados que podem convergir em torno de uma agenda dialógica para complexificar o campo dos estudos fronteiriços no Brasil, de maneira a firmar no imaginário social uma ideia complexa de fronteira e contribuir para uma compreensão efetiva da diversidade e da multidimensionalidade desse espaço social. Com isso, apresentamos aqui uma proposta de agenda complexa a partir das singularidades das fronteiras brasileiras:

Quadro 1. Agenda complexa e dialógica para os estudos fronteiriços no Brasil

- Confluências e disputas dos sistemas culturais de espaços fronteiriços: a formação de uma “terceira cultura”
- A cultura fronteiriça a partir dos princípios da complexidade
- Marcas coloniais na construção do imaginário social fronteiriço
- A fronteira tem dois (ou três) lados: multidimensionalidade e relações dialógicas
- Problemas públicos fronteiriços e as práticas de inovação social da sociedade civil
- Relações dialógicas entre Estados Nação que participam de um espaço fronteiriço
- Interações entre estudos fronteiriços e o imaginário social fronteiriço
- Estar lá e estar aqui: deslocamentos e intercâmbios em uma região fronteiriça
- Relações antagônicas e complementares entre ordenamentos jurídicos e políticas públicas dos entes fronteiriços
- Povos indígenas transfronteiriços
- A singularidade e a multidimensionalidade da identidade fronteiriça
- Uma língua quebrada: hibridismo linguístico nas regiões fronteiriças
- Relações de gênero transfronteiriças

Considerações finais

“Caminhante, não há caminho; o caminho se faz ao caminhar [...]”. Costumemente, Edgar Morin inicia suas falas acerca da complexidade citando essa frase do poeta espanhol Antonio Machado para ilustrar que não existe receita ou fórmula mágica para pensar e pesquisar a partir dessa perspectiva teórica. Construímos nosso percurso de pesquisa dentro do terreno complexo conforme pesquisamos, analisamos e debatemos, tendo como ponto inicial o reconhecimento de que nada é simples, nada é unilateral e nada está isolado.

O conceito de fronteira já carrega em si a potência da complexidade desde sua origem, e essa característica se torna mais e mais visível na medida em que gerações de pesquisadoras e pesquisadores “dilapidam” esse objeto, expondo suas camadas e suas dimensões. Negar o que é um atributo essencial apenas empobrece os estudos fronteiriços e fortalece a visão reducionista que esvazia de vida, de potencialidades e de sentidos esse espaço social *sui generis*.

Em sua obra, Morin nos alerta que a complexidade não almeja a completude, pois essa presunção, além de impossível, renega a força que anima esse paradigma, que é justamente perceber o movimento, as transformações, as conexões e as incertezas. Diante disso, o presente artigo aspira ser o atalho para o caminho que já foi iniciado por pesquisadoras e pesquisadores do campo dos estudos fronteiriços.

No caso específico das fronteiras brasileiras, como mutilar um espaço social composto por dois ou três lados distintos? Como negar as confluências e as disputas de diferentes culturas que duelam para prevalecer e/ou se unem para criar o novo? Como permanecer cego diante da retroalimentação entre território fronteiriço e população fronteiriça? Como se satisfazer em simplificar a fronteira (olhar um único aspecto desconectado do todo) se é possível alcançar o complexo, um tecido perfeito/imperfeito produzido a partir de um emaranhado de ações, símbolos, sentidos, relações, produções, consensos e dissensos? Eis aqui a provocação que esse artigo pretende fazer às pesquisadoras e aos pesquisadores desse campo temático, juntamente como o convite para caminhar pelos territórios fronteiriços utilizando a bússola da complexidade.

Referências

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação de “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 137–166, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacepolitique/4200>. Acesso em: 23 out. 2025.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La frontera**: la nueva mestiza. México: UNAM, 2015.

CARDIN, Eric Gustavo. Para pensar as fronteiras: apontamentos iniciais para construção de uma teoria das fronteiras. **Revista Geonorte**, v. 7, n. 1, p. 1199–1211, 2013.

CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 114–131, 2018. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/350>. Acesso em: 23 out. 2025.

CARDIN, Eric Gustavo; ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho; PAIVA, Luiz Fábio. A fronteira como campo de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, p. 15–23, 2019.

DORFMAN, Adriana; FRANÇA, Arthur Luna Borba Colen. Agenda descolonial para os estudos fronteiriços no Brasil. **L'Espace Politique**, n. 31, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacepolitique/4200>. Acesso em: 23 out. 2025.

ESPÍRITO SANTO, Anderson Luis; VOKS, Douglas. Repensando os estudos fronteiriços: participação e inovação social no desenvolvimento das zonas de fronteira. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 29, n. 99, p. 862–889, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/SYWqJXcgxQbbqP7tfrDRXL/>. Acesso em: 23 out. 2025.

FIOROTTI, Cíntia; CARDIN, Eric Gustavo; COLOGNESE, Silvio Antônio A. Fronteiras da ilegalidade: a importação e o uso de agrotóxicos ilegais na fronteira do Brasil com o Paraguai. **GeoPantanal**, Corumbá, v. 15, n. 28, p. 61–77, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/9291>. Acesso em: 23 out. 2025.

GRIMSON, Alejandro. Introducción: ¿fronteras políticas versus fronteras culturales? In: GRIMSON, Alejandro (comp.). **Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro**. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2000. p. 9–40.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Municípios da faixa de fronteira 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html>. Acesso em: 3 jan. 2025.

LEITE, Eudes Fernando; BALLER, Leandro. Fronteira e fronteiriços(as). In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados: Editora UFGD, 2015. p. 289–296.

MIGNOLO, Walter. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. **GEOgraphia**, v. 7, n. 13, p. 7–28, 2010. Disponível em: <http://repositorio.filo.uba.ar/handle/filodigital/5758>. Acesso em: 23 out. 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (BRASIL). **Portaria n.º 2.507, de 5 de outubro de 2021**. Estabelece conceito de cidades gêmeas. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.507-de-5-de-outubro-de-2021-350617155>. Acesso em: 1 abr. 2025.

MORIN, Edgar. **Meu caminho**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **Para um pensamento do Sul**. Disponível em: <https://edgarmorin.sescsp.org.br/categoria/palestra/19-para-um-pensamento-do-sul>. Acesso em: 7 jun. 2021.

MORIN, Edgar. **A aventura de O Método e Para uma racionalidade aberta**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.

PORTAL GOV.BR. **Brasil: fronteiras terrestres**. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SENADO FEDERAL (BRASIL). **Brasil – vigilância das fronteiras**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br>. Acesso em: 3 jan. 2025.



NAS FRONTEIRAS DO SURINAME

ON THE BORDERS OF SURINAME

EN LAS FRONTERAS DE SURINAM

DOI 10.55028/geop.v20i39

Alexandre Bergamin Vieira*

Bruno Rogério Silva Cavalcante**

Yurgel Pantoja Caldas***

Kamila Madureira da Silva****

Resumo: Este trabalho objetivou analisar as dinâmicas socioeconômicas e a cooperação transfronteiriça das chamadas cidades gêmeas nas fronteiras do Suriname: Albina/Saint-Laurent du Maroni e Nieuw Nickerie/Corriverton. A metodologia incluiu pesquisa de campo realizada em junho de 2024, com coleta de dados secundários, entrevistas, grupos focais e uso de fotografia. Os resultados indicam que Albina e Saint-Laurent du Maroni configuram cidades gêmeas pela integração informal e subversiva diária. Nieuw Nickerie e Corriverton não se qualificam como cidades gêmeas devido às formalidades aduaneiras rigorosas, aos custos elevados de travessia e à propriedade exclusiva do rio Courantyne pelo Suriname, que limitam a interação.

Palavras-chave: Cidades gêmeas, Cooperação transfronteiriça, Integração fronteira, Guianas.

Abstract: This study aimed to analyze the socioeconomic dynamics and cross-border cooperation of twin cities on Suriname's borders:

Introdução

Este texto visa apresentar as impressões e as considerações de uma pesquisa de Trabalho de Campo, realizada em junho de 2024 nas fronteiras do Suriname, nas cidades de Albina (Suriname) e Saint-Laurent du Maroni (Guiana Francesa) e Nieuw Nickerie (Suriname) e Corriverton (República Cooperativa da Guiana) conforme mapa 1, a seguir. A Pesquisa é financiada pelo projeto FRONT-Guianas (chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 10/2023 – UNIVERSAL) e visa analisar as cidades gêmeas da região das Guianas, com foco em suas interações socioeconômicas e na cooperação transfronteiriça.

* Licenciado, Bacharel e Doutor em Geografia. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da UFGD. <https://orcid.org/0000-0003-3055-3143>. E-mail: alexandrevieira@ufgd.edu.br.

** Graduado em Administração em Gestão ambiental. e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteira. Professor do IFAP. <https://orcid.org/0000-0001-5992-7335>. E-mail: bruno.cavalcante@ifap.edu.br.

*** Graduado em Letras e doutor em Literatura Comparada. Professor do curso de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras da UNIFAP. <https://orcid.org/0000-0002-0214-699X>. E-mail: yurgelcaldas@gmail.com.

**** Licenciada e Mestre em Geografia. Doutoranda do PPGG-UFGD e Professora contratada pela SED-MS. <https://orcid.org/0000-0002-5935-6445>. E-mail: kamila_agro@hotmail.com

Albina/Saint-Laurent du Maroni and Nieuw Nickerie/Corriverton. The methodology involved fieldwork conducted in June 2024, including secondary data collection, interviews, focus groups, and photography. Results show that Albina and Saint-Laurent du Maroni qualify as twin cities due to daily informal and subversive integration. Nieuw Nickerie and Corriverton do not fit this definition due to strict customs formalities, high crossing costs, and Suriname's exclusive ownership of the Courantyne River, limiting interaction.

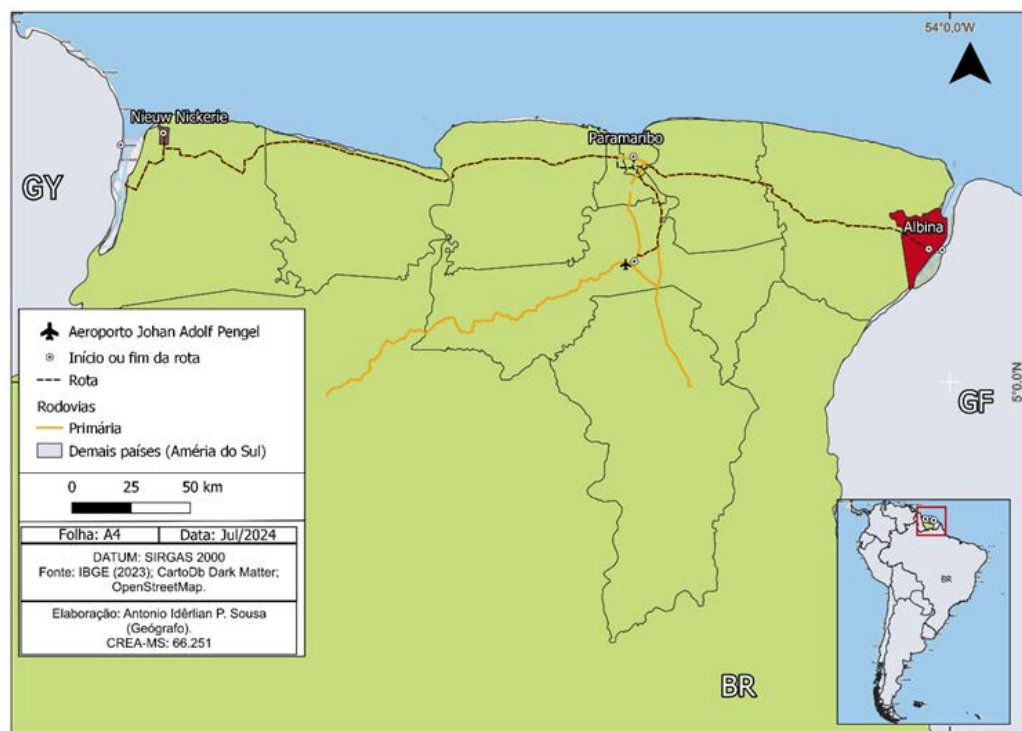
Keywords: Twin cities; Cross-border cooperation; Border integration; Guianas.

Resumen: Este trabajo tuvo como objetivo analizar las dinámicas socioeconómicas y la cooperación transfronteriza de las ciudades gemelas en las fronteras de Surinam: Albina/Saint-Laurent du Maroni y Nieuw Nickerie/Corriverton. La metodología incluyó trabajo de campo realizado en junio de 2024, con recolección de datos secundarios, entrevistas, grupos focales y uso de fotografía. Los resultados indican que Albina y Saint-Laurent du Maroni califican como ciudades gemelas por la integración informal y subversiva diaria. Nieuw Nickerie y Corriverton no cumplen esta definición debido a formalidades aduaneras estrictas, altos costos de cruce y la propiedad exclusiva del río Courantyne por Surinam, lo que limita la interacción.

Palabras-clave: Ciudades gemelas; Cooperación transfronteriza; Integración fronteriza; Guayanas.

Buscamos, neste texto, uma abordagem que explora a geografia política das cidades gêmeas a partir de uma perspectiva multidisciplinar, unindo aspectos econômicos, culturais, ambientais e de saúde a partir de um olhar comparativo sobre as cidades da região das Guianas, ainda pouco exploradas na literatura. A metodologia proposta combina a coleta e a análise de dados secundários com pesquisas de campo, incluindo entrevistas e grupos focais, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas locais.

O texto ora apresentado pauta-se principalmente no trabalho de campo e visa resgatar os tradicionais relatos exploratórios que, desde os primórdios da Geografia, têm sido fundamentais para a sistematização da disciplina, como apontam Alentejano e Rocha Leão (2006). Relatórios de campo de viajantes e naturalistas fornecem um manancial de informações essenciais para a construção das bases da Geografia enquanto ciência. Nesse sentido, o campo torna-se uma ferramenta chave na produção do conhecimento geográfico, articulando conceitos, teorias e metodologias. Como destaca Serpa (2006), a separação entre teoria e prática é um constructo artificial, uma vez que ambas perspectivas são intrinsecamente conectadas no trabalho de campo, especialmente na construção das Geografias das Fronteiras.

Mapa 1. Suriname e os municípios de fronteira

Autor: Souza, A. I. P. (2024).

A análise empírica das interações entre os pares de cidades de fronteira visitadas foi realizada com o intuito de entender os padrões de interação e integração e os desafios que essas regiões enfrentam, com especial atenção aos impactos ambientais e econômicos resultantes dessas dinâmicas. Além disso, a partir desta análise, desafiamo-nos a compreender se podemos considerar os dois pares de cidades nas duas fronteiras surinamesas, considerando o que Anishenko e Sergunin (2012).

Utilizamos-nos, ainda, da fotografia como recurso essencial para a compreensão das realidades estudadas. A fotografia, como apontam Moreira (2007) e outros autores, possibilita ver, revelar e compreender o mundo, aprofundando o processo de produção do conhecimento. A imagem ajuda a explicar o visível pelo invisível, entrelaçando o visto e o dito, sendo uma ferramenta valiosa na construção do raciocínio geográfico.

Nesse sentido, o texto está estruturado em três partes. No primeiro, apresentamos um breve relato das primeiras impressões do Suriname e nos outros dois buscamos revelar as especificidades de cada uma das fronteiras do Suriname analisadas, com a Guiana Francesa e com a Guiana¹.

¹ É mister esclarecer que, na fronteira do Suriname com o Brasil, não existe nenhum par de cidades

Suriname: as fronteiras antes da fronteira

Podemos afirmar que a fronteira do Suriname, enquanto limite e controle, se impõe já no embarque no Brasil (Aeroporto Val de Cans – Belém-PA), pois para *checkin* no balcão da companhia aérea Gol®² e embarque, há a exigência do *Entry Fee Voucher* (figura 1), documento emitido pelo Ministry of Foreign Affairs, International Business and International Cooperation, do governo do Suriname e que pode ser acessado pelo *site* do governo brasileiro mediante o pagamento de USD 58,00 (cinquenta e oito dólares americanos), além de outra taxa de USD 8,00 (oito dólares americanos) perfazendo um total de USD 66.00. Sem este documento e o CIVP (Certificado Internacional de Vacinação ou Profilaxia), o estrangeiro não tem sequer a autorização para embarque.

Figura 1. Comprovante da Taxa de Entrada no Suriname

ENTRY FEE VOUCHER

REPUBLIC OF SURINAME



MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS,
INTERNATIONAL BUSINESS AND INTERNATIONAL COOPERATION

Application Type :	Entry Fee (Single Entry)	
Doc. Number :	240530-034926	
Web Reference Number :	W03473421573506	
Voucher Issued Date :	30 May 2024	
Gender :	Male	
First Name :	BRUNO	
Surname :	ROGERIO SILVA CAVALCANTE	
Date of Birth :	03 May 1981	
Nationality :	BRAZIL	
Passport Number :	GG676517	

IMPORTANT NOTICE: It is MANDATORY to print a copy of your ENTRY FEE VOUCHER and carry it with you when you travel. You must present, upon request, the printed version of your Voucher to the Airline and Airport Immigration Officer. On the day of arrival you must present the same passport as used in the ENTRY FEE VOUCHER application.

Authenticity of the Voucher can be verified by logging in to the online account on the VFS website and checking the status of the application. Airline or Migration officials can track status on the below link to confirm the validity of the Voucher being presented - <https://suriname.vfsevisa.com/suriname/online/home/track-status>

Fonte: Trabalho de campo (2024).

que possam vir a ser consideradas como cidades gêmeas, apenas densa floresta.

² Neste caso, entendemos que a fronteira enquanto limite se impôs, considerando que havia o *checkin* para embarque ao mesmo destino pela empresa pública Surinam Airways, e a informação que obtivemos era de que por esta empresa o embarque poderia se dar sem o *Entry Fee Voucher* cujo pagamento e emissão da taxa seria possível na chegada ao Suriname. Além disso, a informação que obtivemos foi que a empresa Gol, por ser brasileira, pagaria uma espécie de multa para cada passageiro que desembarcasse em Paramaribo sem a taxa de entrada já paga na origem.

Já no território surinamês, tivemos dois momentos em que a fronteira, enquanto controle e limite, se impôs, seja por sermos estrangeiros ou, como consequência, por sermos lusofalantes.

Em um primeiro momento, no deslocamento do aeroporto (distante 48 km ao sul de Paramaribo) para a cidade de Albina (150 km da capital), na fronteira com a Guiana Francesa, no município de Moengo Tapoe, já no período noturno, fomos parados pela polícia do Suriname. Após uma revista nas malas da equipe e no porta-malas do carro que havíamos alugado para a missão, seguida da checagem de documentos e certo grau de tensão, só fomos liberados após a intervenção e explicação de Albertus Poeketie³ sobre nossa pesquisa.

Procedimento semelhante ocorreu no retorno de Nieuw Nickerie a Paramaribo, onde ao menos nos foi solicitada apenas a documentação. Novamente, a comunicação em língua local foi fundamental. No entanto, houve uma diferença notável entre as duas situações: no primeiro bloqueio, ao leste de Paramaribo, os policiais eram de origem crioula e falavam holandês; já no segundo bloqueio, a oeste da capital, os policiais aparentavam ser de origem paquistanesa ou indiana, e se comunicavam entre si em uma língua que Albertus não compreendia.

Essas experiências destacam a importância de dominar o idioma local e de compreender o funcionamento dos controles exercidos no território, uma realidade em todas as fronteiras internacionais para todo os estrangeiros.

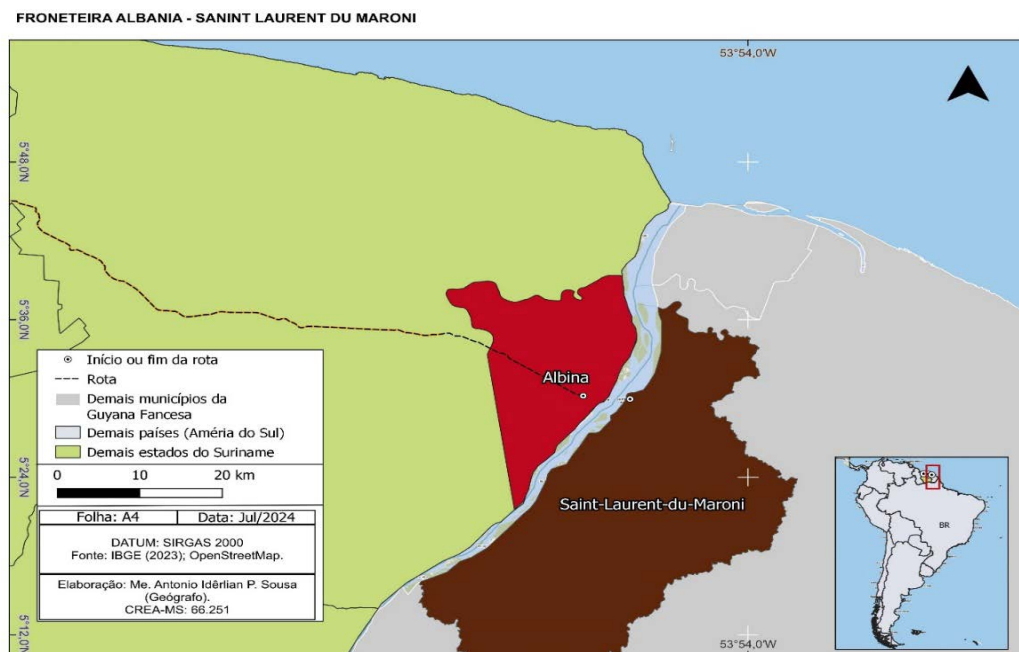
A fronteira Suriname (Albina)/Guiana Francesa (Saint-Laurent du Maroni)

Albina (população estimada em 5.500 habitantes em 2022), capital do distrito de Marowijne, no Suriname, é uma cidade fronteiriça que faz divisa com Saint-Laurent du Maroni, na Guiana Francesa (mapa 2). Elas são separadas pelo rio Maroni (conhecido localmente como Marowijne), que atua como limite natural entre os dois países. Fundada em 1846 por um militar alemão, Albina foi inicialmente nomeada em homenagem à sua noiva. Durante o século XX, a cidade cresceu como um destino turístico devido à descoberta de ouro na região. No entanto, sua história é marcada por conflitos, incluindo a Guerra Civil Surinamesa em 1986, que devastou a cidade quase completamente.

³ Membro da Suribraz (entidade surinamesa suprainstitucional que atua na cooperação entre o Suriname e o Brasil em diferentes áreas como educação, economia, cultura, política e meio ambiente), é formado em Contabilidade no Brasil, na UFPB, no início dos anos 1990, no âmbito do projeto Acordo Cultural Suriname-Brasil, com financiamento pelo governo surinamês e as vagas na universidade brasileira disponibilizadas pelo governo brasileiro. Além de nosso intérprete e motorista, Albertus foi membro fundamental da equipe na pesquisa de campo, sanando todas as dúvidas que ele pudesse esclarecer.

Atualmente, a travessia entre Albina e Saint-Laurent du Maroni é facilitada por serviços de *ferry boat* e *pirogues*. A cidade serve como um ponto estratégico para o comércio e o trânsito entre o Suriname e a Guiana Francesa, o que a caracteriza como uma típica “cidade gêmea” fronteiriça.

Mapa 2. Fronteira Suriname/Guiana Francesa



Autor: Souza, A. I. P. (2024).

A fronteira aqui se apresenta porosa, senão subversiva – consideramos fronteira subversiva quando a mesma apresenta uma realidade em que mesmo em atividades consideradas ilegais perante as legislações acabam por ser realizadas de forma consentida pelas autoridades estatais locais que, nesse caso específico, se revela pela travessia e ingresso de passageiros e mercadorias no país vizinho sem qualquer controle ou tramites aduaneiros oficiais – com o movimento intenso de pessoas e mercadorias sem restrições ou fiscalização institucionais ou oficiais, num caos organizado de *pirogues* (fotos 1 – A e B) próprio do local, ao contrário do entorno da aduana oficial do lado surinamês, que estava totalmente esvaziada (fotos 2 – A e B) nas duas margens do rio Maroni, aproximando as cidades gêmeas, suas gentes e seus territórios.

Foto 1 A. Embarque e desembarque de *pirogues* – *Guiana Francesa*



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Foto 1 B. Embarque e desembarque de *pirogues* – *Suriname*



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Foto 2 A. Aduana Surinamesa

Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Foto 2 B. Aduana Surinamesa

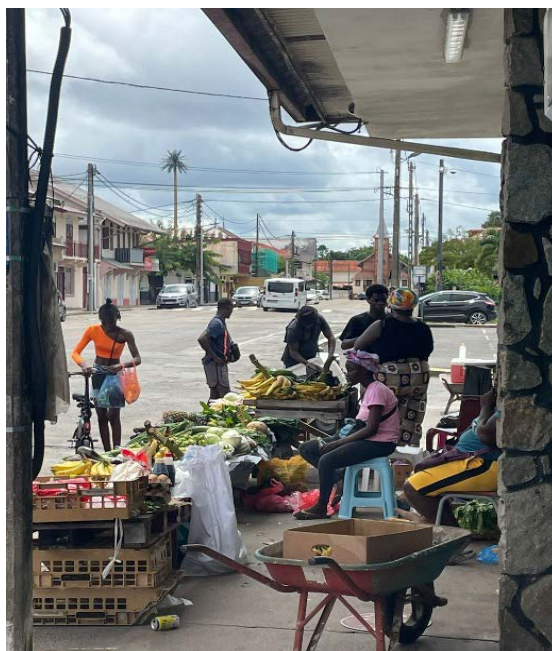
Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

A primeira figura captura a movimentação de *pirogues*, barcos de pequeno porte utilizados para o transporte de passageiros e cargas entre as duas margens do rio. No local de embarque e desembarque, vê-se um cenário que mistura o comércio local, com construções simples e mercados ao fundo. Não há sinais de fiscalização aduaneira, reforçando a ideia de uma fronteira porosa e de intenso fluxo de pessoas e mercadorias sem restrições institucionais, sugerindo uma espécie de autorregulamentação nessa dinâmica.

A segunda figura oferece uma visão mais próxima da margem do rio, com pessoas carregando mercadorias para os barcos e com a presença de veículos estacionados próximos à linha d'água, em uma área inundada, o que evidencia a precariedade da infraestrutura. O ambiente parece desorganizado, à primeira vista, mas segue uma lógica própria, com o comércio informal de produtos locais e mercadorias que, em muitos casos, são transportadas de maneira subversiva para a Guiana Francesa.

O entorno do local de embarque e desembarque em Albina, como em Saint-Laurent du Maroni, é pouco estruturado, com a concentração de um mercado de rua de produtos locais (foto 3), operado por crioulos⁴ e rodeado de comércios e mercados controlados (no varejo, voltado ao consumo local e também no atacado, destinado para ser trasladado para a Guiana Francesa de forma subversiva), quase que na sua totalidade por chineses, incluindo os restaurantes na área (foto 4 – A e B)⁵.

Foto 3. Comércio de rua em Albina



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

⁴ Para maiores detalhes sobre a questão histórica e étnica dos crioulos no Suriname consultar a obra SILVA, G. de V. e DI MICELI, C. V. *Região das Guianas: território, história e cultura*. Porto Alegre: Letra1, 2024.

⁵ A presença de chineses em pequenos supermercados e restaurantes é predominante em todas as localidades visitadas. Uma fonte informou-nos que no Suriname (que se estende para os países vizinhos) há duas associações que apoiam logística e financeiramente – Fa Foeng Kong e Kong Ngie Tong Sang – a vinda de comerciantes chineses para atuarem em restaurantes e supermercados locais. Seriam os comerciantes chineses proprietários, de fato, dos estabelecimentos ou apenas funcionários ou representantes dessas duas associações?

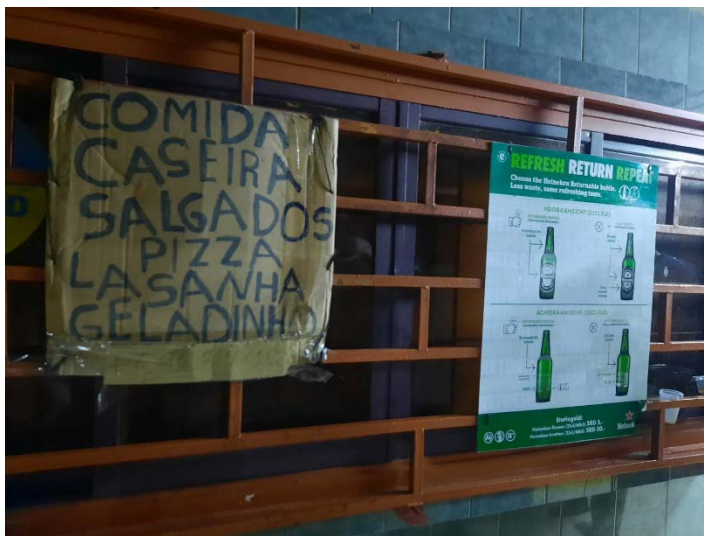
Foto 4 A. Comércio e restaurante controlados por chineses

Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Foto 4 B. Comércio e restaurante controlados por chineses

Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Reafirmamos a ideia de uma fronteira de integração com a imagem de um cartaz escrito em português (foto 5) em um comércio controlado por comerciantes de origem chinesa, além da entrevista que realizamos em português com dois irmãos surinameses que trabalham com as *pirogues*, o que foi muito elucidativo para compreender a realidade complexa dessa fronteira.

Foto 5. Cartaz em português no comércio em Albina

Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Este cenário ilustra a interdependência entre as cidades gêmeas, onde mercados locais, como os administrados por crioulos, e o comércio varejista e atacadista, predominantemente controlado por comerciantes de origem chinesa, coexistem e moldam a realidade econômica da fronteira. As relações sociais e comerciais na região são facilitadas pela fluência de múltiplos idiomas, como exemplificado pela presença de cartazes em português e entrevistas em português com trabalhadores locais.

Através dessas imagens, podemos observar como a falta de fiscalização e de infraestrutura adequada contribui para uma dinâmica única, onde a fronteira é um espaço de integração informal entre povos e culturas, reforçando o conceito de uma fronteira da integração que desafia as convenções legais e institucionais.

A cidade gêmea do lado francês, Saint-Laurent du Maroni, se apresenta mais bem organizada e estruturada, nos parâmetros de urbanização, em relação à sua homóloga, mas também se apresenta dispersa pelo território, com vários núcleos de urbanização. Ruas todas asfaltadas a diferem de Albina. Imóveis históricos com arquitetura com influências crioulas (foto 6) são marcantes na paisagem urbana.

Foto 6. Imóvel com arquitetura de influência crioula



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Aqui, a fronteira como local da diversidade apresenta explicitamente a informalidade e os desafios das convenções legais e institucionais. Como relato de campo, o grupo de pesquisadores pôde vivenciar uma ocorrência à ideia na lógica do “caos organizado” da fronteira, quando, ao solicitar um táxi para uma rápida visita ao hospital local desativado à 600 m de onde desembarcamos, foi cobrado um valor de €8,00 por pessoa – éramos quatro, na ocasião. Neste sentido, identificou-se um aspecto do oportunismo que surge em ambientes com pouca fiscalização formal sobre os serviços prestados.

A integração (ao menos comercial) do Suriname com a Guiana Francesa ficou ainda mais evidente na nossa visita ao centro de recepção ao turista em Saint-Laurent du Maroni, onde nos deparamos com um informativo comercial surinamês quinzenal (figura 2) com informações de empresas em francês, de comércio e prestadores de serviço, quase todos instalados em Paramaribo.

Figura 2. Informativo surinamês em Saint-Laurent du Maroni

Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Por fim, nosso trabalho de campo na fronteira Albina (Suriname) – Saint-Laurent du Maroni (Guiana Francesa) nos permite afirmar que ambas localidades conformam um par daquilo que definimos, com base em Anishenko e Sergunin (2012) como cidades gêmeas, ao menos nas interações transfronteiriças realizadas no dia a dia, pelos sujeitos fronteiriços na constituição do território usado. Ou seja, mais do que pela integração e cooperação institucional entre Suriname e Guiana Francesa, a configuração de cidades gêmeas se concretiza e se consolida pela base de interações sociais e cotidianas, através de gente que vive, trabalha, consome e sobrevive pela experiência diária do ir e vir transfronteiriço subversivo, porque alheio às normas impostas pelas autoridades nacionais, que não pensam, não vivem e não estão na fronteira.

Assim, Albina e Saint-Laurent du Maroni são cidades gêmeas no sentido geométrico (proximidade em distância) e geográfico (interações socioespaciais entre os moradores) dessa profícua e instigante expressão.

A fronteira Suriname (Nieuw Nickerie) e Guiana (Corriverton)

Nieuw Nickerie (mapa 3), localizada no extremo oeste do Suriname, é a terceira maior cidade do Suriname com uma população estimada em 13.146 (2022). A cidade foi construída em 1879 após o antigo centro do distrito, Nieuw Rotterdam, ter sido destruído por inundações. É a capital de Nickerie District, e situada na fronteira com a República Cooperativa da Guiana, como uma proximidade à cidade de Corriverton (localizada no extremo leste da Guiana, distante aproximadamente 315km da capital Georgetown). Essas cidades são separadas pelo rio Courantyne próximo à sua foz.

Mapa 3. Fronteira Suriname/Guiana



Autor: Souza, A. I. P. (2024).

Caracterizada por uma urbanização mais bem estruturada e organizada, quando comparada com Albina (fotos 7 – A e B), Nieuw Nickerie apresenta nitidamente em sua paisagem a atividade econômica predominante na região, que se baseia na produção orizícola (foto 8). Como apontado anteriormente, nesta cidade é mais forte a presença de uma população de origem indiana e pouca ou quase nenhuma presença de crioulos. A presença de indianos também reflete na quantidade de templos hindus, muito mais presente em Nieuw Nickerie (foto 9) e animais (bovinos) soltos por diferentes locais da cidade como também em Corriverton, na Guiana, como observamos na foto 10.

Foto 7 A. Urbanização de Nieuw Nickerie



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Foto 7 B. Urbanização de Nieuw Nickerie



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Foto 8. Rizicultura em Nieuw Nickerie



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Foto 9. Templo hindu em Nieuw Nickerie



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Foto 10. Bovinos soltos em Corriverton

Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Diferentemente da integração mais fluida e informal entre Albina (Suriname) e Saint-Laurent du Maroni (Guiana Francesa), a interação entre Nieuw Nickerie (Suriname) e Corriverton (Guiana) ocorre predominantemente por meio de formalidades aduaneiras e institucionais. Destacamos a tentativa de obter informações para atravessar informalmente através dos *back track* (equivalentes às *pirogues*), mas fomos dissuadidos por dois fatores principais: a insegurança da travessia, que ocorre já na foz do rio Courantyne, e a ilegalidade desse ato, especialmente devido ao controle aduaneiro rigoroso no lado surinamês, que inclui a verificação e o carimbo no passaporte, procedimento que não é replicado com a mesma rigidez e controle no lado guianense.

Em comparação, o movimento informal e regular que se observa entre Albina e Saint-Laurent du Maroni é praticamente inexistente na fronteira Nieuw Nickerie-Corriverton, conforme verificado durante a observação no ponto de embarque em Corriverton, ilustrado nas fotos 11 A e B. A presença de uma aduana organizada no lado surinamês restringe práticas de informalidade que são comuns em outras fronteiras da região. No lado guianense, o controle é menos formalizado, mas a travessia ainda requer cuidados institucionais devido à geografia complexa e à dinâmica de fiscalização irregular.

Foto 11 A. Embarque no Back Track em Corrivoton



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Foto 11 B. Embarque no Back Track em Corrivoton



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Um aspecto relevante a ser destacado é o relato obtido através do diálogo com os operadores dos *back track*. Embora o serviço exista há mais de 40 anos, ele ainda não é reconhecido e formalizado pelo governo da Guiana, o que obriga os trabalhadores a operarem de maneira clandestina. A regularização dessa atividade é uma demanda antiga e recorrente entre os envolvidos. Além disso, foi relatado o papel de “olheiros” e informantes que colaboram com os serviços de segurança do Suriname, especialmente no monitoramento de foragidos e procurados pela justiça. Isso evidencia a utilização de serviços não oficiais por parte das próprias instituições públicas, um paradoxo que reflete a complexidade da dinâmica fronteira.

Nesse contexto, optamos por realizar a travessia pelo rio Courantyne por meio de serviços institucionais, utilizando o *Canawaima Ferry Service*, que opera uma vez ao dia. O serviço funciona em sistema de bate e volta, com saída programada para as 10h00 no horário do Suriname. A travessia de ida leva cerca de uma hora, dependendo da maré, e o retorno ocorre às 12h00 no horário guianense, com duração aproximada de 1h30. Esse limitado serviço reflete as dificuldades de integração transfronteiriça, criando barreiras para um fluxo mais dinâmico e eficiente entre os dois países.

Adicionalmente, a localização dos portos de embarque e desembarque contribui para o distanciamento entre as populações, no contexto das duas cidades em análise. No Suriname, o embarque ocorre em South Drain (foto 12 A), a cerca de 37 km do centro de Nieuw Nickerie, o que já representa uma barreira logística significativa. Já na Guiana, o desembarque é feito em Molsen Creek (foto 12 B), a aproximadamente 17 km do centro de Corriverton. Essas distâncias, aliadas à pouca frequência do serviço de *ferry boat*, dificultam ainda mais a interação entre as populações das duas margens do rio, evidenciando um desafio para a integração regional.

Foto 12 A. Embarque do Ferry Boat no Suriname

Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Foto 12 B. Embarque do Ferry Boat na Guiana

Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Outros relatos mencionam que, além das dificuldades logísticas e de formalização, a demanda por um serviço de travessia mais eficiente e regularizado se faz urgente, especialmente considerando o potencial de desenvolvimento econômico e social que a facilitação do trânsito entre as fronteiras pode gerar. Isso sem contar com a segurança daqueles que usam o serviço diariamente, o que também é um fator primordial para a regularização do serviço.

Um segundo elemento que contribui para o distanciamento fronteiriço é o tempo necessário para realizar a travessia. A equipe gastou aproximadamente três horas, considerando o deslocamento, o trâmite imigratório e o embarque no Suriname, além do tempo necessário para desembarque e imigração na Guiana. Em ambos os lados da fronteira, os processos de embarque/desembarque ocorrem

em ambientes altamente controlados e monitorados, com sistemas de vigilância rigorosos, como *scanners* de bagagem, verificação de passaportes e a exigência da apresentação do Certificado Internacional de Vacinas e Profilaxia (CIVP) conforme observamos nas fotos 13 A e B.

Foto 13 A. Controle Aduaneiro



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Foto 13 B. Controle Aduaneiro



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Outro fator que impacta negativamente a travessia é o custo elevado das taxas cobradas. A tarifa para cruzar da Guiana para o Suriname é de U\$30,00, enquanto no sentido inverso o valor chega a U\$100,00. Desses, U\$50,00 correspondem à passagem, enquanto os outros U\$50,00 se referem à taxa de ingresso no Suriname. Cabe destacar que essa taxa é cobrada novamente, mesmo para aqueles que já a pagaram ao ingressar no país via Brasil (conforme ilustrado na figura 1), uma vez que a taxa anterior não tem validade nessa fronteira.

Um terceiro fator limitante da integração/interação é o tamanho da embarcação. O *ferry boat* utilizado é relativamente pequeno, com capacidade para apenas 24 veículos de pequeno porte e até 200 passageiros, conforme informações fornecidas pela *Canawaima Management Company*, empresa criada em 1998 através de uma parceria entre os governos da Guiana e do Suriname para gerenciar o serviço. Como resultado, é necessário que os viajantes cheguem com antecedência para garantir lugar na travessia.

Outro ponto a ser considerado é a infraestrutura limitada para passageiros. Não há um local adequado para espera, forçando os viajantes a se abrigarem ao lado dos veículos (foto 14), que possuem prioridade de embarque e desembarque. Essa condição dificulta ainda mais a organização e a agilidade do processo, contribuindo para a sensação de desconforto e prolongamento do tempo de viagem.

Foto 14. Acomodações para passageiros no *Ferry Boat*



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Outro fato que reforça a existência de uma fronteira com pouca interação ou integração é a particularidade do rio Courantyne, que é de propriedade exclusiva do Suriname. Diferentemente da fronteira com a Guiana Francesa, onde o rio é compartilhado entre os dois países, qualquer uso que os guianenses façam do rio Courantyne exige uma autorização especial e o pagamento de uma taxa específica

para tal serviço. No caso dos pescadores entrevistados (foto 15), esse valor anual é equivalente a US\$ 5.000,00.

Foto 15. Entrevista com pescadores em Corriverton



Fonte: Dos autores, trabalho de campo (2024).

Como em muitas regiões fronteiriças, a presença de intermediários prontos para atender o “turista desavisado” é comum e representa um primeiro contato informal com o país vizinho, além dos trâmites aduaneiros e migratórios. Durante nossa experiência, fomos abordados por cambistas que facilitaram a troca de moeda, convertendo o Dólar Surinamês (SRD) para o Dólar Guianense (GYD) com uma cotação bastante fora dos padrões oficiais, algo recorrente nessas regiões de fronteira.

Por fim, levantamos a questão: Nieuw Nickerie e Corriverton realmente conformam um par de cidade gêmeas? Apesar de estarem próximas geometricamente (distância), qual a articulação geográfica (espacial) entre ambas? A porosidade da fronteira percebida em Albina/Saint-Laurent du Maroni é muito mais acentuada e nítida do que na fronteira Nieuw Nickerie/Corriverton. A propriedade exclusiva do rio Courentine se apresenta como um elemento inibidor dessa integração, por certo. A dificuldade (e o risco) da travessia com os *back tracks* limita a circulação informal/subversiva. Além disso, os altos valores e a burocracia da travessia com o *ferry boat* são mais uma barreira limitadora de uma dinâmica desejada do que de uma integração de fato.

Nesse caso, podemos afirmar que este par de cidades não configura, por ora, a realidade de cidades gêmeas, pois há mais elementos que as distanciam do que propriamente propiciam a interação.

Considerações finais

Buscamos, nesta pesquisa, detalhar com relatos, fatos e imagens a realização de um trabalho de campo exploratório pelas fronteiras surinamesas, apreendendo as dinâmicas de integração, interação e cooperação transfronteiriças. Nossas análises sobre Albina – rio Maroni – Saint-Laurent du Maroni, no extremo leste, e Nieuw Nickerie – rio Courantyne – Corriverton, no extremo oeste, revelam um espectro fascinante da vivência fronteiriça, indo além da mera proximidade geográfica e do imaginário corrente sobre essa região.

Conforme discutido, e com base na perspectiva de abordar o conceito de “cidades gêmeas”, nossos achados empíricos fornecem valiosas contribuições para a compreensão da integração transfronteiriça. O caso de Albina e Saint-Laurent du Maroni exemplifica uma fronteira da integração, configurando-se como cidades gêmeas não primordialmente por meio de cooperação institucional formal entre Suriname e Guiana Francesa, mas pela integração informal e subversiva diária. O intenso fluxo de pessoas e mercadorias, muitas vezes alheio às normas oficiais, cria um “caos organizado” que efetivamente une esses dois territórios e suas populações. Essa porosidade e a fluidez das interações socioespaciais demonstram como as dinâmicas de base podem forjar relações de “cidades gêmeas” no sentido geográfico, mesmo em cenários de menor controle formal.

Em contraste, a análise de Nieuw Nickerie e Corriverton oferece um contraponto que desafia a mera noção de proximidade geométrica. Apesar da proximidade física, concluímos que este par de cidades não configura, até então, a realidade de cidades gêmeas. As formalidades aduaneiras rigorosas, os custos elevados de travessia, o serviço limitado do *ferry boat* e, crucialmente, a propriedade exclusiva do rio Courantyne pelo Suriname atuam como barreiras significativas.

Esses elementos promovem o distanciamento e a vigilância, limitando a interação e a articulação geográfica que seriam esperadas de cidades gêmeas. As dificuldades e os riscos associados às travessias informais (*back track*) também inibem a circulação subversiva que caracteriza a fronteira leste.

Nossos resultados, portanto, refinam a compreensão do conceito de cidades gêmeas, sugerindo que a proximidade geográfica é uma condição necessária, mas não suficiente. A natureza da governação fronteiriça (seja ela porosa e informal ou controlada e burocrática) e as condições de acesso e propriedade dos recursos naturais compartilhados (como os rios que dividem os territórios) são fatores determinantes que impulsionam ou inibem a formação dessas relações integrativas. Enquanto uma fronteira pulsa com uma integração “pela base”, impulsionada pela vida cotidiana dos fronteiriços, a outra se mantém fragmentada

pelas formalidades e pelas barreiras, ilustrando a complexidade multifacetada da geografia das fronteiras.

Referências

ALENTEJANO, Paulo R. R.; ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 51-68, 2006. http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tarik/2012/FLG0435/BPG_84.pdf.

ANISHENKO, A. G.; SERGUNIN, A. Twin cities: a new form of cross-border cooperation in the Baltic Sea Region? **Baltic Region**, v. 1, p. 19-27, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5922/2079-8555-2012-1-3>. Acesso em: jan. 2025.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007

SERPA, A. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórica-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, p. 7-24, 2006. http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tarik/2012/FLG0435/BPG_84.pdf

SILVA, G. de V.; DI MICELI, C. V. **Região das Guianas**: território, história e cultura. Porto Alegre: Letra1, 2024. 424p.

Editorial

Dossiê: IX Seminário de Estudos Fronteiriços – Parte 2

A Condição Transfronteiriça de Indígenas Guarani: do Reconhecimento de Direitos à Luta Multi/Inter/Transterritorial

Liria Yuri Nagamine

As Terras Indígenas de Mato Grosso do Sul: a dimensão da faixa de fronteira e suas dinâmicas territoriais

Patricia Silva Ferreira

Charlei Aparecido da Silva

Rafael Brugnolli Medeiros

Efeitos do Uso de Agrotóxicos na Reserva Indígena Dourados: um estudo de caso em Mato Grosso do Sul

Jackeline Thomaz Giovenardi

Camila Riboli Rampazzo

Rafael Brugnolli Medeiros

Pablo Antônio Lizott Tedeschi

Fronteira Brasil-Bolívia: multilinguismo e contato entre línguas

Sander Kaio Brandão de Souza

Luciana Escalante Pereira

Suzana Vinícia Mancilla Barreda

Aprendizaje del Portugués en la Frontera Puerto Suárez–Corumbá: una mirada desde la historia familiar

Paichadze Svetlana

Uma Análise Comparativa das Diretrizes de Ensino de Geografia no Brasil e Bolívia: as diferenças de abordagem cultural, normativa e o contexto de fronteira

Lylianne Chaparro Magalhães Souza

Samuel da Silva Souza

Élvis Christian Madureira Ramos

Praças e Parques nas Cidades Fronteiriças no Rio Grande do Sul: patrimônio, identidade e integração

Ana Lúcia Oliveira da Silva

Adriana Dorfman

Ladário: um patrimônio desprotegido

Guilherme Luiz de Souza Fogaça

Luciana Escalante Pereira

Marco Aurélio Machado de Oliveira

Turismo em Áreas de Fronteira: uma análise bibliográfica sobre o papel da integração regional e das dinâmicas territoriais no contexto da rota bioceânica

Kelly Vanessa Teixeira

Cláudia Heloiza Conte

Uso e Cobertura da Terra em Área de Especial Interesse Turístico: análise das dinâmicas naturais e antrópicas na possível área de entorno da estrada Parque Pantanal, MS

Guilherme Alexandre Oliveira Silva

Larissa Gomes de Oliveira

A RPPN Buraco das Araras Ecoturismo e a Conservação do Cerrado no Município de Jardim-MS

Daiane Alencar da Silva

Kamila Batista Ifran

Atlas das Cidades Gêmeas da Fronteira do Brasil: ferramenta de apoio para políticas públicas

Leticia Gabriela Silva Amorim

João Marcello Gomes Almeida

Camilo Pereira Carneiro

O SISFRON como Projeto Estratégico do Exército Brasileiro na Defesa da Fronteira Oeste

Silvana do Valle Leone

Elisa Pinheiro de Freitas

Lia Andrea Barbato Tafarel

Os Incêndios no Pantanal da Fronteira Brasil-Bolívia: as ações das forças armadas brasileiras no processo de mitigação aos desastres socioambientais e às mudanças climáticas

Daniel Gustavo de Moraes

Elisa Pinheiro de Freitas

O Apagamento do Corpo Negro e a Construção do Inimigo na Segurança Pública em Santa Catarina

Antônio Leonardo Amorim

“Pertencer é Algo de Duas Vias”: migração afegã e existência no entre

Eleni Furtado Ververidis

Jimena de Garay Hernández

O Cuidado como Forma de Trabalho da Mulher no Pantanal

Ana Adelaide Ortega

Mara Aline Ribeiro

Barreiras e Inclusão no Mercado de TI: percepções acadêmicas sobre diversidade e oportunidades na fronteira Brasil-Bolívia

Ana Lucia Monteiro Maciel Golin

Fronteiras Complexas: uma abordagem transdisciplinar sobre os estudos fronteiriços brasileiros na perspectiva de Edgar Morin

Vivian da Veiga Silva

Nas Fronteiras do Suriname

Alexandre Bergamin Vieira

Bruno Rogério Silva Cavalcante

Yurgel Pantoja Caldas

Kamila Madureira da Silva